

JOSÉ ADILÇON CAMPIGOTO

**HERMENÊUTICA DA FRONTEIRA: A FRONTEIRA ENTRE O
BRASIL E O PARAGUAI**

Tese apresentada como exigência parcial para
obtenção do grau de doutor em História (História
Cultural) à comissão julgadora da Universidade
Federal de Santa Catarina. sob a orientação do
Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa.

Universidade Federal de Santa Catarina

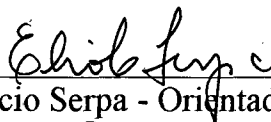
Florianópolis – 2000.

**HERMENÊUTICA DA FRONTEIRA:
A FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI**

JOSÉ ADILÇON CAMPIGOTO

**Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título
de DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL.**

BANCA EXAMINADORA



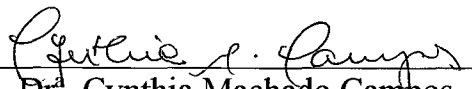
Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa - Orientador/UFSC



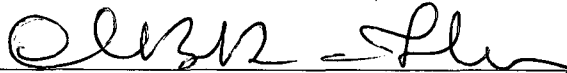
Prof^ª. Dr^ª. Maria Odila Leite da Silva Dias - PUC/SP



Prof. Dr. Círio Danke - UNIOESTE/PR



Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Machado Campos – UFSC



Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernardete Ramos Flores - UFSC

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Noemi Cucurulo de Caponi - Suplente - UFSC

Florianópolis, 14 de dezembro de 2000.

DEDICATÓRIA.

À minha companheira Rejane e ao meu filho Giovanni pela paciência com que me acompanharam durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS.

Ao meu orientador Dr. Élio Cantalicio Serpa, pela confiança no meu trabalho o que proporcionou a liberdade fundamental para as tentativas de invenção.

À Profª. Dra. Maria Bernadete Flores, por apostar no meu esforço e por ter me encorajado a entrar no curso de doutorado.

À Profª Dra. Joana Pedro, por tudo que me ensinou sobre a escrita da História.

Ao Prof. Dr. Artur Cezar Isaia por haver apostado nesta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo ambiente rico e comprometido com o saber, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

Aos colegas de curso do Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná, pelo incentivo e compreensão.

Ao Centro de Pesquisa da América Latina (CEPEDAL), por haver me fornecido a acesso às fontes de pesquisa.

Ao CAPES e CNPq.

A todos os que torceram por mim.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I O NOME SEM RIO	22
1.1 NOMEAR RECONHECENDO	22
1.2 A LINGUAGEM TOMA O LUGAR DO DISCURSO NA FRONTEIRA	43
1.3 A FRONTEIRA NAS LENDAS	67
1.4 DOCUMENTOS E LENDAS.	93
CAPÍTULO II AS SETE QUEDAS DE HÉRCULES	127
2.1. A ETIMOLOGIA DA FRONTEIRA	128
2.2 O RIO-FRONTEIRA COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA	150
2.3 A LÍNGUA SEPARANTE, A ÁRVORE E O ACIDENTE GEOGRÁFICO	171
2.4 HÉRCULES: UNE E SEPARA OS MUNDOS	186
CAPÍTULO III O RIO, O MACHADO E A ARANHA MONSTRUOSA.	214
3. 1 A HIDROFRONTEIRA	215
3. 2 DEUSES E RIOS	230
3. 3 EL MAR DE ÁGUA DULCE: O ABRAÇO DOS ANCIÃOS	250
3.4 A ESFINGE DO PRATA	267
3. 4 O <i>GOIOBANG</i> – RIO PARANÁ	285
CONCLUSÃO	304
BIBLIOGRAFIA	313

RESUMO

Estudo sobre a linguagem da fronteira envolvendo a questão das tradições. Pode-se dividir os modos de compreender a linguagem no ocidente em duas grandes tradições. A primeira, segue a proposta platônico-aristotélica e entende a linguagem como instrumento. Desta forma, a fronteira seria um objeto ao qual o pensamento contempla para depois comunicar, a essência do que foi visto. O sujeito pensante coloca-se fora da linguagem para poder contemplar as coisas e neste movimento, coloca-se a si mesmo, fora da história, porque considera-se não afetado pelas tradições, ou seja, pelos conhecimentos transmitidos.

A segunda forma de tratar a linguagem parte do pressuposto de que não há pensamento fora da linguagem e que, por isto, a linguagem é o lugar onde o ser acontece. Resulta que a fronteira não se dá a conhecer senão por meio da e na linguagem. Portanto, a compreensão da linha de limites entre os países ocorre a partir das tradições, da linguagem sobre a fronteira. Isto caracteriza o seu acontecer, a sua historicidade.

Para tratarmos da fronteira necessitamos tornar evidentes as tradições nas quais nos movemos se não quisermos nos deixar conduzir pela força da linguagem. Disto trata este trabalho, enquanto historiciza o lugar que se considera a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na parte que comporta o Estado do Paraná. A fronteira ali se dá como um instrumento separante, linha que divide os povos ancestrais habitantes da América: os tupis e os guaranis. A tradição sobre esta separação ocorre a partir de estudos linguísticos, da toponímia e da etimologia. Vincula-se ao Brasil Império e, na década de 40, quando surge o paranismo, os tupis são substituídos pelos caingangues.

Na perspectiva da história diplomática, baseada no documento escrito, a fronteira acontece como resultado da luta dos diplomatas, dos militares e de administradores. A linha dos limites aparece como resultado de uma disputa na qual os bandeirantes desempenharam um papel equivalente ao dos diplomatas e militares. Nesta forma de acontecer da tradição, o documento escrito é considerado a evidência do que realmente aconteceu no passado da fronteira.

A linguagem da história diplomática, assim como a das línguas e povos ancestrais, não é, em si, nova. Relaciona-se a antigos modos de narrativa que remetem às antigas narrativas da origem das civilizações como, por exemplo, às lutas dos deuses do Nilo para a sobrevivência da civilização egípcia.

Com a linha dos limites entre o Brasil e o Paraguai é representada por um rio, a linguagem sobre a fronteira ocorre conforme às antigas tradições referentes à esta entidade. O rio aparece como acidente geográfico, conforme a tradição cientificista. Também é representado sob a forma de lugar que demarca e contorna os território, dentro da tradição da geografia sagrada. Como lugar que estabelece os limites, liga-se à antiga tradição dos deuses romanos, especificamente a *Terminus*, o deus guardador do império. A fronteira ocorre na linguagem dos deuses rios conforme se percebe na estatuária imperial do Brasil. Os rios da Prata e o Paraná foram representados sob a forma de estátuas.

ABSTRACT

Study on the border language involving the traditions issue. The ways of understanding the language in the West can be divided in two large traditions. The first, follows the Platonic – Aristotelian proposal and perceives the language as instrument. In this way, the border would be an issue to which the thought contemplates for subsequently communicating, the essence of what was seen. The thinking subject places himself out of the language so he can contemplate the things and in this movement, places himself, out of the history, for he considers himself not affected by the traditions, in other words, by the transmitted knowledge.

The second way of treating the language proceeds from the presupposition that there is not thinking out of language and so, the language is the place where the being happens. It results that the border does not introduces itself except through and in the language. Therefore, the comprehension of the limits line between countries occurs from the traditions, from the language at the border. This characterizes its occurrence, its historicity.

To deal with the border we need to make evident the traditions in which we move if we do not want to let the language power conduct us. Of this, treats this work, while it makes a historicism of the place that is considered the border between Brazil and Uruguay, in the part that stands the Paraná State. The border there occurs as a detaching instrument, a line that divides the America inhabitants ancient peoples: the Tupis and the Guaranis. The tradition about this separation occurs from linguistic studies, the toponymy and the etymology. It is attached to the Brazil Empire and, during the 40s, when appears the paranismo, the Tupians are replaced by the Caingangs.

In the diplomatic history perspective, based in the written document, the border occurs as a result of the diplomats, military men and administrators fight. The limits line appears as a result of a dispute in which the members of the colonial exploratory expeditions played a part equivalent to those from the diplomats and military men. In this way of the tradition occurrence, the written document is considered the evidence of what really happened in the border past.

The language of the diplomatic history, in the same way as that of the ancient languages and peoples, is not, in itself, new. It is related to old-fashioned ways of narrative that refer to the antique narratives from the civilizations origins, as for example, to the Nile gods fights for the survival of the Egyptian civilization.

As the limits line between Brazil and Paraguay is represented by a river, the language on the border occurs according to the old traditions concerning to this entity. The river appears as a geographic accident, according to the scientific tradition. It is also represented as a form of site that delimits and contours the territories, in the tradition of sacred Geography. As a site that establishes the limits, it is linked to the antique tradition of the Roman gods, specifically the Terminus, the guardian god of the empire. The border occurs in the rivers gods language as one can notice in the Brazilian imperial statuary. The rivers of Prata and Paraná were represented in a form of statues.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Mapa do Brasil após o Tratado de Madri.....	24
2	Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	50
3	Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	70
4	Mapa com o lago central.Fonte: ADONIAS, Isaias. Imagens da formação do território brasileiro.Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.....	102
5	Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	107
6	Mapa do rio Igurei.....	113
7	Lobo Guará.....	143
8	Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	165
9	Rio Paraná. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	198
10	Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	200
11	Colunas de vapor nas Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	204
12	Salto das Sete Quedas. Foto de Helmut Heirch Wagner.....	228
13	Fonte das Quatro Águas. SCHAMA. Op. cit. p 309.....	245
14	Rio da Prata. SCHAMA. Op. cit. p 307.....	248
15	Bacias hidrográficas. Fonte: www.transportes.gov.br	251
16	Costa Oeste. Fonte: www.pr.gov.br	254
17	Usina de Itaipu.....	264
18	Alegoria do rio Paraná. Fonte: www.123-rio	286

INTRODUÇÃO

Um grupo de militares marchava pelo interior do Brasil, no mês de agosto de 1867, durante a guerra do Paraguai. “Comandava este destacamento um capitão da guarda nacional do Rio Grande, Delfino Rodrigues Pereira... Podíamos agora vê-lo olhar fixamente para o Oeste; de repente, um grito partiu simultaneamente de vários lugares: ‘a fronteira’. Da altura onde se encontrava o destacamento, via-se efetivamente a mata sombria do Rio Apa”.¹

O autor narra a marcha rumo ao país vizinho, com o qual o Brasil se encontrava em guerra. De repente, diz Taunay, ouviu-se um grito: “a fronteira”. O leitor de *A Retirada de Laguna*² deve crer que o grupo encontrava-se, de fato, diante da fronteira. No entanto, Taunay explicita que “... da altura onde se encontrava o destacamento, via-se efetivamente a mata sombria do Apa”. Ele encontrava-se na qualidade de testemunha ocular, exprimia o que podia ser visto. Via-se a paisagem, a mata que crescia nas margens do Rio Apa.

O grito ouvido, no entanto, expressava algo bem diferente: a fronteira. Parece que a linguagem operava, naquele acontecimento, pelo modo da equivalência, mas Taunay, como que tentando evitar qualquer dúvida, acrescentou à mata sombria do Apa “... limite

¹ TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *A retirada de Laguna*. São Paulo: Cia das Letras. 1997. p. 82.

² Este fragmento de narrativa escrito por Taunay ilustra a peculiar relação que se estabelece entre a fronteira de dois países e a linguagem e, por consequência, com a escrita da história. Os primeiros seis capítulos da obra de Taunay, versam sobre o plano de ataque do exército brasileiro à República do Paraguai. Tratava-se de atingir o Rio Paraguai e “...desce-lo, pelo lado brasileiro, a partir da capital do Mato Grosso, Cuiabá, que os paraguaios não haviam ocupado.”

dos dois países”.³ A colocação do complemento funciona, aqui, como uma denúncia de que não se está falando uma linguagem qualquer. Fala-se de algo que aquele grupo de militares não podia ver, e, detinha-se para contemplar.

Taunay narra que,

*foi um momento solene, uma emoção a que ninguém escapou; oficiais e soldados. Ver o aspecto da fronteira que demandávamos representou para todos uma surpresa. Ninguém estivera ali antes. Alguns poderiam já tê-la visto, mas apenas com os olhos de caçador ou andarilho, para quem o chão é indiferente. A maioria de nós ouvira falar vagamente da fronteira, mas agora ali estava ela à nossa frente, como ponto de encontro de duas nações armadas, como campo de batalha...*⁴

Com efeito, o significado da linha da fronteira depende dos “olhos do observador”, como aponta Taunay. Um grupo de pessoas que passa empenhado numa caçada ou em outra andança qualquer, certamente não estancaria emocionado e comovido pelo brado da presença da fronteira. Contemplar a mata, o rio, a paisagem, poderia ser bem mais interessante. Todavia, o destacamento em guerra investiu o lugar de um sentido particular: “... o ponto de encontro de duas nações armadas, como campo de batalha”. Isto, no entanto, não é tudo. Há algo a mais do que o significado contextual da fronteira.

O texto de Taunay não consiste apenas em uma narrativa do encontro entre o destacamento militar e a paisagem fronteira ao Rio Apa. Vai além da descrição de uma comoção grupal vivida por uma parte do exército imperial brasileiro num contexto de guerra. O autor passa da descrição narrativa para uma explicação sobre o comportamento das pessoas diante da fronteira. O grupo demandava a fronteira em um contexto de guerra, e Taunay, que fazia parte dele, interpretava o encontro com o Apa sob a forma de um texto dado a ler. Em primeiro lugar, no texto de Taunay, a suposta intenção dos membros do destacamento militar oferece o sentido ao seu comportamento diante das matas do Rio Apa. O grupo intentava encontrar e defender a fronteira. Secundariamente, o episódio

³ TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. **A retirada de laguna**. Op.cit p. 82

⁴ Idem p. 82.

torna-se compreensível devido ao contexto da guerra em defesa do território. Esboçam-se, assim, duas formas de interpretação do acontecimento, a psicológica e a contextual.

Nota-se, entretanto, um desvio da narrativa. Da fronteira, o foco de atenção desliza para o comportamento das pessoas que se encontravam ali. Das pessoas, para as suas intenções e para o contexto. Assim, o texto se completa e adquire um sentido, tornando-se um todo legível. Trata-se de um deslocamento básico porque o autor se coloca, no texto, como participante do acontecimento, enquanto personagem parte de um contexto. O contexto da guerra podia ser isolado e tornar-se um conjunto explicativo de modo que tornava-se possível, para Taunay, escrever como se a linguagem da fronteira não lhe afetasse no momento da escrita. Sabemos que o autor falava da fronteira por meio de e dentro de uma linguagem existente no momento do encontro com o Apa e também, no momento da escrita. Ali, a fronteira se dá a conhecer. Isto pode ser ilustrado com um exemplo muito diferente em termos de contexto, mas, idêntico, no que se refere à linguagem e à percepção da fronteira.

No final de novembro de 1983, 116 anos depois do encontro da coluna de expedicionários com o Rio Apa, um grupo de estudantes secundaristas deslocou-se da cidade de Brusque, em Santa Catarina, numa excursão com destino à fronteira do Brasil com o Paraguai. Os formandos do Educandário Nossa Senhora de Lourdes percorreram cerca de mil quilômetros de estradas numa “perua” branca para ver a fronteira. Eu estava entre os oito rapazes que compunham a “expedição”.

No início dos anos oitenta, os meios de comunicação veiculavam campanha propagandística bastante forte no sentido de atrair turistas para a região Oeste do Paraná. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, o fechamento das comportas e a submersão dos saltos das Sete Quedas foram transformados em atrativos turísticos.

Na época em que foi realizada a viagem pelos estudantes catarinenses, o lago já estava formado, algumas comportas haviam sido abertas e a usina de Itaipu gerava energia em fase experimental. Um dos primeiros pontos visitados foi o marco das três fronteiras, o ponto de encontro entre as fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai. Basicamente, um poste de concreto, no formato triangular, colocado às margens de um rio. Fizemos algumas poses para fotografia e pode-se notar o comportamento bem característico de um grupo de jovens excursionistas. Se houvesse que se escutar um grito, provavelmente seria: “vamos embora. Aqui não há mais nada para ver”.

Do que posso recordar, a reação do grupo de estudantes foi bastante diversa daquela que teve o destacamento militar. O contexto era diferente, por certo. A intenção das pessoas e a psicologia igualmente o eram. Mas, também é certo que os dois grupos tinham mais coisas em comum do que se pode facilmente pensar. Eles se encontravam diante de um objeto que não podiam ver, contudo, ninguém manifestava dúvida alguma sobre a sua existência.

Isto quer dizer que, tanto Taunay e seu grupo como meus colegas formandos e eu pertencemos à mesma tradição lingüística, ao mesmo horizonte de compreensão da fronteira. Relacionávamo-nos com um objeto invisível; falávamos de um ausente, presentificado no poste de concreto e nas matas do Rio Apa. O relacionamento com a linha invisível, a linguagem que disto resulta, não foi inventada pelo grupo de estudantes e nem por Taunay, quer quando encontrou o Apa, quer quando relatou a *Retirada*.

A linguagem da fronteira pode ser considerada um caso bastante especial porque opera segundo o modo da abstração. Talvez nossa linguagem sobre a fronteira possa ser metaforizada na figura da criança que inicia a dominar a fala e, encontrando um objeto pertencente ao pai, pronuncia a palavra “papai” e não o nome do objeto encontrado. Então, podemos inquirir os modos sob os quais ocorre que um determinado rio, uma montanha,

uma rocha ou um marco qualquer venham a tornar-se sinônimos de fronteira. Ou seja, como ocorre que alguém, apontando para o Rio Paraná, diga que ali passa a linha da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e que, as pessoas que, olhando naquela direção, vendo o rio, respondam: “realmente, ali está a fronteira”. Neste jogo entre o signo e o ausente ocorre a compreensão da fronteira.

Dai resulta uma ampla gama de estudos tendo como preocupação nuclear o território e a construção da identidade nacional. A tarefa que logo se impõe parece estar bem expressa, por exemplo, no texto de Antônio Carlos R. Moraes. A respeito das ideologias presentes na geografia e na história, na política e na cultura relacionadas à “formação do território brasileiro” o autor aponta que, “...é necessária a realização de análises substanciais para avançar o seu conhecimento; rastrear tais ideologias em autores e conjunturas específicas; retomar discursos variados, identificando suas matrizes, seus formuladores, seus canais de divulgação, suas projeções na política do Estado, dos partidos, e na opinião pública. Enfim, aferir sua eficácia no movimento da sociedade”.⁵

Não negligenciamos a importância e a validade da proposta. Admitimos alguns de seus pressupostos, como por exemplo, o de que “as formas espaciais são produtos históricos”.⁶ Em outras palavras, elas são representações que os seres humanos constroem sobre o espaço. Também se acata a idéia de que “a leitura da paisagem é comum a qualquer sociedade, em qualquer época”.⁷ Desta forma, pressupõe-se sujeitos de leitura de espaço relacionadas ao tempo, ou seja, à história. Concorda-se, igualmente, que “a dimensão espacial recorta uma determinação fundamental da história brasileira”.⁸ A espacialidade aqui é entendida sob a forma de construção e, a determinação, sob a de explicação.

⁵ MORAES, Antônio Carlos R. *Ideologias geográficas*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 108.

⁶ *Idem* p. 15.

⁷ *Idem* p. 27.

Este viés de pesquisa parece ter adquirido relativa força no âmbito das discussões sobre fronteira e globalização. Autores como Roberto Abizano e Héctor Eduardo Jaquet abordam a questão. Em artigo escrito para o projeto MOST⁹, da UNESCO, Jaquet aponta que “los cada vez más frecuentes encuentros científicos a los que concurren intelectuales de varias disciplinas de los países integrantes del Mercosur, expresan la necesidad de la formulación de nuevos criterios de producción académica y de circulación de información”.¹⁰ O autor justifica o destaque conferido à produção historiográfica no caso estudado, pois,

*Misiones, provincia argentina ubicada históricamente entre Paraguay e Brasil, tiene la mayor parte de su territorio lindando con fronteras internacionales. Esta situación hace que las fronteras pasen a formar parte del proceso de los esquemas de clasificación y representación de la realidad social, transformándose así en una categoría identitaria que permea, como hemos dicho, el contenido de la producción histórica sino también el modo en que los historiadores de Misiones construyen su espacio como intelectuales.*¹¹

Como se pode notar, tanto na proposta de Moraes quanto na de Jaquet, a fronteira aparece como conceito construído. No segundo caso, o historiador aparece como aquele que constrói a fronteira como parte dos processos de classificação e representação. Se há uma história a narrar sobre esta questão, como se depreende do texto, trata-se da transformação da fronteira em “una categoría identitaria”. O projeto de narrativa impõe uma particularidade notória porque se trata de escrever uma história da idéia de fronteira, já que se pretende narrar o modo como a fronteira torna-se uma categoria.

Na história das idéias aparece o sujeito instituinte, neste caso, os historiadores da fronteira. O sujeito pode dialetizar o movimento do pensamento e por meio da crítica às idéias estabelecidas, pode instituir um novo mundo de idéias, a que corresponderia uma nova forma de fronteira, ao modo hegeliano. Sabemos da crítica estabelecida a partir do

⁸ MORAES, Antônio Carlos. Op. cit. p. 96.

⁹ Management of Social Transformation Program. <http://www.unesco.org>. Na página do Most encontram-se vários artigos sobre Mercosul e fronteiras

¹⁰ JAQUET, Héctor Eduardo. Los historiadores y la producción de fronteras. El caso de la provincia de Misiones (Argentina). In. www.unesco.org/most.

pensamento materialista sobre esta forma de escrita da história: no caso, idéia de fronteira é equivalente à fronteira. Conhecemos, igualmente, as dificuldades de escapar ao hegelianismo, mesmo a partir do uso do método materialista. Como assegura Foucault,

... toda a nossa época, seja pela lógica ou pela epistemologia, seja por Marx ou por Nietzsche, procura escapar de Hegel: e o que procurei dizer há pouco a propósito do discurso é bem infiel ao logos hegeliano. Mas escapar realmente de Hegel supõe saber exatamente o quanto custa separar-se dele: supõe saber até onde Hegel, insidiosamente, talvez, aproximou-se de nós: supõe saber, naquilo que nos permite pensar contra Hegel, o que ainda é hegeliano: e medir em que nosso recurso contra ele é ainda, talvez, um ardil que ele nos opõe, ao termo do qual nos espera, imóvel e em outro lugar.¹²

Escrever a história da fronteira enquanto linguagem constitui uma forma de romper com a presença do hegelianismo na escrita da história na medida em que a linguagem e a tradição, diferentemente dos conceitos e das idéias não são percebidas na perspectiva dialética. O historiador não institui uma nova linguagem quando se refere à fronteira, ele fala a partir de tradições e por isto não será concebido como o sujeito instituinte do hegelianismo. Isto coloca Foucault e Gadamer na mesma perspectiva e os torna expostos às mesmas críticas em relação, por exemplo, à ausência da crítica política. Supomos que tal crítica possa vir de uma tradição à qual os dois autores não se vinculam.

Gadamer diz que o único ser que podemos compreender é a linguagem e que somente ocorre a compreensão quando o sentido se completa. Aponta, também, que todo compreender ocorre na e pela linguagem o que constitui a fusão de horizontes. O horizonte do presente

... está en un proceso de constante formación en la medida en que estamos obligados a poner a prueba todos nuestros prejuicios. Parte de esta prueba es el encuentro con el pasado y la comprensión de la tradición de la que nosotros mismos procedemos. El horizonte presente no se forma pues a la margem del pasado. Ni existe un horizonte del pasado en si mismo ni hay horizonte histórico que se hubiera ganado. Comprender es siempre el proceso de fusión de estos presuntos horizontes para si mismo. La fuerza de esta fusión no es bien conocida por la relación de los viejos tiempos con sigo mismo y con sus origens.¹³

¹¹ JAQUET, Héctor Eduardo. Op. cit. p. 2.

¹² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4^a ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.72

¹³ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y metodo*. 5^a ed. Salamanca: Sígueme, 1992. p. 376

O horizonte desta pesquisa sobre fronteira, portanto, caracteriza-se como um terreno móvel, sempre em formação porque pretendemos colocar à prova nossos preconceitos sobre a história e a fronteira. Não se trata de eliminá-los, o que seria uma tarefa impossível, pois a linguagem não opera dialeticamente, ou seja, para os efeitos de compreensão não é possível começar a falar uma linguagem totalmente nova e ser compreendido. Encontra-se vetada a possibilidade de eliminar a linguagem até agora usada para falar de fronteira (momento da afirmação) e começar a falar uma linguagem totalmente nova (momento da negação) porque somente aquele que assim procede saberia do que estaria falando (momento da síntese). A compreensão malograria como uma espécie de autismo linguístico. Como resta falar a partir da linguagem já conhecida, a fronteira se dá na e pela linguagem e os preconceitos, ao invés de serem eliminados, serão colocados em evidência. Nisto reside a historicidade da história: tornar evidente o modo pelo qual o discurso histórico sobre a fronteira vem a ser, no ato mesmo de sua produção.

De Certeau diz que “o discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto que o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e seus leitores, quer dizer, entre presentes”.¹⁴ Dai, escrever a história da fronteira é ter como objeto uma ausência dupla, um passado que não podemos ver mais, e a linha da fronteira, que jamais podemos ver. Tomar estes dois ausentes sob a forma de presentes constitui a evidenciação do primeiro dos preconceitos com os quais teremos que nos debater. Outro preconceito será o de tratar, por vezes, alguma época do passado como uma etapa encerrada da qual podemos ter, hoje, uma compreensão melhor, a partir do presente. Tratar o rio-fronteira apenas como um acidente geográfico e torná-lo equivalente à linha da fronteira. Adotar a fronteira como linha que

¹⁴ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p.56

separa os povos. Compreender a linguagem como instrumento que comunica a essência da fronteira, conforme a época, sem afetar o intérprete.

Todos estes prejuízos deverão ser evitados, mas seu peso não será eliminado de todo porque uma tentativa de eliminá-los corresponderia ao retorno da doutrina iluminista, que, conforme Gadamer, resume-se no preconceito contra os preconceitos. Um procedimento deste formato resultaria na simples afirmação da ciência metódica como saber mais válido que outros.

O iluminismo, o romantismo e o renascimento não serão aqui tratados como movimentos intelectuais e artísticos encerrados no tempo passado, mas sim, sob a forma de tradições; linguagens que podem ser compreendidas porque nos foram transmitidas de algum modo. Nelas e por elas a fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá, mas não somente para outros sujeitos que a tematizaram em outros tempos. Quando escrevemos a história da fronteira somos afetados por estas tradições porque, do contrário, não poderíamos compreendê-las.

Como diz De Certeau, um passado frequenta este presente, pois, o trabalho da história "... consiste em criar ausentes, em fazer de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades 'históricas'..."¹⁵ Portanto, escrever a história da fronteira a partir de sua historicidade implica em abandonar o preconceito contra os preconceitos.

Não se trata de conduzir a história ao grau zero da narrativa levando-a à anulação de si mesma. De Certeau aponta que a história "... não é nem a lenda à qual foi reduzida por uma vulgarização, nem a criteriologia que faria dela a única crítica de seus procedimentos. Ela está entre estas duas coisas... Ela funciona como o faziam ou fazem

¹⁵ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Op. cit. p. 57.

ainda, em civilizações estrangeiras, os relatos de lutas cosmogônicas, confrontando um presente e uma origem”¹⁶

Se a história permanece um relato, torna-se necessário estabelecer os seus limites para efeito de compreensão da narrativa. O texto que segue delimita-se no tempo que vai do Brasil Império até a década de 1950. O objeto de estudo é o acontecer da fronteira nas diversas formas de linguagem. Liga-se a um espaço que é a fronteira entre o Brasil e o Paraguai na parte que comporta o Estado do Paraná.

Parte-se do pressuposto de que o único ser que podemos compreender é a linguagem, como sustenta Gadamer, ou, como aponta De Certeau, considera-se primeiramente que, a espessura e a extensão do ‘real’ não se designam nem se lhe confere sentido senão em um discurso. Isto não implica em negar que os sujeitos fazem leituras e inventam o que não está no texto. A compreensão é uma fusão de horizontes e isto comporta a necessária presença do leitor ou do intérprete. No entanto, aceitar as invenções efetuadas pelo leitor não conduz necessariamente à aceitação de que a leitura seja uma ação dialetizante. Ou seja, tomar como certo que, após a leitura, o texto antigo cessa para existir um novo. Pensamos que isto consistiria em ler De Certeau a partir da tradição hegeliana, o que parece bem comum. A leitura ocorre na linguagem e pela linguagem e, portanto, ocorre conforme as tradições.

Quando fazemos a leitura de um texto, podemos modificar algumas coisas, mas isto já implica que outras permaneçam. Quando dizemos que a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na parte que comporta o Estado do Paraná, é representada por um rio, afirmamos a fronteira, em nosso texto. Se nos posicionamos criticamente, afirmando que a linha dos limites é uma ação política e que o imperialismo português e depois brasileiro invadiram e destruíram os povos nativos para ocupar o território e estender a linha da fronteira até ali,

¹⁶ DE CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 55.

ainda não “apagamos” a afirmação primeira, e repetimos novamente que “a fronteira é ali”. Consideramos a denúncia necessária, mas há sempre este vazio porque lhe acompanha o efeito da afirmação. A linguagem opera no modo formal.

A criticidade, aqui, significa não ignorar os efeitos da linguagem e desconsiderá-los, pois pode ser uma atitude nada crítica. Não escrever textos sobre a fronteira pode significar uma forma de jamais afirmar a sua existência, mas o quietismo é uma atitude filosófica que não convém ao historiador. Escrever a história da fronteira evidenciando as tradições nas quais ocorre a nossa compreensão é tornar expostos os modos pelos quais a fronteira se dá a conhecer para nós. É conhecer a linguagem na qual e por meio da qual ela se afirma, passa a ter uma existência sempre reificada até mesmo nos texto onde sua existência parece negada.

No primeiro capítulo trataremos de evidenciar uma antiga tradição que retoma as proposições de Gandavo. Nesta linguagem o Brasil é representado como um território onde habitava a raça tupi. As fronteiras deste espaço se davam com outra raça indígena, chamada de raça *tapuia*, que quer dizer estrangeiro. Logo, na fronteira com o Paraguai, o *tapuio* é o guarani. Na década de 40, no Estado do Paraná, os caingangues tomaram o lugar dos tupis no que se refere à narrativa da fronteira.

As lendas de fundação ocupam um lugar de destaque na escrita da fronteira. Por meio dos estudos das línguas ancestrais do Brasil, ligam-se as narrativas dos indígenas às velhas lendas da Europa. Deste modo, Hércules foi transportado para a Cachoeira do Rio Paraná, um dos pontos de disputa no estabelecimento das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. O herói grego tornava-se São Tomé, o santo fundador dos caminhos do Paraná, conforme se encontra no segundo capítulo deste texto.

No terceiro e último capítulo trataremos mais especificamente das tradições referentes ao rio, uma vez que, conforme a linguagem da fronteira, o Rio Paraná representa

a linha dos limites entre o Brasil e o Paraguai. O rio-homem, rio-deus, rio-começo de todas as coisas e fim das coisas todas. Começo e fim do território. O rio é um círculo onde começa e termina a história. É um círculo que contorna o território e define a fronteira como nos monumentos erguidos pelos imperadores do Brasil, no século XIX.

Nesta pesquisa, considera-se fundamental o estudo da fronteira enquanto linguagem porque, se a escrita da fronteira constitui, em parte, a sua afirmação, se faz necessário evidenciar as formas como isto acontece para que a linha dos limites seja percebida criticamente. A escrita da fronteira em uma perspectiva a-crítica pode ser considerada uma produção alienada porque toma como dado aquilo que produziu no ato mesmo de produzir.

CAPÍTULO I

O NOME SEM RIO

As águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa da água que tem.

Pero Vaz de Caminha

A fronteira¹ entre o Brasil e o Paraguai, como se encontra definida no tratado de 1872², no território³ que compreende o Estado do Paraná, segue o leito de um caudaloso rio. Recentemente boa parte de sua extensão tornou-se o lago de Itaipu. Fronteira de águas, cuja história remonta aos primeiros tratados de limites.

Pode-se dizer que a disputa diplomática desta parte da fronteira estava definida em 1872, pela assinatura do Tratado de Assunção. Entretanto, a disputa pela fronteira parece uma destas situações que não se resolvem totalmente a partir da assinatura de um tratado. Não somente porque as partes podem se sentir prejudicadas ou por qualquer outra

¹ O termo fronteira é utilizado, neste trabalho, basicamente no sentido de limite geográfico entre dois países porque trata-se de investigar o acontecer da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na e pela linguagem. Isto não quer dizer que discordamos das reflexões de autores como José de Souza Martins, para quem a fronteira "...de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem". (MARTINS, José de Souza, 1997.p. 13). A fronteira significa tudo isto, e com certeza, algo mais. Mas o âmbito desta pesquisa não comporta uma investigação sobre o ser sócio-cultural da fronteira e o modo do seu acontecer no cotidiano, nas relações humanas, no desenrolar dos tempos. Trata-se de perceber o modo pelo qual a fronteira-limite se dá à compreensão.

² Tratado assinado entre os representantes do Brasil e do Paraguai após a guerra do Paraguai, também conhecido como Tratado de Assunção.

³ A palavra território tem o sentido de extensão territorial, neste trabalho. Um espaço definido em um determinado tempo. Este pode ser estendido ao conceito proposto por Deleuze e Guattari que identificam território e plano de imanência, ou seja, o "Chão Natal" do qual emana uma forma de pensar, uma filosofia e poderíamos dizer uma linguagem. No caso da linguagem sobre a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, da qual procuramos nos acerrar neste trabalho, pode-se dizer que o solo de sua imanência é o que se chama território brasileiro. Mas como a linguagem ocorre sempre em tradições, está ligada a outros espaços territoriais. Sobre territorialidade, ver DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

vicissitude, mas porque ela precisa ser dita⁴, ou seja, confirmada pela palavra. Ela parece depender da comunicação assim como se fosse uma essência que alguém vê integralmente e deve comunicar aos outros. O ato de fixar a fronteira segue a velha tradição⁵ platônico-aristotélica⁶ sobre a forma de compreender o fenômeno da linguagem⁷. O espírito contemplativo enxerga a essência das coisas e depois, através da linguagem adequada, comunica o que viu aos outros homens. Pretende-se, com este trabalho, perceber as formas como a fronteira é comunicada no período que vai do Brasil império até a década de 1950.

⁴ Relacionando a fronteira ao Estado Moderno, podemos dizer como Rancière que, referindo-se à política da poética, afirma que, "o Estado em geral tem necessidade de palavras e o novo Estado, muito particularmente, tem necessidade de colar a seu corpo as imagens da nova vida. Daí, seu apelo à imaginação dos artistas criadores. O Estado tem necessidade da cultura porque tem necessidade de dar a si mesmo uma carne, uma forma, uma cor, um sexo". (RANCIÈRE, Jacques, 1995, P. 127). Disto, não é necessário concluir que a linguagem da fronteira emana do Estado enquanto *locus* do poder. Na Microfísica do poder Foucault ensina a perceber as relações de poder dispersas no social.

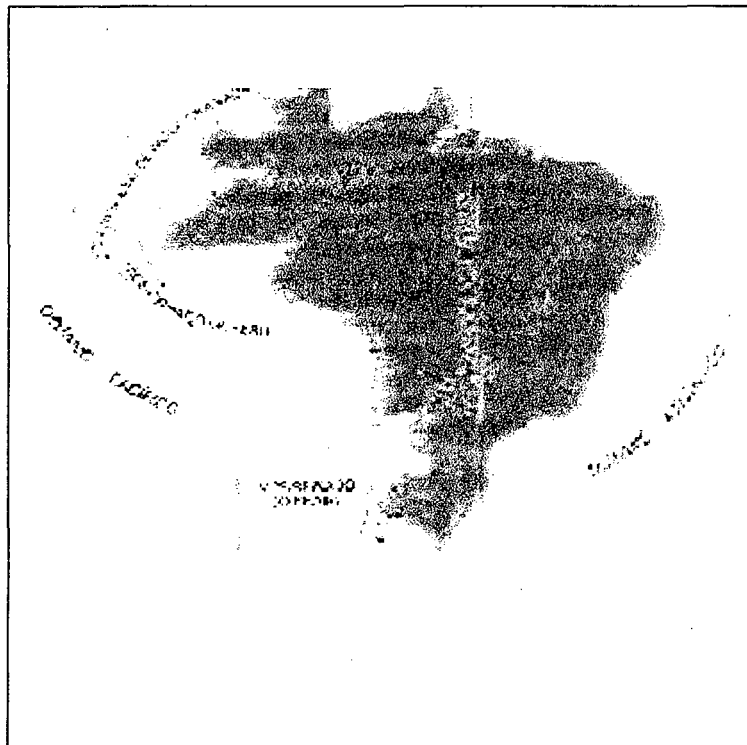
⁵ Este termo é entendido como o saber que é transmitido de uma geração para a outra.

⁶ A tradição platônico-aristotélica foi o modo de conceber a linguagem que mais influência exerceu no ocidente. Mafredo Araujo aponta que, "como discípulo de Platão, Aristóteles, no plano explícito de sua reflexão, parte do rompimento da ligação imediata entre a palavra e a coisa...e tenta elaborar uma teoria da significação...No entanto, o Aristóteles que influenciou realmente o ocidente foi o Aristóteles da concepção designativa da linguagem. K.-O. Apel articulou esquematicamente tal concepção de linguagem e sua relação com o conhecimento... Em primeiro lugar, conhecemos, cada um por si e independentemente dos outros, os elementos do mundo sensível dado; Depois, por meio de abstração, com o auxílio do instrumento da lógica universalmente válida, captamos a estrutura ontológica do mundo; no terceiro momento designamos por meio de acordo os elementos da ordem estrutural do mundo e representamos por meio de associação de símbolos conteúdos; por fim, comunicamos a outros homens por meio de associação de símbolos os conteúdos por nós conhecidos." (OLIVEIRA, Manfredo Araujo de, 1996, p.p. 27 e 36). Para nós a linguagem não é instrumento mas o lugar onde o ser acontece.

⁷ Entende-se o termo linguagem, segundo a proposta de Heidegger, como lugar onde o ser se dá. Como diz Gadamer, "compreender o que alguém diz é, como já vimos, pôr-se de acordo sobre a coisa, não deslocar-se para dentro do outro e reproduzir suas vivências...Percebemos agora que todo este processo é um processo linguístico. Não é em vão que a verdadeira problemática da compreensão e a tentativa de dominá-la pela arte – o tema da hermenêutica – pertence tradicionalmente ao âmbito da gramática e da retórica. A linguagem é o meio em que se realiza o acordo entre os interlocutores e o entendimento sobre as coisas" (GADAMER, Hans-georg, 1997.p.p. 569-560).

1.1 NOMEAR RECONHECENDO

O Tratado de Assunção foi assinado logo após a Guerra do Paraguai. Nele parecia estar resolvido uma longa disputa herdada pelo Brasil e o Paraguai, de suas velhas Metrôpoles. A disputa, por exemplo, em torno de um rio que deveria desaguar no rio Paraná, pela sua margem ocidental, logo abaixo do Salto das Sete Quedas. Por ele, a linha dos limites deveria seguir no rumo leste até encontrar seu contra-cabeçante que desaguaria no rio Paraguai. Este rio apareceu pela primeira vez no Tratado de Madrid, firmado entre Portugal e Espanha, no ano de 1750. Deveria ter o nome de *Igurei*.



Mapa do Brasil após o Tratado de Madri

As várias tentativas de medição e colocação de marcos fronteirizos malograram e jamais se chegou a um acordo sobre a existência ou não de um rio com este nome e que se

localizasse naquela região. Quando o Brasil e o Paraguai tornaram-se independentes das Metrópoles, 1822 e 1811 respectivamente, herdaram o que poderia chamar-se de “maldição do nome sem rio”. Maldição no sentido de “coisa dita de modo inadequado”. O problema foi resolvido, mais tarde, em 1872, elegendo-se um outro ponto, por onde a linha da fronteira pudesse seguir seu curso: o Salto das Sete Quedas e a Serra do Maracajú⁸.

Atirava-se o rio “maldito” ao esquecimento⁹. Adotava-se uma linguagem supostamente adequada, que falava daquilo que podia ser visto por todos os “espíritos contemplativos” das duas nações. A linguagem diplomática utilizada nas Metrópoles tornava-se relegada a uma espécie de ficção¹⁰ da fronteira porque remetia-se a coisas consideradas inexistentes. Podia ser considerada uma espécie de sofisticada cortesã, uma retórica vazia; correta do ponto de vista formal mas inadequada quanto à matéria. Uma linguagem insuficiente do ponto de vista pragmático, ou seja, um instrumento útil para a consecução de acordos, mas inútil na prática. Conforme a cientificidade da diplomacia, a linguagem deveria abandonar a ficção retórica e tornar-se adequada ao “real”. Como a linguagem sobre o *Igurei* carecia de matéria, a saída foi substituir o seu objeto. No lugar do rio invisível colocou-se algo bem visível: 22 quedas de água.

⁸ A serra do Maracajú é uma cadeia de montanhas que intercepta o Rio Paraná e antes que as águas deste rio fossem represadas pela barragem de Itaipu, formava-se, ali, o Salto das Sete Quedas.

⁹ Sobre a questão do esquecimento, Gadamer diz que, “a memória tem de ser formada. Pois a memória não é memória como tal e para tudo. Para algumas coisas temos memória, para outras não, e algumas coisas queremos guardar na memória outras banir. Estaria na hora de liberar o fenômeno da memória de seu nivelamento capacitativo que a psicologia lhe impôs e de reconhece-la como um traço essencial do ser histórico e limitado do homem. A postura de reter e de lembrar pertence ...ao esquecimento e que é não somente uma perda e uma carência, como acentua F. Nietzsche, uma condição de vida do espírito.” (GADAMER, op. cit. p.56). Sobre a impossibilidade e inutilidade de uma memória total, ver o estudo de Júlio Pimentel sobre a obra de Jorge Luis Borges. (PINTO, Pimentel Julio. 1998, p.p.287 e ss.

¹⁰ Sobre ficção ver, VV AA. Gêneros de fronteira – cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. Ler, especialmente, o artigo de Peter Burke, fronteiras instáveis entre história e ficção (p.107-114), e o de Edgar de Decca, O que é romance histórico. (p.197-209)

A estratégia de relegar o rio que não existia ao esquecimento, no entanto, pareceu não surtir efeito fora do âmbito diplomático. No ano de 1896, a equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicava a carta¹¹ do capitão de granadeiros Cândido Xavier de Almeida e Souza¹², endereçada ao capitão geral de São Paulo, dando conta da descoberta do Rio *Igurei*.

O capitão de granadeiros escreveu sua carta a 2 de setembro de 1783. A disputa sobre a existência do *Igurei* encerrou no ano de 1872. A publicação da carta anunciando a descoberta do rio, data de 1896. Parece que a equipe do Instituto Histórico e Geográfico chegou ao lugar da disputa com 24 anos de atraso.

Mas o Instituto fora fundado no ano de 1838, portanto, 34 anos antes da resolução do problema do *Igurei*. Como aponta Schwarcz, a tarefa dos membros da instituição consistia em “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos...colligir, methodizar e guardar”¹³.

A carta do capitão de granadeiros dando conta da descoberta do Rio *Igurei* aparece, neste movimento de centralização, catalogação e publicação de documentos considerados importantes para a escrita do Brasil. A correspondência preenchia as características do

¹¹ A cópia da carta de Cândido Xavier foi publicada no volume 18 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1896. p 246.

¹² “Mais sertanista do que militar, Cândido Xavier de Almeida e Souza celebrou-se menos por feitos bélicos do que em virtude de sua peregrinação pela hinterlândia brasileira. Sem dúvida, não lhe faltou promoção alguma em sua trajetória ascendente de praça desde 14 de julho de 1762, ‘no regimento de linha na capitania de São Paulo, em que alcançou os galões de tenente-coronel’...Filho do Dr. Luciano de Souza Azevedo e D. Isabel Garcia de Almeida, nasceu em São Paulo, por volta de 1748. Ainda era tenente, quando, enviado aos sertões paranaenses, descobriu, por setembro de 1771, os campos de Guarapuava, onde encontrou Afonso Botelho de Sampaio...Mais tarde, participou da comissão enviada a verificar se havia ou não o rio Igurei...Era comandante o tenente-coronel João Alberto Freitas, achacado do males antigos, que adoeceu, acampado na última ilha acima do Salto das Sete Quedas, de sorte que as diligências finais foram dirigidas por seu imediato, ainda capitão de granadeiros, Cândido Xavier...” (Ver. do HIGB, v. 202, 1949. P.3)

¹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Rio de Janeiro: cia das letras, 1997. p. 99

material a ser recolhido, apontadas pelos membros do Instituto, no primeiro número da Revista Trimestral do Instituto: “cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história assim antiga como moderna”¹⁴.

Ora, se a disputa pela existência ou não do Rio *Igurei* fora resolvida, por que considerava-se a carta dando conta da sua descoberta como um documento importantíssimo? Se o projeto dos “homens de letras”¹⁵ de final do século XIX era escrever uma “história do ponto de vista nacional”, a carta não representava um documento próprio para tal finalidade. Não representava a prova de um feito heróico. Não serviu para desempatar a disputa da fronteira e, além disso, poderia constituir um documento comprobatório de uma espécie de “farsa diplomática”, como argumenta o historiador paraguaio Efraim Cardoso. Este autor escreveu uma série de artigos, no ano de 1965, reclamando os direitos do Paraguai sobre os Saltos das Sete Quedas. O Salto encontrava-se sob a ameaça de ser submerso pelo Lago de Itaipu, enquanto Cardoso escrevia. Afirmava que o Rio *Igurei* e o seu contra-cabeçante, o Corrientes “... fueron audaces invenciones”¹⁶, da corte portuguesa. Trata-se de um rio descoberto e descrito por uma expedição oficial mas que parece nunca haver existido.

A publicação de um documento com tais características suscita um problema hermenêutico. Schwarcz, por exemplo, assegura que entre os sócios do Instituto, “...além do desejo de fundar uma historiografia original e nacional, há a intenção de não só ensinar e

¹⁴ BARBOSA apud SCHAPOCHNIK, Nelson. **Letras de fundação : Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte**. São Paulo : USP, 1992. Dissertação (Mestrado). p. 9

¹⁵ O termo homens de letras foi utilizado por Schapochnik e aqui, é utilizado no sentido de pessoas que tematizavam a fronteira de forma escrita. Torna-se um termo pertinente no âmbito deste trabalho, já que os textos utilizados como fontes não pertencem a uma única área do conhecimento, comportando textos que podem ser classificados como literatura e escritos considerados poéticos e científicos.

¹⁶ CARDOSO, Efraim. **Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá**. Assunción : Guaireña. p. 34

divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria”¹⁷. Também Schapochnik, segue esta tradição interpretativa. Afirma que os “homens de letras”, no Brasil do final do século XIX, tinham o “propósito de fundar uma memória nacional”¹⁸, e por isto reuniram estes tipos de documentos. A interpretação efetuada por estes autores pode ser considerada como hermenêutica psicológica, a metodologia para a correta interpretação de textos proposta por Schleiermacher. Conforme este método¹⁹ deve-se compreender um texto a partir da intenção do seu autor, do seu desejo, do seu projeto enfim, da sua disposição psicológica.

Como disse anteriormente, se a intenção dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fosse escrever a memória nacional, ou construir a nacionalidade brasileira, a carta de Cândido Xavier não seria julgada um bom documento. Ao contrário, poderia constituir um contra testemunho sobre a imagem da “boa índole portuguesa e luso brasileira” no que se refere às disputas de limites e fronteiras.

Para efeito de compreensão, talvez seja mais adequado dizer que aqueles homens moviam-se dentro de uma tradição, uma forma de tratar a história e o documento. Januário da Cunha Barbosa enunciava sua forma de compreender o trabalho do historiador e a

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. p. 102.

¹⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. cit.. p. 13

¹⁹ Conforme Gadamer a hermenêutica psicológica é considerada um método para a correta interpretação de textos, no entanto, o autor propõe que a hermenêutica seja elevada ao nível ontológico, que seja tomada como acontecer do ser na linguagem.

função do documento no relatório dos trabalhos do Instituto realizados durante o ano de 1842. Assegurava que “o talento de um historiador, diz o Barão de Barante, assemelha-se à sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que ressuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que sofrem cataclismos”²⁰.

A metáfora do historiador-paléontólogo, parece não deixar dúvidas. Pretende-se reconstruir um ser que encontra-se fragmentado pela ação do tempo e pela distância espacial. A carta do *Igurei*, no entanto, pareceria um osso que não se encaixa na carcaça do “animal”.

A cópia da carta não comprovava a existência do *Igurei* e nem se prestava para a constituição de uma identidade nacional. E, no entanto, pode-se assegurar que os sócios do Instituto concebiam o documento como expressão dos fatos. Não que os fatos fossem simplesmente igualados ao espelho da realidade geográfica, pois jamais se chegou, “de fato”, a um acordo sobre a existência de um rio que tivesse o nome de *Igurei*. Da mesma forma, não era uma prova da constituição da territorialidade brasileira, porque a fronteira do Brasil jamais chegou até o rio que não existia. A carta era a expressão de uma realidade específica, de uma realidade histórica, tal como a compreendiam os sócios do Instituto. Documento expressão dos fatos. História como fatos que aconteceram. A velha tradição da

²⁰ BARBOSA, Januário de Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo IV, p. 6, 1842.

história como relato fiel do que aconteceu. Não importava o rio mas a disputa em torno dele porque se aquele curso de águas não existiu, as disputas em torno dele ocorreram.

O Rio *Igurei* entrava na ordem das discussões, daquele período, também por uma outra via: os debates sobre a língua brasileira. Problemas como o do nome sem rio podiam ser imputados à imprecisão da linguagem. Quando se soube que Cândido Xavier havia descoberto o Rio *Igurei*, o encarregado da fronteira por parte da Espanha, don Felix de Azarra, também noticiou que descobrira o verdadeiro *Igurei*, a 22°30 de latitude acima dos Saltos de Sete Quedas. Afirmava que o rio, encontrado por Xavier, 9 léguas abaixo da cachoeira, era falso, e chamava-se *Garey*. Estava em jogo uma faixa de terra medindo cerca de 50Km e que se estendia de Leste ao Oeste, entre os rios Paraguai e Paraná. Mas também estava em jogo a linguagem. A imprecisão lingüística da diplomacia das metrópoles levava ao impasse: Um nome sem rio. Uma designação sem objeto.

Merleau-Ponty afirma que “a denominação dos objetos não vem depois do reconhecimento, ela é o próprio reconhecimento”²¹. A partir deste preceito, podemos dizer que os “homens de letras” do século XIX efetuavam a denominação do Brasil. As instituições, as ciências e as técnicas utilizadas por eles não constituem ferramentas para efetivar o reconhecimento do país. Elas são o lugar de onde se nomeia. Por isso, a língua representava um papel tão fundamental. Assim, nomeava-se a língua²² da nação. Aventou-se de chamar língua brasileira, língua dos brasis, língua nacional, língua pátria e outras denominações. Uma das disciplinas que adquiriu grande importância foi a etimologia, como veremos adiante. O nome de coisas no idioma indígena, circunscrito ao “espaço do

²¹ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo : Martins fontes, 1994. p. 242

²² Língua é utilizada, neste trabalho, no sentido de idioma.

território nacional”, passava pela decomposição, recebia a significação equivalente na língua portuguesa e voltava a ser utilizado na forma original. Por exemplo, a palavra Paraná decompõem-se em *Para* que equivale a rio, e *ná*, que corresponde a mar. Donde que Paraná significa rio igual ao mar, grande como o mar.

Desta forma, nomeava-se os contornos do império, mesmo que suas fronteiras ainda não estivessem definidas nos tratados de limites, mas não quer dizer que a idéia de fronteira até então existente desaparecia para surgir uma idéia nova. Isto seria narrar a história das idéias, dos conceitos, das categorias, das ideologias, das teorias e das noções de fronteira.

Não se faz necessário aceitar que os “nomeadores” do Brasil contemplassem a essência do país para depois comunicá-la ao povo brasileiro, e enfim, aos outros povos. A nomeação representa um acontecer²³ na própria linguagem. Aqueles homens não criaram uma língua nova para traduzir os nomes indígenas senão que os traduziram para o português. Portanto, moviam-se nas velhas tradições da língua da Metrópole.

A tradição iluminista, bastante difundida no Brasil deste período, abria o campo para uma tentativa de dialetização²⁴ da língua portuguesa. Oferecia a linguagem para a proposição da existência de uma língua nacional distinta da metropolitana e da língua

²³ Este termo refere-se ao conceito de historicidade em Gadamer. O ser que pode ser compreendido acontece na e pela linguagem, donde tiramos que, a fronteira que pode ser compreendida acontece na e pela linguagem. A fronteira que acontece fora da compreensão pode ser objeto de fé, de doma ou de simples adesão.

²⁴ Gadamer diz que a linguagem não opera segundo a lógica dialética e sim de modo formal. Isto o separa da tradição da história das idéias, porque as idéias podem ser dialetizadas. Posso pensar uma conjunto de idéias como pertencentes a uma época passada e que, a partir dali, surgiram outra idéias, substituindo as antigas. Assim, morrem as antigas para nascerem as novas. Com a linguagem não acontece o mesmo. Não posso falar de uma época passada com por meio de uma linguagem totalmente nova porque ninguém me entenderia. Segue que nos movemos sempre em tradições.

falada em qualquer outro país. Isto encontrava a resistência de autores como o jornalista José da Gama e Castro, referindo-se à possibilidade da existência de uma literatura nacional. Ele argumentava que “... literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real mas que até não pode ter existência possível ... A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua; sempre foi assim desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar ...”²⁵.

O argumento de Gama e Castro possuía apenas uma força mediana porque se a literatura recebe o nome da língua na qual é produzida, a língua, via de regra, adquire o nome da nação ou do povo que a fala. O fundamental não consistia em provar a existência da literatura brasileira. A definição da língua constituía apenas uma prova, porque, nomeada a língua do Brasil nomeava-se também o seu povo e, conseqüentemente, o seu território.

Referindo-se a língua utilizada durante o Brasil Colônia, Joaquim Norberto de Souza e Silva contraargumentava que,

*... ainda não éramos nação, e já tínhamos historiadores, que memorassem a glória da pátria, poetas, que celebrassem a vitória de seus compatriotas e oradores que do alto da tribuna sagrada, honram a nossa história. Assim engrandecia-se um povo ainda no berço: novo Hércules, que nascia no meio de batalhas, que arrancava um brado heróico e mandaria o sinal de sua existência aos povos do Universo dando eterno assunto aos cantos e poesias, assim a instrução, como um incêndio surdo, ia lenta e densamente lavrando este amplo espaço.*²⁶

Silva utilizava os recursos do gênero épico para narrar o surgimento do que ele considerava a língua nacional. Os historiadores, os poetas e os oradores representam os heróis da aventura. Eles geraram a linguagem da nação e a nação da linguagem. Fizeram

²⁵ SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. cit. p. 47

²⁶ Idem. p. 52

isto, pelo ato de vibrar a própria língua na direção da história do país, narrando e celebrando as glórias e as vitórias do povo brasileiro.

Compara o surgimento da *lingua pátria* ao vagido de uma criança. Mas não se trata de uma criança qualquer. Hércules, a criança mais forte que a tradição greco-latina comunicou ao Novo Mundo, era capaz de, ainda no berço, sufocar serpentes com as próprias mãos. Seus brados com certeza, poderiam ser ouvidos a quilômetros de distância.

Os oradores, poetas e historiadores do passado brasileiro apareciam como pequenos filhos de Zeus e Alcmena, naqueles meados do século XIX. Os seus gritos, ou seja, a sua linguagem “infantil”, segundo Silva, “mandava o sinal de sua existência aos povos do Universo”. Existência destes homens, evidentemente. Trata-se de homens que falam uma língua, e concluíam-se que ela também existe. Tratam da glória e das vitórias de um país, logo, não se pode negar a existência de seu território.

Entretanto, há uma outra metáfora fundamental no discurso de Silva. Ele compara a linguagem dos poetas, historiadores e oradores da colônia com um incêndio surdo que “... ia lenta e densamente lavrando, quando o seu clarão desabrochou iluminando este amplo espaço”. A língua era assim comparada a uma luz que ilumina. No Brasil, conforme o texto de Silva, trata-se de um incêndio e não uma simples luz. A língua, sob a forma de luz civilizadora, pertence a tradição iluminista.

Isto podemos constatar das propostas varnhagerianas em relação ao estudo da língua brasileira, para a escrita e o conhecimento da história do país. Na obra intitulada *História Geral do Brasil antes de sua Separação e Independência de Portugal*, Varnhagen aponta que os indígenas do Brasil “... procediam de uma origem comum, e falavam dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram de geral, e era a mais espalhada das principais de todo este continente ... Afora a língua, e certo progresso material na indústria,

nenhum caráter especial distinguia os tupis das raças limítrofes²⁷. A língua falada no Brasil recebia uma paternidade: o povo tupi.

A tradição da ancestralidade tupi, no entanto, pode ser bem mais antiga. Holanda diz que, “a opinião de que a conquista da orla litorânea pelas tribos Tupi se verificou pouco tempo antes da chegada dos portugueses, parece ainda confirmada pela perfeita identidade na cultura de todos os habitantes da costa, pois estes, conforme disse Gandavo, ‘ainda que estejam divididos e haja entre eles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, condições, costumes e ritos gentílicos todos sam hum’”²⁸.

No texto de Varnhagen a língua dos tupis conferia a unidade territorial do país antes mesmo da chegada dos portugueses. A “língua geral” oferecia os contornos do território. Ela constituía as fronteiras que o autor podia visualizar:

*Essa unidade de raça e língua, desde o Pernambuco até o porto dos Patos, e pelo outro lado quase até as cabeceiras do Amazonas, e desde São Vicente até os mais afastados sertões, onde nascem vários afluentes do Prata, facilitou o progresso das conquistas feitas pelos colonos do Brasil onde a língua se lhes apresentou outra, não conseguiram tão facilmente penetrar ...*²⁹.

A língua ancestral estava nomeada. A fronteira também, podia ser visualizada. A nomeação se dava na linguagem e transmitia-se para as futuras gerações.

A língua representava-se como instrumento de conquista do espaço, de definição dos contornos, separando os tupis, a raça aborígine do Brasil, das raças limítrofes, como por exemplo os guaranis considerados pertencentes à raça aborígine “do Paraguai”³⁰.

²⁷ V. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Tomo I. 9ª ed. São Paulo : Melhoramentos, 1970. p.p. 23 e 32.

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p 72

²⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 24.

³⁰ V. Idem p. 31

Contudo, a língua tinha ainda uma função fundamental para Varnhagen. Ele a expressa em um de seus ataques aos filósofos e poetas românticos³¹, que como se sabe, viam no estado selvagem um ideal de sociedade humana. Argumenta que os indígenas viviam em condições de barbárie, “próximo da ferocidade”³². Logo adiante acrescenta, que não

*... nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra. em outras eras: com pouca diferença seria a mesma das terras da Europa. hoje tão florescentes. quando os fenícios. os gregos. e mais que todos. os romanos lhes inculcaram a sua civilização. que com a língua levaram à Lusitania. e que mais tarde. auxiliada na indústria pela ilustração arábica. e nos costumes. pelas branduras do cristianismo. foi trazida a este abençoado país. quando a imprensa publicava os monumentos da civilização grega e romana. quando a Europa se debatia por interpretar muitos costumes absurdos. e quase incríveis. descritos por Heródoto. Strabo. Tácito e Cesar.*³³

Como se depreende do texto, a língua era concebida por Varnhagen como o instrumento condutor das luzes da civilização. Com efeito, não se trata de um idioma qualquer, mas o fenício, o grego e principalmente o latim. Estes idiomas transportaram o saber civilizado para as terras da Lusitânia e, dali, segundo o autor, transmitiu-se-lhe ao Brasil.

A língua conferia os contornos e a civilidade da nação. Há, ainda, uma outra utilidade do estudo da língua, na concepção varnhageniana. Trata-se de uma função genética, ou seja, através do estudo da língua aborígene comparada as línguas do velho

³¹ Não confundir romantismo e hermenêutica romântica. O romantismo é entendido, aqui, como uma linguagem baseada em uma concepção filosófica e estética que valoriza o primitivo, o natural, original enfim, as coisas que ainda não foram “corrompidas pela racionalidade”. A hermenêutica romântica, por sua vez, consiste em um método para interpretação de textos e da realidade no qual impera a soberania do contexto, ou seja, o contexto é o ponto de explicação.

³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 30

³³ Idem. p. 53.

continente poder-se-ia descobrir as origens da antiga raça habitante do Brasil. Varnhagen conjecturava existir uma certa semelhança entre o tupi e o egípcio antigo, não só nas formas gramaticais, como especialmente em um grande número de palavras (às vezes até idênticas) e significando objetos de uma natureza primitiva e não suscetíveis de sofrer a ocorrência de sinônimos, tais como os com que designavam o sol, o fogo, a terra, o campo, a argila, o ouro (nas Antilhas), a água, o caminho, o cão, a formiga, a árvore, a folha, o espinho, a flecha e outros, fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os egípcios os ascendentes dos nossos tupis.³⁴

Ao analisar discursos como estes, classificando-os de arqueologia imperial, Lúcio M. Ferreira aponta que,

Estas hipóteses mediterrânicas e bíblicas sobre o povoamento do Brasil, portanto, devem ser lidas no contexto em que vigiram. Resultaram de uma Arqueologia praticada por uma instituição que respondia a interesses específicos do projeto político Imperial ... estabelecer para estas sociedades um antepassado nobre (fenício, hebreu ou europeu), significava a possibilidade de representá-las no quadro geral das Nações civilizadas. Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, os 'bárbaros' que a integravam deveriam também ser 'nobres', ainda que sua 'nobreza' estivesse situada num passado recuado, perdido entre as brumas da Pré-História.³⁵

Podemos ter como certo que as representações da nobreza da raça indígena fazem parte do movimento romântico brasileiro. Mas, Ferreira supõe que “a Arqueologia nobiliárquica teria se articulado fundamentalmente com a historiografia iluminista do IHGB e sua etnografia”³⁶. O autor, por sua vez, apoia-se nos estudos de Manoel Luís Salgado Guimarães. Este argumenta que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das idéias iluministas no Brasil, até pelo menos 1860. Torna-se, portanto,

³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 55

³⁵ FERREIRA, Lúcio M. Vestígios de civilização : o instituto histórico e geográfico brasileiro e a construção de arqueologia imperial. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 28, 1999.

³⁶ Idem. p. 29

difícil compreender autores como Varnhagen, crítico severo do romantismo, quando declara que “... não sabemos como haja ainda poetas e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem”³⁷. Difícil, porque o “pai da historiografia brasileira” ocupa-se da pesquisa de uma origem nobre para os tupis, uma tarefa bem ao gosto dos românticos e não dos iluministas. Para o iluminista Varnhagen, os indígenas brasileiros viviam fora das luzes, “num estágio próximo à ferocidade”.

A reflexão de Gadamer sobre a tradição iluminista e a romântica podem nos auxiliar aqui. Ele expressa que:

*El que la actitud restauradora del romanticismo pudiera unirse a la tendencia básica de la Ilustración en la unidade productiva de las ciencias históricas del espíritu, tan solo expresa que lo que subyace a ambas es una misma ruptura con la continuidad del sentido de la tradición. Si para la Ilustración es cosa firme que toda tradición que se revela ante la razón como imposible o absurda sólo puede ser entendida como histórica, esto es, retrocediendo a las formas de comprensión del pasado, a consciência histórica que aparece con el romanticismo es en realidad um radicalización de la Ilustración. Pues para la consciência histórica el caso excepcional de una tradición contrária a la razón se convierte en el caso normal.*³⁸

Pode-se, portanto, compreender o romantismo e o iluminismo como tradições que se completam na linguagem porque, metodologicamente, as duas correntes de pensamento partem do princípio que as tradições, os costumes, as formas de conceber o mundo estranhas à razão, devem ser submetidos a crítica racional. Trata-se do mesmo procedimento: “el esquema de la superación del mythos por el logos”³⁹. Se a fé iluminista no poder irredutível da razão conduzia a perceber as tradições estranhas, ou “racionalmente contraditórias” como exceções a corrigir, o romantismo as percebe como o modo próprio do desenvolvimento histórico. Nisto pode-se perceber uma maior aproximação do

³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 52

³⁸ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 342-343.

³⁹ Idem. p. 340.

romantismo à “dialética do espírito”⁴⁰. O mundo, a história, aparecem como o momento da negação do Espírito. Por isto, como desdobramento do Espírito, ela somente pode ser imperfeita. Daí, para os românticos, a perfeição da razão não é uma característica do homem histórico, mas uma projeção do racionalismo. O homem histórico e natural pensa mais a partir dos “mito” porque ele homem histórico, vivente, representa a negação do homem do mundo das idéias, o homem perfeito, que pensa racionalmente. Logo, se se quer compreender o que acontece na terra, será necessário partir do homem histórico, existente e natural.

A tradição romântica e iluminista refere-se ao homem natural, histórico, ao mito⁴¹, ao primitivo e assim por diante. Mas, o que aprender com os “mitos”, os primitivos, o natural? Deveria-se aprender deles o que deu certo, o que favoreceu a humanidade. Portanto, tal qual para o iluminismo o romantismo percebe a história como a luz para o gênero humano.

Mas o romantismo inverte o pressuposto do iluminismo. Gadamer aponta que “la inversión del presupesto de la Ilustración tiene como consecuencia una tendencia paradójica a la restauración, esto es, una tendència a reponer lo antiguo porque es lo antiguo a volver conscientemente a lo inconsciente, etc. lo qual culmina em el reconocimiento de una sabedoria superior en los tiempos originários”⁴².

⁴⁰ Hegel diz que, “o Espírito apresenta-se em sua realidade mais concreta na fase em que o observamos, a de história do mundo”. (HEGEL, G.W. F., 1990, p.63.) Para uma apropriação do conceito de dialética do espírito, ler HEGEL, G.W. F., **A razão na História**. São Paulo: Moraes, 1990.

⁴¹ Utilizo o termo “mito” no sentido de narrativa.

⁴² GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 340-341.

A busca dos tempos originários brasileiros não diz respeito somente e nem principalmente aos cientistas românticos. Varnhagen, crítico do romantismo, sondava o tempo originário do Brasil nativo e o situava no Egito antigo. Pode-se compreender isto como um trabalho de substituição do “mito” pelos logoi. A formatação de um discurso racional sobre os contornos originários do país.

Gadamer aponta as características distintivas do romantismo e da ilustração. Ele expressa que “frente a la ciencia ilustrada en la perfeccion, que sueña com la realización de la liberación de toda ‘superstición’ y de todo prejuicio del pasado, ahora los primeiros tiempos, el mundo mítico, la vida no analizada ni rota por la conciencia en una ‘sociedade natural’, el mundo de la caballería cristiana, alcanza un hechizo romântico y incluso preferéncia respecto a la verdad”⁴³.

Percebe-se em Varnhagen mesmo a crítica a esta preferéncia romântica pela vida natural que implica em um certo retorno ao primitivo. Declara seu inconformismo frente à tendência romântica mas esta atitude de repúdio à preferéncia pelo tempos míticos não significa recusa completa. Pode-se dizer que tratava-se de situar o discurso mítico e poético na hierarquia dos saberes. Para os iluministas estes representavam uma linguagem que deveria comparecer diante da razão e passar para o formato racional. A tarefa cabia aos saberes especializados da arqueologia e de etnografia, ciéncias auxiliares da história segundo a tradição iluminista.

Ao tratar das ciéncias desenvolvidas no Brasil, durante o Império, Lúcio Ferreira assevera que “a arqueologia praticada pelo IHGB dedicou-se a um problema muito antigo,

⁴³ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 340.

mas que tomou, na Europa do século XIX, uma forma muito particular: a origem do homem. Na Europa, pelo menos até a Origem das Espécies (1859) e Boucher de Perthes (ou seja, até o nascimento da Pré-História), a resposta a este problema aglutinou-se em duas vertentes, oscilando entre o monogenismo e o poligenismo”⁴⁴.

Como saber que descartava as explicações consideradas irracionais, a historiografia iluminista adotava o poligenismo que supunha a origem mediterrânica dos povos indígenas chegados à América pela navegação atlântica.

A discussão em torno da arqueologia indígena, interpretada a partir do contexto imperial, tinha pelo menos duas funções políticas, conforme sugere Ferreira. Ele conjectura que a estratégia principal da arqueologia vinculada ao projeto político imperial,

*... pelo menos até 1870, foi a de auxiliar na viabilização de uma determinada ordem, prescrevendo um lugar social para as sociedades indígenas na justificativa genealógica que se procurava imprimir ao Estado Nacional, na tecelagem da identidade da Nação ... Estabelecer para estas sociedades um antepassado 'nobre' ... significava representá-las no quadro geral das Nações civilizadas ...*⁴⁵.

A segunda função, conforme o autor, foi a de “... elaborar discursos históricos de origem onde as elites e as classes dominantes do país – os nobres – pudessem se reconhecer”⁴⁶.

Podemos reconhecer a plausibilidade da hipótese de Ferreira. Nisto ele parece seguir o que talvez se possa chamar uma tradição historiográfica brasileira que consiste em explicar as questões da formação da identidade nacional a partir da “vontade de Estado”, ou das intenções da classe dominante no país. Dentro desta tradição poderíamos colocar autores como: Florestan Fernandes, Nilo Odália, Lília Moritz Schwarcz, Manoel Luís

⁴⁴ FERREIRA, Lúcio M. Op. cit. p. 26.

⁴⁵ Idem. p. 28

⁴⁶ Idem. p. 28

Salgado Guimarães, Arno Weheling, Schaposchnik e outros. Não se trata de verificar o erro ou acerto da hipótese. Apenas me parece que, em termos hermenêuticos, ela tende a reduzir-se ao aspecto psicológico⁴⁷. Ou seja, conduz à conclusão de que a intenção, portanto a disposição psicológica dos pesquisadores e escritores do período chamado da formação do Estado Nacional, consistia no propósito de construir, a qualquer custo, a identidade nacional. Isto me parece reduzir em muito a questão.

Como aponta Gadamer, trata-se do problema do historicismo⁴⁸ psicologista de Schleiermacher que fundamenta-se sobre um pressuposto que talvez possa ser enunciado da seguinte forma: hoje podemos entender melhor os autores de épocas passadas porque temos o contexto psicológico onde eles viveram. A interpretação⁴⁹ psicologista reduz a explicação da linguagem sobre as fronteiras do Brasil à intenção de seus produtores. De uma forma geral, seria a vontade de construir a identidade nacional. O problema principal desta forma de interpretação consiste em perceber a língua como um instrumento de produção da fronteira que a elite do país podia manipular, com um objetivo definido. A língua, no entanto, não é um instrumento que podemos manipular conforme a nossa vontade. Se utilizarmos a língua como bem quisermos, ninguém poderá nos compreender. Exemplo, *nguenidore apzonsend enrets*. Logo, a fronteira se dá para além dos interesses de certos grupos. Ela se dá na e pela linguagem, a partir de tradições que afetam as pessoas

⁴⁷ Sobre a hermenêutica psicológica ver GADAMER, op. cit., p. 217-221.

⁴⁸ O termo historicismo tem muitas acepções. Aqui será tomado no sentido de tendência narrativa que remete as causas dos acontecimentos históricos ao próprio desenvolvimento da história. Sobre hermenêutica e historicismo, ler na obra citada de Gadamer, o texto que se encontra entre as páginas 599 e 640.

⁴⁹ Compreensão e interpretação podem ser utilizados com equivalência de sentido, como é o caso deste trabalho. Gadamer diz que a diferenciação entre estes termos foi introduzida por Chladenius e que tinha uma função pedagógica. Interpretar era o procedimento pelo qual os alunos aduziam os conceitos necessários para a compreensão de uma passagem de texto. (GADAMER, 1993,p.236)

que dizem a fronteira e nos afetam também, porque podemos compreender o que elas dizem.

Para evitar esta dificuldade do qual ressen-te-se o historicismo iluminista e romântico, convém perceber as tradições nas quais os textos se formam. Autores como Varnhagen e Martius moviam-se nas tradições iluminista-romântica, se é possível assim falar. Nesta tradição moviam-se estes autores tidos como pais da historiografia brasileira e outros apontados por Ferreira como é o caso de Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Souza e o próprio José de Alencar⁵⁰. Podemos ainda acrescentar o nome de Antônio Joaquim de Macedo Soares e outros.

Mas a língua tinha um papel de destaque para estes homens. No ano de 1850, o IHGB ganhava um seção de Arqueologia e Etnografia. Varnhagen e Martius foram defensores do estudo das línguas indígenas. Sabe-se que Martius no seu artigo *Como se Deve Escrever a História do Brasil* “propõe a investigação das cosmologias indígenas, de seus dialetos, e, por fim, o estudo comparativo das raças”⁵¹ e que também “o indígena, assim mereceria um estudo cuidadoso, até mesmo devido à sua potencialidade para a confecção dos mitos da nacionalidade”⁵².

Com efeito, o termo *tupi* parece carregado de sentido fundador para Varnhagen. Ele aponta que se faz natural, “...interrogar o que queira dizer Tupi. Graças aos mais profundos estudos sobre esta língua, cremos haver hoje atinado com a verdadeira significação desta palavra. *Y’pi* quer dizer principio de geração;”⁵³ o povo da origem, a língua original.

⁵⁰ ver FERREIRA, Lúcio M. Op. cit. p. 30.

⁵¹ Idem. p. 21.

⁵² Idem p. 21.

⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 26.

Esta proposta inscrevia-se em uma tradição que podemos constatar nos textos de autores ligados ao IHGB, principalmente em Varnhagem. Apesar de seu discurso eminentemente iluminista, há uma nomeação da língua do Brasil. Ela é tupi. Esta nomeação resulta da identificação do povo originário, habitante do país. O povo ancestral vivia em um território e, definido este, aparece a fronteira original da nação.

A linguagem sobre a língua, o território e o povo da origem era transmitida de geração em geração, por isto, podemos defini-la como uma tradição, uma linguagem na qual e pela qual a fronteira entre o Paraguai e o Brasil se dá à compreensão.

1.2 A LINGUAGEM TOMA O LUGAR DO DISCURSO NA FRONTEIRA

A linguagem entendida como especificidade de uma língua falada e não como sentido das coisas ditas podia representar a singularidade de um povo e de um território, logo, podia definir as fronteiras da nação.

A prática de vários estudiosos brasileiros em relação à etnografia e à língua pode ser relacionada a algumas modificações na forma de conceber a linguagem, ocorridas na Europa do final do século XVIII, que para Foucault inaugura uma nova episteme, uma maneira moderna de conhecer as empiricidades⁵⁴.

Até então não se pensava as línguas como famílias, como ramos ramificações de algum tronco comum. As palavras “... só existiam pelo valor representativo que detinham, bem como pelo poder de análise, de reduplicação, de composição e de ordenação que se

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras, as coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 1992. p. 265.

lhes reconhecia em relação às coisas representadas”⁵⁵. A partir de Grimm e Bopp a palavra somente representa alguma coisa porque pertence à lei interna da língua à qual pertence, ou seja, à estrutura gramatical da língua. Isto conduziu ao isolamento das línguas indo-europeias como uma grande família. O método utilizado era a gramática comparada. A língua podia ser ligada, agora, ao território e suas fronteiras.

Foucault aponta que esta positividade filológica que se formava no início do século XIX partia de quatro segmentos. O primeiro diz respeito à forma como uma língua pode caracterizar-se internamente e distinguir-se de outras. Até o século XVIII, “havia línguas mais importantes que outras porque nelas a análise das representações era mais precisa ou mais fina. Doravante todas as línguas se equivalem: elas têm somente organizações internas que são diferentes”⁵⁶. Mas como a organização interna tornou-se o princípio que define os objetos de estudo, cada língua podia ser isolada em si, o que significava definir o povo que a fala e o território onde ele vive.

O segundo segmento é o estudo destas variações internas. Antes estudava-se mais a metamorfose das letras do alfabeto. A partir deste período, “procura-se a linguagem o mais perto possível do que ela é: na fala”⁵⁷. O estudo da língua como fala oferecia o campo para o discurso das origens dos países que não possuíam tradição escrita como é o caso do Brasil.

O terceiro segmento consiste em estabelecer uma teoria nova do radical. Na época clássica, a raiz era considerada um núcleo transformável ao infinito. Doravante, “a etimologia, portanto, vai deixar de ser um procedimento indefinidamente regressivo em

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Op. cit. p. 296-297.

⁵⁶ Idem. p. 300-301.

⁵⁷ Idem. p. 302

direção a uma língua primitiva, toda povoada pelos primeiros gritos da natureza; torna-se um método de análise precisa ...”⁵⁸. O estudo da etimologia das palavras em língua indígena, por exemplo, tinha um papel fundamental porque enquanto se definia a língua a qual pertencia o radical dos nomes locais, definia-se a sua pertença a um dado território.

Então a linguagem passou a ser vista como um instrumento de expressão “na medida em que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que a falam ... a linguagem ... torna visível a vontade fundamental que mantém um povo em vida e lhe dá o poder de falar uma linguagem que só a ele pertence”⁵⁹. Ela esboça as fronteiras entre os povos.

Desta forma, como aponta Foucault, estabeleceu-se “... um profundo parentesco entre a linguagem e o livre destino dos homens. Ao longo de todo o século XIX, a filologia terá profundas ressonâncias políticas”⁶⁰.

O quarto segmento diz respeito a uma nova definição dos sistemas de parentesco entre as línguas. A gramática clássica supunha a existência de uma língua comum anterior a todas e que expressava os sentidos de uma forma natural e precisa. Quanto mais para trás no tempo mais próximo da língua perfeita. O modelo era uma língua ideal, portanto, metafísica, fora da história. Segundo o modelo da língua ideal, o sânscrito aparecia como a língua mãe da família lingüística hindo-européia. Partindo da organização interna da língua, Bopp demonstrava que “... entre o sânscrito, o latim e o grego, as línguas germânicas, havia uma relação de fraternidade, sendo o sânscrito não a língua mãe das outras, mas antes a

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Op. cit. p. 303-304.

⁵⁹ Idem. p. 306.

⁶⁰ Idem. p. 306-307.

irmã primogênita, a mais próxima de uma língua que teria estado na origem de toda esta família”⁶¹.

Ora, se a língua representa a expressão mais pura do povo que a fala e, se as línguas germânicas são, “comprovadamente”, irmãs mais novas do sânscrito, elas equivalem em idade ao grego e ao latim. Isto significava que os povos germânicos, considerados os bárbaros da Europa, podiam reclamar o direito a uma história tão antiga quanto a dos gregos e a dos romanos. No tempo em que estes se formaram e expressaram sua vontade livre pela língua também os germânicos o fizeram. Podia-se concluir que estes povos constituíam uma nação desde aquela época e, se foram considerados bárbaros e sem história, por muito tempo, isto se deve ao fato de assim serem representados pelos outros: os gregos e os romanos.

Parece sintomático que autores como Varnhagen e Martius, o primeiro descendente direto de alemães e o segundo germânico de nascimento e vivendo naquele país, defendessem o estudo da língua nativa enquanto fala. Como se sabe, os povos germânicos da idade antiga, como os nativos do Brasil eram povos ágrafos. A língua falada constituía-se uma fonte para a escrita da História. Mas a linguagem da fronteira não se compõe somente de coisas ditas. Ela aparece nos documentos em forma de textos inclusive daqueles autores que estudavam a língua falada nos “tempos da origem”.

Em sua análise do conteúdo das revistas do IHDB, apontando as temáticas mais incidentes, Manoel Luís Salgado Guimarães destaca a forma pela qual o primeiro secretário Joaquim Manoel de Macedo entendia a função dos documentos contidos na revista. Diz o primeiro secretário, referindo-se às revistas, que “a leitura delas será muitas

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Op. cit. p. 308.

vezes frutuosa para o ministro, e legislador e o diplomata, e em uma palavra será útil a todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria”⁶².

O primeiro secretário apontava esta finalidade prática do material recolhido nas revistas. Como assegura Guimarães, referindo-se aos três temas básicos da revista quais sejam, os indígenas, a indexação e o comércio com os índios, o papel central do Estado

*se pensarmos que num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação ... o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido a necessidade de integração destas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional sediado no Rio de Janeiro ... Para a jovem monarquia que constrói sua identidade a partir da oposição às formas republicanas de governo, assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre este espaço.*⁶³

Voltamos à carta do capitão de granadeiros Cândido Xavier sobre a descoberta do nome que não tem rio. Ela dizia respeito à região de fronteira e no entanto não se prestava para o ministro, para o legislador, nem para o diplomata. Um nome de rio sem rio, não presta para definição da fronteira, nem para garantir o poder sobre o espaço e nem mesmo para integrar alguma região ao Estado Nacional e pode-se dizer, até atrapalha o processo de definição de sua identidade físico-geográfica. Se na linguagem dos homens do império a fronteira se dá como os contornos da Nação e o lugar até onde o centro alcança com a língua, na linguagem de autores como Guimarães, ela se dá como uma construção de uma elite ligada a um projeto político.

A carta da descoberta do nome sem rio podia ter outra função mais evidente: ser um documento para a escrita da história. A história entendida como narrativa das coisas que de

⁶² GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 20, 1988.

⁶³ Idem, p. 21-23

fato aconteceram. A carta era um documento-prova do acontecido, tal como na visão rankeana de História, na sua acepção de documento.

Os homens do Instituto, no período final do Império, como se sabe, falavam uma linguagem baseada no iluminismo. Isto se torna inequívoco em afirmações como a de Januário da Cunha Barbosa, em artigo publicado no segundo número da revista IHGB. Como que apontando a importância da História para o homem de Estado, ele assegura que “a História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhes conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe apontam os caminhos que deve seguir, as escolhas que deve evitar e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nave do Estado”⁶⁴.

Como se percebe, o texto consiste em uma alegoria. A história escrita aparece sob a metáfora de Clio conselheira. O Estado equivale a uma nave, onde o lugar do timoneiro pertence ao governante. O não escrito, ou seja, o vivido, a história-vida, aparece sob a figura de um lugar por onde se faz necessário navegar; um lago, um mar, ou um rio. Os escolhos representam os perigos que o Estado enfrenta. O seguro porto, a tranquilidade que a instituição deve oferecer aos cidadãos, no caso, súditos.

O rio – lago – mar é a metáfora da história, mas aqui cola-se um sentido pastoral à história da nação. Conforme a tradição cristã, mais especificamente católica, a Igreja representa a barca que conduz o povo à salvação. Trata-se de uma aplicação invertida da figura pagã do primeiro rio do Inferno, o Aqueronte. Nele, a barca de Coronte conduz os mortos para a região subterrânea. Se a nave da morte transporta os mortos para a “danação”

⁶⁴ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Op. cit., p. 15

eterna, a nau da vida conduz os vivos para a felicidade perene: na tradição cristã confere-se este papel à Igreja instituição. Na tradição iluminista do IHGB a função pertence ao Estado.

Disso não se deve concluir que o autor construiu estas metáforas e alegorias com a intenção de constituir a identidade nacional, ou para afirmar o poder do Estado centralizador. A metáfora da barca salvadora não pertence a este contexto. Somente a sua aplicação pode ser explicada contextualmente. Pode-se concluir, sem medos de prova contrária, que ela não foi inventada ali, no contexto de formação do Estado Nacional. Do contrário, ela teria que ser explicitada detalhadamente, para ser compreendida. Podemos então concluir que trata-se de uma tradição na qual o texto de Januário da Cunha Barbosa movia-se.

Pois bem, se a história vivida compara-se as águas dos mares, lagos e rios e a linguagem torna-se compreensível, como se compreende as fronteiras formadas por águas, por nomes sem rios e por rios sem nome?

Até aqui vimos três formas explicativas possíveis para a escrita da fronteira: a explicação psicologista, que explica os textos por meio da intenção do autor. A explicação contextual, que explica-os por referência ao contexto de onde o autor fala. A epistemológica que pode explica-los recorrendo às rupturas epistemológicas.

Partindo para o âmbito da compreensão direcionamos o campo de interesse para os modos como a fronteira se dá, na e pela linguagem. Isto implica em dizer que não interessa, primeiramente, a esta pesquisa, evidenciar a causa que explica o modo pelo qual um determinado autor fala da fronteira em um determinado tempo. Importa o modo como a fronteira se dá na linguagem neste tempo e lugar.

Apontar que um autor pertence a uma tradição e por isto fala de determinado modo pode soar como explicação causal. Mas quando reconhecemos que todos nos movemos

sempre em tradições, temos também que aceitar a nossa pertença ao texto do autor que, enquanto intérpretes, compreendemos. Logo, mais coerente que tentar explicar os ditos e escritos sobre a fronteira e apresentar os modos pelos quais a fronteira se dá. Assim, a linguagem não toma o lugar do discurso, ela é o lugar onde a fronteira acontece.

Águas de fronteira, que remetem à história pré-colombiana, às antigas tradições dos primeiros habitantes da América, suas crenças, suas formas de perceber o mundo, sua cultura, transmitida de geração em geração pela linguagem oral. Águas de limites que fazem reviver antigos “mito”, cosmologias ancestrais, doutrinas abandonadas, filosofias revogadas, técnicas ultrapassadas, saberes aparentemente suplantados, como dos marinheiros, viajantes vindos da Europa, no início do século XVI.



Sete quedas. Foto de Helmut Herich Wagner

Pode-se dizer que, tal como o indígena, os marinheiros sabiam ler os sinais da terra escritos nas águas e os sinais das águas, desenhados na terra. Talvez eles falassem a

linguagem dos “quatro elementos”. Como se fosse um traçado alfabético, uma longa ponta de terra projetando-se em direção ao oriente, poderia significar a impossibilidade de uma empresa navegatória seguir adiante, na direção do ocidente. Um rio caudaloso que desaguasse na costa leste americana e cujas águas viessem da direção norte, podia indicar a proximidade do paraíso.

Os rios, os cabos, os lagos, os córregos podiam ser assim entendidos como um texto, uma escrita traçada pela água na superfície terrestre. Um texto sem contexto, sem intenção e sem fundamento epistemológico. Textos prestam-se para a leitura. A leitura destes textos implica na formação de outras falas e textos que, aos poucos, tornam-se modos de ver, de conceber e de exprimir tão sedimentados, lógicos e significantes e, por assim dizer, óbvios.

Com efeito, será muito extravagante, para o nosso horizonte de compreensão, alguém nomear com o qualificativo rio, o pequeno córrego que se forma das águas que caem do telhado de sua casa nos dias de chuva. Pior ainda se lhe der um nome. Ainda mais exótico pareceria se tal pessoa manifestasse o desejo de representar seu “rio de quintal” nos mapas da bacia hidrográfica ao qual deve pertencer. Sim, porque se o pequeno córrego não desaguar em um lago morto ou diretamente no mar, deve estar ligado a algum rio.

Então pode-se dizer que o “córrego do quintal” faz parte do pulsar do rio. Ele que se expande na época das grandes chuvas para contrair-se quando elas cessam. Mas, ao contrário do grande rio, o córrego não tem direito a um nome pois ele não chega a constituir uma escrita no corpo da terra. Não merece ser registrado nos mapas e nas representações cartográficas devido a sua fugacidade, sua aparente inutilidade e insignificância. Ele pertence ao “regime da curta duração”.

O córrego fugaz não se presta para a navegação, nem para a construção de barragens e, nem mesmo, para o abastecimento de água, ou irrigação. Não serve para a memória ou para a história, senão para a poesia das crianças que neles constroem pequenas barragens e navegam com barcos de papel. Presta-se para as recordações, para uma linguagem lírica⁶⁵, que não cria tradições e nem constrói identidades, muito menos a identidade de uma nação.

Os limites entre o Paraguai e o Brasil não poderiam ser enunciados de uma forma assim tão próxima ao lirismo, como por exemplo – *a linha de fronteira segue os córregos que se formam na Serra do Maracajú durante a época das chuvas*. A escrita dos córregos sobre a terra pode ser considerada um gênero literário pouco profundo, pouco “científico” e pouco confiável, para definir a fronteira entre duas nações. Escrita rápida e tagarela como diz Rancière⁶⁶.

A linguagem humana, entretanto, “empresta as suas regras” para a escrita da água sobre a terra. Quando o córrego tagarela atinge quatro metros de largura, de uma margem a outra, de forma que um homem comum não possa saltá-lo sem molhar-se em suas águas, ele pode ser considerado um rio. Passa a ser uma linguagem marcante, duradoura e recorrente. Passa a ter uma identidade não fugidia, séria, calada, sóbria, constante e quase

⁶⁵ Linguagem lírica no sentido de palavras que se desprendem dos conceitos de tempo e espaço. Emil Staiger diz que, “...para o poeta lírico não existe uma substância mas apenas acidentes, nada que perdure, apenas coisas passageiras. Para ele, uma mulher não tem ‘corpo’, e nada resistente, nada de contornos. Tem talvez um brilho nos olhos e seios que o confundem, mas um busto no sentido de uma forma plástica e nenhuma fisionomia marcante. Uma paisagem tem cores, luzes, aromas, mas nem chão nem terra como base”. (STAIGER, Emil, 1993, p. 45). Por isto a linguagem lírica pode não ser considerada a mais própria para a construção da fronteira entre países. Talvez ela possa ser a anti-linguagem da fronteira.

⁶⁶ Rancière fala de uma tradição inaugurada por Hobbes, a que ele chama de real-empirismo que consiste na crítica às “...palavras às quais nenhuma idéia determinada está ligada...é o excesso de vida que provoca a morte. E o excesso de vida nos seres falantes reunidos em sociedade, é, antes de tudo, o excesso da palavra.” V.RANCIERE, Jaques. *Os nomes da história*. São Paulo: Pontes, 1994 p.31. O autor apresenta como o romantismo vincula a estabilidade dos sistemas políticos e a escrita ou as palavras.

imutável como a figura de um ancião que adquiriu a maturidade. Na tradição greco-romana os rios eram representados por figuras de anciãos.

A escrita que este velho sábio faz no corpo da terra presta-se para a constituição da fronteira. O velho Paraná escreve no “ventre da América do Sul” e sua linguagem se desdobra em outras.

A linguagem oral dos indígenas e a escrita do europeu que aqui chegava. As duas tradições freqüentemente se juntavam a partir de fragmentos, para constituir a completude do círculo hermenêutico, os sentidos criados sobre o curso das águas que, construía-se sob a forma de um rio de fronteira.

A partir da chegada dos “homens da escrita” as águas do Novo Continente deixam de ser apenas elemento que escreve. São agora objetos da escrita, onde a terra não é mais o corpo que recebe as marcas de outro elemento, e sim o papel. Trata-se de uma nova forma de registro tão rápido e tagarela quanto o dos riachos e por outro lado, tão durável quase quanto a escrita do rio, cujo leito pode demorar milênios para ser fixado.

A escrita da fronteira entre o Brasil e Paraguai se dá sobre o papel e as águas do rio. Assim como no Brasil do qual o rio é a fronteira, a linha dos limites se dá na linguagem e pela linguagem da qual consideraremos a escrita sua manifestação mais importante.

Antônio V. Frago diz que.

a escrita é, juntamente com a roda e o fogo, um dos inventos que mais profundamente modificaram a mente e a vida humana. A escrita tornou possível novas estratégias corretivas, novos modos de pensamento e expressão, um novo sentido e percepção de tempo – calendários, arquivos, agendas... e do espaço – cartografia, planos perspectivas ... -, novos modos de ver e mostrar a realidade e, dentro dela, o próprio ser humano⁶⁷.

⁶⁷ FRAGO, Antônio Viñao. **A alfabetização na sociedade e na história.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1993. p. 23

Podemos lamentar a perda do rico mundo da tradição oral, mas por outro lado, podemos, também, perceber como parte dele se torna escrita para que a fronteira possa se dar deste modo. A escrita sobre a fronteira que é um rio propiciou a exegese⁶⁸ dos textos sobre a fronteira das águas do Brasil. Propiciou a participação em uma longa tradição da linguagem sobre as águas, que podemos remeter ao texto de Caminha⁶⁹.

A carta de Pero Vaz de Caminha notificando a chegada dos portugueses ao Brasil, apresenta-se como um evento fundador na história das imagens do país. Pode ser tomada como marco de transição entre as culturas tipicamente orais dos indígenas e a cultura da escrita, européia.

Galeano ilustra, sob o seu peculiar estilo quase parabólico⁷⁰, o que talvez fosse a forma pela qual os habitantes do novo continente interpretavam os textos escritos. Em Memórias do Fogo, ele narra a seguinte história:

Na fazenda de Dom Antônio Sola, nas margens do rio Lurin, crescem melões grandes como sois. É a primeira vez que por aqui se plantam essas frutas trazidas da Espanha; e o capataz envia ao amo dez amostras para seu prazer e glória. A enormidade destes melões é comparável à grandeza dos rabanetes do vale de Cuzapato dos quais se diz que se pode amurrar cinco cavalos em seus ramos. Dois índios levam à Lima, em dois sacos, a oferenda do capataz. O capataz deu-lhes uma carta para que entregassem, com os melões, a dom Antônio Sola: se comerem algum melão – advertiu – a carta dirá. Na metade do caminho, quando estão a um par de léguas da Cidade dos Reis, os índios sentam em um barranco para descansar.

— E que sabor terá esta fruta estranha? — Haverá de oferecer maravilhas. — E se provarmos? Um melão unzinho. — Carta conta — adverte um dos índios. Olham a carta, odeiam a carta. Buscam uma prisão para ela. Escondem a carta atrás de uma pedra, de onde não possa ver nada, e com rápidas dentadas devoram o melão, polpa de água doce, delícia jamais imaginada, e depois comem outro para igualar as cargas. Então apanham a carta, que guardam entre as roupas, jogam o saco às costas e continuam seu caminho⁷¹.

⁶⁸ No sentido de explicação de um texto

⁶⁹ GASMAN, Lydineia. **Documentos históricos do Brasil**. Rio de Janeiro : FENAME, 1976. p. 23

⁷⁰ Narrativa alegórica que apresenta um objeto para dar idéia de outro contendo uma lição moral. Esconder a carta embaixo das pedras e comer melões pode significar uma forma de insubordinação e resistência dos indígenas americanos contra a imposição da dominação estrangeira pela tecnologia da escrita.

⁷¹ GALEANO, Eduardo. **Memórias do fogo**. Porto Alegre : L & PM, 1996. v. 1, p. 173-174.

Para além de uma crítica das fontes, a carta de Caminha, tal como a “parábola” de Galeano, permitem uma discussão sobre texto, contexto e interpretação tal como se lhes utiliza nesta pesquisa sobre a história da fronteira pois envolve também uma carta, a da descoberta do Rio *Igurei*. Histórias de duas cartas, dois textos dados a ler. O de Caminha nos é dado à compreensão de uma forma direta, pelo universo da letra, enquanto documento escrito, consagrado historiograficamente. A carta do texto de Galeano, se nos apresenta apenas a partir de um contexto, por meio de uma história bastante plausível, uma narrativa envolvendo a interpretação de um texto.

A narrativa sobre o ocorrido às margens do Rio Lurin, nos lança imediatamente no contexto, como se faz óbvio, a partir do saber geral que possuímos sobre o mundo indígena, onde havia um total desconhecimento da função pertinente à escrita europeia. Daí, torna-se naturalmente compreensível a leitura perpetrada pelos dois indígenas da “parábola”. O comportamento deles, ou em outras palavras, a interpretação por eles executada, não implica em um estranhamento maior, já que nosso horizonte oferece um contexto também plausível para a fábula. Aparece, então, sob a forma de uma informação curiosa a mais, ilustração, ou ainda, uma espécie de poética do mundo indígena, pertencente a uma tradição supostamente iniciada pelo Frei Bartolomé de Las Casas, em 1514, quando decidiu abraçar a causa dos indígenas. Por outro lado, remete, como vimos anteriormente, ao horizonte do historiador.

Somente se pode falar em interpretação, neste caso, no sentido lato, uma vez que os dois indígenas não leram a letra mesmo da carta. No entanto, a letra exerceu, mesmo assim, sua pretensão de verdade. Investigar, se realmente constava por escrito o número dos melões, se torna agora uma tarefa impossível mesmo porque trata-se de uma fábula. O autor deixa o final da história em suspenso; não sabemos como o destinatário, ou o leitor

originário, recebeu o texto, o presente, e os outros personagens. A fábula representa o efeito da linguagem fora do mundo da escrita por meio de uma escrita que enuncia o mundo das tradições orais.

Para nos colocarmos diante do texto de Galeano e obtermos dele uma compreensão que não deixe o texto em suspenso, ou seja, para chegar ao que consideramos propriamente histórico, a hermenêutica romântica aponta que se deve recorrer ao contexto do acontecimento ou do lugar de onde fala o autor. Uma explanação sobre um cenário político, econômico ou mental onde se torna possível a crítica a linguagem escrita depreciativa ou escamoteadora da figura do indígena seria suficiente para a completude do sentido, ou seja, a finalização da história. Estaria efetuada a tarefa do cientista e do interprete.

Com efeito, trata-se do procedimento geral da hermenêutica romântica iniciada por Dilthey e Droysen, na Alemanha do século XIX. A hermenêutica sob a forma metodológica das ciências do espírito, que fez escola a ponto de tornar-se uma tradição generalizada no âmbito da escrita da História. O texto somente torna-se compreensível no contexto, é a sua máxima metodológica. Contextualizar é compreender.

Um dos efeitos da hermenêutica romântica consiste em elevar as ciências históricas ao ponto mais alto na hierarquia dos saberes e, ao mesmo tempo, torná-la tão dissoluta que a dilui por todos os campos do saber. A poética de Galeano também segue o método da hermenêutica romântica. Chamo a fábula galeânica de poética seguindo a tradição estética de Aristóteles que “caracteriza el poeta frente a el historiador por el hecho de que no representa las cosas tal como han ocurrido sino tal como podiam ocurrir”⁷²

⁷² GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 673.

O texto de Galeano não tem a pretensão de relatar um acontecimento pois não chama a autoridade de testemunho algum, nem oral e nem escrito. Mas exatamente tematiza de forma inequívoca o escrito e o oral. Da mesma forma, os elementos contextuais que aparecem no corpo do texto são mínimos. Referências vagas tais como “é a primeira vez que por aqui se planta estas frutas trazidas da Espanha”, “o capataz envia ao amo” e “sentam em um barranco para descansar”, esboçam uma suspeita de contexto que é confirmado cronologicamente pelo título do texto, “Lima, 1560”.

O contexto, ainda que levemente esboçado, poderá ser complementado pelo leitor iniciado nos conhecimentos da História da América Colonial e o que parece uma anedota, adquire a sobriedade da ciência histórica ou, pelo menos, de uma fábula com todo o seu sentido edificante. À esta iniciação do leitor podemos chamar de horizonte do intérprete. Trata-se também de uma tradição na qual ele se move porque é um conhecimento que lhe foi transmitido. Como a escrita das águas sobre a terra, o texto de Galeano não apresenta o contexto da carta escrita. O intérprete deve construí-lo para que a texto tenha sentido.

A fábula de Galeano não representa somente um texto tematizando o encontro entre a cultura oral e a escrita e o domínio que a escrita exerceu sobre os povos de cultura oral na América. Trata-se, a meu ver, de uma aplicação poética da hermenêutica romântica.

Liga-se a fábula do rio Lurin ao tema da fronteira a partir do aspecto metodológico. Presta-se para colocar os limites da explicação contextual em discussão, que pode ser caracterizado como um procedimento interpretativo que conduz o leitor a reproduzir o acontecimento, enquanto percebe outra forma de interpretação: aquela efetuada pelos personagens da história. Também a carta do Capitão de Granadeiros Cândido Xavier pode ser explicada suficientemente a partir do contexto de sua elaboração, ou do contexto no qual ocorreu a leitura efetuada pelos sócios do Instituto Histórico, no final do século XIX.

Os dois indígenas não leram o escrito da carta a Dom Antônio Sola, e no entanto, compreenderam a sua intenção de verdade. Ou seja, eles podem até ter visto os traçados da pena sobre o papel, sinais incompreensíveis mas que, a partir da palavra do capataz, produziu o efeito de fazer os personagens esconderem a carta sobre a pedra. A escrita assume a característica de um dispositivo “panótico” dentro da tradição iluminista, no sentido de evidenciar um suposto caráter fetichista da cultura indígena, ou das sociedades ágrafas. Há aqui, portanto, um duplo efeito da linguagem. Os personagens são levados a ocultar a letra. O interprete elabora a representação do sujeito indígena-fetichista. O não visível, que é o conteúdo da carta, é aquele que vê.

O capitão de granadeiros Cândido Xavier, afirmava em sua carta relato, que avistou o traçado feito pelas águas sobre a terra e declarava-se convicto de que descobrira o *Igurei*, assim como os indígenas de Galeano estavam convictos de que a carta falava.

Isto nos situa diante da linha da fronteira. Um traçado invisível e que, no entanto, nos conduz às pedras dos caminhos de Lima, à cidade dos reis. A linha que nos identifica e nos classifica, de certo modo, exerce sobre nós o efeito que a escrita exerceu sobre os carregadores de melões? A fala do capataz, fez os indígenas acreditarem que na materialidade da carta havia um ser, um espírito, que poderia ver e narrar os acontecimentos. O “ser” poderia mesmo existir se, na letra constasse o número dos melões. Entretanto, não poderia ser visto. Nós também não podemos ver a linha da fronteira que passa no meio do rio Paraná, mas poucos duvidamos que ela exista.

Podemos nos perguntar como uma carta que vê e delata o simples furto de uma fruta veio a existir historicamente? Como se tornou possível uma tal criatura? Temos elementos contextuais mínimos no texto, pois oferecer o contexto, parece não ser preocupação do

autor. Devemos também recordar que ela está sendo tomada aqui, como algo mais próximo do gênero ficcional.

Uma das regras do procedimento hermenêutico é descobrir de que pergunta o texto é uma resposta. Neste caso, a questão que o texto quer responder talvez seja a seguinte: como terá sido o encontro entre a cultura oral dos indígenas e a escrita dos europeus? Assim, o escrito adquire sentido, sem a recorrência ao contexto pois o episódio do rio Lurin aparece como uma parte deste todo que é o suposto modo como ocorreu o encontro entre as duas tradições, no período colonial americano.

Entretanto, isto responde somente uma parte da questão, ou seja, este é o modo como a carta veio ao ser no escrito de Galeano, na sua invenção. Mas supondo-se que a fronteira entre a ficção e a realidade não esteja assim tão bem definida na fábula e que a evidência ainda torna-se maior quando a comparamos com a interpretação que fazemos da linha dos limites entre países, podemos admitir tranquilamente que casos assim tenham acontecido. A questão retorna. Como a carta veio ao ser para os indígenas, personagens da história?

O texto não foi lido por eles e, no entanto, houve uma interpretação. Isto pode parecer estranho, para nós da cultura escrita e atingir o terreno da anedota. Ainda mais quando aceitamos e concordamos com a proposição gadameriana de que “la tarea de la interpretacion se plantea de lleno cuando hay material escrito. Todo lo fijado por escrito, tiene algo de ajeno y plantea la misma tarea de comprensión que lo que se dice en una lengua extraña. El que explica lo escrito, igual el que interpreta el hablar divino o humano, tiene que superar la extrañeza y hacer posible la apropiacion”⁷³.

⁷³ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 635.

Entretanto, isto deve ser entendido em relação ao fenômeno da escrita e não da hermenêutica. Porque aqui a hermenêutica é levada ao nível do fenomênico, ultrapassando o campo do metodológico. Em outras palavras, ela não consiste em um método para a compreensão do escrito e do dito. Como afirma Gadamer, embora o escrito tenha uma certa primazia no propriamente hermenêutico, “la experiencia hermenéutica llega en verdad tan lejos como llegue la disposición al diálogo entre los seres racionales”⁷⁴.

Em consequência disto, a interpretação feita pelos indígenas se deu a partir do dito sobre a carta. “Se comerem alguma fruta, carta conta”. Mas como garantir que ocorreu a compreensão? A garantia, neste caso, é a ação consequente. Porque “o compreendido desarrolla siempre una cierta capacidad de convencer que contribuye a la formación de nuevas convicciones”⁷⁵. A convicção nova era a de que a carta podia ver e delatar.

No entanto, não se poderá supor que a nova convicção era totalmente nova, porque se o capataz falasse uma linguagem totalmente estranha aos indígenas eles nada compreenderiam e nada fariam. Será necessário admitir que conceitos como ‘delação’ faziam parte do seu horizonte interpretativo e que também faça parte do nosso horizonte e de Galeano a linguagem sobre o delatar. Se assim não fosse, nem os indígenas poderiam ter compreendido o dito do capataz e nem poderíamos compreender a atitude deles.

Para os sócios do Instituto Histórico a carta sobre o Rio *Igurei* podia representar uma espécie de instrumento delator. Não no sentido de indicar o verdadeiro culpado por um delito mas como prova incontestável de um acontecimento da história da fronteira.

⁷⁴ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 660

⁷⁵ Idem. p. 666

Aqui podemos compreender o que Gadamer chama de fusão de horizontes⁷⁶. Ele afirma que “lo que yo he descrito como fuzión de horizontes era la manera como se realiza esta unidad, que no permite al intérprete hablar de um sentido original de uma obra sin que en la comprensión de la misma no se haya introducido ya siempre el sentido propio del intérprete”⁷⁷.

A efetuação da unidade de sentido não quer dizer mais que efetivação da compreensão ou seja, que a parte integrou-se no todo. No caso do Rio Luryn, aquela parte que era a carta, integrou-se no todo, que é a tradição linguística sobre a delação. Este movimento necessário para a compreensão, implica que a carta veio ao ser na linguagem e pela linguagem. E o que perseguimos é também a forma como a fronteira veio ao ser. Percebendo e expondo as tradições podemos perceber a forma como a fronteira presentifica-se. Ela é história presente, agindo em nós, por meio das tradições. Se não tivesse chegado a nós de alguma forma, não poderíamos compreendê-la de forma alguma.

O método histórico crítico da hermenêutica romântica torna-se, aqui, insuficiente por não reconhecer estes efeitos da linguagem, a fusão de horizontes e a história efetual⁷⁸. Não é falho somente porque situa o intérprete em um lugar onde ele parece não ser afetado

⁷⁶ Deleuze afirma que não há fusão de horizontes. Diz que “ não é uma fusão, entretanto, é uma reversibilidade, uma troca perpétua, instantânea, um clarão” (DELEUZE, G. e GATTARI, F. Op. cit. p. 54.) No entanto, devemos considerar que trata-se de uma abordagem sobre o pensamento e não sobre a linguagem como em Gadamer. O pensamento pode operar dialeticamente, pode ‘morrer para que nasça outro em seu lugar’, o mesmo não acontece com a linguagem em uma conversação. Não posso ‘abortar’ a linguagem e começar a falar uma linguagem totalmente outra e continuar a ser compreendido pelo meu interlocutor. Nisto encontra-se a historicidade da linguagem, ou seja, o dado de que o ser acontece na e pela linguagem.

⁷⁷ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 671

⁷⁸ Gadamer sustenta que uma consciência formada hermenêuticamente terá de incluir também a consciência histórica. Isto significa tornar consciente os preconceitos que a guiam na compreensão. Este procedimento resultará no aparecer das tradições sob a forma de opiniões diferentes mas que têm o direito de ser. No confronto com as tradições os preconceitos que guiam a nossa compreensão deixam de operar desapercivelmente. A história efetual, portanto, é a ação de nossas pré-compreensões sobre as compreensões que efetuamos. A tarefa de uma hermenêutica que leva em conta a operação da história efetual consiste em torná-la manifesta. Ver (GADAMER, H.G. Op.cit p.p. 370 a 377).

pela linguagem e pela história. Faz supor que ele encontra-se em uma posição de conhecimento superior ao interpretado, ou seja, aplica a primazia do presente sobre o passado pondo o contexto como o ponto da explicação. Então, o que explicaria a atitude dos indígenas seria um contexto de analfabetismo ou de relações sociais escravistas, feudais, ou ainda de relações políticas não democráticas. Mas, como se evidencia, há um pressuposto de que o interprete, neste caso o historiador romântico, julgou encontrar-se numa posição privilegiada de saber frente aos personagens da história. Somente ele pode enxergar o contexto que era “impossível” ser visto pelos indígenas. Supõe-se que, se eles pudessem ver, sua ação seria diferente.

Admitir a estrutura hermenêutica da linguagem implica que não há supremacia do presente em relação ao passado. A superioridade do presente não passa de uma aplicação da doutrina do progresso. Mas, tampouco o passado é superior ao presente. Em relação ao modo de compreensão, não somos superiores aos peruanos do “período colonial” e nem menos aos sócios do Instituto Histórico que viveram no final do século XIX, ou os descobridores do Rio *Igurei*. “Escondemos a letra para comer melões”, “buscamos a pedra que será nossa cúmplice”. Em outras palavras, nos movemos em tradições as quais não cuidamos de expor em nossas construções de totalidades de sentido. E aqui cabe um esclarecimento sobre a primazia da escrita proposta por Gadamer e referida anteriormente.

Deve ficar esclarecido que não se trata com isto, de protagonizar um retorno à primazia da fonte escrita em detrimento das fontes orais, porque a linguagem não se esgota na fonte e penso que este pode ser um dos pressupostos que subjazem à hermenêutica filosófica.

O modo como a tradição rankeana propunha a primazia do escrito pode ser comparado ao fundamentalismo religioso. A letra do passado serve como testemunho fiel

do que passou, assim como o escrito sagrado é a totalidade da verdade impressa na forma de texto. O texto fonte confirma o dito e isto é tudo o que basta, como podemos perceber nos textos do próprio Ranke.

Em um de seus textos, ele aponta que “Na Inglaterra, a república não nasceu de exigências tradicionais gradativamente acumuladas, mas de outra corrente de idéias, tão decisivamente contrárias ao Parlamento, na forma em que então existiu, como à própria noção de realeza”⁷⁹. Frente a esta proposição o autor procede uma argumentação explicativa, recorrendo também ao contexto do acontecimento. Expõe as causas de sua proposição que, em certa medida, igualmente constituem as causas do acontecimento, pois a escrita da história deve obedecer a lógica da literatura mimética. Porque assim foi e porque é possível assim dizer, pergunta Ranke? Porque

*No instante em que parecia possível uma boa inteligência, com base nas normas antigas, entre rei, o Parlamento e algumas das mais altas patentes militares (outubro, 1647), os agitadores no exército conceberam o plano de concretizar, pela ação, a idéia da soberania nacional, já por tantas vezes invocada, e de usá-la como fundamento para sobre ela erigir a nova constituição do país. Sem rodeios e com expressiva ênfase, tais anseios foram expostos no documento entregue então ao Conselho dos Oficiais, em nome de cinco regimentos de cavalaria*⁸⁰.

Parte do documento, trazida para o texto, oferece a prova para Ranke. “Visto como, dizia o documento, originária e essencialmente, todo poder reside na totalidade do povo desta Nação, a livre escolha de seus representantes e sua mútua concórdia são a base única de um governo justo, que tenha por fim o bem comum”⁸¹.

⁷⁹ RANKE, Leopold von. **Leopold von Ranke : história**. HOLANDA. Sérgio Buarque de (org) São Paulo : Ática, 1979. p. 92

⁸⁰ Idem. *ibidem*.

⁸¹ Idem. *ibidem*.

A fonte escrita, sob a forma de resíduo duradouro dos acontecimentos passados e por isso mesmo, testemunho incontestável do vivido real, comprovava o dito. Ela era considerada a evidência verdadeira, no procedimento rankeano da escrita da história. Em primeiro lugar porque ela representava uma parte que encaixava-se perfeitamente no todo que era a proposição. Constituía, portanto, uma totalidade de sentidos. Em segundo lugar, o autor considerava que o documento escrito tinha o estatuto da evidência segura. Segura porque durável, em oposição à palavra falada que caracterizava-se pela fugacidade. Assim como o rio da fronteira, a fonte histórica não poderia ser fugaz. Um homem comum não pode saltar-lhe por cima sem molhar-se, ou seja, sem cair em contradições.

A fé na superioridade da fonte escrita tornou-se uma tradição entre os historiadores e chega até o presente. Por esta razão, podemos compreendê-la. Talvez o mais prejudicial seja a sua aplicação. Elevando-se a escrita ao status de verdade, ou seja, supor que somente o registro escrito é critério para a verdade histórica, implica aceitar o pressuposto de que as culturas sem tradição escrita estão, desde sempre, condenadas à mentira, à memória falsa ou mais logicamente, à ignorância do conhecimento histórico.

A convicção da supremacia da escrita está também relacionada à doutrina iluminista que pressupõe a supremacia do presente sobre o passado. *Doxa*⁸² do progresso onde o interprete se atribui uma condição privilegiada de conhecimento. E desta forma voltamos à situação anteriormente criticada.

⁸² A fé pode ser considerada o ato radicalmente anti-hermenêutico porque o que exige fé exige adesão contra toda evidência, ou seja, aceitar sem compreender.

Não se faz necessário levantar aqui mais críticas sobre a perspectiva rankeana da escola histórica tradicional. É uma tarefa que os historiadores da história oral executam com a devida competência. Mas devemos distinguir fonte e tradição. A meu modo de entender, a fonte, tal como é entendida na tradição historicista, serve de comprovação e, ao mesmo tempo, é tomada como objeto de análise. Como objeto ela se diferencia do sujeito intérprete, que não se considera afetado por ela. Quando este procede a análise supõe que alcança uma nova percepção que deve negar ou confirmar seus conhecimentos.

A tradição, conforme a proposta de Gadamer, não é considerada um objeto separado do sujeito. Senão, ao contrário; sempre nos movemos em tradições. Ou seja, quando compreendemos uma fonte já estamos nela e ela em nós, do contrário não ocorria compreensão. Então, o texto escrito é mais que um testemunho do passado é uma tradição que chega a nós, fixada por meio da escrita. Testemunha a forma de compreensão, a fusão de horizontes e o horizonte no qual nos movemos no presente. Não que ele seja mais verdadeiro, ou tenha um conteúdo mais rico ou fidedigno que as tradições orais. Mas há um dado básico que é necessário levar em conta. “Las preguntas que nos plantea un texto en su interpretación solo pueden comprenderse a su vez cuando el texto es entendido como respuesta a una pregunta. Por isso el que la obra de arte lingüístico este en primer plano no carece de motivos”⁸³.

Segue daí que o fato mesmo de escrevermos, ou seja, nossos textos, eles mesmos, são a resposta para esta questão. Claro está, que se realmente considerássemos a tradição oral superior à escrita teríamos que abandonar a prática da escrita em nome da não contradição de princípio. O fato de escrevermos põe a descoberto nosso sistema de

⁸³ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 669

valorizações mas ao mesmo tempo, demonstra a tradição em que nos movemos, por isso a afirmação carece de motivos.

Isto implica que a hermenêutica encontra, no texto, o que lhe é próprio. Trata-se de um enunciado crítico a hermenêutica romântica, a redução da compreensão a um procedimento metodológico, que remete as propostas de Schleiermacher. Ele expande o procedimento hermenêutico para além dos textos e “esta implica bastante más que una exposición del problema hermenêutico desde la comprensión de lo fixado por escrito hasta la de cualquier hablar en general; si advierte aqui um desplazamento de carácter muy fundamental. Lo que se trata de comprender no es la literalidade de las palabras y su sentido objetivo, sino también la individualidad del hablante o del autor”⁸⁴.

A interpretação psicológica que “ha sido la más determinante para la formación de las teorías del siglo XX, para Savigny, Boeckh, Steinthal y sobre todo Dilthey”⁸⁵ conduz à hermenêutica do contexto. O texto deve ser entendido conforme a intenção do autor. O autor deve ser entendido em seu contexto, foi a ponte fácil implementada por Dilthey. Quando dizemos que “o mundo pode ser lido como um texto” estamos nos movendo nesta tradição.

Os problemas e as deficiências desta forma de leitura devem ficar esclarecidos no decorrer deste texto. A proposta de superação consiste em desviar os olhos do contexto e das intenções ocultas e dirigi-los para as tradições. Ali a oralidade e a escrita juntam-se e fundem-se, para que o ser apareça na sua historicidade. O ser que nos interessa é a fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

⁸⁴ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 239

⁸⁵ Idem. p. 241.

A língua entendida como instrumento que pode evidenciar a identidade de um povo pertence à tradição romântica. Se pensamos a linguagem como o único ser que pode ser compreendido, a fronteira se dá na linguagem. A lenda é um dos modos pelos quais a fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá.

1.3 A FRONTEIRA NAS LENDAS

Sobre o Estado do Paraná, pesava, desde há muito tempo, uma grave acusação: o Paraná não tem Lendas. Era a opinião dos folcloristas como expressava Luiz da Câmara Cascudo em meados do século XX. O autor reiterava que,

o folclorista paranaense Dr. Francisco Leite amavelmente ensinou-me que não andava eu distante da verdade deduzindo o que acima se disse. Escreve Francisco Leite: 'Estado novo, o mais novo da Federação, é natural que o Paraná não tenha lendas originais, além das que adotou, com pequenas variantes' ... No tocante aos mitos propriamente ditos o Paraná se inclui nos 'mapas de extensão', dando apenas a cor local, mudando nome aos personagens, substituindo toponímias, ambientando a vida da assombração.⁸⁶

Cascudo apoia seus enunciados no território fazendo testemunhar um estudioso do folclore paranaense. Ao Paraná estaria vedado a narrativa verdade de suas origens, da definição original de seu território e de suas fronteiras porque não haveria matéria ficcional para isolar.

Pode-se dizer que, daí decorreram duas formas de encaminhamento: uma a partir dos estudos folclóricos e outra do campo da literatura. No âmbito dos estudos folclóricos, a resposta veio dos próprios conceitos de lenda e mito. Luiz da Câmara Cascudo diz que,

⁸⁶ CASCUDO, Luiz da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. 2.ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1976. p. 18-19

canto, dança, mito, fábula, tradição, conto, independem de uma localização no espaço. Vivem numa região, emigram, viajam, presentes e ondulantes na imaginação coletiva. Lenda é um elemento de fixação. Determina um valor local. Explica um hábito ou uma romaria religiosa ... Sem que o documento histórico garanta veracidade, o povo ressuscita o passado, indicando as passagens, mostrando, com referências indiscutíveis para a verificação racionalista, os lugares onde o fato aconteceu. Mostram o ponto exato onde os pescadores encontraram, na rede de arrasto, a imagem de Nossa Senhora Aparecida, no Itaguaçu.⁸⁷

Se uma narrativa pode ser considerada lendária porque não se apoia no documento escrito e consiste em uma história mais ou menos incrível que se liga a um lugar exato, então qualquer narrativa acreditável pode ser lenda se seu cenário for definido. A acusação de Cascudo sobre o Paraná sem lendas, pode ser pensada como uma provocação aos interessados em conhecer e tornar conhecidas as “histórias” e narrativas das origens do Paraná. Sem tardar, apareceram várias lendas, devidamente ligadas ao território, aos rios, às montanhas, às planícies, às grutas, às pedras e às águas. A lenda de Vila Velha, da Lapa, do Iguaçu, do Chui, das Cataratas do Iguaçu e das Sete Quedas. Mas também, podiam estar ligadas à flora e à fauna típicas do território. Assim, recolheu-se a lenda do Pinheiro, e da Erva-mate, da Gralha Azul e do Taquari.

Do ponto de vista literário a lenda pode ter um valor mais estilístico e antropológico, do que propriamente geográfico e histórico. Assim, Santos define lenda por comparação à história, baseando-se em uma expressão do paranaense Leônidas Correia, membro da Academia Paranaense de Letras, nascido em Paranaguá, no ano de 1865. Dizia que a lenda é o fio de ouro da história. O poeta e prosador Leônidas Correia afirmava que a

⁸⁷ CASCUDO, Luiz da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1978. p. 51.

“lenda nutre-se da fantasia, a história alimenta-se da verdade”⁸⁸. A história, comenta Santos, ocupa-se dos acontecimentos “que nascem, desenvolvem-se e morrem no tempo ... tanto as lendas como os mitos atravessaram as madrugadas dos séculos e continuam, ainda, cheios de exuberante esplendor criativo ...”⁸⁹.

Santos aponta que as lendas sobrevivem ao tempo, “esse formidável inimigo do ser humano, limitando-lhe a vida e implacável arrasador de todas as coisas belas ou feias”⁹⁰. E citando novamente Correia, explicita a importância literária maior da lenda. “Tudo aí, ficou como incorporado a manter gigantesca e gloriosamente – o espírito imortal e anônimo das grandes raças. Tudo aí ficou eternizado nas lendas, em que se concretizou o sentir dessa grei; que desapareceu, como elemento da História, mas, que será por todos os séculos presente, na alma do mundo...”⁹¹.

A partir da literatura e da poética, a lenda se liga ao povo, à raça que a produziu. Ela traduz o seu espírito e porque este sobrevive ao tempo. Então, se podia narrar as lendas dos Tupis, dos Guaranis, dos Caingangues e dos brancos que chegavam.

As lendas se ligam ao território, ao rio da fronteira. Ligam-se também aos povos que disputam as fronteiras desde os tempos ancestrais. A fronteira se dá também na linguagem legendária.

⁸⁸ SANTOS FILHO, Benedito Nicolau. **Mitos e heróis do folclore paranaense**. Curitiba: Imprensa Universitária. 1979. p. 250.

⁸⁹ Idem. p. 251.

⁹⁰ Idem. p. 261.

⁹¹ Idem. p. 269.

Muitas histórias ligam-se ao *Igurei* e à cachoeira do Rio Paraná, que passou a constituir um dos pontos da linha de fronteira somente em 1872, após a guerra do Paraguai.

Podemos iniciar pelo relato de origem dos Saltos das Sete Quedas. Trata-se da lenda indígena sobre o surgimento da Cachoeira.

Conta uma velha lenda dos índios guaranis que um certo dia o deus serpente se apaixonou pela filha do Sol, a magnífica flor virgem. Mas a bela deusa já estava prometida a outro



Sete quedas. Foto de Helmut Herich Wagner

pretendente e, desesperado, o deus Serpente decidiu raptá-la numa noite de luar. Nessa noite, porém a terra tremeu, os ventos varreram a floresta e uma escuridão profunda encobriu o céu. Irritado o deus Sol conclamou todas as forças do universo e saiu em perseguição ao raptor que, ajudado pelos deuses da água e levando Flor Virgem nos braços deslizava ligeiro pelo 'rio-mar', o rio Paraná em direção aos mares do Sul. A certa altura ele foi alcançado pelo deus sol. Uma enorme bola de fogo partiu em sua direção e, depois de esmagá-lo, abriu as entranhas da terra, onde o rio passou a despejar suas águas, num gigantesco caldeirão efervescente. Ali, o deus Serpente ficaria sepultado para

*sempre.*⁹²

Nota-se claramente que trata-se de uma versão popularizada da lenda. Não parece com as lendas catalogadas na década de 40, pelo paranista Romário Martins, publicadas no volume dois do compêndio intitulado Lendas do Sul do Brasil. Elas se apresentam sob um estilo mais rebuscado, recheado de vocábulos grafados na língua nativa.

A lenda das Sete Quedas tem muita semelhança com a das Cataratas do Iguaçu no que se refere a intriga e aos personagens. Ambas dizem respeito à cosmogonia das cachoeiras da Bacia do Prata. Martins assim descreve a lenda:

*A tribo de Mbói, o Grão Pandere, pai de Naipi, ocupava as proximidades do Goio-Covó ... Naipi ia ser consagrada a esse terrível deus tapuia, que protegia as donzelas dos amores falsos ... Na noite marcada para a consagração da linda tantó tapuia ... Tarobá, jovem caingangua, armado apenas dos braços e da sua coragem, rompia os taquarais, entrava impávido, no acampamento do inimigo em festa ... E os dois amantes sumiram na floresta e na noite, na direção do rio ... o rio até então, era livre de empecilhos. Nem corredeiras nem cataratas ... A indiada ia dando cerco aos fugitivos ... Mas a cainqué nupcial ia sempre adiante de seus perseguidores ... Só Mbói ficara no topé da Serpente ... Abrira uma cova com as próprias garras rancorosas e nela se enterrara, em pé, até o pescoço ... e toda a terra em seu contorno ia desmoronando ... e formando os abismos das cataratas. A cainqué levada aos tombos na torrente, precipitou-se no abismo.*⁹³

A lenda narrada por Romário Martins não é uma simples curiosidade recolhida para a posteridade. Trata-se de uma narrativa da tradição tupi, a nação que, para Varnhagen ofereceu a língua nativa ao Brasil. Isto se evidencia na forma como Martins utiliza as palavras na “língua ancestral”. A noiva raptada era uma *tapuia*. Termos como este não são frequentes nas versões populares. Sobre este designativo, Antônio Joaquim de Macedo Soares, diz que, “do Oyapock ao Prata, do Oceano ao Paraguai há entre as diversas tribos

⁹² GOMES, José Laurentino. Guaira não esquece seu maior acidente e lembra lendas. Jornal, s/i. In, Arq. CEPEDAL. Doc. 7QUE-115-MANN. Pasta 03. Estante 03. Prateleira 12.

⁹³ SCHMIDT, Afonso. *Estórias e lendas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. Tomo I. São Paulo: Edigraf, 1962. p. 210-211.

uma palavra para designar o inimigo, o invasor, a gente nova, o filho de fora. Na costa, em geral, entre os tupis o estrangeiro é o Tapuia, aquele que não é tupi”⁹⁴.

Ao declarar Naipi como *tapuia*, Martins reitera sua pertença, como intérprete, à ancestralidade tupi e declara-se brasileiro, descendente dos tupis. Como o episódio ocorre na região próxima à fronteira a jovem raptada foi considerada estrangeira, filha de fora, invasora e inimiga porque é *tapuia*, talvez guarani. Isto torna-se ainda mais enfático na construção do cenário da narrativa das Cataratas. O drama ocorre nas margens e no leito do rio conhecido, hoje, como Iguaçu, um dos grandes braços do Paraná. Sabe-se que Iguaçu é o nome guarani do rio, o nome que perdurou. Martins, paranista de origem, não usa o nome *tapuia* do curso das águas. Ele recusa a língua “estrangeira”. Nomeia-o na língua caingangue, o povo que os europeus encontraram no território hoje paranaense. O Iguaçu dos guaranis, recebe o nome de *Goio-covó*. Martins fala que “a tribo de *Mbói*, o Grão *Pandere*, pai de Naipi, ocupava as proximidades do *Goio-covó*”. Ao utilizar o nome do rio na língua caingangue, o autor localiza os guaranis em terra estranha. Suas terras deviam ser o outro lado do Rio Paraná.

Mas o traço talvez mais enigmático de toda a trama-lenda está no nome do cacique pai de Naipi. *Mbói* é o designativo guaranítico que equivale à serpente. Na cosmogonia guarani, foi o primeiro animal criado pelos gêmeos ancestrais. Quando o sol fez sair a sua primeira pele, dela surgiu a terra. *Mbói* habitava o fundo das águas. Nas versões mais comuns da origem das Cataratas do Iguaçu, *Mbóia* é a serpente sagrada a quem Naipi

⁹⁴ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 177, op. cit., p. 27, 1942.

estava prometida. Ela segue a canoa do casal fugitivo e não conseguindo alcança-la, atira-se contra o leito do rio gerando as cataratas e matando o casal.

Na lenda das Sete Quedas, *Mbóia* rapta a noiva de outro pretendente e teve o mesmo fim que Tarobá, o jovem caingangue, que lhe roubara a mulher prometida.

Mas na versão de Romário, a serpente é o pai da *tapuia* Naipi, ou seja, a mulher raptada pertence à tribo da Serpente. Conforme a tradição, os tupis são os filhos da serpente negra, e não os guaranis.⁹⁵ Na narrativa de Martins, a entidade *Mbói* aparece como um ser mais fantasmagórico. Não se trata de uma serpente, já que possui “garras rancorosas” com as quais rasga a terra.. O personagem parece ter sido introduzido por Martins, segundo a teoria antropológica de J. G. Frazer. No início do século XX, Frazer tentava juntar as duas principais explicações antropológicas sobre o “mito”: o evemerismo e o naturalismo. Ele dizia: “as personagens que figuram em todas as maravilhosas histórias da mitologia ... podiam muito bem ter sido criaturas humanas, como alegam os evemeristas: entretanto, podiam perfeitamente, também, ter sido personificações de objetos ou de fenômenos naturais, como o sustentam os adversários do evemerismo”⁹⁶. Assim, o personagem que cria as cataratas aparece sob a forma mista de divindade – líder originário – fenômeno natural.

Mas importa, por hora, é que para o historiador paranista, sócio do IHGB, tratava-se de um conflito entre os cainganges, da nação tupi, personificados no jovem Tarobá e os *tapuias*, “a tribo de *Mbói*”. O historiador movia-se em uma tradição já secular que identificava os guaranis como a nação indígena originária do Paraguai.

⁹⁵ A tradição da serpente mãe será tratada mais adiante.

⁹⁶ FRAZER apud GUSDORF, Georges. *Mitos e metafísica*. São Paulo : Convívio, 1980. p. 26

No Paraguai encontramos também esta tradição. Os índios guarani constituem os ascendentes da nação. No ano de 1973, um grupo de professores vinculados ao Ministério de Educação e Cultura publicava a História del Paraguay, 1º curso. Aponta-se ali que “los antiguos pobladores del Paraguay son los Guaranies; pero no sólo del Paraguay actual, sino de lo que considero el Tetá Guazú de los guaranis y que abarca el inmenso território comprendido entre el mar Caribe por el Norte, las pampas rioplatenses por el Sur, las montañas andinas al oeste y el oceano atlântico al este”⁹⁷.

A razão apresentada para que o *Tetá Guaçu* fosse tão extensa é que “los guaranies eram nómades ou semi nómades”⁹⁸. Neste imenso território, que vai do rio do Prata quase costeando a Cordilheira dos Andes, até onde hoje estão as Guianas, todos os povos ali encontrados são considerados “guaranies” ou “paraguaníticos”, inclusive os “tupies”.

No encarte no livro está expresso que,

*quando los españoles llegaron al Paraguay, encontráronse aquí con el núcleo posiblemente más puro de la gran familia guaranítica, el de los carios o cari ó. Estes, passoedores de um rico idioma, constituyeron la base de la nueva nacionalidad paraguaya cuntinuada por los conquistadores; pero no cabe duda que otras tribus, paraguaraníticas o no, también fueran integrando-se paulatinamente a la nueva nacionalidad.*⁹⁹

Conforme esta versão, os cários são guaranis e ocupavam o Paraguai. Mas, para Varnhagen, eles eram tupis descendentes de egípcios e ocupavam o território, hoje brasileiro, quase na sua totalidade. Bem se vê que o problema da ancestralidade das nações não se restringe ao contexto do século XIX.

As lendas sobre a cachoeira do Paraná e do Iguaçu têm como cenário a região da fronteira e, pode-se dizer que, pertencem à tradição oral dos nativos. A narrativa das

⁹⁷ VV.AA. **História del Paraguay**. Assunción : Editorial Dom Bosco, 1973. p. 9

⁹⁸ Idem. p. 9

⁹⁹ Idem. encarte

cataratas do Iguaçu parece ter alcançado maior divulgação. Foi recolhida no início do século XX, pelo poeta, escritor e cronista paranaense, Manoel Azevedo da Silveira Netto. Ele esteve na região, em 1905, "... com a missão de instalar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda naquela paragem meio deserta, o que se realizou a 19 de abril desse ano"¹⁰⁰. Considera-se o texto deste membro da Academia Paranaense de Letras, falecido em 1942, o relato mais antigo sobre a região Oeste do Paraná.

O autor informava que,

*... Em agosto de 1910, a convite de Nestor Victor que reunira um brilhante grupo de intelectuais para uma série de conferências públicas na Capital do Brasil e em que havia propósito de serem versados assuntos de real importância literária ou não, apresentei-me ao público no Salão da Associação dos Empregados do Comércio ... Tomam a série de conferências o nome de Sábados literários ... o meu assunto foram (sic.) os Saltos do Iguaçu*¹⁰¹

A conferência transformou-se em livro. Nele Silveira Netto publicava uma versão da lenda de Iguaçu. Em relação aos personagens nota-se uma diferença bastante acentuada se comparada à versão de Romário Martins. A jovem Naipir (Naipi) é filha de *Mbói* o grande Pagé. A família, no entanto, não recebe o qualificativo de *tapuia*. Carobá (Tarobá) aparece como chefe dos caingangues. A entidade que afunda-se na terra, gerando as cataratas, possui anéis no corpo e não garras. Nas duas versões Tarobá transformou-se em árvore e Naipi, em uma entidade das águas que aparece nas espumas da cachoeira. A jovem apaixonada não recebe nenhum designativo quanto a filiação racial. Mas Silveira tece um comentário bastante longo em nota de rodapé, sobre a tribo dos caingangues, ou camês, que habitavam o território hoje paranaense. Ele explica que os caingangues filiam-se "...ao

¹⁰⁰ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. **De Guairá ao Saltos do Iguaçu**. Curitiba : Fundação Cultural, 1995. p. 19

¹⁰¹ Idem. p.7

grupo dos Goitacá, pertencendo à sub-raça dos goinás ou bugres correspondendo aos Crêns

...102

Martins não recorre às classificações etnológicas que na época de Silveira dividiam a grande nação do povo ancestral em várias raças distintas e muitas outras sub-raças, grupos e famílias. Ele utiliza a antiga classificação binária: os tupis e os *tapuias*.

Há ainda uma terceira versão, publicada por Serafim França, no final da década de 50. Desta vez, Naipi aparece como índia *tapuia* mas também Tarobá não é mais chefe ou guerreiro caingangue. Aparece como guerreiro *tapuia*. Não há nenhuma referência ao pai de Naipi, *Mbói*. Mas também não aparece a serpente criadora das cataratas. Na narrativa, a cachoeira já existia e serve de cenário para o acontecimento. Trata-se de um conto romanceado e os dois amantes sonham em atravessar o rio para seguir rumo ao sol nascente. Logo, o lugar onde encontram-se é o lado paraguaio da fronteira pois o Rio Paraná é transversal, no sentido do sol nascente. Assim teria que ser, já que o casal pertence à raça *tapuia*.

O Brasil aparece como o lugar da felicidade, pois os dois enamorados “... atravessariam aquelas águas em busca de um mundo melhor, que deveria existir ... aquele bordado lindo do horizonte devia ser feito por gente feliz. Lá é que Tupã guardava o colorido das flores e de lá, por certo, é que vinha a música que sonorizava o bico das aves.”¹⁰³. A construção lembra a canção do exílio, de Gonsalves Dias e talvez o conhecido “mito guaranítico da terra sem males” cuja localização geográfica seria algum ponto da região do sol nascente.

¹⁰² SILVEIRA NETTO. Op.cit., p. 90

¹⁰³ SCHMIDT, Afonso. Op. cit. p. . 227

Mas o destino dos amantes, na trama de França, se dá de forma diversa para o guerreiro: ele transforma-se em rocha. Ela, como nas outras versões, torna-se uma entidade das águas. A narrativa de França parece vincular-se mais aos aspectos paisagísticos. Desenha o lugar onde ocorreu uma história de amor proibido. O guerreiro torna-se pedra que, “... ao vir o sol, o rochedo como que sonha, sob uma revoada de andorinhas e borboletas. São os pensamentos e carinhos de Naipi, em fidelidade eterna a um pacto nupcial que Peruda, embora sendo deus não pode destruir”¹⁰⁴.

Há uma plastificação da narrativa e a cachoeira aparece como que na forma de um cartão-postal. O visitante que tivesse lido o texto poderia procurar o rochedo que melhor representasse o guerreiro. Talvez o mais “acariciado” pelas andorinhas e borboletas presentes ali.

No entanto, o texto de França pode também ser lido como uma alusão ao que sempre se considera as pretensões paraguaio-guaraníticas de reconstrução do *Tetá Guassu*; a Guerra do Paraguai seria o acontecimento máximo. Conforme a narrativa, todos são *tapuias*. Naipi pode representar as nações indígenas do Paraguai “... a vestal divina intangível, no templo verde ...”¹⁰⁵. Mas não obedeceu o designio divino e enamorou-se de Tarobá, o espanhol conquistador, cuja figura máxima seria Solano Lopes. “Tarobá, rude e alucinado, fechara os ouvidos à fala divina”¹⁰⁶. O imperador do Brasil, conforme a tradição monárquica, recebia seu poder por direito divino. Ao ameaçar seu território, Solano-Tarobá-Tapuia, mostrava-se surdo à vontade divina. Segundo a tradição vétero-

¹⁰⁴ SCHMIDT, Afonso. Op. cit. p. 227

¹⁰⁵ Idem p. 224

¹⁰⁶ Idem p. 226

testamentária, um dos castigos aplicados por Javé àqueles que não executam a sua vontade é transformar o desobediente em estátua, em mineral.

Ele recomendou que Abraão e os seus saíssem de Sodoma e Gomorra, sem olhar para trás, antes que começasse a fazer chover fogo e enxofre sobre as duas cidades. Uma das mulheres de Abraão desobedeceu e prontamente transformou-se em estátua de sal.

Tornar-se estátua de pedra foi o castigo do herói. Ele permanece ali como rocha, “...enfrentando a fúria da cascata ...”¹⁰⁷. Se o rio é a metáfora ocidental para a história, Tarobá é o Prometeu sul americano, condenado a pagar eternamente, como pedra, sua ambição de roubar o fogo dos deuses, ou avançar sobre o território brasileiro. As águas furiosas são o suplício e o curso da história contra o qual é condenado a lutar eternamente, representa seu próprio crime: ir contra o curso natural da história.

As três versões apresentadas podem considerar-se geografizantes em relação à fronteira. A narrativa tem como cenário a fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Karl F. P. von Martius havia apontado que “o indígena, assim merecia um estudo cuidadoso, até mesmo devido à sua potencialidade para a confecção dos mitos da nacionalidade. Afim de descobrir o véu da ‘ruína’ que encobria uma cultura sofisticada, Martius propõe a investigação dos cosmogonias indígenas, de seus dialetos, e, por fim, o estudo comparativo das raças”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ SCHMIDT, Afonso. Op. cit. p. 227

¹⁰⁸ FERREIRA, M. Lúcio. Op. cit. p. 21

A nação tupi podia ser considerada a raça fundadora do Brasil. A narrativa das lendas de fronteira formatavam-se na velha tradição da língua tupi. Mas elas foram traduzidas para a língua portuguesa, uma operação etnológica e historiográfica a que Michel de Certeau chama de “hermenêutica do outro”. É uma operação lingüística de tradução que “transporta para o novo mundo o aparelho exegético cristão que, nascido de uma relação necessária com a alteridade judaica, foi aplicado, alternadamente, à tradição bíblica, à antigüidade grega ou latina, ou a muitas outras totalidades ainda estrangeiras. Uma vez mais extrai efeitos de sentidos da relação com o outro”¹⁰⁹.

Na tradução das lendas, algumas palavras são colocadas cuidadosamente na língua antiga, como por exemplo, o termo *tapuia*. Não se trata de uma palavra que não tenha correspondente na língua portuguesa; quer dizer estrangeiro. Mas, ela extrai efeito de sentido da relação com o outro. Delineia um sentido de pertença, define contornos evoca uma tradição de disputa pelo espaço e surge a *Pindorama*, de um lado e o *Teté Guassu*, do outro. Espaços que se projetam, que se sobrepõem, que se constroem e reconstróem, pela linguagem e na linguagem escrita.

Sabe-se que os indígenas, tanto do Brasil como do Paraguai eram povos nômades ou semi-nômades. Mas a tradição lingüística européia conduzia a definir um espaço para o nômade. Se todo texto, como ensina Gadamer, pertence à dialética da pergunta e da resposta, as histórias das origens das nações, na tradição ocidental, deve seguir o esquema: ... havia um povo, falava uma língua, tinha um território ... Não importa qual dos três aspectos inicia a narrativa;

¹⁰⁹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982. p. 222.

A cosmogonia indígena, presente na lenda do Iguaçu e das Sete Quedas, prestava-se para a narrativa de origem quando os personagens recebiam um nome, uma língua e uma terra. Se eles têm apenas o nome, como o nome sem rio, não se prestam para a constituição da fronteira. Vinculados ao lugar, demarcam o espaço. Na escrita da fronteira, a linguagem que se presta para a sua constituição, não podia permanecer no nível do nome, do conceitual, do universal e do geral. Fazia-se necessário atingir o particular, o específico. Precisava ser uma língua encarnada e uma carne territorializada.

Esta tensão entre o geral e o particular, em termos da escrita da história fazia-se presente desde as primeiras discussões ocorridas no âmbito do IHGB, como aponta Schapochnik a respeito do seguinte texto de Perreira da Silva:

O nosso século considera a história de duas maneiras. ou particular. ou universal. A primeira consiste em escrever. segundo os grandes modelos. os acontecimentos. com toda a verdade crítica. em marcar a cada povo seu typo peculiar. a marcha da civilização. o estado da indústria. e o avançamento e progresso das nações. A esta escola pertencem Thierry. Lingard. Sismondi e Muller. historiadores modernos. A segunda maneira de considerar a história. é filosófica e ideal. Giambatista Vico no século passado estabeleceu leis universais da humanidade. eleva-se da representação à idéia. dos phenomenos às essências: atendendo ao principio da natureza idêntica em todas as nações. forma uma história abstrata. não pertencendo a nenhuma.¹¹⁰

Sabe-se que os sócios do Instituto optaram por uma escrita da história particular: escrever a História do Brasil. Mas, em termos da particularidade de cada região constituinte da nação pode-se considerá-la uma história geral. Assim, exceto os escritores que optaram por uma abordagem localista, poder-se-ia conciliar o geral e o particular da história do país. Nem tanto narrativa e nem tanto filosofia histórica. Nem puro idealismo hegeliano ou croceano e nem puro “historicismo” dos modernos. Quando se escrevia uma história geral da nação brasileira podia-se falar “dos seus homens ilustres”, “notícias sobre os índios”, a

¹¹⁰ SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. cit. p. 29

“economia do país”, “fenômenos naturais”, “fauna e flora”, a “extensão”, como aparece no primeiro número da revista do Instituto¹¹¹.

Aqui se percebe claramente a tradição hegeliana¹¹² da escrita da história, na atenção conferida aos homens ilustres, os sujeitos cósmicos, os construtores da história, aqueles que conseguiram romper a barreira do senso comum e captar, na pureza, o espírito de sua época e comunicá-la aos outros ou tomar as decisões corretas, mesmo que contra tudo e contra todos. Eles podiam não figurar na galeria planetária dos sujeitos cósmicos, mas nada impedia que, de repente, lá estivessem.

Por outro lado, o texto que Januário da Cunha Barbosa escrevia para os sócios, alguns dos quais residentes nas províncias, tratava da “lembrança do que devem os sócios do IHGB, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”. No que diz respeito às províncias, ou seja ao particular, pede que se envie documentos relativos ao “comércio interno e externo da província, de sua indústria e literatura; de seus principais produtos e variedades; de seus rios, montanhas, campos e portos; de sua fundação e caminhos principais: ... da extensão da província, de sua conformação com outras”¹¹³. A particularização vai além: deve-se enviar notícias sobre a província, “de sua divisão em comarcas ... da fundação, prosperidade ou decadência das suas cidades, vilas e arraís”¹¹⁴.

Portanto, há o movimento que vai do geral ao particular. Trata-se de uma relação hermenêutica, a compreensão do país. Uma das regras da hermenêutica é o movimento que vai do todo a parte e da parte ao todo.

¹¹¹ ver Revista do IHGB, v. 71, p. 108-110, 1839.

¹¹² Sobre a tradição hegeliana, ler a obra de Hegel, *A razão na história*. (HEGEL, op. cit, 1990).

¹¹³ Revista do IHGB, p. 108-110, 1839.

¹¹⁴ Idem. p. 108-110.

Romário Martins, um dos que recolheram a lenda de Iguaçu, foi eleito sócio de IHGB no ano de 1900. Neste mesmo ano, fundava o Instituto na Província do Paraná. “Para Brasil Pinheiro Machado, Romário lançou uma história regional do Paraná como estudo de uma comunidade orgânica que se desenvolve através do tempo, em organizações sociais que se integram com as conjunturas da história nacional global”¹¹⁵. Para Bento Munhoz da Rocha Neto, também historiador paranaense, “o Brasil seria absolutamente incompreensível sem regionalismo ... Romário ... adere vigorosamente ao chamado regionalismo orgânico, de vertente gilbertiana”¹¹⁶.

Como se percebe, tratava-se de nomear e tornar o Brasil e o Paraná nomeáveis. Compreender-se na linguagem sobre a fronteira e torná-la cada vez mais compreensível. O paranista Romário Martins segue esta tradição mas pertence ao que se chama paranismo engajado. Na década de 1890,

*inicia o seu combate em favor dos índios caingangues de Palmas, criticando o Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, pelo alheamento da questão indígena. O que não é pouco, quando se sabe que no mesmo período o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, nostálgico do bandeirismo, propunha em cenas de etnocídio, o extermínio dos ‘traídores’ caingangues para que a civilização fizesse o que a natureza tardaria a conseguir.*¹¹⁷

Na década de 40, Martins recolheu a lenda do Iguaçu e então Tarobá tornava-se um guerreiro caingangue. Em um de seus escritos Romário diz que,

as flechas rompentes nas direções do levante e do poente indicam as situações da baixada e do planalto, modificadores dos climas e condicionadores de exuberância para a vida de todas as espécies, a altura dos ideais paranistas: a raça que povoou de lendas e de deuses o sertão maravilhoso de Araucariândia, que primeiro viveu e dominou no nosso território, que se fundiu no sangue, dos conquistadores, que nele imprimiu o cunho bravo do amor à terra, que estendeu a todas as feições geográficas a nomenclatura que se

¹¹⁵ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba : Travessa dos Editores, 1995. p. 5

¹¹⁶ Idem. p. 5

¹¹⁷ Idem. p. 8

*perpetuou nas serras e nas águas. na flora e na fauna e que possibilitou a exploração e a conquista do sertão.*¹¹⁸

Pode-se dizer que Romário foi um paranista mais romântico do que Wilson Martins e Temístocles Linhares. Estes dois autores, mais ligados ao surto de desenvolvimento da década de 50, preocuparam-se em construir uma imagem do Paraná que tivesse por base o homem europeu, principalmente, o imigrante alemão. Relacionam-se ao período em que, como afirma Bumester, “o fluxo migratório traz consigo elementos e efeitos indesejáveis; contudo, o Estado não tem condições de proceder a uma triagem na origem. Portanto, cabe gerir essa população e administrar seus efeitos, de modo a não comprometer o surto de progresso nem os trabalhadores ordeiros. Àqueles que fogem à ação ‘pedagógica’ do Estado, restam as possibilidades de prisão e do hospício”¹¹⁹.

Para estes autores, se há um povo paranaense que pode definir os contornos de seu território, ele não se liga ao indígena. Tarobá morreu, foi transformado em pedra e encontra-se nas Cataratas do Iguazú, como uma peça do passado. Wilson Martins categorizava, em meados da década de 50: “...há um homem paranaense, no qual, para fins de estudo, tal como faço neste livro, se pode assinalar a etnia alemã, polonesa, italiana ou outra qualquer.”¹²⁰ A tendência romântica do paranismo, no entanto, caminhou no sentido inverso, durante as décadas anteriores.

Romário Martins parecia estar convicto de que define-se o Brasil como uma nação de origem tupi. O rio Iguazú, no lugar em que encontra as águas do Paraná, representa o lugar onde o guerreiro originário conquistou a mulher estrangeira. Trata-se de um rapto

¹¹⁸ MARTINS, Romário. Op. cit. p. 25

¹¹⁹ BURMESTER, Ana Maria et al. O paranismo em questão. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**. São Paulo : Marco Zero, 1990. p. 147

¹²⁰ Idem. p. 150

consentido por parte da raptada. A fronteira é lugar da conquista. O rio marca as diferenças entre o lado de lá e o de cá.

Em sua obra, *História do Paraná*, publicada em 1899, o autor esboça uma distribuição geográfica dos indígenas encontrados pelos descobridores no território em que hoje, localiza-se o Estado do Paraná. Divide-os em três grandes grupos: os Tupis, os Crês e os Ges. Conforme esta divisão, os tupis representam o grupo mais abrangente, pois comportava 41 grupos e, entre eles, os guaranis. Aponta ele que, “as primeiras explorações do sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Iguçu, acusaram numerosa presença, em toda parte, de índios da nação Guarani”¹²¹.

Portanto, para o autor, “os exploradores não encontraram um território guarani mas detectaram a presença destes povos na região da fronteira. Depois da destruição das povoações castelhanas e jesuítas, pelas ‘bandeiras’ paulistas, os índios de outras “etnias” invadiram “...esse extenso território compreendido na província espanhola de Guaira, sujeita ao Paraguai”¹²². Entre os vários grupos indígenas que invadiram a região estão os itacuras, hindós, tarapajós e os carijós. Estes carijós, que antes da chegada do branco ocupavam o litoral, “... passaram a constituir o lastro da nossa população litorânea. Ainda hoje a nossa gente praieira conserva o tipo do seu ascendente indígena”¹²³.

Assim, o texto efetua três operações importantes na linguagem da fronteira. Vincula o Paraná ao Brasil pela ancestralidade tupi. Os paranaenses são brasileiros legítimos porque descendem dos Cários, a nação ancestral do Brasil. Em segundo lugar, demarca a linha original da fronteira. O povo originário ocupou a região, afastando as hordas da nação

¹²¹ MARTINS, Romário. Op. cit. p. 29

¹²² Idem. p. 30

¹²³ Idem. p. 231

guarani, definindo a linha dos limites desde tempos primitivos. Por fim, indica que os Cários contribuíram consanguineamente para a formação do povo paranaense que passaria a ser verdadeiro ocupante do território e definidor de fronteira. No Paraná, segundo Romário Martins, os caingangues “procedem das regiões ocidentais do Rio Paraná e invadiram o território paranaense após a destruição de Guaira”¹²⁴.

Desta forma, na construção da ancestralidade paranaense encontra-se a raça caingangue, mas também, a grande nação tupi. Ficava garantido o particular e o geral. Os povos ancestrais do Paraná não eram considerados participantes da nação tupi porque falavam uma língua diferente, o Camê. Mas, ao ocuparem o território “invadido pelos guaranis”, integraram-se ao território tupi e definiram a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A linguagem da ancestralidade paranaense segue estas tradições.

A fronteira entre as raças e línguas ancestrais também apareceu no romance poema de Plínio Salgado, a *Voz do Oeste*, publicado em 1934. Parte da história desenrola-se na região de Guaira. O Salto das Sete Quedas aparece como cenário. Trata-se da história da bandeira chefiada por Nicolau Barreto que partiu de São Paulo, no início do século XVII. O grupo compunha-se de três “partidos”: os brancos, portugueses, espanhóis e judeus; os mamelucos, chefiados por Martinho, filho do índio Antônio; os índios eram chefiados por ele. Cada grupo tinha seus interesses particulares na trama. Aos brancos interessava a busca do ouro, de riquezas. Aos mamelucos importava andar pelas matas, caçar índios e onças. Aos índios, urgia encontrar o caminho de Tapes que os levaria ao *Ibituruna*, as montanhas dos Andes.

¹²⁴ MARTINS, Romário. Op. cit. p. 39

No romance de Plínio a nação fundadora tupi não tem origem no Egito. Ela originou-se na América, no sopé dos Andes,

*... na terra pobre e chata, onde dormira, noutras tempos, a Cobra Encantada, que originou todas as criaturas, quando as primeiras estrelas cintilaram nas derradeiras trevas ... a Nação Tupi nasceu do barro que a sucuri esquentou. Foi daqui que os filhos da Grande Cobra subiram para as ibiturunas. Seja maldito aquele que quiser levar a Nação para outros países ... se a Nação Tupi abandonar a sua terra, será escrava dos filhos do Sol, que nasceram na areia branca, muito longe, onde estoura o Paraná. Eles virão voando sobre as águas.*¹²⁵

A lenda das origens dos tupis, narrada no romance histórico de Plínio, contém a profecia do seu desaparecimento. Segundo o que consta da lenda, um jovem guerreiro chamado *Anhauera* convenceu o povo a descer o *Ibitiruna*. Ele disse que,

a nação Tupi cresceu muito, não pode ficar parada. Os guerreiros são valentes para levar a Nação no rumo do grande rio que estoura ... os guerreiros irão conquistar a terra de Pindorama. A terra das palmeiras é alegre e verde ... Ela não conhece o frio das Ibiturunas porque o sol casou com ela E então, “*todos os moços acompanharam Anhauera ... Quase mil anos se passaram desde a Grande Marcha.*”¹²⁶

Quando o branco chegou, conforme a narrativa de Plínio, os velho da tribo tupi lembraram da antiga profecia. Por isto, os índios buscavam o caminho de volta e a voz do passado falava de modo confuso aos mamelucos, porque se passaram mil anos e ninguém mais conhecia o caminho de Tapes..

Plínio conferia um chão para a nação tupi, dentro da América mesmo e um argumento explicativo para o movimento bandeirista. Na sua história, a bandeira de Nicolau Barreto foi a primeira que alcançou a região de Guaira. Ali, apresou 3.000 índios tememinós. Seguindo rumo aos Andes, “uma manhã, os bandeirantes avistaram os abismos

¹²⁵ SALGADO, Plínio. *A voz do Oeste*. 5.ed. São Paulo : Voz do Oeste, 1978. p. 48.

¹²⁶ Idem. p. 48-52.

das Sete Quedas. O volume d'água de quatro quilômetros de largura aperta-se ali subitamente num canal de 60 metros”¹²⁷

Após atravessarem a cachoeira, começaram a aparecer homens de Nicolau Barreto degolados. Isto acontecia durante a noite e era notado somente pela manhã. As cabeças eram levadas, restando somente o corpo dos mortos. Estavam pisando na terra dos ataques à traição. Barreto fez uma festa para os guaranis, do outro lado do Paraná e os prendeu quando todos estavam bêbados. “Os cabeças foram, um a um, guindados ao patíbulo. Os restantes, mais de quarenta, arrastados até às bordas da furiosa catadupa, rolaram na espuma colérica ...”¹²⁸

No outro lado do Paraná, na região do Chaco, a bandeira sofreu um ataque quase fatal da parte de uma facção dos mamelucos. O grupo era encabeçado por Caburé. “Também Caburé era um mameluco. Mas a sua natureza o atraía para a vida selvagem, para a brutalidade da antropofagia. Ele se originara da raça Tapuia, inimiga irreconciliável da raça Tupi. A luta entre Martinho e Caburé não era uma luta de homens, era uma luta de raças”¹²⁹. Lembremos que o primeiro era neto do índio Antônio, velho pertencente à tribo tupi.

Plínio diz que “Caburé exprimia a força bárbara, a violência dos instintos selvagens, ao passo que Martinho já se afirmava como a alvorada da nova raça, a semente de uma Nação futura”¹³⁰.

¹²⁷ SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 148-149.

¹²⁸ Idem. p. 149

¹²⁹ Idem. p. 179

¹³⁰ Idem. p. 179

Enquanto ocorria a luta entre as nações rivais, a tribo dos Carijós, que havia saído do litoral para fazer guerra na região da fronteira, salvou os bandeirantes do ataque *tapuia*. Os que restaram do enfrentamento chegaram ao *Ibituruna* e nada conseguiram, a não ser a visão de miragens. Mas os que desistiram desta empenharam-se em novas bandeiras.

No romance de Plínio, a fronteira se dá entre raças ancestrais; uma luta de titãs, da qual os tupis saíram vencedores. Parte deles tentava retornar à terra da Serpente Negra, mas pela miscigenação, já haviam emprestado seu sangue para que nascesse o Brasil.

Compreende-se a obra de Plínio Salgado dentro do movimento modernista, da década de 20. Neste movimento de renovação da arte no Brasil, em termos de literatura e de filosofia, havia um grupo mais votado às questões do nacionalismo. Trata-se dos intelectuais da primeira fase do modernismo, conforme, Otacilio Colares, “toda nossa literatura foi animada por este espírito, que chegou à necessidade de um primitivismo, de um indigenismo total”¹³¹. Deste grupo, faziam parte intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Este afirmava que “Oswald havia descoberto o Brasil na Europa; queríamos o Brasil no Brasil mesmo; somar mais Brasil dentro do Brasil. Verdeamarelismo contra futurismo italiano, contra dadaísmo francês, contra expressionismo alemão”¹³².

Plínio dedicava-se à criatividade estética, neste período, voltado ao nativismo, considerado “... um pensamento central, que vela pelas tradições da nossa Pátria e autenticidade do nosso povo, e um sentimento de compreensão e simpatia humanas pelas populações abandonadas em tantos trechos do território nacional”¹³³.

¹³¹ SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 13.

¹³² Idem. p. 14.

¹³³ Idem. p. 15.

Quando Plínio partiu para a Ação Integralista Brasileira, como se sabe, tomou uma posição francamente anti-socialista. A fundação da Ação Integralista ocorreu em 1932, e o romance *A Voz do Oeste*, foi publicado em 1934. O prefácio da obra pode ser considerado um esboço do pensamento e da proposta política do integralismo, uma proposta de leitura da história nacional, uma forma de expressão da fronteira que se dá conforme a tradição indianista. O autor assegura que,

*a história que vai ser narrada, nos sucessivos capítulos deste livro, é a história da alma brasileira, no alvorecer dos primeiros impulsos da Nação. É o desenrolar de episódios, muitos dos quais os documentos dos arquivos não registram, nem os mencionam comentários de cronistas. Eles se ligam à mitologia do selvagem americano e ganham um sentimento profundo porque explicam a colaboração misteriosa da terra nos grandes dramas brasileiros que os séculos sepultaram.*¹³⁴

Percebe-se, no texto do autor, uma denúncia e uma espécie de posicionamento crítico à historiografia brasileira ao modo da crônica, fórmula comum da escrita histórica durante o período colonial; ele trata de coisas que os cronistas nem mencionam. O protesto também dirigia-se ao procedimento metodológico adotado pelos sócios do IHGB, durante o segundo império e o início da República. Contra a prática de reunir e arquivar os documentos “úteis para a escrita da história”, o autor propunha escrever uma história que os documentos dos arquivos não registravam. Aponta a história das bandeiras e das monções como o acontecimento fundador da nação.

De outro modo, o problema da documentação e da crônica bandeirante foi apontado na obra de José Honório Rodrigues, publicada no final da década de 70, mas que, pode-se dizer, preparou-se desde o início dos anos 40, a partir de seus estudos sobre a “civilização holandesa no Brasil”. Rodrigues apurava que,

¹³⁴ SALGADO, Plínio. Op. cit., p. 33

*a obra paulista de dilatação e incorporação do território colonial é sem paralelo na história americana. O espantoso crescimento físico da nação é um resultado de seu esforço, de sua desordenada cobiça, de sua extraordinária iniciativa ... Quanto à bibliografia do século XVII, como disse Alice Canabrava, é ela extremamente pobre em depoimentos de modo particular sobre o bandeirismo.*¹³⁵

O autor contrapõe a situação paulista à pernambucana. Explica que, "... a iniciativa privada, que não deve prestar contas ao Governo, não produz a documentação que falta; a primitividade colonial não fez a consciência da produção historiográfica, ao contrário do que aconteceu em Pernambuco, mais adiantado culturalmente e entregue a uma historiografia mais vistosa e de maior interesse contemporâneo"¹³⁶. Mas também, segundo a explanação do autor, "... a obra de mazombos, índios e mestiços não seduzia a historiografia oficial, demasiado encantada com os aspectos externos da defesa de Portugal, na América, contra a Holanda"¹³⁷. Desta forma, uma historiografia centrada na letra do documento somente tenderia a reforçar a região nordeste do Brasil, ou a Metrópole portuguesa, como lugares fundadores da nação.

A história nacional, ou seja da região de São Paulo, aparecia como uma língua sem povo, um povo sem território, um nome sem rio. A historiografia do bandeirismo, afirma Rodrigues "... reduz-se às expressões antibandeirantes de Montoya e del Techo"¹³⁸. O termo 'expressões antibandeirantes' não é por acaso. Trata-se de uma escrita feita por estrangeiros e o estrangeiro, na tradição indianista brasileira, é um *tapuia*. Restava escrever uma narrativa tupi. Isto aparece na cena de romance de Plínio, que tem como lugar a região do Chaco, o outro lado da fronteira, o sopé da montanha dos Andes, a terra que a serpente

¹³⁵ RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil : historiografia colonial**. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1979. p. 114

¹³⁶ Idem. p. 115

¹³⁷ Idem. p. 115

¹³⁸ Idem. p. 114

negra aqueceu, onde nasceu a 'raça fundadora'. Ali ocorre a luta do mameluco Caburé, filho da raça *tapuia*, contra Martinho, filho dos tupis. Considere-se a "luta dos mestiços" uma figura da escrita da história e da definição das fronteiras. Ela se dá na tradição lingüística indianista, também assumida por José Honório Rodrigues, que referindo-se ao padre Luiz Figueira, afirma: "em 1602, passou ao Brasil, com o Padre Francisco Pinto, destinado a anunciar o Evangelho aos tapuias ..."¹³⁹.

Plínio aponta a escassez do documento e propõe uma forma poética de escrever a história a partir de uma nova periodização. Afirma que,

*alguma força desconhecida animava os ímpetos firmes das 'entradas'. Essa força estava nos recessos do sangue e respondia a um apelo dos confins da Terra. Apelo do Oeste. voz do Centro da América do Sul. ensinando ao Brasil o seu papel histórico. Voz que falou três vezes: a primeira no ciclo das Bandeiras, a segunda durante a Guerra do Paraguai; a terceira quando a Coluna Prestes foi encerrar a sua peregrinação geográfica na terra negra, onde os tupis nasceram.*¹⁴⁰

A proposta de escrita da história apresentada por Plínio Salgado, parece paralela e até contrária à tradição iluminista seguida por alguns membros do IHGB. Isto pode ser compreensível no que se refere às relações entre história e ficção, documento e narrativa, "logos" e "mitos". Mas se atentarmos para a proposta de Karl F.P. von Martius, de que a investigação da língua e da cosmologia indígena deveria interessar aos historiadores brasileiros "até mesmo devido à sua potencialidade para a confecção dos mitos da nacionalidade", podemos vincular Salgado à esta tradição. Pode-se dizer que trata-se de uma radicalização da tradição iluminista. Mas também de um movimento que vai da parte ao todo e do todo à parte, pois se em Varnhagen, o todo que é o Brasil descende da nação

¹³⁹ RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 17

¹⁴⁰ SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 33

Tupi, a parte, que é a região bandeirante, adquire sentido no todo, resultando na completude do movimento hermenêutico.

O “mito tupi”¹⁴¹ da serpente negra oferecia uma explicação para a história do bandeirantismo. Uma história da conquista, do rompimento da fronteira e ampliação do território. Além disto, uma linguagem plausível para a compreensão da Guerra do Paraguai e a Marcha da Coluna Prestes. Tudo isto faz parte do papel histórico conferido ao Brasil, qual seja, ampliar suas fronteiras com os *tapuias*, tomar a posse da terra.

A linha da fronteira, aqui, não é representada por rios, como na historiografia oficial, dos documentos e das crônicas. Ela passa bem mais ao ocidente, em algum lugar do pântano negro, no sopé da Cordilheira dos Andes, para onde a “terra chama o sangue tupi a retornar”. Plínio diz que, “é lá que está a voz que ‘chama’... Nem poderá ser o acaso que nos haja levado tantas vezes no rumo dos pântanos do Oeste ... Que resta da Nação Tupi? Os nomes dos rios e das montanhas; o apelido das madeiras e das flores; as lendas selvagens da Pátria; e esta vaga tristeza, que às vezes nos avassala, como uma saudade incompreensível, um senso esquisito de vida ...”¹⁴².

Conforme depreende-se do texto, resta da nação Tupi uma linguagem e uma certa melancolia. Não se trata de uma linguagem qualquer, vazia de sentido, ou flutuante como o nome sem rio, sobre o qual até mesmo existiam documentos históricos para comprovar a sua existência fictícia. A narrativa conferia sentido aos nomes dos rios e das montanhas, madeiras e flores. Havia sentido nos nomes porque existia um povo, que era dono do

¹⁴¹ Não conheço outras versões ou referências a esta narrativa a não ser a *boiuna* de Hernani Donato; Não encontrei-a nem mesmo nos estudos de Luis da Câmara Cascudo, grande estudioso do folclore sobre as serpentes brasileiras. O autor afirma que no Brasil não existiu culto à serpente. Mas Plínio, também não relaciona a serpente ao território brasileiro, e sim às montanhas andinas.

¹⁴² SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 33

território. Aquele povo nomeara as coisas. O povo fundador definira os limites, os contornos da nação. De um lado estava o tupi. Do outro, o *tapuia*.

Plínio foi eleito deputado federal pelo Estado do Paraná, no ano de 1956. Ocupou a câmara dos deputados, desde 1960 até 1974, pelo Estado de São Paulo. Também Romário Martins foi eleito deputado estadual por várias legislaturas (1904-5; 1910-11; 1912-14; 1919-20; 1921-22; 1923-23; 1924-8). Mas não se trata de afirmar que Romário era integralista ou que Plínio tornara-se um adepto do paranismo. Trata-se de perceber que havia uma linguagem comum sobre a fronteira que abrange também Varnhagen e o próprio José Honório Rodrigues: a fronteira ancestral se dá nos limites das raças ancestrais, *tapuias* e tupis: Caburé e Martinho, Naipi e Tarobá. Eram formas da fronteira se dar.

1.4 DOCUMENTOS E LENDAS.

Trata-se de outra forma do acontecer da fronteira na linguagem, mas não, propriamente, da inauguração de uma nova fase da escrita. Aqui encontramos a chamada história diplomática e a legitimidade da fronteira encontra-se nos documentos.

A historiografia documental da fronteira, estava sendo escrita por autores como Hélio Vianna e Tasso Fragoso. Aqui a figura da fronteira sob a forma de uma linha que divide as raças e as línguas, tendia ao desaparecimento. Vianna afirmava que “o território hoje brasileiro não se originou de doações papalinas à coroa portuguesa, nem simplesmente

de um acordo prévio entre esta e a Espanhola. Não foi obtido apenas em consequência da prioridade lusitana no descobrimento”¹⁴³.

Mas se o arqueamento da fronteira rumo ao Oeste não se deveu a doações ou à prioridade no descobrimento, tampouco liga-se a algum sonho indígena ou a uma territorialidade originária.

*Resultou de um esforço trissecular, duro e contínuo, que devemos tanto à ação militar, administrativa e diplomática de Portugal, como à penetração realizada por particulares, entradistas e bandeiras que desconheceram as barreiras além do Atlântico opostas à expansão. Houve, portanto, uma conquista do Brasil dificulosamente empreendida por nossos antepassados portugueses como por seus descendentes luso-brasileiros. Começaremos agora a relutá-la tendo em vista historiar a formação de nossas fronteiras, primeiro a marítima depois a terrestre.*¹⁴⁴

Se na linguagem indianista e nacionalista, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai representava uma linha divisória entre as nações ancestrais, na história documental trata-se da linha que separa os portugueses e luso-brasileiros, dos espanhóis e hispano-americanos. O desenho da linha, as mudanças de direção que aparecem no seu percurso, devem-se, para Vianna, “... à ação militar, administrativa e diplomática” e ao empreendimento particular dos bandeirantes.

Não se trata, evidentemente, de uma nova linguagem sobre a fronteira. Segue-se as mesmas regras gramaticais, a mesma sintática e morfologia. Utiliza-se praticamente os mesmos personagens e acontecimentos, apenas modifica-se-lhes os nomes. Ou seja, fala-se de outro objeto por meio e na mesma linguagem. O objeto novo é a fronteira na forma da letra, da escrita em lugar da palavra falada. Caburé torna-se hispano-americano e Martinho luso-brasileiro. Representam a figura que dá sentido à história documental da fronteira.

¹⁴³ VIANNA, Hélio. **História diplomática do Brasil**. São Paulo : Melhoramentos, 1948. p. 24.

¹⁴⁴ Idem. p. 24.

O lugar de origem da raça luso-brasileira não encontra-se mais no sopé dos Andes, nas terras negras e sim no litoral atlântico e origina-se de uma luta criadora entre dois titãs brancos, europeus com nomes indígenas: *Mair* e *Peró*. Os titãs devoravam o pau-brasil e preferiam lutar nas grandes águas do mar. Foram batizados na língua tupi e perderem seus nomes cristãos. Portugueses, agora *peró*; franceses, então *mair*. Como diz Vianna, sempre amparado na escrita, citando Capistrano de Abreu, “... os tupinambas se aliaram constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os tupiniquins, não consta da história, mas o fato é incontestável e foi importante; durante muitos anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos *perós* (portugueses) ou aos *mair* (franceses)”¹⁴⁵.

O aviso ao leitor de que a “batalha primordial” não consta da história, consiste em um recurso literário, ou seja, de letras. O autor anuncia: aqui não temos documentos; aqui falhou o método; aqui abandono, por algumas linhas, a verdade que emana das provas escritas e entro no mundo das palavras faladas, para que a história tenha sentido. Isto é, para que o enredo possa se dar de forma compreensível. José Honório Rodrigues apontava acuradamente que os documentos sobre o nascimento da nação encontravam-se na Holanda ou em Portugal, solos de origem da letra fundadora. Referiam-se mais ao nordeste, especialmente Pernambuco, do que a costa sul.

A narrativa fundadora da definição da fronteira atlântica do Brasil nascia do silêncio da escrita, de sua inexistência. Assim, conferia-se um início para a história. Tratava-se de uma inversão da figura romântica do tempo. Nesta figura a estátua do tempo, de onde nascem os rios do inferno, e que se encontra na montanha Ida, na ilha de Creta, tem a cabeça de ouro, os braços e o peito de prata, descendo as partes do corpo em grau de

¹⁴⁵ VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 24.

resistência e valor até os pés, compostos de terra cota. Cada parte representa uma “Idade” da humanidade. No início, está a Idade do Ouro. No presente, a terra cota, sem valor e sem resistência.

A história baseada nesta figura, de algum modo, deve seguir o princípio da decadência da humanidade, pode ser considerada a tendência básica do romantismo. No entanto, a história baseada no documento e na fonte escrita, põe a estátua do tempo de cabeça para baixo. Quanto mais se afasta o horizonte do passado menos vestígios se encontra. Menos ouro-letra e mais terra cota-fala, “ficção”.

Os pés de terra cota do tempo brasileiro apresentados por Vianna e Capistrano representam-se por uma luta lendária entre *Mair* e *Peró*. A partir dali, a história começa. Impera a letra.

A luta fundadora tem como território-cenário a costa leste, as areias brancas do litoral, como são brancos os contendores. Os indígenas tomam partido. São todos tupis – os *Nambás* e os *Niquins*. *Peró* saiu vencedor. Estava definida a fronteira leste. Não há, portanto, uma negação da narrativa fundadora da raça que conquistou *Pindorama*, a terra das palmeiras, nos tempos primitivos. A fronteira define-se na relação com os *tapuias*.

Mas a “construção” do território brasileiro, ou seja, a definição de seus contornos, a partir da luta primitiva de *Peró* e *Mair* se dá no rumo do Oeste. Para Vianna, trata-se de uma conquista da ação militar, administrativa e diplomática aliada à iniciativa privada dos bandeirantes.

Logo no início do texto há uma “explicação” ao leitor. Vianna diz que,

tendo dado, na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1947, um curso de História das Fronteiras do Brasil, foi ele publicado, no ano seguinte, pela Biblioteca Militar, do Ministério da Guerra, como volume 132/133 de sua coleção. Em 1950 dei, para aperfeiçoamento de diplomatas, no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações

*Exteriores outro curso. ligeiramente diverso do anterior ... o resultado é o presente volume. que ofereço aos estudantes da politica internacional brasileira.*¹⁴⁶

Os “leitores ideais” do texto de Vianna pertencem a uma classe bem definida de pessoas. Trata-se de militares, diplomatas e estudiosos da política internacional brasileira que devem compreender a fronteira como resultado de “uma conquista do Brasil, dificulosamente empreendida por nossos antepassados portugueses como por seus descendentes luso-brasileiros”. Os antepassados, no entanto, aparecem sob a figura de novos personagens. Pertencem a uma elite letrada e beligerante. O lugar de origem da “nova raça” não tem como cenário o pântano negro da *boiuna*,¹⁴⁷ mas o espaço sofisticado dos gabinetes da Corte portuguesa, as areias brancas das praias brasileiras, os campos das guerras de fronteira e das entradas bandeirantes. A história que Vianna começa “agora a relata-la tendo em vista a formação de nossas fronteiras”, pode ser comprovada literalmente pois foi protagonizada por gente das letras e das armas.

Daí, adquirem importância decisiva os documentos escritos, mesmo aqueles que dão conta da descoberta de um rio que não tinha nada além do nome. O caso do Rio *Igurei*, tal qual aparece na narrativa elaborada por Vianna, pode ser resumido da seguinte forma.

O Tratado de Tordesilhas pelo qual Espanha e Portugal dividiam suas pretensões sobre as terras do ultramar, projetava uma linha imaginária, distante cerca de 600 km do lugar onde situava-se a cachoeira do Paraná. Acrescente-se também, que jamais houve acordo definitivo sobre o lugar exato onde a linha deveria passar. Merece mesmo o qualificativo de imaginária. O tratado também era ambíguo. “Não ficou determinada qual das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde serviria de ponto de partida para a contagem das

¹⁴⁶ VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 6.

¹⁴⁷ Cobra negra.

370 léguas que prevaleceram. Da mesma forma, não ficou esclarecido qual seria a quantidade de léguas contida em cada grau, pois havia divergência a respeito de sua dimensão”¹⁴⁸

Foram feitas várias tentativas de definição dos pontos de limites, todas sem levar a um efeito mais duradouro. Em 1580, as duas coroas ibéricas se uniram. A questão dos limites ficou pendente, por 60 anos. A partir de 1640, restaurada a monarquia portuguesa, reiniciava-se a discussão sobre a disputa da fronteira. A tomada da Colônia do Sacramento por parte dos espanhóis, em 1680, reacendeu a questão. A Colônia havia sido fundada pelos portugueses, naquele mesmo ano, na margem direita do Prata, bem em frente à cidade de Buenos Aires. Em 1701, foi assinado o Tratado de Lisboa, que reconhecia a posse da Colônia de Sacramento à Portugal. Depois, foram assinados os tratados de Utrecht, 1713 e 1715, mas os espanhóis sempre contestaram a posse portuguesa da região. Atacaram a colônia e ocuparam-na em 1704, e, tornaram a atacá-la em 1735.

A disputa culminou com a assinatura do Tratado de Madri, no ano de 1750. Por este tratado, estabeleceu-se que a navegação dos rios seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se ambas as partes pertencessem a um só governo, ele teria o direito exclusivo de navegar pelo canal. Diz Capistrano de Abreu que, neste tratado, “maior importância que às terras prestou-se ao aproveitamento dos rios”¹⁴⁹. Portugal ficava com as Missões do Uruguai e a Espanha com a Colônia do Sacramento, logo, com a exclusividade da navegação sobre o Prata.

Também foi por este tratado que se estabeleceu os novos limites entre Espanha e Portugal, na região Sul da América do sul. A linha divisória deveria iniciar em Castilhos

¹⁴⁸ VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 19.

Grandes, na costa hoje uruguaia, adentrando pela Lagoa Mirim e as nascentes do Rio Negro. Dali, alcançava o Ibicui e depois o Uruguai, até à foz do Peperi-guaçu, seguindo até o Iguaçu, indo alcançar, por meio deste, o Rio Paraná. Pelo Paraná seguia até o *Igurei*, o rio mais próximo abaixo das Sete Quedas, e, por ele, até o Rio Paraguai, seguindo-o até alcançar o Jauru, continuando, rios a fora, até o limite com a Guiana Holandesa.

Por esta delimitação, os rios constituem a maior parte da linha dos limites, como se estivessem enfileirados. A linha dos limites, quando alcançava o Rio Paraná, corria no sentido norte – sul, sendo que o leste pertenceria à Portugal e o oeste, à Espanha. A linha de Tordesilhas curvou-se e, ao aproximar-se do salto, modificava a direção, ganhando o sentido oeste, pelo Rio *Igurei*, nove léguas ao sul das Sete Quedas.

Para colocar os marcos de limites segundo as disposições do Tratado de Madri, foi definida uma comissão. Os dirigentes encarregados da delimitação da parte sul eram o Marquês de Valdelírios, pela Espanha, e Gomes Freire de Andrada, mais tarde Conde de Bobadela, por parte de Portugal. O grupo dividiu-se em três comandos. O primeiro deles realizaria os trabalhos desde Castilhos Grandes até à foz do Ibicui. O segundo, iria daquele ponto até à foz do *Igurei*. O terceiro, dali, até o Jauru.

O primeiro grupo de trabalho teve que interromper seu intento devido à hostilidade dos guaranis. Pelo acordo entre Portugal e Espanha, o reino luso receberia as missões do Uruguai livre de ocupação, ou seja, os habitantes deveriam ser transferidos para o outro lado da fronteira. Os *tapuias* rebelados foram considerados vencidos após a chamada Guerra Guaranítica, executada por Espanha e Portugal, entre os anos de 1753 e 1756. Todavia, eles haviam se espalhado pelas matas e a posse da região foi considerada precária.

¹⁴⁹ ABREU apud VIANNA, Hélio. Op. cit., p. 66.

A presença destes índios na região das medições contribuiu para que os comissários abandonassem o trabalho.

Hélio Vianna afirma que os dois outros grupos “conseguiram resultados satisfatórios”¹⁵⁰. O qualificativo satisfatório pode ser considerado um termo de passagem na cadeia dos sentidos. Comporta, aqui, uma ambigüidade, pois implica que os resultados dos trabalhos executados pelas comissões não foram nem ruins e nem ótimos. Não se alcançou o objetivo e nem menos ele deixou de ser alcançado. O problema enfrentado pelas duas equipes não relacionava-se à hostilidade dos nativos. Tratava-se de uma questão de linguagem, do encontro entre a oralidade e a escritura.

No ponto de articulação entre os dois grupos de trabalho deveria existir um rio chamado *Igurei*. Mas ele não existia, ou melhor dizendo, existia um rio, mas não havia acordo sobre seu nome. Um rio sem nome não se presta para classificações. Se tem vários nomes, torna-se difícil o diálogo sobre ele. Dificulta acordos e consensos porque carece do sentido de localização e de definição espacial. Poderia haver um acordo para nomeá-lo como “o rio sem nome”, o que, com efeito, redundaria em contra-senso. Pode-se dizer que, se em uma bacia hidrográfica houvesse vários rios sem nomes, os estudos sobre rios seriam inviáveis ali.

Uma linha de fronteira constituída por rios sem nome não passa de uma quimera. Daí, faz sentido a antiga prática de conferir uma identidade, uma personalidade, aos velhos rios. Rios-homens, devidamente nomeados e, muitas vezes, com certos traços pessoais, tais como generoso, manso, nervoso, imprevisível, traiçoeiro, assassino, misterioso ou tranqüilo.

¹⁵⁰ VIANNA, Hélio, op. cit., p. 67.

Rio nomeado, rio localizável, mesmo que seja no imaginário. Como diz Schama, o rio, talvez seja, a entidade inanimada mais próxima das criaturas consideradas seres animados. Trata-se de um ser de fronteira. Convinha-lhe dar um nome.

De uma forma geral, primeiro os rios existem enquanto entidades físicas e, depois, recebem nomes. Há, entretanto, os rios objetos de ficção, como aqueles da geografia sagrada ou da geografia do inferno. Ali eles existem também apenas enquanto nomes.

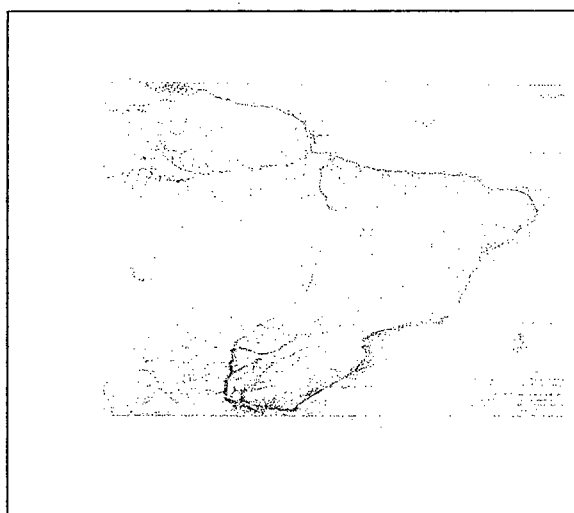
Parece ser este o caso do *Igurei*, o rio onde o segundo e o terceiro grupo encarregados da medição da fronteira deveriam encontrar-se. Ele aparece oficialmente, pela primeira vez, no Tratado de Madri. Deveria localizar-se entre o Rio Paraná e o Paraguai, logo abaixo da cachoeira do Paraná. O rio aparecia no mapa das cortes, que foi a base cartográfica para o Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão elaborou o plano cartográfico em 1749, tendo por objetivo básico, ao que tudo indica, assinalar as ocupações demográficas, já que o princípio que se configurava para a discussão dos limites era o *Uti Possidetis*. Não havia como retomar o Tratado de Tordesilhas, sempre contestado por ambas as partes.

De qualquer modo, as bases para a definição das linhas de fronteira remetiam-se aos Tratados de Utrecht 1713 e 1715, que reconheciam o direito de navegação exclusiva de Portugal sobre o Rio Amazonas, e o direito de posse portuguesa sobre a Colônia de Sacramento.

Nestas disputas, prevalecia o argumento de que fosse reconhecida a posse de um território ao governo pelo qual a população é governada. A partir destes pressupostos, o “mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha em América Meridional” representava a localização geográfica dos súditos de cada coroa com uma cor. A parte

povoada por súditos portugueses era representada pela cor amarela. A cor rosa representava a região habitada pelos súditos espanhóis. As terras não ocupadas representavam o branco.

O saber demográfico era acrescentado ao geográfico e, deste modo, a definição dos acidentes geográficos por onde deveria passar a linha definidora dos limites, deslocava-se para uma segunda instância. A metáfora da definição de limites por meio de tratados é a elaboração de um desenho, ou uma pintura. Pode-se primeiro definir-lhe os contornos e então preencher o espaço interior. Ou, então, iniciar pelo preenchimento do interior e depois, definir os contornos. A terceira alternativa é não definir contornos, ou seja, não definir os limites.



Mapa com o lago central

Adotada a primeira forma metodológica para a definição de fronteiras, os acidentes geográficos exercem o papel mais determinante. A segunda forma, os coloca em segundo plano. Pode-se dizer que a configuração das fronteiras entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madri, reproduzia, em escala geométrica, a pintura elaborada sobre o papel do mapa das cortes, como se houvesse um compasso gigantesco a cruzar o Atlântico.

O historiador paraguaio Efraim Cardoso ao comentar o mapa das cortes, assegura que.

*es un mapa grosero. sin ninguma de las características de la profusa y afiligranada cartografía de la época ... com datos fantásticos. inventando nombres geográficos. rios y montañas sobre todo. caprichosamente representados. con el único objetivo de mostrar el profundo adentramiento de las supuestas ocupaciones portuguesas en todas y cada una de las provincias españolas.*¹⁵¹

O autor remete ao caráter do mapa, que, como já afirmamos, representa principalmente a demografia. Mas, também se refere a dados fantasiosos, invenção de nomes geográficos e modificações de traços. Observando o mapa, percebe-se mesmo as modificações nos traçados de alguns rios. “El rio Paraguay corre em direccion N. E. a S. O., el rio Pilcomayo de Norte a Sur”¹⁵². Pode-se também considerar como um dado fantasioso “... una gruesa cadena de cerros ...” que aparece na região central do Chaco. Mas, o Rio *Igurei* e o Corrientes, conforme Cardoso, “... fueram audaces invenciones”¹⁵³.

Segundo o Tratado de Madri, a linha da fronteira deveria seguir pelo Rio Paraná até alcançar o Rio *Igurei*, por sua ribeira ocidental. No artigo sexto do tratado afirma-se que desde a boca do *Igurei* continuará águas acima até encontrar sua origem principal, e dela buscará, em linha reta, pelo terreno mais alto, a cabeceira principal do rio mais vizinho a desaguar no Paraguai, por sua ribeira oriental, que talvez será o que chamam de Corrientes, e baixará com as águas deste rio até sua entrada no Rio Paraguai.

A redação do artigo abria a possibilidade para a inexistência de um rio chamado Corrientes e, no entanto, assegurava que depois do *Igurei*, poderia seguir qualquer rio das proximidades que corresse em direção ao Rio Paraguai, uma vez que se tratava do rio mais

¹⁵¹ CARDOSO, Efraim. Op. cit. p. 29

¹⁵² Idem. p. 29

¹⁵³ Idem. p. 24

vizinho a preencher tais condições. O nome Corrientes entrava no tratado como uma simples suposição.

O ponto demarcador daquele trecho da linha dos limites deveria apresentar três características básicas: ser um curso de água de volume significativo, desaguar no rio Paraguai e ter sua nascente próxima à do Rio *Igurei*. Lembremos que qualquer curso de água deve medir, pelo menos, quatro metros de largura, para ser considerado rio.

Havia, ali, alguns rios satisfazendo as duas primeiras características. A terceira, no entanto, eliminava as possibilidades de escolha, já que não se conhecia na região um rio que tivesse o nome de *Igurei*. Havia, portanto, o rio (ou vários), mas ‘não se sabia o nome’. Havia, também, um nome do qual não se sabia o rio.

Na tentativa de se sanar o problema, firmou-se um tratado complementar, em 17 de janeiro de 1751. Estipulou-se, no artigo 10º, que, como em alguns mapas se acha modificado o nome e a situação do Rio *Igurei*, assinalado para servir de fronteira na margem direita do Paraná, declara-se que há de servir de fronteira o primeiro rio caudaloso que deságüe no Paraná, na margem ocidental, acima do Salto Grande do mesmo Paraná. E, se este rio não se chamar *Igurei*, se anotar-se com o nome que tiver e se dará um nome, de comum acordo.

Desta forma, o rio permanecia sem nome, e adquiria uma localização mais precisa: desaguava na parte ocidental do Paraná e era o primeiro acima do Salto Grande. Um terceiro ponto referencial fazia-se necessário para a localização das entidades apenas conhecidas por nomes, pelo menos para a cultura letrada européia.

A partir desta orientação, a equipe demarcadora responsável pela execução dos trabalhos entre o *Igurei* e o Jauru, a cargo dos comissários Manuel Antônio Flores, pela Espanha, e José Custódio de Sá e Faria, por Portugal, elegeu o Rio *Iguatemi*, localizado a

oito léguas acima do Salto Grande. Entretanto, a desistência da equipe do extremo sul, ou seja, a resistência dos guaranis das Missões do Uruguai em desocupar as terras consideradas portuguesas, inviabilizou a colocação dos marcos de limites e, por consequência, o Tratado de Madri ficou considerado sem efeito.

A ocupação das terras, ou seja, o caráter de ocupação populacional, sobrepunha-se aos ‘acidentes geográficos’ na definição dos limites. A “fileira de rios” constituía o contorno da anchura.

Os trabalhos de medição foram interrompidos em 1753. Efraim Cardoso anota que,

*enorme júbilo produjo en Asunción la anulación de Tratado de 1750. Sin perdida de tiempo, apenas conocida la noticia, el gobernador Jaime Sant Just despacha una partida de soldados de la Villa de San Isidoro de Curuguatay al mando del Maestro de Campo. Juan González Bejarano, para destruir el mojon que los demarcadores habiam plantado en las cabeceras del Ygatimi, y tomar nuevamente posesión de las tierras que volviam al dominio paraguayo. Después de penosa marcha a través de la selva, la operación que cumplida com gran solemnidad el 20 de julio de 1761.*¹⁵⁴

A narrativa sobre a destruição do marco de *Iguatemi* adquiria uma conotação épica, no escrito de Efraim Cardoso. Pode-se dizer que expressava, de certa forma, o discurso feito por Lázaro de Ribera, governante do Paraguai, no início do século XIX. Afirmava este governante que, “aún no conocian los portugueses la América, cuando el gobierno del Paraguay abrazaba todo el Brasil por derecho de descubrimiento, conquista e posesión, sin que desde el Marañón hasta el Rio de la Plata, se excluise comarca alguna de la dominación española”¹⁵⁵.

A declaração de invalidade de um tratado de limites ou a sua quebra, em geral, implica no retorno ao acordo anterior, quando não, a outros ainda mais antigos. Ribeira

¹⁵⁴ CARDOSO, Efraim. Op. cit., p. 43

¹⁵⁵ Idem. p. 24

remetia-se ao Tratado de Tordesilhas e evocava os direitos de Espanha contidos naquele documento.

Em 1767, a coroa portuguesa ordenou a fundação de um forte militar na região do *Iguatemi*. O objetivo era evitar o contrabando com o Paraguai. Chamou-se Nossa Senhora dos Prazeres. O governador paraguaio, Agustín Fernando de Rivedo, dirigiu uma expedição militar contra o forte de *Iguatemi* e, em 27 de outubro de 1777. Os portugueses se renderam, entregando o posto ao tenente coronel José Antônio Yegros.

Entretanto, antes mesmo da tomada do forte de Nossa Senhora dos Prazeres, as 'coroas' portuguesa e espanhola assinaram o Tratado de Santo Idelfonso, restabelecendo as linhas do Tratado de Madri, no que dizia respeito aos limites entre Brasil e Paraguai. Como o tratado de 1777 mencionava expressamente o Rio *Igurei*, caía por terra o convencionado sobre o *Iguatemi*. Deve-se considerar que o *Iguatemi* desembocava no Rio Paraná, oito léguas acima do chamado Salto Grande. A linha favorecia a Espanha.

No entanto, se o *Igurei* existisse e fosse localizado abaixo do salto, todo o conjunto de saltos pertenceria às possessões portuguesas. Além disto, também se tornaria posse lusa, a faixa de terras correspondente à margem esquerda do Paraná, incluindo antigas vilas e povoados espanhóis, tais como Villa Real de Concepción, San Pedro Yucamandiyú, Belen, Tacuati, a região norte do Paraguai.

Tratava-se, então, de encontrar o rio do qual era conhecido somente o nome. Os portugueses tentavam encontrá-lo no Baixo Paraná; os espanhóis, no Alto Paraná. O vice rei do Brasil, Dom Luiz de Vasconcelos, ordenou ao capitão geral de São Paulo que enviasse uma expedição à esta região, com o objetivo de encontrar um rio para o nome. A missão de descobrimento foi entregue ao capitão de granadeiros Cândido Xavier de

Almeida e Souza que, em 2 de setembro de 1783, informou, por carta, ao capitão geral de São Paulo, a sua descoberta.

Após as saudações habituais, descreve com detalhes, os 24 dias de trabalho da expedição. Em seguida, dá notícias da viagem: “Esforçando-se minha obediência em dar cumprimento às ordens de Vossa Excelência, chegamos em frente das Sete Quedas no dia 10 de junho às 9 horas da manhã com 29 dias de viagem”¹⁵⁶.



Sete quedas. Foto de Helmut Herich Wagner

Passa, então, a descrever as dificuldades encontradas pela expedição, tais como, a travessia do rio, os espinhos, a mata “contra a qual pouco adiantava os facões”, índios, penedos, serras, doenças, pântanos e a pequena quantidade de homens a seu serviço.

¹⁵⁶ Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 254.

O capitão Cândido Xavier dava a notícia de que, no dia 10 de julho, o rio fora descoberto. Assim o descrevia.

*sobe o famoso rio Iguarey a rumo noroeste, um quarto de légua até o primeiro assento; tem uma largura, na sua barra de 100 palmos. pouco acima faz a primeira estrondosa cachoeira, por onde dá vão com muito trabalho com a extensão de um quarto de léguas até o dito primeiro assento, em cujo termo da navegação de canoas carregadas e tem a largura de 50 palmos e 17 de fundo.*¹⁵⁷

Mas também descreve o trecho do Rio Paraná entre a cachoeira e a boca do *Igurei*. O principal aspecto da descrição refere-se à impossibilidade de navegação. As imagens por ele apresentadas são de “furiosas correntes”, “confusão de redemoinhos”, “trombas d’água”, enfim, “um grande e afunilado tambor de águas tão perigosas como intransitável, precipícios”. O percurso lhe parece um “rio cada vez mais obstinado em nos denegar a navegação”. São nove léguas e meia consideradas impossíveis de navegar.

Além disto havia outro problema. A reação dos nativos à expedição foi muito contrária, segundo ele.

*Fomos pressentidos dos índios espanhóis que imperceptivelmente vieram no dia 14 espreitar o nosso campo, como nos mostraram as suas trilhas e picadas, na mesma tarde em que fomos à terra firme dispor a continuação do nosso caminho ... no dia 16 logo pela manhã por toda parte se incendiou o campo ocidental à beira do rio, e dali a poucos instantes correspondeu o campo oriental em mais distâncias ... a estrada do nosso regresso por aquela parte ficou cortada.*¹⁵⁸

Se em outras descrições o Paraná representava algo semelhante aos rios do paraíso, na narrativa de Xavier as nove léguas e meia até o *Igurei* aproximam-se mais dos rios do inferno descritos por Dante, na Divina Comédia. Águas furiosas, impossíveis de serem navegadas, correndo por entre margens onde o fogo a tudo consome.

¹⁵⁷ Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 252.

¹⁵⁸ Idem. p. 252.

Chegando ao primeiro giro do sétimo círculo do inferno, Dante encontrou o Flegetontes, o terceiro rio da geografia das regiões infernais.

*Ma ficca li occhi a valle, chè s'approccia
la rivera de sangue in la qual bolle
qual che per violenza in altrui nocchia.¹⁵⁹*

Nas margens do rio fervente, Dante deparou-se com os centauros, armados de arcos e flechas. Os animais, místicos guardam o rio. Nesso, o centauro morto por Hércules, ajudou o poeta a atravessa-lo.

*Or ci movemmo com la scorta fida
lungo la proda de bolor vermiglio.¹⁶⁰*

Sofrendo toda sorte de revezes, assim como o grupo de Cândido Xavier, seguindo à margem do rio fervente, Dante chegava ao terceiro giro do Sétimo Círculo. Ali, o poeta defrontou-se com a chuva de fogo.

*sovra tutto 'l sabbion. d'un cader lento
piovean difoco dilatate falde,
come dineve in alpe senza vento.¹⁶¹*

O rio Flegetontes tem as águas vermelhas e ferventes e nas suas margens chove fogo. Ali habitam seres armados de arcos e flechas. A geografia do inferno de Dante parece ser o pano de fundo da escrita da carta sobre a descoberta do *Igurei*.

A busca pelo *Igurei* também foi realizada pela margem ocidental do Paraná, acima dos saltos, como se fora uma forma de se comprovar que, realmente, o rio procurado não

¹⁵⁹ ALIGHEIRI, Dante. **A divina comédia**. São Paulo : Ed. 34, 1998. p. 93

Mas olha a baixo e veras lá adiante. O rio de sangue onde estão na fervura, os seus de violentar seus semelhantes.

¹⁶⁰ ALIGHEIRI, Dante. Op. cit., p. 94

Partimos com essa digna companhia. sofrendo. à beira da rubra fervura

¹⁶¹ ALIGHEIRI, Dante. Op. cit., p. 104

Sobre todo o areal, em jorro lento, choviam chis[as de fogo dilatados, como de neve em montanha sem vento.

se localizava ao norte daquele ponto. “No dia 14 partio o dito tenente-coronel em uma canoa a navegar um pântano alagado, que há por cima do porto de São Francisco até a barra de Iguatemi, em busca do Iguarehi, e recolheu-se às 2 horas da tarde sem mais fruto que o cansado trabalho dos remeiros; a mesma diligência repetio no dia 20 em que chegou à barra do rio Iguatemi”¹⁶². A busca em direção norte parece, teria como finalidade registrar que o rio localizava-se realmente na direção do sul. E nesta parte, conforme Xavier, a navegação se fazia difícil.

O capitão tentou o caminho por terra, arrastando duas canoas pela margem ocidental com “8 soldados e 18 remeiros”. Seu objetivo era “o mais brevidade ... achar em poucas léguas navegação no Paraná por baixo das Sete Quedas”. Passando o primeiro rio, que eles nomearam de Rio da Pinguela, por que fizeram sobre o seu “vão uma ponte improvisada para que sua gente pudesse passar com facilidade, e seguindo por terra mais uma légua e um quarto, defronte a barra do rio Itatú que cae no Paraná pela parte oriental”, lançou-se “uma canoa ao rio Paraná com cinco remos, para ver praticamente o efeito de suas espantosas fervuras. O efeito da experiência foi desastroso pois “teve a dita canôa que submergir entre os redemoinhos, de onde saio salva por mercê de Deos”.

A narrativa do “feito heróico” versa sobre outras tentativas de “canoagem”. Quatro léguas e meia abaixo foi derrubada uma árvore apropriada e dela se fez uma canoa maior, que pudesse suportar a navegação. E um pouco mais abaixo,

puz n'água as trez canôas. na conjectura de que não haveria para baixo mais obstáculos que me embaraçasse uma velozissima navegação ... quando repentinamente nos vimos submersos. todos em uma confusão de redemoinhos e bombas de águas donde nos tirou a providência divina. depois de muitos trabalhos e aflicções em que julgamos aquela a hora ultima. e ninguém livrar-se para dar noticia do succedido ... quizemos tomar terra e a não conseguimos sinão dahi a meia légua abaixo para a parte oriental ... fomos de improviso

¹⁶² Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 246, 1896

*arrebatados pelas correntes até a frente do precipício. onde tomamos porto em uma alta e formosa ilha ...*¹⁶³

Ali, de cima da ilha por eles chamada de Nossa Senhora do Pilar, se apresentava o rio que tinha somente o nome. Depois de enfrentarem tantos perigos, os naufragos chegaram a um lugar seguro. Pode-se dizer que a ilha representava o lugar da segurança e da felicidade por haverem cumprido sua missão. Antônio Carlos Diegues assegura que “as ilhas afortunadas da antigüidade são o local para onde se transfere o desejo de felicidade terrestre ou eterna ... a localização das ilhas nos mapas medievais era sempre imprecisa e mutável, aumentando a força e o prazer da imaginação e da fantasia, que representavam e situavam as terras desconhecidas pelos espaços dos mares também desconhecidos e perigosos”¹⁶⁴.

Histórias de ilhas salvadoras e milagrosas povoam o mundo das tradições orais. Uma característica destas histórias, lembrada por Diegues, consiste em que “estas terras perdidas no oceano, lugar de calma, e bem-aventurança somente seriam encontradas depois de uma longa e perigosa viagem, marcada por todo tipo de obstáculo que dificultava a sua chegada”¹⁶⁵.

O capitão Cândido descreve a ilha dizendo que “tomamos porto em uma alta e formosa ilha sobre penedos; abastecida de alto e grosso arvoredos, sendo a primeira que encontrei abaixo das Sete Quedas”¹⁶⁶. Dali se divisava o rio, “o formoso rio Iguarehi, que

¹⁶³ Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 252.

¹⁶⁴ DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e mares, simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 142.

¹⁶⁵ Idem. p. 142.

¹⁶⁶ Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 252.

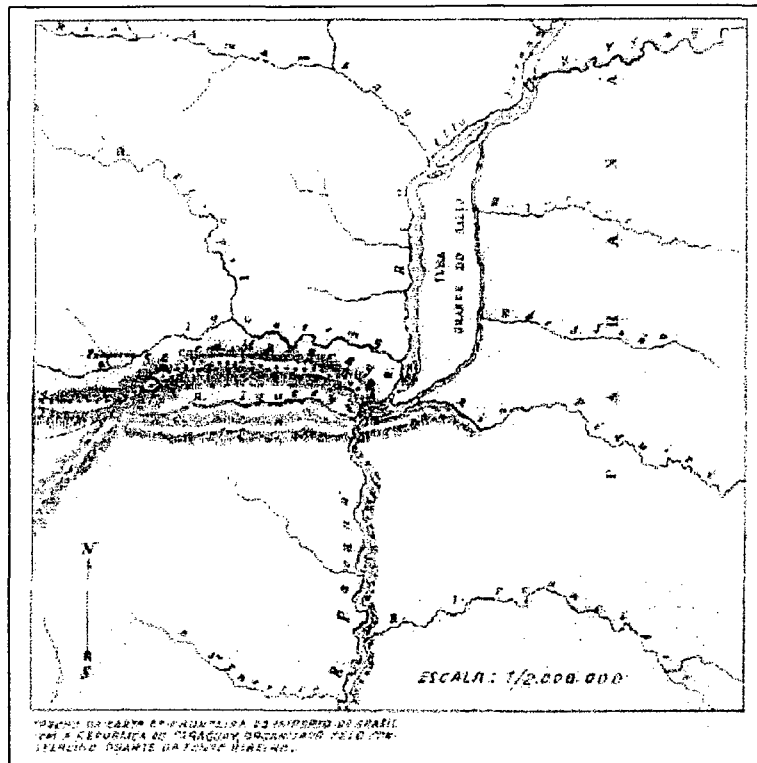
ali se nos apresenta com a barra defronte desta alteroza ilha”. Ele satisfazia as condições do Tratado de Madri. Desaguava no Paraná e “curva-se para oeste, e neste rumo sobe água até onde não chegamos, correspondendo-lhe pelo ocidente o rio Curuiguassú, que corre para o Paraguay ... como affirmam alguns companheiros práticos, que lá foram em outro tempo”¹⁶⁷. O nome ganhava um rio, e tão prontamente quanto o rio que, talvez fosse o Corrientes, ganhava um nome. Era o Curuiguassú.

No retorno tiveram que enfrentar os “indígenas espanhóis”. Curiosamente os nativos adquiriam nacionalidade espanhola. Trata-se de uma propriedade comum à linguagem da fronteira. A nacionalidade, frequentemente, era atribuída de acordo com a coroa à qual o grupo era aliado. Considera-se Caburé, espanhol, porque segundo a tradição, lutou contra os portugueses. Quando a luta indígena se deu contra as duas coroas, o grupo pode ser considerado simplesmente rebelde, como no caso das guerras guaraníticas. O autor da carta não conhecia a tradição indianista que separava as nacionalidades ancestrais entre tupis e *tapuias*. Para ele o liame entre as duas nações se dava entre duas coroas, como era costume representar-se nos mapas da época. A terra pertencente ao rei era assinalada pela sua coroa como se fora uma peça em um tabuleiro de jogos.

Enquanto o capitão de granadeiros Cândido Xavier encontrava o rio *Igurei*, a cerca de nove léguas abaixo das Sete Quedas, o encarregado das medições das fronteiras, por parte da Espanha, Felix de Azarra “se propuzo descubrir un nuevo Ygurey que no fuera, ni el Yguatemi ni mucho menos el Garey, y que estuviera muchisimo mas al norte, alli desde donde más facil fuera atacar las posiciones portuguesas. Fue afortunado en su

¹⁶⁷ Cópia da Carta de Cândido Xavier. Op. cit. p. 252.

busqueda. Hacia la latitud de 22°30' grados arriba de los Saltos"¹⁶⁸. O rio encontrado por D. Felix era conhecido pelos portugueses como *Ivinhema* e distava cerca de 40 léguas acima das Sete Quedas. Afirma-se que os guaranis o chamavam de *jaguarey* ou *jaguari*.



Mapa do lugar em litígio.

Este era um rio bem mais volumoso e desembocava no Paraná, correndo também rumo ao Leste. Azarra apegou-se às semelhanças e diferenças fonéticas. Os nomes dos rios eram dados pelos indígenas, pela tradição oral, portanto, não se encontravam “paralisados” na escrita, na letra. Em outras palavras, não havia documentos que fixassem a fluidez dos fonemas. Sustentava que o *Igurei* encontrado por Cândido Xavier era chamado pelos indígenas de *Garey*. E assim sendo, “si los portugueses querían hacer passar al arroyo

¹⁶⁸ CARDOSO, Efraim. Op. cit. p. 49

Garey por Ygurey, sólo por una vaga semejanza, mayor parecido fonético y ortográfico havia entre Yaguarey y Ygurey”¹⁶⁹.

Desde então, passaram a existir dois rios para o mesmo nome. Entre eles, uma faixa de terra de 49 léguas de largura, incluindo a cachoeira do Paraná e a Serra do Maracaju. Aqui podemos perceber, bem de perto, o problema da passagem de uma tradição oral para a tradição escrita na linguagem da fronteira. Não há uma regra definida internacionalmente para fixar as palavras para a grafia dos sons.

A história do rio sem nome pode ser considerada, desde já, sem possibilidade de resolução em si mesma. O rio documentado por Cândido Xavier como *Igurei* poderia ter um nome, na tradição oral guarani, que soasse semelhante à pronúncia destas letras. No primeiro plano, a questão está em como escrever o nome. Isto implicava em um desacordo, como se vê, pois Azarra sustentava que o rio “descoberto” tinha o nome de *Garey*. Suprimia o primeiro “i”, e substituía a letra “u” pela “a”. Evidentemente não se trata de um simples caso de grafia correta, pois, neste caso, se poderia adotar um nome convencional.

Obviamente, a linha da fronteira, antes de tudo, era contestada e, por consequência o rio por onde se argumentava que ela deveria passar, bem como o nome que se lhe atribuía. Isto não significa afirmar o determinismo político; antes, perceber-lhe os limites. Havia uma tradição oral que permitia várias leituras, e, por assim dizer, várias escritas. Mais que isto, o rio sem nome se apresenta como dilema para a escrita da história, pois é preciso fazer uma opção para registrar-lhe o nome. Qual a forma “correta” a ser registrada? Por certo, havia um som na língua guarani. No entanto, não há garantias de que ele tenha permanecido sempre o mesmo, escutado por Azarra, por Xavier, e por outros. Também é

¹⁶⁹ CARDOSO. Efraim. Op. cit. p. 50

possível que houvesse mais de um nome para o mesmo rio. Esta última hipótese surge da proposta de Azarra ao suprimir o primeiro “i” do nome. *Garei* ou *Guarei* (não há uma forma consensual para anotar esta sílaba na língua guarani; existem ainda as variantes Ka e Kua) pode significar rio ou água que se esconde em vão, ou também, rio criado em vão¹⁷⁰.

A etimologia da palavra não ajudava muito para a definição, porque tanto a denominação poderia estar sendo usada para referir-se à procura efetuada pelos portugueses e neste caso, pode significar que eles acreditavam na existência do rio que os espanhóis teimavam em “esconder”, quanto poderia ser aplicada para referir-se aos portugueses, que haviam criado inutilmente um rio para a fronteira.

Seja como for, resta para a escrita da história, o trabalho com as versões do nome. *Ygurey*, *Igurehi*, *Garey*, *Igurei*, *Guarey*,... e muitas outras possibilidades. Não havia um nome de consenso. Nem menos uma geografia ou história escrita, enfim, documentos que pudessem servir de base ao desempate do jogo da fronteira.

Embora a indefinição sobre o nome do rio sem nome não possa ser considerada determinante, o que representa a fronteira sem a escrita. Percebe-se o que representa a linguagem escrita para a definição da fronteira. Nunca se realizou a medição do Tratado de Santo Idelfonso. O tratado, lembremos, ratificava o de Madri e quando Espanha e Portugal entraram em guerra, no ano de 1801, foi definitivamente abrogado. Esta era a situação da fronteira no período que antecede a criação do Paraguai como país de governo autônomo, em 1811, e a do Brasil, em 1822.

¹⁷⁰ Ver GUASCH, Antônio. **Diccionario castellano : guarani y guarani-castellano sintático, fraseológico, ideológico**. Assunción : Loyola, 1977.

A questão do *Igurei* somente foi definida, no âmbito das discussões entre os representantes dos dois países em janeiro de 1872, depois da Guerra da Triplice Aliança, iniciada em 1864. Representando o Brasil estava o Barão de Cotegipe, e, pelo Paraguai, Carlos Loizaga. Pelo tratado ficou assim constituída a fronteira de letras

*o território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo alvéolo do Rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguazu, até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra do Maracaju, até onde ela finda, daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos territórios mais elevados a encontrar a Serra Amambai. Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e abaixo pelo alvéolo deste até a sua foz, na margem oriental do Rio Paraguai*¹⁷¹.

Adotou-se uma solução que não incluía nem o *Igurei* e nem o *Iguatemy*, mas um ponto intermediário, o Salto Grande.

O caso do *Igurei* pode ser considerado um exemplo típico dos acordos realizados na sociedade da letra. Ao estudar a passagem da cultura oral para a escrita e exemplificando com a Inglaterra do século XII e XIII, Ivan Illich aponta que,

*... o acordo escrito substitui o acordo verbal que é oral por natureza. A posse que se exercia ocupando a propriedade, perde importância em relação à posse de um título entendido como detenção, algo que requer uso das mãos. No passado era vigente o costume solene de percorrer com o comprador a extensão da propriedade que se desejava vender: agora basta indicá-la com o dedo, deixando ao escrivão a tarefa de descrevê-la no papel. O iletrado também adquire a certeza de que se possui o mundo através da descrição escrita: por trinta passos a partir da rocha em forma de cão, daí em linha reta até o córrego ...*¹⁷²

O domínio da tecnologia escrita tornava possível, aos reis do ultramar, a tentativa de definição das fronteiras no outro lado do oceano, uma coisa impossível para a cultura oral dos tupis e dos *tapuias*. Era a fronteira constituída de letras, fixada pelas palavras escritas, onde a letra, o nome fixado no papel, pode valer mais que o marco ao qual ele se refere.

¹⁷¹ VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 130

¹⁷² ILLICH, Ivan et al. *Educação e liberdade*. São Paulo : Imaginário. 1990. p. 26

Mas quando aquele que possuía papel, a letra, nas mãos, ia “percorrer solenemente” o território, podia ser que o objeto da letra não existisse.

Toda letra pode ser interpretada, linha por linha, assim como a linha da fronteira. A escrita da história documental da fronteira adquire o efeito de verdade quando as linhas do texto escrito pelo historiador articulam-se, de forma perfeita, ao documento.

O General Augusto Tasso Fragoso, publicou em 1940, um artigo de mais de 300 páginas, na revista do IHGB, intitulado *A Paz com o Paraguai Depois da Guerra da Triplíce Aliança*. Dedicou o estudo ao Instituto “como testemunho de admiração pela obra que a longos anos tem realizado, este precioso tesouro de informações históricas e velando zelosamente pelo seu aumento e conservação, afim de transmiti-lo às gerações futuras”¹⁷³.

Conforme a sua narrativa, a partir de janeiro de 1872, o Barão de Cotegipe, representando o Brasil e Carlos Loizaga, pelo Paraguai, iniciaram as negociações em separado, a revelia das exigências argentinas e uruguaias. Naquele mesmo mês, foram firmados quatro tratados: o Tratado definitivo de paz, o Tratado de limites, o Tratado para a entrega de criminosos e desertores e o Tratado de amizade, comércio e navegação.

O Tratado de Limites é descrito a partir dos argumentos e contra argumentos das duas partes. Caburé e Martinho brandem as armas da retórica. O combate aconteceu no dia 8 de janeiro de 1872, na capital do Paraguai, no outro lado do rio. O “tupi” desferiu o primeiro golpe. Sua arma fora confeccionada de pura letra.

Cotegipe apresentou um projeto. composto de quatro artigos. A linha divisória era assim traçada no artigo 1º: ‘o território do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo alvéolo do Rio Paraná. desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassu. até onde se lhe ajunte o rio Igurei pela margem ocidental abaixo do Salto das Sete Quedas.

¹⁷³ FRAGOSO, Augusto Tasso. A paz com o Paraguai depois da guerra da Triplíce Aliança. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 174, p. 1, 1940

*Da boca do Igurei segue a linha divisória pelo alvéolo acima até a sua principal origem, na serra do Maracaju.*¹⁷⁴

O *tapuio* contra-atacou remetendo-se à história.

*... observem que a linha assim traçada tirava ao Paraguai, na margem do Paraná, território que o Governo do Brasil já tinha reconhecido pertencer-lhe. Em 1856 e mesmo antes já havia o Brasil proposto, como ponto de partida da fronteira a foz do Iguatemi, prova de que não se julgava com direito ao terreno desde aí até a foz do Igurei, e também não tinha posse nessa região que pudesse alegar a seu favor.*¹⁷⁵

O golpe feria por dois lados. Além de haver um precedente de reconhecimento brasileiro do direito paraguaio, o Brasil não tinha ali nada que pudesse caracterizar o direito de posse.

O ataque do “tupi” seguiu também o rumo da história dos tratados. “Cotegipe respondeu ser exato que o Governo Brasileiro propunha ao Paraguai a linha do Iguatemi, porém como uma concessão, com o fim de evitar conflitos e não porque deixasse de possuir títulos que lhe desse direitos à linha do Igurei”¹⁷⁶. Argumentou que em 1844 o Paraguai havia admitido o tratado de Santo Idelfonso. Este definia o *Igurei* como linha divisória. Logo, tinha aceito a posse brasileira do território em questão. Assim anulou-se o ataque de Loizaga.

Na nova investida, o “tupi das letras” declarou que o Paraguai era um país vencido de guerra e que “o Império não pretende, como nunca pretendeu, abusar da força, e que sua proposta é a prova cabal de sua moderação”¹⁷⁷. Se o Brasil não tinha posses naqueles territórios, tinha títulos, ou seja, letras que lhe garantissem o direito. Apresentou os tratados de 1750 e 1777. Neles o rio que deveria servir de linha dos limites era o *Igurei* e seu contra

¹⁷⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. Op. cit. p. 137-138

¹⁷⁵ Idem. p. 138

¹⁷⁶ Idem. p. 138

¹⁷⁷ Idem. p. 140

cabeçante o Corrientes ou o Xejuí. Passou, então, a acusar a política espanhola de fronteiras. Disse que,

A proximidade em que ficava o Xejui da cidade de Assunção e, mais que isso, a política da coroa de Espanha de apropriar-se da navegação exclusiva do Rio da Prata. Paraná e Paraguai, não consentiram que nenhum dos tratados fosse literalmente executado ... O meio empregado para iludi-los foi: ou negar a existência dos rios ou dar-lhes nomes diferentes ... O mais hábil, como o mais tenaz nesse sistema, foi dom. Félix de Azara, comissário espanhol ... está claramente escrito o – Iguerei – rio de que já tinham conhecimento os jesuítas, conforme se vê no mapa que mandaram a Roma, e foi ali gravado em latim no ano de 1632.¹⁷⁸

Já que os guaranis, que deram o nome ao rio, não possuíam escrita e que a forma pela qual a língua portuguesa havia fixado os sons silábicos da linha de fronteira era contestada, Cotegipe, recorreu à uma terceira língua, oficial nas relações internacionais, uma língua morta, autorizada pela instituição eclesiástica, o latim.

Illich assegura que “por definição, o alfabeto, é uma técnica para registrar os sons do discurso em uma forma visível”¹⁷⁹. Cotegipe utilizava a tecnologia do alfabeto, recorrendo a uma língua morta, portanto fixada na grafia, para dar visibilidade à linha da fronteira, já que o rio que poderia fixá-la era considerado não existente. Mas o nome do rio vinha de uma sociedade da tradição oral.

Em uma sociedade fundada na oralidade, uma afirmação passada pode ser recordada somente por meio de uma afirmação similar ... O texto alfabético, ao contrário, fixa o som. Quando se lê, a frase pronunciada antes pelo dictador torna a estar presente. Fica disponível um novo tipo de material para construir o presente: é constituído pelas palavras precisas que foram pronunciadas por oradores já mortos há tempo.¹⁸⁰

Iguerei não era uma frase. Era uma palavra. Isolada no mapa, devia associar-se ao

¹⁷⁸ FRAGOSO, Augusto Tasso. Op. cit. p. 140

¹⁷⁹ ILLICH, Ivan. Op. cit. p. 22

¹⁸⁰ Idem. p. 28

pictograma geográfico rio. O rio que deveria estar lá, no entanto, podia ser confundido com os vários canais em que o Paraná se dividia ao alcançar a serra do Maracajú. Ali, as águas faziam uma escrita confusa sobre a terra. A escrita confusa das águas resultou em um registro disperso, nos mapas existentes até 1750. A palavra Iguerei, traduzida para a língua portuguesa contribuía para o embaralhamento da questão. Pode significar rio que se procura, ou rio que se esconde em vão. Tornada frase, a palavra gerava ainda mais dúvidas.

O *tapuia*, Carlos Loizaga, depois de algumas defesas e ataques, conduziu o debate para outro terreno. “... Explicou que o Paraguai não tinha, na realidade, povoação ou posse efetiva do Iguerei ou Iguatemi, espaço ocupado por indígenas que nenhuma jurisdição reconheciam, mas que o Brasil também os não tinha”¹⁸¹.

Com este argumento, Loizaga declarava o território em disputa como terra indígena, que, portanto, não pertencia por jurisdição e posse, nem ao Paraguai e nem ao Brasil. Abandonava a linguagem da história, dos documentos, das letras e nomes deslocando-se para a questão da posse. Seu movimento pode ter sido um recuo, mas parece ter definido a questão.

O ataque do “guerreiro tupi” se deu de forma mais lenta. Respondeu que se não havia estabelecimentos brasileiros naquele território eles “... já existiram e que não é exato que as tribos que aí vivem não reconhecem a soberania brasileira. Como transação, a linha do Iguatemi seria inconveniente, por deixar descobertos estabelecimentos brasileiros e os

¹⁸¹ FRAGOSO, Augusto Tasso. Op. cit. p. 140

que novamente se forem fundando, ficando, assim um germe de conflitos, que os negociadores devem ter muito a peito evitar”¹⁸².

Devemos considerar que a existência do “rio sem nome” foi tomada tacitamente desde o início da conversa entre os diplomatas. A sua localização se dava no lugar onde Cândido Xavier havia anunciado. Se realmente seu nome era *Igurei* ou *Garei* é uma questão que ganhou “asas com a palavra falada”. As letras e as armas prevaleceram. Os *tapuias* tinham perdido a guerra pelas armas. Tratava-se de negociar e guerrear pelas letras. O território em conflito se definia geograficamente a partir desta aceitação. Localizava-se na margem esquerda do Paraná, entre o Rio *Iguatemi*, cuja existência fora reconhecida pelas partes que disputavam a região desde pelo menos a metade do século XVIII. Rio que corria na direção do leste, palavra que se tornara letra. No outro extremo, o *Igurei*, também correndo no rumo leste, palavra falada, letra contestada, aceita na mesa de negociações, depois da perda de uma guerra. No “meio” do território assim definido, a Serra do Maracajú.

Cotegipe insinuava que se os brasileiros que por lá andaram em outros tempos, para lá se deslocassem novamente, o exército paraguaio teria que travessar o *Igurei* e a Serra do Maracajú para chegar até o local. Tratava-se, portanto, de uma questão de polícia de fronteiras, que dificultada pela conformação geográfica do terreno, levaria à intervenção do Brasil. Era um “germe de conflitos, que os negociadores devem ter muito a peito evitar”.

Loizaga respondeu que o mesmo valia para o outro lado da Serra do Maracajú. Propôs que a Serra fosse a linha da fronteira a iniciar pelo Salto Grande, as Sete Quedas, que é o lugar de cruzamento entre o Rio Paraná e a Serra do Maracajú. Disse que o “...

¹⁸² FRAGOSO. Augusto Tasso. Op. cit., p. 141

Salto Grande preenchia perfeitamente o fim de oferecer mais fácil defesa a ambos os Estados; ficando, assim, toda a margem direito do Paraná, do Salto por baixo, pertencente exclusivamente ao Paraguai, e, para cima, ao Brasil ... Cotegipe concordou”¹⁸³.

Pode-se dizer que a batalha de letras terminou empatada. Mas os comentários sobre a contenda fundadora da fronteira continuaram por longos anos e ressurgem de tempos em tempos. Eles são tecidos de parte a parte, pelos simpatizantes dos “guerreiros”. O general reformado do exército brasileiro justificava, em 1940, que o “diplomata tupi”, aceitou o empate “para dar uma prova do espírito conciliador do seu governo”¹⁸⁴. Em 1965, o historiador *tapuia*, Efraim Cardoso, comentava que no momento de luta “... era entoces presidente Salvador Jovellanos, enteramente sometido a la voluntad de los dilomáticos imperiales”¹⁸⁵. O chanceler paraguaio José Falcon estava melhor aparelhado para defender os direitos paraguaios. Diz o autor que,

*Cuando comezaron las conversaciones. Cotegipe se dió conta de que Falcon salvó documentos originales importantes ... El diplomata brasileño ninguna intencion tenia de discutir los titulos ... Cotegipe comunicó al presidente Jovellanos que no podia entenderse com Falcón ... Quedó como negociador único el anciano triunviro Carlos Loizaga, quien no conocia nada del problema y que en menos de viente y quatro horas liquidó um pleito de tres siglos bajo el dictado de su onipotente contendor.*¹⁸⁶

Se a aceitação tácita da existência do *Igurei* servia para a definição do território em disputa e para a sua repartição entre os países contendores, não fechava definitivamente a questão. Adotou-se, no lugar do ‘rio que podia se esconder’, um outro referente inegável. Agora o objeto da linguagem diplomática não poderia mais ter a sua existência contestada.

¹⁸³ FRAGOSO, Augusto Tasso. Op. cit., p. 141

¹⁸⁴ Idem p. 141

¹⁸⁵ CARDOSO, Efraim. Op. cit., p. 89

¹⁸⁶ Idem. p. 89

Ele oferecia o critério de verdade para o que fosse expresso nos acordos. Abandonava-se a linguagem ficcional ou ficcionável, da fronteira.

Os diplomatas cuidaram de definir rigorosamente os conceitos operacionais afim de que a medição-repartição, a demarcação, fosse executada sem a ocorrência de nenhuma possibilidade de interpretação duvidosa. Trataram de adequar o instrumento lingüístico para que a “essência do lugar”, ou seja, a linha da fronteira, fosse comunicada corretamente. Como aponta Cardoso, as normas estabelecidas para a definição variam conforme a natureza dos acidentes geográficos e, neste caso, eram:

... el cauce o el canal. tratándose de los rios Paraná y Apa el eje longitudinal más profundo. al qual también se llama vaguada o thalweg: 2. Cumbre. tratando-se de cordilleres del Amambay y Mbaracajú. que son los puntos mas altos que sera las vertientes de uno y outro lado. a los caeles también se denomina divisória de águas o divortium aquarium: 3. La linea recta. o lo que más se aproxime por los terrenos más elevados entre las sierras de Mbaracajú e Amambay: 4. La adjudicación lisa o llana al margem de los três anteriores criterios y por expresa disposición articulada em el Tratado: la isla de Fecho de Morros pasó al dominio del Brasil. vale decir se le aplicó la regla simples y llana de la adjudicación. estuviera esa isla del lado brasileño com respecto al canal cauce o thalweg.¹⁸⁷

Em termos da escrita no papel não restava dúvidas: o *divortium terrarum*¹⁸⁸ era o Salto das Sete Quedas. Bastaria aplicar os termos operacionais corretamente: Thalweg, cume, linha reta e adjudicação. As águas do Paraná, no entanto, faziam, ali, a sua própria escrita, um texto de decifração difícil. Na altura dos saltos o curso regular se fracionava em 22 quedas. O thalweg “desaparece”, ou seja, não constituía mais um objeto incontestado de linguagem. Seguindo a Serra do Maracajú também não se poderia falar de cume pois ali a serra termina para dar vazão às águas do rio. A linha reta ficava sem aplicabilidade porque,

¹⁸⁷ CARDOSO, Efraim. Op. cit., p. 97-98.

¹⁸⁸ A fronteira como divisora das terras.

matematicamente, só é possível de ser traçada entre dois pontos. E por fim, não consta do tratado que os saltos foram adjudicados ao Brasil e nem ao Paraguai.

Voltava-se, em certo sentido, ao problema do tratado de Tordesilhas. Definia-se o todo do acidente geográfico como ponto de partida mas não se definia a parte. Qual das ilhas ou das quedas seria o ponto de referência.

A demarcação, ou implantação dos marcos de fronteira terminou em 1874. Achou-se desnecessário colocar marcos no lugar assinalado pelos saltos, considerado um marco natural. Também, a parte da fronteira que se estende entre o Rio Apa e a Bahia Negra ficara por demarcar, já que não havia uma definição se aquele território pertencia ao Paraguai ou à Bolívia.

A disputa pelo território do Chaco agudizou-se, nos anos 20. Em maio de 1927, firmou-se o tratado complementar de limites entre o Brasil e o Paraguai, chamado Ibarra-Mangabeira. O acordo definia a linha entre o Apa e a Bahia Negra. O protocolo assinado em maio de 1930, para efetuar a demarcação, previa a colocação de marcos não somente da parte fronteira entre o Apa e a Bahia Negra mas de toda a fronteira entre Brasil e Paraguai. Ressuscitava a questão dos Saltos.

Havia também a caracterização dos Saltos de água como fontes de potencial energético. A invenção dos transformadores em 1887, e da turbina movida pela pressão da água, em 1890, tornaram possível, que na década de 30, grandes quantidades de energia elétrica fossem transmitidas, por meio de linhas aéreas, a longa distância. As quedas d'água tornavam-se sinônimos de produção de energia a baixos custos, fontes indispensáveis e estratégicas para o desenvolvimento industrial.

O salto tornava-se objeto de uma disputa mais acirrada. Uma disputa repleta de sutilezas de linguagem, no confronto entre as letras dos tratados, os traços dos mapas e o

traçado das serras e águas. Na década de 60, a partir do impulso do desenvolvimento industrial, da importância que adquire a energia elétrica nos planos dos países em desenvolvimento, e das investidas brasileiras para a construção da Usina de Itaipú, a questão tomava outros rumos. A chancelaria paraguaia, informava que as demarcações ainda não haviam terminado naquela parte da fronteira, e que, portanto não era legítimo um dos países limítrofes dispor do potencial energético dos Saltos. Seis meses depois, em setembro de 1962, o chanceler brasileiro Afonso Arinos de Mello Franco respondia que o Brasil aceitava a participação paraguaia no aproveitamento hidráulico das Sete Quedas. Em junho de 1963, a embaixada paraguaia, sediada no Rio de Janeiro, respondeu que

*... el Gobierno de la República tiene la mejor disposición para estudiar conjuntamente con el Gobierno de los Estados Unidos de Brasil las bases de un Acuerdo para la utilización integral de la energía hidráulica y de cualquier otro recurso de las aguas del Salto del Guaira o Salto Grande de las Siete Caídas. y a la vez reitera que la mera enunciación de cualquier Proyecto de utilización exclusiva por parte del Brasil. al lesionar derechos del Paraguay perjudica considerablemente las relaciones entre nuestros Pueblos y Gobiernos.*¹⁸⁹

Como se vê, a partir daí, a discussão passava da disputa pela divisão do território para a divisão do potencial das águas. Como se sabe, os dois países entraram em acordo para a construção da Hidrelétrica de Itaipu que, em 1982, colocava o Salto das Sete Quedas no fundo das águas do Paraná. A escrita confusa e rápida feita pelas águas que cruzavam a serra do Maracaju tornava-se calma e regular. Seu curso, regulado pelas comportas da barragem da usina.

A escrita sobre a fronteira, no entanto, percorria outros caminhos. As narrativas sobre o Paraná aparecem sob várias formas. As lendas locais, as velhas tradições, os

¹⁸⁹ CARDOSO, Efraim. Op. cit., p. 180

animais sagrados, os povos ancestrais, os velhos heróis, as antigas lutas e combates, as imagens dos rios formam a linguagem da fronteira.

Até aqui, vimos os modos pelos quais a linguagem foi associada à língua falada pelos povos ancestrais e ao território, portanto, aos seus contornos. No caso do Brasil, o povo ancestral foi identificado com povo tupi. No outro lado da fronteira encontrava-se o povo da raça *tapuia*. A partir da oposição entre tupi e *tapuia* as lendas de fronteira adquiriram alta relevância. A linguagem baseada no documento escrito também foi uma forma da fronteira se dar. Ali, encontramos a história diplomática. São formas de nomear o Brasil reconhecendo-o.

No próximo capítulo, trata-se de perceber a fronteira como linguagem pedagógica, a língua e a escrita como demarcadoras do espaço, e a tradição da linguagem-fronteira separante.

CAPÍTULO II

AS SETE QUEDAS DE HÉRCULES

Aqui vos esperamos desde os tempos dos nossos antepassados. Sabíamos que havieis de vir, porque Pai Zumé lhes disse o que dizeis agora e previu que havíamos de esquecer a doutrina, que aqui ensinou, mas que outros sacerdotes nos fariam recordá-la. Eles trariam a cruz nas mãos pacificadoras e repetiriam as mesmas palavras que nos dizeis agora.

Pajé da tribo dos Tibaxiba

A nomeação das fronteiras ancestrais, como vimos no capítulo anterior, dava-se por meio da narrativa das lendas e da história fundamentada no documento escrito. A língua “original” do Brasil cumpria uma função fundamental porque a prática de defini-la correspondia ao ato de nomear os contornos do território, já que este era relacionado aos antigos habitantes do espaço nomeado: o povo tupi. A etimologia, na forma de investigação da origem das palavras, conferia plasticidade à língua ancestral. Os nomes das localidades, dos rios, das montanhas, das plantas e de animais, em língua nativa, eram classificados conforme sua filiação a uma língua-mãe da qual podiam ser derivados. A correta grafia das palavras que ainda restavam da antiga fala, também ofereciam os contornos da terra, porque se tratava de escrever os nomes relacionados à geografia de forma correta, conforme a pertença a um território. A etimologia conduz a antigas lendas, já que a língua investigada não pertencia ao mundo da escrita. As antigas narrativas locais, relacionadas às narrativas da tradição ocidental, podiam servir como documentos para o acontecer da fronteira.

2.1. A ETIMOLOGIA DA FRONTEIRA

Ao estudar o “dialeto brasileiro”, conforme proposta apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1842, Joaquim Manoel de Macedo Soares afirma: “abra-se o mapa da provincia, e ver-se-á que todos os rios que se lançam no Paraná, desde a foz do Paranapanema até a do Uruguai, tem nomes *guaranis*”.¹

Soares propunha a correta grafia, em português, de nomes dados na língua indígenas a localidades e a “acidentes geográficos”. Como se sabe, o povo *guarani* não possuía escrita e, assim, os nomes de seus rios eram transmitidos de geração em geração na linguagem oral. Ali, apenas o som das palavras, a partir de suas modulações e entonações, do contraste entre o forte e o fraco, serviam de código de identificação. Quando passamos para o código escrito de uma língua estrangeira, gera-se um problema: qual a letra que melhor identifica um determinado som?

O estudo de Soares sobre a palavra *jaguar* ilustra satisfatoriamente esta forma de construção da fronteira entre a língua guarani, o português e o espanhol. Trata-se de investigar se a palavra *jaguar* deve ser escrita com a letra “j” ou com “y”. O autor afirma que o termo quer dizer “o que come a nós, o que nos come” e, “se compõe de ‘já’, nós, ‘guar’, participio ativo de ‘u’ comer”.² Assegura que *jaguar* “é palavra guarani em toda a sua integridade, escrita por espanhóis *yaguar*, por brasileiros e portugueses, *jaguar*. O ‘y’ espanhol tem o som do nosso ‘j’”.³

¹ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 185.

² Idem, p. 95.

³ Idem, p. 96.

O problema não diz respeito diretamente à questão da escrita porque somente num caso a querela estaria resolvida: se os guaranis usassem a escrita e as mesmas letras do alfabeto português ou espanhol. Se eles tivessem uma tradição escrita a partir de um alfabeto, cujos sinais não pudessem ser identificados com os sons das letras “y” ou “j”, neste caso, sua escrita em nada ajudaria.

Soares afirma que “a asserção de não existir o *j* no alfabeto da língua geral não é sustentável”, evidentemente porque não havia o sistema da escrita entre os usuários daquela língua. Seu enunciado não passa de um silogismo, pois, o alfabeto é o conjunto das letras usadas na grafia de uma língua. Portanto, a afirmação de que existia esta letra na língua geral, ou seja, o tupi-guarani, é igualmente insustentável. As duas proposições são igualmente falaciosas, pois, para admitir o questionamento sobre a existência ou não de alguma letra, se faz necessário que a existência da escrita faça parte das premissas. As letras ou ideogramas são parte da escrita e uma não pode existir sem a outra. Se os povos guaranis não utilizavam escritos próprios, não poderia haver letras propriamente guaranis.

A fim de sustentar a afirmação de que a letra jota existia na “língua geral dos brasis”, o autor recorreu à tradição. Como os indígenas não possuíam tradição escrita, o recurso encontrado foi à reminiscência a antigos usuários da escrita, Anchieta e Montoya. Um português e, outro, espanhol. O autor afirma que “Anchieta o admite como ‘i’ consoante, com o som do ‘y’ espanhol, seguido de vogal, ou do ‘nh’ ou do ‘j’ português... Montoya não o emprega porque, como espanhol que era, tem melhor correspondente no ‘y’

que se usa em lugar do ‘j’”.⁴ A tradição escrita na língua portuguesa e espanhola forneceu as bases para que o autor sustentasse o silogismo. Recordemos, no entanto, que a questão mesma não é a de saber se a letra jota existe na língua geral, mas, sim, como se deve escrever a palavra *jaguar*, de um e de outro lado da fronteira.

Soares conclui que “existe, pois, o ‘j’ no alfabeto da língua geral do guarani ao menos com um som incerto entre ‘j’, ‘dj’, ‘nh’ e ‘x’”.⁵ O som é substituído pela letra, ou, melhor dizendo, no escrito de Soares, não está referida a letra, mas, somente o som. No entanto, o que aparece no escrito é a letra, já que o som não pode ser grafado, mas representado pelo signo escrito. À parte que se refere ao alfabeto da língua geral reforça a idéia de que realmente havia um conjunto de sinais gráficos da língua geral e que não foi utilizado pelos indígenas, porém, pelos jesuítas, que registraram o idioma guarani alfabeticamente.

Os personagens da tradição escolhidos por Soares certamente não foram eleitos em vão. De um lado encontra-se Montoya e, de outro, Anchieta. Os dois representavam a tradição que oferecia subsídios para que a fronteira fosse escrita sob a forma da letra do alfabeto latino. A partir da tradição, o quadro da grafia correta completava-se dentro dos limites. O autor conclui que

*Consideramos, pois, erro de ortografia escrever com ‘y’, em vez de ‘j’, essas palavras como se acham no Tesoro de Montoya, isto é, escrever em português, não como nós brasileiros ouvimos, porém como os paraguaios ouvem! ... É o mesmo erro de passar para o português com ‘ou’ palavras estrangeiras, em que os franceses introduzem aquele ditongo justamente para exprimirem o som do nosso ‘u’, que eles não podem escrever com o seu, por soar muito outro.*⁶

⁴ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p 96

⁵ Idem, ibidem.

⁶ Idem, p. 98.

A linha da fronteira entre o Paraguai e o Brasil se dava sob a forma de uma barreira de dissonância, um filtro sonoro, uma vez que se ouve os sons da “língua primitiva” diferentemente de um lado da fronteira e de outro. Logo, a grafia deverá ser diferente e a linha dos limites aparece também como um mecanismo tradutor. As palavras modificam a grafia ao passarem através dela.

Trata-se, igualmente, da construção dos limites do país a partir da escrita, tarefa considerada de fundamental importância, no Brasil do final do século XIX. A recorrência à língua francesa, considerada modelo da cultura ocidental pela intelectualidade ligada ao Instituto Histórico Brasileiro, é uma evidência disto. A partir daí, a França também era considerado modelo de nação, ou seja, paradigma de fronteira constituída.

Nota-se que não se trata de uma minuciosidade qualquer, ou de uma preocupação banal do desembargador mineiro, a busca da equação entre letra e som. Antes de tudo, temos um rico exemplo da passagem de uma cultura oral para a cultura escrita. Mas, isto não é tudo. Trata-se também da constituição da fronteira na e a partir da linguagem, ou, melhor dizendo, da ortografia. No caso específico que se refere ao Brasil, ao Paraguai e também à Argentina, temos o jogo de três línguas. O espanhol, o português e o guarani.

Podemos relacionar o texto de Soares às ditas modificações operadas no modo de entender a representação lingüística na Europa do fim do século XVIII. No estudo das línguas, a gramática passou a ter prioridade em detrimento da semântica. É que “a significação pode passar, quase que integralmente, de uma língua para outra e como a composição gramatical tem regularidades... são estas regularidades que nos permitem

definir a individualidade de uma língua”.⁷ No caso da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a especificidade de cada língua se dava a partir da ortografia do *jaguar*.

O animal sagrado na cultura guarani vive na entrada da região dos mortos. Encontra-se deitada sob a rede de *Ñanderuvuçu*⁸, a entidade que decide sobre a vinda do mal a terra. Em seus comentários sobre as lendas dos Apopocuva-guarani, Curt Nimuendaju narra o drama dos *jaguares*. *Ñanderuvuçu* era o primeiro homem, mas encontrou um auxiliar, *Ñanderu Mbaecuaá*. Os dois encontram uma mulher chamada *Ñandecy*. *Mbaecuaá* deflorou a mulher e desapareceu. *Ñanderuvuçu* desentendeu-se com *Ñandecy* e fugiu. A mulher foi procurá-lo e os *jaguares* devoraram-na. Mas, os gêmeos que carregava no ventre, foram poupados, porque a onça-avó ficou com pena da mulher grávida e depois, os guardou para comer-lhes as carnes tenras, pois a velha felina já se encontrava desdentada. Os meninos sobreviveram e começaram a criar as coisas que ainda faltavam no universo. Ao mesmo tempo prepararam a vingança contra os *jaguares*. Mataram todos em armadilhas ou afogando-os nas águas, exceto a onça prenhe que escapou e parindo seus dois filhotes, tornou-se mãe dos *jaguares* atuais.

Estes animais sagrados, segundo Nimuendaju, não possuem poderes mágicos na “mitologia guarani”. Mas,

Jaguaravý, o jaguar azul, é, contudo um demônio legítimo. um ser completamente sobrenatural e imortal... Ele teria a aparência de um belo cão, grande, mas não gigantesco, e seu pelo seria de um maravilhoso azul-celeste. Quando ele descer um dia do céu, cantando, nem o guerreiro mais destemido escapará de sua voracidade. Certas vezes ouviram contar que ele já havia descido e eliminado quase toda espécie humana, numa ocasião. Só restou um menino, sentado a chorar em meio às ossadas de seus pais e irmãos... Aí, o menino pôs fogo a ponta de uma lança e quando Jaguaravý deu o bote.

⁷ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 298.

⁸ UNKEL. Curt Nimuendaju. *As lendas da criação do mundo com fundamentos da religião dos apopocuva-guarani*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 47 ss.

enfiou-lhe a ponta incandescente da arma goela adentro... A alma do demônio subiu cantando ao céu novamente...?

Para além de seu sentido religioso, a palavra *jaguar* deixa, facilmente, o seu significado transpor as fronteiras entre a língua guarani, a espanhola e a portuguesa. Refere-se, em primeiro plano, ao animal da família dos felídeos, a onça pintada. Em termos semânticos, o animal possui quase o mesmo significado em qualquer um dos lados da fronteira.

Semanticamente, portanto, não servia para construção da diferença. Todavia, no que diz respeito à gramática e à ortografia, o quadro se modifica. Tentava-se definir a forma apropriada pela qual o brasileiro devia referir-se ao animal sagrado, no lugar onde a fronteira parece jamais estar bem definida.

Compreendia-se, assim, a língua, ou mais especificamente, as regras gramaticais, como próprias de um povo, de uma nação. Como esta nação tem uma fronteira até onde alcança o lugar em que habita o povo, sua língua também se estende até aquele lugar. A palavra *jaguar*, e outras, como veremos adiante, passaram a constituir um marco de limites. O animal sagrado dos guaranis migrou da fronteira entre o mundo dos vivos e dos mortos, onde, acompanhado de seu dono, separava o bem e o mal, para o limite entre os dois países. Seu mundo já não se caracteriza através de uma representação religiosa. Lembra mais um estabelecimento aduaneiro, a filtrar o trânsito, a controlar o movimento da língua.

⁹ UNKEL, Curt Nimuendaju. Op. cit. p. 51.

Gadamer diz que as etimologias constituem uma espécie de jogo onde se requer mais o princípio da adesão¹⁰ que a própria compreensão. Em relação ao uso metafórico da linguagem, o autor aponta que

Cuando una palabra se transfiere a un ámbito de aplicación al que no pertenece en su origen, cobra relieve su autentico significado 'original'... Por otra parte podría decirse algo parecido de las etimologias. Sin duda estas son mucho menos fiables porque no son abstracciones realizadas por el lenguaje sino por la lingüística, y porque nunca puede ser verificadas por completo con el lenguaje mismo, con su uso real. Por eso, aunque sean acertadas no tienen en realidad valor probatorio, sino que son rendimientos que anticipan un análisis conceptual, y solo éste podrá proporcionarles un fundamento sólido.¹¹

No caso da fronteira, a análise conceitual que a etimologia da palavra *jaguar* rendia era que, de um lado da fronteira se pronuncia e se ouve de um modo diferente que do outro lado. Portanto, se deveria escrever de modo próprio conforme a definição dos limites. Se na perspectiva historiográfica documental escreve-se a partir das letras da fronteira, do ponto de vista da etimologia e da ortografia a fronteira deve separar as letras e estas devem definir a fronteira.

Com efeito, supor a construção de uma alfândega para a língua pode ser considerado uma simples quimera. Contudo, existem outros mecanismos de construção da fronteira pela linguagem, além da correta escrita. Grimson aponta um exemplo bastante recente, no âmbito das discussões sobre o Mercado Comum do Cone Sul, acerca da região de Misiones, na parte em que o Rio Paraná faz divisa entre a Argentina e o Brasil. Ele diz que

En 1978 la política gubernamental para esta zona de frontera consideraba como una vulnerabilidad la fuerte irradiación radiofónica y televisiva del país limítrofe y planteaba entre los objetivos contrarrestar los efectos de la irradiación externa mediante la adecuada instalación de medios masivos complementados con un plan de acción psicológica (Ministerio de Defensa, 1978) El gobierno de facto del 'Proceso de Reorganización

¹⁰ Significa que, nestes casos, a interpretação ocorre mais pela aceitação dos enunciados do que pela reflexão compreensiva.

¹¹ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 145

Nacional "elaboró mapas sobre el alcance de los medios nacionales y sobre las emisoras extranjeras de radio y televisión. Hasta tal punto era un 'asunto de Estado' que a mediados de la década de 80 el gobierno constitucional de Misiones utilizaba esos mismos mapas en su fundamentación de la necesidad de aumentar la potencia de transmisión del canal estatal..."¹²

O autor explica que nos quadros da geopolítica argentina atual, ou mais precisamente, da década de 80, "la frontera com Paraguay contrasta com la brasileña en que no es hiperobservada como riesgosa en la estrategia geopolítica"¹³. A fundamentação aponta para duas formas de interpretação da fronteira, por parte do Ministério da Defesa Argentino: fronteira de linguagem aberta para com o Paraguai e, de outro lado, fechada para com o Brasil. Não se trata de explicitar a conjuntura da relação entre os três países limítrofes. No entanto, pode-se excluir causas superficiais como a "irmandade" lingüística daquelas nações, ou a sua colonização comum de origem espanhola. O exemplo, todavia, ilustra a questão da linguagem na construção da fronteira.

Num outro patamar, nos permite perceber o encontro, no velho Paraná, de "duas linguagens diferentes", a saber, a hispano-argentino-paraguaia e a luso-brasileira.

Evidentemente, não se trata somente da linguagem escrita e da linguagem oral, como constituintes das fronteiras, o que fica explícito no exemplo de Grimson. A irradiação fônica e de imagens torna-se, também, problema diplomático. Difícil conceber uma barreira para as ondas de rádio e televisão, capaz de conter a língua e domesticá-la. Disto se depreende que, na fronteira, a língua não tem apenas a função de domínio sobre os outros

¹² GRIMSON, Alejandro. Op. cit. p. 16.

¹³ Ídem. p. 16.

povos apontados por Antônio de Nebrija, em 1492, quando apresentava sua Gramática de la Lengua Castellana a Isabel de Castela. Assegurava que “o terceiro proveito deste meu trabalho pode ser aquele que... depois que vossa alteza submetesse a seu domínio muitos povos bárbaros e nações de peregrinas línguas, e com a derrota aqueles teriam necessidades de receber as leis que o vencedor impõe ao vencido, e com elas, nossa língua”.¹⁴

É como se a língua servisse para o sucesso da posse, porém freqüentemente povo é sinônimo de língua e também equivale a território. O território define-se pelas suas fronteiras. A partir desta “trinômia”, Soares definia, também, a região Oeste do Paraná, investigando a língua ancestral.

Considerava-se esta região um espaço vazio de ocupação demográfica ou espaço habitado por estrangeiros e gente de passagem, e, por isto, tornava-se bastante difícil falar da fronteira a partir do território relacionado ao termo povo. Sperança assegura que “o Paraná contava, em 1920, com a população de 600 mil habitantes. Em Foz do Iguaçu, o terceiro recenseamento da República mostrava que na fronteira só havia 2.282 brasileiros... para 4.148 estrangeiros...”.¹⁵ O autor informa que somente na década de 60, o território paranaense tornou-se povoado. Diz que “completou-se no curso da década de 60, no Paraná, o cenário para a expansão capitalista... todo o Estado do Paraná está com seu território ocupado...”.¹⁶

Se, antes disso, não havia povo para vincular ao território, restava a língua, cuja evidência encontrava-se no nome dos lugares, dos acidentes geográficos, na flora e fauna.

¹⁴GONZALES-LLUBERA *apud* GIUCCI. Op. cit. p. 248.

¹⁵ SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba : Lagarto, 1992. p. 79

¹⁶ *Idem*, p. 213.

A etimologia das palavras, os animais sagrados, a língua ancestral dos indígenas, as lendas tornaram-se a “ponte” que ligava território e fronteira.

Na fronteira encontra-se a figura do *jaguar*, o tigre azul sagrado dos guaranis; na região fronteira, domina o lobo vermelho, o *guará*. A região tem a ver com a fronteira não só porque toda região define-se por seus limites, mas, porque o limite faz parte da língua da região, assim como a letra faz parte da escrita. Portanto, trata-se do jogo hermenêutico onde a parte completa-se no todo e o todo na parte.

Guarapuava¹⁷ era considerada fronteira de ocupação até a década de 40. Aqui, integra-se o tema da ocupação territorial e o da fronteira móvel. Como afirma Sperança, “já em 1880 o Ministério da Guerra alertava o Governo Imperial para a importância estratégica da região, baseando-se no exemplo da Guerra do Paraguai... O governo imperial não tinha como protelar a ocupação brasileira da sua parte Oeste. Chegar às barrancas do Rio Paraná era fundamental, naqueles instantes de esgotamento do império”.¹⁸

O autor trabalha seu texto a partir de duas ordens de fronteiras. A primeira, móvel, identifica-se com a frente de ocupação populacional. A segunda, fixa, a barranca do Rio Paraná. O nome dado a esta região, existente entre as duas fronteiras, durante o século XIX, era Campos de Guarapuava. Os pontos que a delimitavam, segundo Soares, eram “... o Rio Itatu... até as cabeceiras do Uruguai, e desde a serra de Agudos até o Rio Paraná”¹⁹. Dai pode-se dizer que no período que se entende entre o final da Guerra do Paraguai e a década de 1960, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá sob a forma da “barranca do rio que deve ser alcançada”. A região dos campos de Guarapuava compara-se ao espaço vazio ou

¹⁷ Embora a cidade, hoje, chamada Guarapuava localize-se a cerca de 400 km do Rio Paraná, lugar tido como a linha da fronteira, toda esta região era conhecida, no século XIX, como campos de Guarapuava, conforme vimos acima.

às águas do rio, para o naufrago ou navegante, que necessita alcançar as barrancas, necessita alcançar a terra firme, ou seja, a territorialidade.

Na constituição da fronteira ocorria uma disputa não somente pelos lugares, mas, também, pelo domínio, o senhorio da palavra. O “desembargador das palavras”, de Macedo Soares, achou por bem encontrar a etimologia da palavra barranca e assim chegar à terra firme do nome. A dúvida fora levantada pelo Barão de Melgaço, em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, n. 173, de 1852. O Barão afirmava que, “dando eles, (os paraguaios) à palavra barranca a mesma significação que damos a ‘barranco’, estendem freqüentemente esta denominação a toda ribeira esquerda ou oriental, designando a outra pelo nome de Chaco que, como se sabe, designa o vasto e pouco conhecido país situado a poente do Paraguai”.²⁰

Trata-se da mesma prática de demarcar a diferença entre os lados da fronteira, pela linguagem. O barão pronunciou a sentença de que os paraguaios identificavam as diferenças ali existentes pela forma como nomeavam a paisagem local, ou seja, pela denominação, pela linguagem, o que equivale a dizer, pelo sentido que conferiam aos dois lados do rio: Chaco e Barranca, Paraguai e Brasil. O autor recorria ao costume local, à tradição popular dos paraguaios. Isto, entretanto, implicava em aceitar, de modo tácito, que a fronteira seria constituída a partir da “língua do outro lado”.

Macedo, no entanto, recorreu à tradição. Ao invés de buscá-la no meio popular, remeteu-se a alguns textos escritos em língua portuguesa de B. Roriz e Elliott. A partir destes autores, que também utilizaram esta palavra, assegurava que barranca é um termo

¹⁸ SPERANÇA, Alceu. *Op. cit.* p. 44-46

¹⁹ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Op. cit.* p. 181

²⁰ *Idem*, p. 112.

também “brasileiro” e “se vê que não é só expressão paraguaia”.²¹ Recorreu, também, à etimologia para encontrar a origem da palavra na “língua-mãe”. Assim, afirmava que barranco e barranca “... vem do port. (sic) barro, que se formou do ar. (sic) bara terra”.²²

A palavra barranca poderia, portanto, ser utilizada por brasileiros e paraguaios, mas, sua origem, segundo Soares, era portuguesa. Mesmo assim, o autor não utilizou este termo para designar os limites da região de Guarapuava; diz, simplesmente, Rio Paraná.

O termo Guarapuava mereceu um comentário etimológico bastante expressivo por parte de Soares. O autor assegura que “ao vermos o grande número de explicações lexicográficas desta palavra, cada qual mais singular, dir-se-ia que estamos em frente de um hieróglifo indecifrável”.²³ A referência à escrita pictórica, no sentido de indecifrável ou de letra cuja interpretação pode ser duvidosa, remete a antigas civilizações, como, por exemplo, à egípcia e à maia, que utilizavam este tipo de escrita. Coloca-se o problema da decifração dos nomes, da busca do seu sentido. Trata-se, portanto, não mais de descobrir a grafia correta, ou de ditar o modo correto sob o qual o povo, que se encontra do lado brasileiro da fronteira, deve escrever os nomes. O desembargador buscava a origem.

A tarefa consistia em buscar o significado, a origem correta do nome. O nome somente pode ser dado por pessoas. O ato de nomear exige a presença do sujeito nomeador e onde há o sujeito, há história. Portanto, o ato de nomear é também ato de fundar. Conhecer a origem do nome representa conhecer a origem da história de um povo, das suas fronteiras e de seu território.

²¹ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p 112.

²² Idem, p. 113.

²³ Idem, p. 111.

Trata-se de identificar o proprietário da palavra. A pesquisa da tradição escrita conduz o autor à “Memória de Guarapuava” do padre Francisco das Chagas Lima. Segundo o que Soares destaca do texto do “reverendo missionário”,

Conta que aquele nome lhe foi dado (ao território que compreende os campos de Guarapuava) por uns antigos sertanistas que, chegando aos ditos, e caçando uma arara, que prenderam pelo pé, esta fizera esforços por libertar-se, e não podendo partir a correntinha com o bico, aplicou este à perna e, cortando-a, se escapou. Os sertanistas disseram, em frase da antiga linguagem do país, Guara (em contraposição a palavra Guairá, que significa pássaro pequeno) e Puava, isto é, ave que não é rasteira, mas voadora e veloz...²⁴

De Macedo Soares considerava que tudo isto não ia além de uma anedota e “não passa de uma puerilidade sem par”.²⁵ Ao apresentar argumentos para fundamentar a afirmação, recorre ao critério da verossimilhança. Julga não parecer verdadeiro dizer que andassem os “sertanistas portugueses ou brasileiros que falavam o português, a fazerem exclamações e frases na língua dos bugres”.²⁶

Chagas ligou a palavra à língua falada pelos sertanistas, mas na língua dos indígenas, uma linguagem atópica²⁷, já que o significado da palavra liga-se a uma narrativa antiga que pode ser considerada como ficção, a qualquer momento. Soares adotou uma outra estratégia. Recorreu ao significado das palavras, mas não se prendeu ao seu conteúdo semântico, e sim, às regras gramaticais da “língua geral”. O modo regular da conjugação dos verbos e dos substantivos, as conjugações e derivações deviam oferecer o efeito de

²⁴ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 181.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, p. 182.

²⁷ Linguagem que não se encontra referida a um território.

verossimilhança porque se fundamentam no curso regular da língua, e não no momento fortuito em que algum viajante transitório do sertão tenha pronunciado uma palavra, perdida para sempre no mundo da oralidade, somente recuperável por uma memória duvidosa. “Pua-hab” é o lugar onde se vai caçar, diz Soares. A palavra liga-se a um território, a uma paisagem, porque, como é sabido, as margens do Rio Paraná, como de resto todo o território brasileiro, algum dia foi um campo onde se podia caçar.

Em sua pesquisa sobre a invenção da mitologia, Marcel Detiene apresenta um exemplo análogo de invenção da linguagem do verdadeiro. Conforme ele, a mitologia não consiste em uma espécie de catálogo dos mitos recolhidos da tradição oral através da escrita. O discurso mitológico representa melhor a reverberação de um estilo de escrita que se quer verossímil. O exemplo da discussão de Heródoto sobre a origem do Nilo é, entre outros, bastante singular no que concerne à relação entre a narrativa textual e a paisagem natural. Uma das opiniões destacadas por Homero sobre o regime das águas do Nilo “pretende explicar o mecanismo das inundações pelo fato do Nilo refluir do Oceano (...) Oceano que fluiria em torno da terra... Trazer à baila o Oceano é andar em direção do invisível, deportar o discurso para além das aparências é narrar um mito”.²⁸ Heródoto apontava: “não conheço, no que me diz respeito, a existência de um rio Oceano. Este é, portanto, o produto de uma ficção cujo autor, presumidamente, é Homero ou algum dos poetas que o precederam: o descobridor do nome ou termo Oceano é quem o introduziu na poesia”.²⁹

²⁸ DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1998. p. 101.

²⁹ Idem. p. 101.

A visibilidade do geográfico tornava a narrativa de Heródoto mais verossímil e, ao mesmo tempo, fazia nascer o Oceano classificado como mito. Seguindo a mesma tradição e utilizando-se da tecnologia etimológica, Soares transformava a arara que rompe as correntes em discurso mitológico, resgatava a figura hermenêutica do lobo vermelho e ligava a língua ao território dos campos de Guarapuava, lugar onde os lobos vão caçar. Ninguém pode refutar que em alguma época os lobos caçavam ali, já que se sabe que ali havia lobos e caça e que os lobos caçam para se alimentarem.

O texto de Soares transforma a Memória de Chagas em anedota, em falso conhecimento, puerilidade sem par, coisa da língua primitiva da infância da humanidade onde dominavam os discursos considerados míticos. O padre refere-se a sertanistas de uma forma genérica e indeterminada: “uns antigos sertanistas”. Isto abrange a todos os antigos “descobridores ou desbravadores do sertão”, sejam portugueses, brasileiros, mestiços ou indígenas. Soares particularizou. Para ele, o termo sertanista designa “sertanistas portugueses ou brasileiros que falavam o português”. A palavra sertanista recebe um significado conceitual bem preciso: trata-se de gente que fala o idioma português e que não anda por aí fazendo “exclamações e frases na língua dos bugres”. O autor move-se dentro da tradição que se afirmava no Brasil das décadas iniciais do século XX, onde a figura do bandeirante aparecia como o representante da raça branca, vestido de acolchoados, seguido por hordas de indígenas, que adentravam no sertão em busca de índios e ouro e, que expandiam as fronteiras do país, levando-lhe a civilização e o progresso.

Capistrano de Abreu constatou esta tradição sobre a história das bandeiras e a figura dos bandeirantes. Afirma que “bandeiras eram partidos de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena... Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais

amplos poderes, senhor da vida e da morte de seus subordinados...”³⁰ Para representar alguns traços do caráter destes homens, o autor recorre a escritos antigos. Diz que Montoya fala nestes

*lobos vestidos de pieles de ovelhas. unos hipocritones. los cuales tienen por oficio mientras los demás andan robando y despojando las iglesias y atando indios matando y despedazando niños, ellos, mostrando largos rosarios que traem al cuello, lleganse a los padres (jesuitas espanhóis) pidiendo les confesión... y mientras están hablando estas cosas van pasando las cuentas del Rosario muy aprisa...*³¹



Lobo guará

³⁰ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 113

³¹ *Idem*, p. 114.

O recurso a Montoya empresta a característica da tradição romântica aos escritos de Capistrano de Abreu, onde o indígena é representado como a vítima do explorador branco. Na mesma tradição move-se o escrito de Soares, à medida que afirma que “salta logo aos olhos a inverosimilhança de sertanistas ou brasileiros que falavam o português a fazerem exclamações e frases na língua dos bugres”.³² Daí, ele conclui que o nome de Guarapuava não pode derivar da “frase indígena”, *Guara Puava* (ave veloz), dita pelos antigos sertanistas, já que eles eram os brancos de língua portuguesa, uma vez que eram os exploradores. O homem branco pode ser considerado o lobo vermelho vestido em pele de ovelha.

Capistrano de Abreu faz ainda uma afirmação decisiva. Diz que

*faltam documentos para escrever a história das bandeiras. aliás, sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltos e logo lhes desmaia a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira. Nesta monotonia trágica os caiapós introduziram mais tarde uma novidade: a de nos cercar de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que impedida a fuga nos abrasemos: estes riscos evitam já alguns lançando contra-fogo, ou arrancando o capim para que não se lhe comuniquem as chamas; outros se untam com mel de pau, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados.*³³

Ao resumo da “história das bandeiras”, circunscrito em apenas um parágrafo, Capistrano acrescenta que se trata de uma história “sempre a mesma”. Daí, que depreendemos que o autor fala de uma tradição, de uma narrativa que se encontra constituída já no início do século, época em que ele estava escrevendo os capítulos de História. Mais que isto, assegura que faltam documentos para escrever esta história,

³² SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 127-128

³³ ABREU, Capistrano de. Op. cit. p. 114.

portanto, trata-se de narrativas não baseadas em documentação escrita. Classifica-a como um discurso monótono e trágico.

A característica da monotonia fica bastante esclarecida na parte em que o autor afirma ser a reação dos caiapós a única novidade introduzida neste discurso. Trata-se de uma narrativa que se repete sempre igual, não havendo mudança na tonalidade, como se fosse uma antiga canção executada em tom reto.

A segunda característica, apontada por Abreu, diz respeito ao sentimento de terror ou piedade que este tipo de narrativa inspira. O estilo dramático³⁴ parece ser uma das notas dominantes da tradição romântica na qual, por vezes, o autor mesmo se move.

O autor dos Capítulos de História Colonial separa claramente bandeirantes de conquistadores. A partir da tradição romântica, afirma que “os conquistadores podiam cativar legalmente a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados”.³⁵ Diferentemente, os bandeirantes “concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados”.³⁶

³⁴ Segundo a abordagem fenomenológica o estilo dramático da poética não se vincula tanto à sua utilidade para a encenação, como supõe-se na estilística clássica. O drama está vinculado à linguagem do *phatos*. Conforme a retórica aristotélica, “exige-se de um bom discurso que seja fiel ao tema, apropriado às circunstâncias e, além disto, ‘patético’, isto é, atue sobre as paixões, dominando os homens...os ouvintes participam do *phatos* do orador patético mesmo quando ele não diz nada...” (STAIGER, Emil, 1993, P. 121) A história escrita na perspectiva romântica parece apresentar esta característica patética, de mover as paixões a favor dos indígenas massacrados no processo de colonização. Isto, pode ser considerado uma posição teórica politicamente correta, mas também, pode significar uma ação de alcance muito curto em relação à produção do conhecimento histórico. Não basta denunciar o que os outros fizeram ou deixaram de fazer.

³⁵ ABREU, Capistrano de. Op. cit. p. 236

³⁶ Idem, *ibidem*.

Dentro da mesma tradição dramática e emprestando a nomenclatura de Capistrano, podemos dizer que a fronteira do Brasil com o Paraguai foi alvo do ataque dos bandeirantes nos séculos XVI e XVII. Sobre isto Abreu afirma que “o movimento paulista para o sertão ocidental chocou-se com o movimento paraguaio à procura do mar: Ciudad Real, o Piquiri, próximo do Salto das Sete Quedas, Vila Rica no Ivai, datam da segunda metade do século XVI, antes do Brasil cair sob o domínio de Espanha”.³⁷ Em Abreu, a fronteira entre os dois países, durante os séculos XVI e XVII, se dá como linha móvel, num encontro entre dois povos que seguem a mesma linha, em direções convergentes.

O “desembargador da toponímia” de Macedo Soares refere-se mais aos homens a quem Abreu chamou de conquistadores e o nome pelo qual se refere a eles, no que parece ter seguido o padre Francisco de Lima Chagas, é ‘sertanistas’. Homens que “não faziam exclamações e frases na língua dos bugres”, ou seja, pertenciam à língua e, por tanto, à cultura portuguesa ou brasileira. Além disto, acusa outro erro na toponímia proposta por Chagas, acrescentando que

*puava não significa ‘voador veloz’, nem guara ‘pássaro grande’, quer no camê, quer no guarani: o nome genérico do ‘pássaro’ na língua geral é guirá, cujo diminutivo faz guîrai: e guara é nome de uma ave marinha, a Ibis rubra, de um quadrúpede, o Canis Azara F. Cuv. ou Canis jubatus Desm., lobo vermelho ou lobo da América (a puma?) que no Paraguai e mais partes das antigas missões se chama aguara*³⁸.

O autor invoca a autoridade de St. Hilaire exprimindo a opinião de que o padre Chagas “ignora absolutamente o guarani” e agrega que a solução oferecida pelo sábio

³⁷ ABREU, Capistrano de. Op. cit. p. 115.

³⁸ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 182.

francês também não lhe satisfaz. Para St. Hilaire o topônimo viria de *guara*, ave e *puahava*, pancada, daí resultando o significado pancada que a ave deu ou levou. O viajante gaulês havia repudiado *iharapuava* que significa rio redondo, opinião aventada por um escritor anônimo. Refutava também *guarapuame*, lobo em pé, a solução proposta por Frei Prazeres Maranhão.

Rejeita a posição de Martius de que o nome da região derivaria de *arapuã*, abelha da terra e, igualmente, outras duas explicações oferecidas pelo cidadão guarapuavano Luiz Clemente D. Cleve que afirma que

*a primeira compõe a palavra de guara, lobo e puava, bravio, indomável: onde, porém, se acha este significado de puava não sabemos: no guarani e no camê com certeza não é. A segunda a compõe assim: guá, coroa, redondo, emi ou atalaia donde partem sinais anunciativos do combate, da vitória, da aproximação dos inimigos, etc. rá, sinal, puá, golpe, ba, afirmação... Entretanto, essa etimologia é inadmissível porque, segundo uma regra da construção guarani, se o elemento principal da palavra fosse guá havia de aparecer no fim, e não no princípio da composição*³⁹.

Finalmente, o desembargador anunciava que “a nossa explicação é mais simples, e, presumimos, a única interpretação exata. A palavra é guarani pura... O *guara* ou *Canis Azara* é comum nos matos e campos de Guarapuava... *Puáhar* é o atirador, o caçador; *puáhab* é o lugar onde ou para onde se atira, onde se caça... *Guarapuava* é o campo onde se vão caçar os *guaras*”.⁴⁰

Poderia haver uma objeção e isto o autor admite. Alguns viajantes dão testemunho incontestável de que a língua falada na região de Guarapuava não era o guarani. A língua que ali se falava era, no entanto, muito semelhante, “tendo quase as mesmas regras da gramática; o vocabulário, porém, é tão diverso que, por enquanto ao menos, não tem sido

³⁹ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 183.

⁴⁰ Idem, p. 184.

razoável fazer do camê, um dialeto da língua geral”.⁴¹ Como poderia aparecer um vocábulo na língua guarani em uma região onde se falava outra língua? O autor argumenta que

parece incontestável que foram os guaranis os primeiros habitantes desta região... na topografia guarupuvana é muito mais considerável o número de nomes guaranis do que Camês... abra-se o mapa da provincia, e ver-se-á que todos os rios que se lançam no Paraná, desde a foz do Paranapanema até a do Uruguai, tem nomes guaranis... os nomes Camês... coexistem ao lado de nomes guaranis... Os rios Iguaçu e Uruguai percorrem esta imensa zona com estes nomes, que são guaranis, e simultaneamente com Goyócovó e Goyoén que são Camês...⁴²

O hieróglifo estava, para Soares, finalmente decifrado. Encontrava-se a correção do nome. Por ele, era conferida uma identidade ao lugar, a antiga terra dos guaranis. O nome de todos os rios na língua geral representa a prova da pertença. Quem nomeia conhece. Mas, para contemplar faz-se necessário o estar frente a frente com o objeto. Os guaranis contemplaram a essência daqueles campos e viram que ali os lobos iam caçar ou ali se podia caçar os lobos vermelhos. Olharam os rios que despejam no Paraná, desde a foz do Paranapanema até o Uruguai e testemunharam a essência de cada um deles e as comunicaram às gerações posteriores. Assim, por exemplo, Paranapanema se compõem de *Paranãn*, rio grande, *panema*, estéril, infeliz, pobre, falho, inútil. Daí, Soares infere “rio grande sem peixe”.⁴³

O autor, entretanto, deparou-se com rios que possuíam dois nomes. É o caso do Iguaçu, designação que prevaleceu até os nossos dias. A palavra pertence à língua guarani e quer dizer água grande. O segundo nome é *Goyócovó* e pertence ao camê. Soares, apoiado em Jules Marcon, deduz que a persistência do nome Iguaçu constitui a prova de que *Goyócovó* foi uma denominação dada a um objeto-rio que já tinha nome, pois, argumenta

⁴¹ SOARES. Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 185.

⁴² Idem. p. 185-186.

⁴³ Idem. p. 194.

“não há nada mais solidamente estabelecido do que as denominações locais; e nem as conquistas mais absolutas, que fazem desaparecer a raça aborígene, consegue obliterar de todos os nomes das localidades”.⁴⁴

Isto reiterava a convicção de que quem conhece os nomes dos lugares conhece sua tradição e pode resgatar sua história. Pode-se inferir que isto justificava a proposta de trabalho de Soares, naquela passagem dos séculos XIX ao XX, de implementar os estudos lexicográficos do dialeto brasileiro para saber a correção gráfica das palavras que se originaram da língua indígena.

Considerava-se o nome como instrumento que fixa a essência das coisas, impedindo-a de mover-se livremente ao sabor dos interesses, como é o caso do rio fugaz e das frentes de ocupação cuja fronteira é móvel. Fixo ele podia servir para demarcar a fronteira, para tornar as coisas estáveis e duradouras, capazes de resistirem às mudanças mais profundas.

O problema do nome duplo dos rios era resolvido por Soares não a partir do geográfico territorial, mas sim, do povo que ocupava a terra. No princípio, eram os guaranis das reduções jesuíticas. Eles, no entanto, foram expulsos pelos bandeirantes, conforme a tradição historiográfica bandeirista. As terras foram ocupadas pelos tupis, ou camês ou, ainda, pelos caingangues, como afirma Romário Martins. A prova que oferece o critério de verossimilhança para esta narrativa obtinha-se dos próprios nomes dos rios na língua camê. Há, também uma lenda recolhida por Telêmaco Borba sobre a configuração geográfica do Estado do Paraná fornecendo mais verossimilhança à fronteira ancestral.

O país dos caingangues ia do Piquiri até o Uruguai dos nossos dias e, que nos tempos primitivos eram caudais que corriam, ao contrário de agora – do sertão para o mar... Um

⁴⁴ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 186.

dia, porém, houve uma grande tempestade. E por dias seguidos, as águas continuaram a subir até que submergiam toda terra caingangue. Só o cume do Crinjigimbê irrompia do oceano diluvial... Os Cainganges e os Curutons atingiram o cume salvador... Um dia, porém, os naufragos ouviram o canto das saracuras e, com esse canto, tênue luz prenunciou o fim das tempestades... E viram as saracuras e os patos que vinham, em bandos numerosos, carregando terra em cestos, aterrando as zonas inundadas... Esta terra se solidificou e constituiu a Serra do Mar, que interceptou os rios, de modo que eles passaram a fazer seus cursos, de Leste para Oeste e a desaguar no Goioibang – que é o Paraná dos Guaranis.⁴⁵

A lenda do dilúvio caingangue aparecia como uma narrativa fundadora que oferecia o efeito de “verdade” para a construção da fronteira. O autor do texto explica que se trata de uma lenda, uma narrativa inventada e que fala de “coisas reais”, que representam a conformação geográfica do território paranaense, desde a serra do mar até o rio da fronteira. Parece um mapa, uma reprodução da geografia do Estado, em forma de lenda. O leitor ideal da narrativa sobre a fronteira originária deve aceitar que somente um povo que conhecesse profundamente o território poderia inventar uma ‘lenda tão verdadeira’.

Este povo habitava a região antes da chegada dos portugueses e espanhóis, e bem antes do Estado do Paraná ser considerado um espaço territorial definido, uma província do império, ou uma unidade da federação. A lenda recolhida por Telêmaco Borba representava uma evidência de que o território paranaense fora considerado uma unidade territorial desde as épocas ancestrais. As palavras com as quais os cainganges denominaram os rios, que representam as fronteiras de seu território, constituem a prova de que havia um espaço unificado e definido desde os primeiros tempos. A palavra dos cainganges garantia isto.

⁴⁵ SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 305-306.

2.2 O RIO-FRONTEIRA COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA

A narrativa dos conflitos entre o Brasil e o Paraguai, nas disputas pela fronteira, prática comum da história diplomática, nos oferece uma quantidade bastante grande de informações permitindo a construção de contextos para a compreensão da “dança das fronteiras”. Chamamos de “dança das fronteiras” este movimento sinuoso que a linha imaginária faz no decorrer das cronologias. Por exemplo, até o ano de 1828, considerava-se que a linha da fronteira estendia-se até o Rio da Prata. Naquele ano, ocorreu a declaração de independência da República Oriental do Uruguai e a linha vergou-se, arquejou e recuou. Vianna assim contextualizou este serpentear da extremidade da linha dos limites do Brasil.

A partir da criação do Uruguai, o Prata deixava de representar o limite Sul. Entretanto, durante as regências (1831-1840) as relações entre os governos uruguaio e brasileiro perfizeram um complicado jogo diplomático. Os intérpretes da linha de fronteira retomaram o tratado de Santo Idelfonso. O presidente uruguaio, Manuel Oribe, reclamava a sua revalidação, em 1837, o que implicava a anexação da região dos Sete Povos das Missões ao Uruguai. A proposta foi rejeitada. Quando Oribe renunciou ao governo legal do Uruguai, a diplomacia brasileira tomou a atitude de não receber os representantes do seu novo governo⁴⁶.

Isto significava declarar a República Oriental uma terra sem governo, ou ainda, terra de ninguém e, por conseqüência, este país deixou de ser a fronteira do Brasil. Tudo voltava

⁴⁶ Ver VIANNA, Hélio. Op. cit p. 110 ss.

à situação anterior. O Prata poderia ser considerado a fronteira sul novamente. Com a subida de D. Pedro II ao trono, iniciou-se uma fase considerada difícil no que se refere às relações políticas entre o Brasil e os países platinos. Neste período aconteceram as campanhas militares contra os governos de Juan Manuel Rosas, Anastácio Aguirre e Francisco Solano Lopes. A instabilidade política uruguaia tornava a Convenção Preliminar de Paz, de 1828, um poderoso instrumento político já que garantia tanto ao Brasil, quanto à Argentina, o dever e o direito de zelar pela soberania daquele país.⁴⁷

Vianna elenca as sucessivas substituições dos governos uruguaiois. O primeiro presidente constitucional do Uruguai, assim considerado a partir da Convenção de Paz, foi Frutuoso Riviera. Em seguida assumiu o poder, pelo partido *Blanco*, Manuel Oribe. Logo em seguida, Riviera, chefe do governo anterior, retomou o governo do país, a partir de um movimento de revolta do partido *Colorado*. Oribe, que havia renunciado, pede apoio a Manuel de Rosas, presidente da Argentina. Obtendo-o, vence as forças de Riviera⁴⁸.

Aos olhos do império brasileiro isto significava uma intromissão do governo argentino nos assuntos pertinentes ao governo estabelecido no Uruguai e podia ser interpretado como uma retomada das ações das Províncias Unidas com o objetivo de incorporar a antiga província Cisplatina, como ocorrera em 1825. O governo imperial buscou, então, juntar as forças dissidentes da Argentina, ou seja, os governadores das províncias de Entre Rios e Corrientes, em maio de 1851. A ação da aliança Brasil - Entre Rios - Corrientes teve como consequência a derrota de Oribe e a assinatura de um novo convênio, objetivando a derrubada do governo central argentino. Reiniciadas as operações militares e após a batalha de Monte Caseros, ocorrida em fevereiro de 1857, foi derrubado

⁴⁷ Ver VIANNA, Hélio. Op. cit.p 110ss.

o governo de Rosas. Em seu lugar assumiu José de Urquiza, o general governador de Entre-Rios, um dos chefes do chamado Grande Exército Libertador da América do Sul. Logo depois foram reatados os laços de amizade entre o Brasil e a Argentina e, também, efetuou-se a assinatura de um tratado de amizade, de comércio e de navegação. Entretanto, como se sabe, isto não resolveu a longa questão das fronteiras platinas...⁴⁹

Esta rápida descrição factual pode explicar as representações do Rio da Prata erguidas na chamada varanda do passo imperial para a coroação de D. Pedro II, mas, nem a obra inteira de Vianna refere-se a tais representações. Evidentemente, pode-se dizer que isto se deve ao interesse do autor, cujos esforços estavam concentrados na narrativa das disputas e de conflitos que tiveram como resultado a delimitação do território brasileiro. No entanto, dentro dos marcos da hermenêutica romântica, estas descrições ofereceram o contexto político escrito para uma vasta produção historiográfica sobre o segundo império, largamente conhecida como questões platinas. Também se pode dizer que tem despertado a atenção de vários historiadores, à medida que aparece enquanto causa explicativa de um conflito maior sobre as fronteiras, a chamada Guerra do Paraguai.

Na história diplomática, o rio aparece como lugar de conflito, lugar de disputa. Conforme Vianna declara, a derrubada do governo argentino de Manoel Rosas, que levou o general Urquiza ao poder e possibilitou que o novo governo se aliasse ao Império e ao Uruguai contra as pretensões paraguaias, se deu em fevereiro de 1852. Uma das manobras militares que fez cair o governo de Rosas foi “a passagem de Tonelero, no Rio Paraná, efetuada por uma divisão naval brasileira”.⁵⁰

⁴⁸ Ver VIANNA, Hélio. op. cit. p.110 ss.

⁴⁹ Ver Idem.

⁵⁰ VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 104.

Os rios da bacia platina aparecem como espaços por onde trafegavam embarcações de guerra, lugar das batalhas e da disputa armada pela fronteira.

Fora do âmbito da história diplomática, como por exemplo, na história ensinada nos colégios, o rio tem outras representações. Mesmo quando se trata de temas relacionados à disputa do espaço, o rio pode adquirir outras formas. Joel Rufino dos Santos assegura que

*o Paraguai terminou a guerra, arrasado. A maior parte dos homens foi morta por tiro, baioneta e um monstro de um milímetro, provido com uma salsicha de rabo. Velha conhecida da humanidade, a criaturinha retorna de tempos em tempos para espalhar o terror. No ano de 1991, por exemplo, matou milhares de viventes na América do Sul. Na guerra do Paraguai, com os rios entupidos de cadáveres, ninguém ligava para providências tão simples como ferver a água e lavar as mãos depois de se aliviar. Entrando nos estômagos, o diabinho microscópico gastava somente três horas para se multiplicar. E ia matando de diarreia milhares e milhares de coitados, fardados ou não. Mais tarde, um alemão, Dr. Koch batizou esse ser infernal em latim: *Vibrio cholerae*, vibrião da cólera.⁵¹*

O rio-fronteira aparece como lugar onde emerge uma multidão de cadáveres, resultado da Guerra do Paraguai, e lugar de epidemia, esta representada na figura de um ‘monstro de um milímetro’. Aí, o Rio Paraná aparece comparado às figuras dos rios do inferno, da Divina Comédia, onde os condenados ‘passeiam’ boiando. Mas, também se retoma uma outra antiga tradição. Na “mitologia guarani”, tal como na grega, o fundo das águas é habitado por animais estranhos. Santos reduz a escala do tamanho dos monstros para milímetros, mas não o efeito de sua ação, que continua tão devastadora quanto à atividade das gigantescas hidras e demais serpentes das antigas tradições. O herói que vem em socorro dos mortais atormentados, para amenizar-lhes o sofrimento é, agora, sintomaticamente, um cientista. Nos tempos homéricos, em geral, era uma espécie de ser humano dotado de superpoderes, um filho da união carnal entre um deus e uma mortal.

⁵¹ SANTOS, Joel Rufino dos. **História, histórias: Brasil império e república**. São Paulo: FTD, 1992. p. 15

Assim era Hércules, filho de Zeus.

Podemos dizer que há aqui uma ruptura em relação à figura do herói. De filho dos deuses, torna-se filho dos homens. Este, no entanto, consiste em apenas um dos aspectos da figura. O herói continua sendo um homem incomum. Não usa a força bruta, mas a força da inteligência, da sabedoria e da ciência. Não se desloca para os lugares do conflito entre os homens e os monstros. É o seu saber que se desloca. Suas descobertas científicas ajudam os outros a resolverem o problema.

Esta constatação não pretende conduzir a um raciocínio desmerecedor do herói cientista pelo fato de pôr a descoberto que há um substrato religioso no discurso da ciência. O que se pretende é perceber as tradições. Perceber a formalidade da linguagem, onde as modificações que se operam são muito lentas e conservam muito mais do que modificam as antigas tradições; onde a fronteira se dá à visibilidade, torna-se reconhecível e compreensível.

O que acontece na linguagem sobre o herói que salva as vítimas contaminadas pelo rio “entupido de cadáveres” também ocorre nas narrativas sobre o velho, que é um rio da fronteira. O antigo herói apenas assume uma nova forma. O velho, que é o rio, aparece com novos rostos.

Podemos imaginar o rio apenas como um caminho de águas por onde se pode transportar mercadorias, ou, apenas, um acidente geográfico por onde navegam os barcos de guerra. O resultado será uma escrita da história dele, contendo sempre as mesmas explicações, para os mesmos acontecimentos. No entanto, percebe-se que por mais científicista que seja a definição que temos do rio, a linguagem sobre ele se move em antigas tradições, como a do rio de cadáveres.

A imagem que, em geral, tem servido para a compreensão do que seja um rio, remete-nos às definições estabelecidas ainda no século XVII, por Pierre Perrault.

Seguindo uma hipótese formulada pela primeira vez na Antigüidade, Perrault conclui que os rios nada mais eram senão o produto da evaporação da água do mar, que se condensava na chuva e se represava entre a superfície porosa da terra e os substratos impermeáveis do leito rochoso. A supersaturação resultava nas fontes das quais jorravam os rios que, descendo das colinas e das montanhas, rumavam para o mar⁵².

A imagem de Perrault caracteriza-se pelo aspecto material e mecânico. O enigma do regime das águas recebia uma resposta aceita como adequada, suficiente, para completar ou oferecer o sentido dos conhecimentos históricos e geográficos. As águas, agora, funcionam de acordo com as leis físicas dos líquidos, a partir dos fenômenos dos três estados: o líquido, o sólido e o gasoso; a partir da evaporação, liquefação, condensação e sublimação.

O rio, uma entidade muito próxima ao ser vivo, representa um objeto, ou, então, um acidente geográfico. Deixava de ser percebido como um ser da fronteira entre os seres vivos e os seres brutos. A operação se dá, diga-se, nos quadros da cientificidade, ou seja, das narrativas mais acreditáveis. Estas narrativas, transmitidas de geração em geração nos bancos escolares, se tornaram uma tradição que faz parte do nosso horizonte de compreensão. Nela, compreendemos o rio da fronteira.

Desde as séries iniciais, nos cursos escolares, ensina-se a mecânica das águas. Quem de nós não se lembra das dedicadas professoras e professores dos nossos primeiros anos de escola nos iniciando neste horizonte, através do exemplo da tampa da chaleira ou da panela, do gelo que derrete e da água congelada? O rio se tornou, para nós, uma peça da “cosmologia mecânica”.

⁵² SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 252-253.

Nos bancos escolares aprendemos outra linguagem sobre o curso das águas. Trata-se de uma tradição, porque consiste em um saber transmitido de uma geração para a outra. Nisto, a escola pode ser considerada um lugar da tradição, porque nela aprendemos a linguagem sobre o rio fronteira.

Em relação à escrita da história, por exemplo, a historiografia tradicional parte do pressuposto de que a história da humanidade inicia no Egito, exatamente, nas margens do rio que serve como causa explicativa para a existência da civilização dos faraós. O rio aparece como fonte da vida e origem da humanidade, desde o ensino fundamental. No currículo básico para a Escola Pública do Estado do Paraná encontra-se previsto o ensino da história da Antigüidade ocidental a partir da 7ª série. O conteúdo programático refere-se “às sociedades teocêntricas, representadas pelos estados monárquicos antigos, de origem divina, e responsáveis pela ordenação da sociedade nos mais diversos níveis: político, cultural, social, tecnológico, etc”.⁵³

A partir dali iniciamos a “cultuar” o rio, a construir nosso horizonte de interpretação, quando o rio e a história apresentam inúmeras e profundas ligações. Uma das imagens mais recorrentes diz respeito ao velho Nilo, de quem o Egito é considerado uma dádiva.

Simon Schama diz que “desde Heródoto, no século V a.C., os geógrafos pasmavam diante de duas características marcantes do grande rio”⁵⁴, suas misteriosas nascente e cheias, na época mais seca do ano. O rio africano era completamente avesso à lógica construída a partir do horizonte grego porque todos os rios conhecidos naquela região tinham um comportamento contrário a ele. O Nilo corria da zona tórrida para uma menos

⁵³ Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná. p. 87.

seca, enquanto os outros se originavam em montanha mais frias, correndo para planícies mais quentes. Difícil imaginar uma montanha fria na zona tórrida. Além disto, o rio que desafiava a lógica, apresentava o auge de suas cheias no período das secas, ou seja, quando todos os outros estavam no ponto mais baixo.

A interpretação da narrativa do Nilo feita por Plutarco parece bastante esclarecedora:

Osiris funciona como a personificação da fecundidade: a fonte total e a faculdade criadora das águas e o Nilo, como efusão de Osiris. Por outro lado Set/tifão é sua antítese, a personificação da aridez e da fome: tudo o que é seco, causticante. Assim, o encerramento do semideus em seu esquife significa nada menos, que o desaparecimento da água. Os elementos choram o herói morto em todas as suas formas: a luz do dia se apaga, os ventos boreais que já não sopram, a vegetação que se esvaece. As águas baixam, o medo da penúria retorna. Com a ressurreição (ou, pelo menos, reconstituição) osírica, no final da primavera, a esperança, a prosperidade e o verdor voltam à bacia do Nilo, nascido do amplexo do Osiris aquático e de Ísis teral. O fruto de sua união, o menino – deus Hórus, finalmente elimina Tifão de uma vez por todas obrigando o oceano destruidor a recuar e expor o lodo aluvial que aduba as plantações egípcias⁵⁵.

Na tradição do Nilo aprendemos a luta dos opostos, conforme as figuras de Osiris e Set/tifão, ou seja, da vida e da morte de uma civilização. Mesmo que a figura dos deuses egípcios não esteja tão presente, a linguagem do rio como lugar da luta dos opostos é transmitida.

⁵⁴ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 262

⁵⁵ Idem. p. 263.

Como vimos anteriormente, o Rio Paraná, como rio de fronteira, interpreta-se também conforme a mesma dialética de figuras⁵⁶: Caburé contra Martinho, guarani contra tupi, Loizaga contra Cotegipe, brasileiro contra paraguaio.

A luta dos opostos do Nilo pode ser tomada como linguagem do comportamento do rio, da constituição da fronteira, e, igualmente, para a explicação do florescimento da civilização egípcia e brasileira. Serve como fundamento da interpretação histórica pelo menos na sua estrutura porque, em ambos os casos, o rio representa a fonte da vida, a fecundidade, face contrária da morte e da esterilidade. A fundamentação histórica na antiga tradição do Nilo serve mesmo para a história econômica, já que ele fertiliza a terra com seu limo, o que torna a agricultura possível, e determina a vida econômica das nações.

A relação entre o rio, vida econômica e a prosperidade dos povos, que também aprendemos na transmissão escolar, é muito comum por uma razão muito simples: se um povo existiu é porque sua existência foi possível. O Tibre era considerado a quintessência de Roma. Tal como o Rio Tamisa o Rio Sena e os rios de Flandres significavam a própria corrente sangüínea do Estado⁵⁷.

O Rio Paraná se dá nesta mesma tradição, a partir desta linguagem. Contudo, não se trata, somente, de interpretações efetuadas por crianças em idade escolar. Os textos, que abandonamos há muito, as salas de aula das séries iniciais movem-se nas velhas tradições. O rio considerado uma estrada por onde circulam mercadorias acontece na tradição que o considera como as próprias veias do Estado.

⁵⁶ Dialética aqui entendida como luta dos opostos nas narrativas de fronteira. Uma figura morre ou perde a disputa para que a outra seja vencedora ou viva. Uma configuração territorial cessa para que a outra possa começar, e assim por diante. Mas a linguagem continua a ser transmitida, a fronteira continua a acontecer na mesma linguagem.

⁵⁷ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 286-297.

No ano de 1913, o secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Arthur Martins Franco, fazia sua segunda viagem ao Extremo Oeste paranaense. O motivo da excursão, como ele mesmo descreve, era o seguinte:

*Tendo o Governo do Estado do Paraná, denunciado o acordo existente entre este Estado e o Governo Federal para a cobrança dos impostos estaduais na Foz do Iguaçu – naquele tempo colônia militar pela Mesa das Rendas Federal o que, efetivamente foi feito, apesar da relutância do delegado fiscal federal do Paraná, Sr. Flaviano Fontes, sob a alegação de motivos que seria ocioso relatar aqui, tratou aquele Governo de estabelecer o Serviço Fiscal Estadual naquela zona fronteiriça. Esse o motivo da minha segunda viagem ao Alto Paraná, então no exercício do cargo de Secretário de Fazenda do Estado, no Governo do Dr. Carlos Cavalcanti d'Albuquerque.*⁵⁸

A Mesa de Rendas Federais foi instalada em 1905, a partir da agência fiscal da colônia militar de Foz do Iguaçu, fundada em 1897. A Colônia Militar da Fronteira havia sido criada em 1889. Com a instalação do Serviço Fiscal Estadual, a cobrança dos impostos da fronteira passava para competência do Estado do Paraná. A aduana era representada como um torniquete, que tinha como função evitar o esvaír-se das riquezas da nação.

A celeuma levou Arthur Martins e sua comitiva até à área de fronteira. Em 1913, o governo do Estado realizou um balanço da arrecadação de impostos, relativa ao decênio anterior. Conforme afirma Arthur, “neste período, a maior arrecadação anual atingiu a soma de 106 contos de reis, sendo inferiores as dos nove anos restantes”.⁵⁹ O convênio entre o governo do Estado e o federal, para o recolhimento dos impostos estaduais, não fornecia o resultado esperado. Em defesa da denúncia feita pelo governo Carlos Cavalcanti d'Albuquerque, Franco argumenta que,

por ocasião da instalação da Coletoria Estadual ali, a 22 de novembro de 1913, o saldo entregue pela Administração de Mesa de Rendas, naquela data e relativo a esse exercício, atingiu apenas a setenta e poucos contos de réis, descontando os 10% da renda bruta, para

⁵⁸ FRANCO, Arthur Martins. **Recordações de viagens ao Alto Paraná**. Curitiba: Imprensa do UFP, 1973. p. 53

⁵⁹ Idem, p. 74.

*os funcionários federais encarregados desse serviço: quatro meses depois, a arrecadação da Coletoria Estadual acusava uma soma três vezes superior àquela”.*⁶⁰

Havia, conforme assegura o autor, um vazamento dos recursos estaduais. Detectava-se um desvio. Como se tratava de uma região de fronteira, significava estar ocorrendo um desvio de riquezas para fora do país.

A linguagem de que as riquezas desta região estavam sendo carreadas para fora do Brasil é também uma longa tradição repetida em publicações bastante recentes. Nos retratos de Foz do Iguaçu, na parte que trata da Colônia Militar, expressa-se à força desta figura. O capitão Belarmino de Mendonça, encarregado da instalação da Colônia, fez um levantamento da população local e, “identificou 324 pessoas, em sua maioria, paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região e dedicados à extração da erva-mate e da madeira, exportadas, via Rio Paraná”.⁶¹

O Rio Paraná aparecia como um vaso sanguíneo por onde circulava a riqueza da nação. No entanto, o encontravam rompido, deixando escapar a energia do corpo do Estado. O sangue jorrava para fora do organismo. A consequência seria a fraqueza e no extremo do esgotamento, a morte. O sangue que escorria era verde, da cor do mate e cor da madeira. Os causadores da ferida identificavam-se com empresários estrangeiros e maus cobradores de impostos. Na tradição da luta dos opostos, a nação pode morrer, se as fronteiras não estiverem ocupadas.

O capitão Belarmino fundou a Colônia Militar e procedia a uma descrição da fronteira. “Percorrendo a região, os soldados encontraram diversos portos às margens do Rio Paraná, usados clandestinamente por argentinos e paraguaios, para embarque de erva-

⁶⁰ FRANCO. Arthur Martins. Op. cit. p 74.

⁶¹ Retratos de Foz do Iguaçu. Op. cit. 10.

mate e madeira. Também encontraram três portos (Britânia, Sol de Maio e Santa Helena)”.⁶² Os portos estrangeiros poderiam ser considerados os lugares exatos por onde o sangue de nação vertia para fora.

Se o exército ocupou a região da fronteira em 1889, a marinha brasileira se fez presente em 1930. Foi fundada uma “agência” da capitania dos Portos acima dos Saltos de Sete Quedas, e, em 1933, instalou-se a Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Paraná em Foz do Iguaçu. “Se a missão do Exército era mostrar que ‘esta terra tem dono’, a missão da Marinha era afirmar que ‘esta água também tem dono’”.⁶³ As forças armadas podiam ser comparadas à bandagem que, colocada sobre o ferimento, faria o sangue circular normalmente. O dito “esta terra tem dono” é uma alusão ao grito do herói local, o cacique Guairacá. Sob este grito de guerra, o indígena teria enfrentado os invasores brancos.

Alguns etimólogos e onomatólogos asseguram que o nome da cidade de Guaira originou-se do nome do velho cacique. Também a cidade de Cascavel recebeu este nome por ocasião da criação do Território Federal do Iguaçu, em 13 de setembro de 1943, através do decreto 5.812, durante o governo Vargas. Como aponta Sperança,

*constituíam o Território Federal do Iguaçu as regiões Oeste e Sudeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, tendo inicialmente Foz do Iguaçu e depois Laranjeiras do Sul como capital ... O primeiro interventor do Território Federal do Iguaçu foi o Coronel Garcez do Nascimento... em seguida, substituído pelo coronel Frederico Trota, que preferiu Laranjeiras do Sul como capital, ao contrário da cidade inicial, Foz do Iguaçu ... Com a medida, Laranjeiras do Sul teve seu nome alterado para 'Iguaçu' ... O governo do território do Iguaçu, como os de outras unidades congêneres, tinha a atribuição de promover o povoamento e a localização de colonos em sua área administrativa... Em 18 de setembro de 1946... o país ganhava uma nova Constituição e, com ela, acabava sepultado o indigesto Território do Iguaçu.*⁶⁴

⁶² Retratos de Foz do Iguaçu. Op. cit. p 10.

⁶³ Idem, p. 12.

⁶⁴ SPERANÇA, Alceu. Op. cit. p. 122-126.

Desfeito o Território do Iguaçu, Guairacá voltou a chamar-se Cascavel. A história do velho cacique, entretanto, não parecia tão indigesta. Sperança mesmo registra que

*em 3 de fevereiro de 1962 surgiria uma organização extremamente polêmica destinada a provocar paixão e ódio no Sul do país. Tratava-se do movimento pró-criação do Estado do Iguaçu... O movimento se colocava perante a consideração da população dos Estados de Santa Catarina e do Paraná de forma diferente: seria uma opção plebiscitária... Para viabilizá-lo, suas lideranças criaram a SODEI (Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu)...*⁶⁵

O movimento malogrou em 1968.

Guairacá havia sido louvado como herói da fronteira nas narrativas paranistas e na escrita sobre a ocupação espanhola da região de Guaira, onde,

*estabelecidos os espanhóis, fundaram os povoados de Ontiveros, Ciudad Real Del Guayra, Vila Rica do Espírito Santo, estendidos de norte a sul, entre as margens do Paranapanema, ao norte e Iguaçu ao sul ... Moradores dessa zona, os guaranis – a princípio, receberam como amigos os invasores, consentindo no estabelecimento de seus núcleos coloniais... Nas o branco principiou a cercear a liberdade do índio... Do meio da mata do Iguaçu ao Paranapanema ergueu-se uma onda de indignação. Doze chefes levantaram-se encabeçados por Guairacá! ... Foi libertada grande parte do território brasileiro, graças a Guairacá...*⁶⁶

O cacique teria gritado, na sua língua, “... *Co ivi aguerecô: Yara...*”⁶⁷ que foi trazido como “alto lá, que esta terra tem dono”. Segundo Santos Filho, “afirmava Romário Martins, com seu reconhecido mérito, que Guairacá foi, sem dúvida, o grande chefe das pelejas seguintes: 1554 – com as tropas de Irala; 1561 – com as de Alonso Riquelme; 1576 – com as de João Garai; 1601 – com as de Hernando Saavedra”.⁶⁸

O herói da fronteira envolvia-se na onda nacionalizante do governo Vargas. Conforme levanta Santos,

em discurso pronunciado, a 8 de outubro de 1941, no Palácio do Catete, o Presidente Getúlio Vargas, em se tratando do cacique Guairacá, assim se pronunciava: 'devo dizer

⁶⁵ SPERANÇA, Alceu A. Op. cit. p. 203.

⁶⁶ SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 222-223.

⁶⁷ Idem. p. 225.

⁶⁸ Idem. p. 226.

que vejo com viva simpatia a formação desta corrente nacionalista sob a égide do bravo cacique, que é símbolo do Brasil – certo de que ela não irá hostilizar nenhuma corrente alienígena e sim, colaborar ao lado do governo, na defesa da nação, na manutenção e fortalecimento da sua unidade’ ...⁶⁹

Mais tarde, o velho cacique teve a sua vida de herói de fronteira interrompida. O texto de Santos narrando o epílogo das aventuras heróicas do “lobo da floresta ou das águas” tem como título, a verdade sobre Guairacá. O autor aponta que...

no segundo Congresso Regional de História e Geografia do Paraná – comemorativo do cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, quando congressistas entusiastas da lenda, apresentavam monção sugerindo ao Governo do Estado a ereção, em Curitiba, dum monumento ao fumoso Guairacá, eis que surge, se opondo ao pedido, um dos congressistas – o Dr. Loureiro Fernandes – provando, por A mais B, que o herói indígena não fez jus a tal homenagem – pois longe de guardar o Paraná ocidental, para a soberania luso-brasileira, era, pelo contrário, amigo dos espanhóis, em cujo favor combatia, não se opondo à marcha invasora destes, para o leste, em demanda do Atlântico, no intento de trazer até o litoral hoje paranaense, a jurisdição dos adelantados do Paraguai... provando, tudo isto, com documentação.⁷⁰

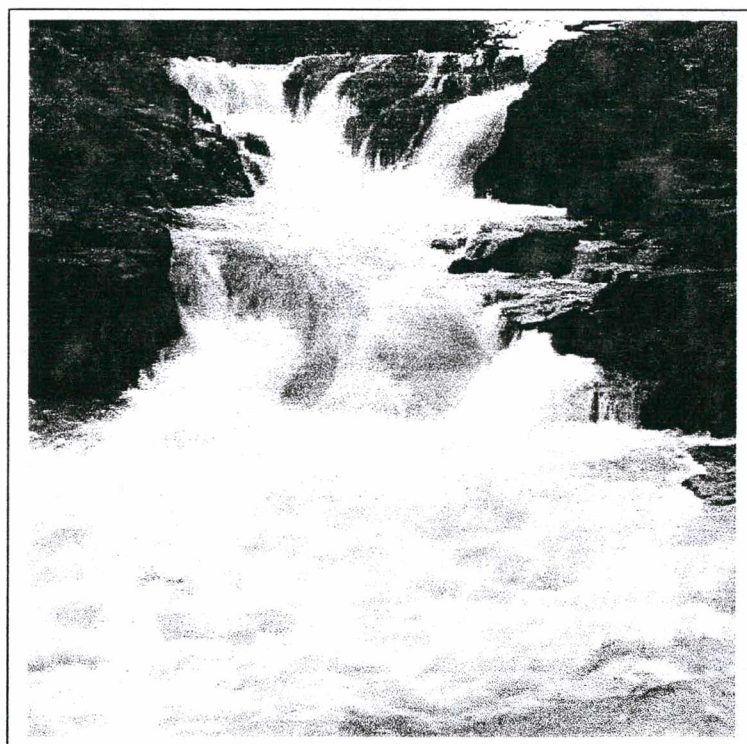
Para Santos, a verdade sobre Guairacá encontra-se nos documentos apresentados por Loureiro Fernandes. Com efeito, diante da prova documental, a historiografia baseada na documentação se cala. Guairacá, diante dos historiadores ali presentes, atravessava a fronteira, indo habitar o mundo dos “mitos”, dos discursos incríveis e inverossímeis. A estátua não foi construída, mas a tradição do cacique da fronteira persiste como linguagem para todos os que lerem os textos anteriores ao segundo congresso. Há, ainda, outra consequência. A “derrota” da tradição historiográfica sobre Guairacá não representa uma vitória da história documental sobre as tradições e o legendário. Ela afirma a tradição ainda mais antiga da luta que constitui a fronteira entre duas nações ancestrais: os tupis contra os

⁶⁹ SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 224

⁷⁰ Idem. p. 248-249.

guaranis, Caburé contra Martinho, os diplomatas brasileiros contra os paraguaios, a luta dos opostos. Aqui, ela se efetua entre dois caciques ancestrais: o velho Guairacá, da tribo guarani, e o vetusto Viri, "... chefe dos indígenas de Palmas – em começo do século passado e verdadeiro amigo do branco de origem lusa"⁷¹.

Se a escrita da história da fronteira baseada no documento escrito pautava-se pela definição dos limites entre o mito e o logos, a figura do rio fronteira artéria da nação encontra-se no limite. Ela não pertence ao território do fantástico, do imaginado porque a artéria, diferentemente do rio Oceano, localiza-se em algum lugar do corpo animal. Por outro lado, no rio artéria corre água e não sangue, como no corpo de um velho cacique.



Sete quedas. Foto Helmut Herichc Wagner

⁷¹ SANTOS FILHO. Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 249.

Pode-se, então, conceder o direito à metáfora, à analogia, porque se a linha da fronteira não pode ser vista, basta abrir qualquer corpo de animal para confirmar que ele é composto de artérias. E basta romper uma delas, no lugar correto, para que o corpo feneça.

A fronteira se dá na linguagem do rio artéria da nação. No relato de sua primeira viagem ao Rio Paraná, Fontes fez uma espécie de descrição da artéria, vista por dentro. Sua missão era “participar da execução de um serviço de medição e demarcação de terras no sertão do Alto Paraná - concessão feita pelo Governo do Estado a duas grandes empresas hervateiras argentinas: ‘Nuñez y Gybaja’ e ‘Domingos Barthe’”.⁷² O autor descreve, de forma bastante sucinta, as paradas feitas pela embarcação que levava a comissão demarcadora, pelo Rio da Prata acima, até o Rio Paraná.

O primeiro porto por onde escoavam os produtos brasileiros que o autor descreve, chamava-se Porto Esperança. Era de propriedade “do Sr. Carlos Bosseti; por este porto sai a herva-mate brasileira vindo do Barracão (hoje Dionísio Cerqueira)”.⁷³ Fala dos homens preparando as jangadas de madeira, toras de madeira amarradas umas às outras e rebocadas por lanchas a vapor, que era o modo como se transportava a madeira.

Antes mesmo de entrar na parte do Rio Paraná que se considera a divisa do Brasil, o autor faz a toponímia de alguns lugares que lhe chamam a atenção. O porto Juaguetê, na margem paraguaia, segundo afirma, quer dizer onça. Logo em seguida, cita os nomes de lugares na língua guarani, tais como Guarupê, Paranay, o porto de Guarapahu, os rios Piraiguassú e Pirai-mirin, o porto de Jacuí, o salto de Nãcunday, o porto de Meabe e Piraputan. Contudo, uma pedra existente no leito do Rio Paraná mereceu um comentário etimológico. O autor aponta que “as 5,30 da tarde defrontávamos com uma pedra acima

⁷² FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 9.

d'água e junto à costa paraguaia, pedra esta que os indígenas denominam 'itaguaimi', que quer dizer 'velha de pedra' por apresentar ela a forma de um busto de uma velha. Nas enchentes do Paraná ela fica debaixo d'água, mas, em águas médias, fica fora. Alguns passageiros acham-na parecida com a rainha Vitória, da Inglaterra".⁷⁴

O detalhe curioso de uma pedra que podia evocar a figura da "dama de pedra", a rainha Vitória, chamou a atenção do autor enquanto diversos outros nomes de lugares passavam como desinteressantes. Mas o porto de *Jaguaretê* também mereceu uma tradução de significado para a língua portuguesa. Com efeito, a figura do jaguar tem um sentido expressivo nesta região; trata-se de uma representação de força, na velha tradição guaranítica. Pode-se dizer que se tratava de um vocábulo guarani cujo significado era bastante conhecido até mesmo do autor. Ele confessa ignorância e perplexidade ao ouvir, pela primeira vez, o *nhên-gatu*, a língua formosa, como a classificavam os indígenas da região. O autor informa que

*durante a viagem até Corrientes. eu e meus companheiros de viagem só ouvíamos conversações em castelhano; chegando, porém, a Corrientes. logo que o 'Saturno' atracou. o pessoal encarregado da carga e descarga dos navios no porto. falava o guarani, que eu jamais havia ouvido. Percebia-se apenas um sussurro. sem distinguir sílaba alguma. e, ignorando que língua era aquela que a 'peonada' falava. indaguei do comissário do bordo que se achava ao meu lado: ele respondeu-me – 'El guarani'.*⁷⁵

Logo depois da pedra da velha, associada à rainha da Inglaterra, um outro detalhe toponímico mereceu a atenção do comissário de terras. Pouco antes de avistarem o marco das fronteiras do Brasil, "passávamos a foz do Rio *Monday* (rio dos ladrões; de *mondá-ladrão* e *y* – água, rio)".⁷⁶ Fora às duas outras alusões ao termo *Jaguaretê*, a atenção do

⁷³ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 23

⁷⁴ Idem p. 23.

⁷⁵ Idem. p. 17.

⁷⁶ Idem p. 24.

comissário de terras pela etimologia não vai além da velha de pedra e do rio dos ladrões. Parece haver aqui uma referência sutil em tom de crítica à exploração britânica do Rio Paraná.

Pode-se dizer que a referência é sutil porque o autor não agrega nenhum comentário. Somente narra que passou por estes dois lugares - a foz do *Monday* e a *Itaguaimi*. Apenas limitou-se a dizer que alguns passageiros do barco achavam a pedra parecida com a rainha Vitória, da Inglaterra. Trata-se de uma descrição, ou, melhor dizendo, o texto tem o formato descritivo. Não caberia, portanto, a inserção de uma crítica política. Na descrição, a natureza, ou a coisa descrita, deve falar no lugar do escritor. As pedras do rio falam da riqueza que está escoando para fora. O nome do rio atesta os fatos. A velha rainha da Inglaterra se banha nas águas do Paraná.

O autor procura tornar o texto consoante com aquilo que vê. Descreve o curso do rio, os portos, as quedas de água, as margens, a vegetação, os costumes da população, as histórias que ouve, detalhes sobre a alimentação, as pragas, as caçadas, os animais e o clima. Narra também como eram feitas as medições de terra. Assegura que mediu a largura do Rio Paraná, no porto Doze de Outubro. O resultado obtido foi: “largura no nível da água: 230m”.⁷⁷

No final da narrativa da primeira viagem, Franco narra um outro episódio retomando a questão da língua. Os trabalhos de medição haviam terminado e a equipe regressava a Curitiba. Aguardava-se a chegada da embarcação que os transportaria até Buenos Aires. O Rio Paraná, porém, encontrava-se em dias impróprios para a navegação, os dias de cheia.

⁷⁷ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 30.

Demoramos no Porto Sol de Maio cerca de dois dias. Ali ficamos conhecendo o Sr. Juan Matheus Arriola, argentino, que havia perto de 30 anos trabalhava em serviços de ervais e madeiras, no Paraguai... conversamos sobre o idioma guarani... eu lhe afirmava que algumas palavras estavam, no falar dos não indígenas, com a pronuncia deturpada, e citei-lhe um exemplo: madeira. : ... 'ibira' ... Retrucou-me D. Juan: 'Pero, caramba: usted quiere me enseñar, cuando hace treinta años que yo hablo el guarani, señor?' Perguntei-lhe, então, se ele tinha ali consigo, algum peão paraguaio e que falasse corretamente o guarani; respondeu-me que sim, e pedi-lhe que o chamasse. Veio o peão e ele teve a confirmação do que eu dizia, exclamando 'pero, caramba: Usted tiene razón'.⁷⁸

Franco parece agregar uma prova de que o ouvido brasileiro estaria mais apto para escutar a língua guarani. Neste sentido, ele compartilha a mesma tradição do desembargador Antônio Joaquim Macedo de Soares.

O demarcador de terras agora demarcava as línguas. Ele, como brasileiro, descendente da nação tupi, “jamais havia ouvido” a língua guarani, percebia “apenas um sussurro, sem distinguir sílaba alguma”. Em poucos meses, conseguiu perceber a diferença de pronúncia. Don Juan Arriola não é argentino por acaso. Trata-se de um personagem que ultrapassou as fronteiras de seu território e invadiu a área ainda não bem definida entre duas outras nações. Há, neste lugar, uma indefinição de fronteira evidenciada pela língua falada ali, que não é o português do Brasil e nem menos o castelhano do Paraguai. O guarani é a língua ancestral, a segunda língua do país limítrofe. Don Juan Arriola não sabia falar o guarani corretamente. O demarcador de terras também não domina a língua porque pertence a outro território. Mas, há uma informação adicional: Arriola é argentino. Trata-se de um estrangeiro e o seu modo de falar o denuncia. No confronto com o peão paraguaio, que deve dominar a língua melhor que todos, aparece a “verdadeira” identidade de Arriola: o estrangeiro invasor. A língua define as fronteiras. Há que se falar português até a barranca do rio.

⁷⁸ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p 50.

O autor fecha a narrativa da sua primeira viagem arrematando que “não poucos foram os perigos arrostados e os sofrimentos nesses longos meses passados no seio do sertão...”⁷⁹ A imagem na qual a fronteira se dá é o sertão desabitado. No entanto, o texto mesmo testemunha que havia uma boa quantidade de habitantes na região. O autor não vacila em radicalizar no qualificativo. Poderia dizer sertão quase deserto, ou meio, ou, ainda, utilizar um outro qualificativo menos categórico, porém, a fórmula sertão deserto expressa, talvez, sua convicção de que seria necessário povoar melhor aquela região.

Podemos compreender, por isto, a sua insistência em evocar a figura do *jaguar* e de outras feras. Seu primeiro encontro com o *jaguar*, nas margens do Rio Paraná, deu-se no dia 29 de outubro, através de uma história narrada pelo feitor da turma encarregada de fazer as picadas. “À noite... sem que ninguém percebesse e passando por entre a peonada que dormia, a onça entrara na barraca e levara o cão”⁸⁰. No dia 06 de novembro, ela foi vista “rondando durante a noite o nosso acampamento”. Este ficou denominado “pouso do tigre”. A seguir, narra com detalhes uma história contada por José Amarillo sobre o modo como matou uma onça no sertão do Paraguai. E, logo, descreve uma caçada ao puma, da qual ele diz ter participado. Nela, o animal é morto a golpes de facão. O felino foi comido pelos demarcadores. Arthur aprovou a carne.

O sertão deserto, imagem da fronteira, é representado por um lugar repleto de feras que rondam a noite à espera do ataque. As feras existem devido à ausência do elemento humano que as elimina. Se, na língua guarani, *jaguar* quer dizer aquele que nos come, naquele momento, invertia-se a linguagem: chegavam os que comiam o *jaguar*. Arthur Franco assegurava que “tendo visto esfolar o animal, não pude provar a carne nessa

⁷⁹ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 51.

primeira apresentação. No jantar, porém, o mestre-cuca apresentou-nos um ensopado delicioso, que foi saboreado com avidez”.⁸¹

A artéria por onde escoava o sangue da nação era representada como um rio povoado de estrangeiros, assaltantes e feras. O Rio Paraná vertia sangue verde de erva-mate e de madeira. Enquanto veia aberta, o Rio Paraná era o anti-Nilo, pois não proporcionava a prosperidade da nação. Não fertilizava a vida econômica do país. Ele carregava as riquezas para fora. Ao contrário do Nilo, que gerou uma densa população nas suas margens, o Paraná gerava o deserto. O rio, veia rompida, não podia dar origem à civilização brasileira. Se não há origem não há desenvolvimento. As margens do Paraná estavam presas ao passado. Suas águas, naquele presente, não corriam para o futuro de prosperidade. A língua poderia estancar o sangue.

2.3 A LÍNGUA SEPARANTE, A ÁRVORE E O ACIDENTE GEOGRÁFICO

A fronteira entre o Brasil e o Paraguai acontece na linguagem da geografia física como acidente geográfico. Na tradição que concebe a língua como instrumento separante, ela se dá sob a figura da árvore.

As tradições sobre o rio-fronteira não são aprendidas somente no espaço escolar. Elas se transmitem em qualquer lugar em que se tematiza a fronteira. A historiografia sobre a fronteira é um bom exemplo disto.

O rio é a metáfora da história, diz Merleau-Ponty, que assim se expressa, ao analisar o tempo fenomenologicamente.

⁸⁰ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 31.

Diz-se que o tempo passa ou se escoia. Fala-se do curso do tempo. A água que vejo passar preparou-se. há alguns dias. nas montanhas quando a geleira derreteu: no presente ela está diante de mim. ela vaiem direção ao mar onde se lançará. Se o tempo é semelhante a um rio. ele escoia do passado em direção ao presente e ao futuro. O presente é a consequência do passado e o futuro a consequência do presente⁸²

O rio, como metáfora para a história, representa uma imagem muito confusa, conforme Ponty⁸³, porque como poderíamos aceitar que as águas ainda não passadas, por estarem na nascente, representem o passado? E as águas, que são passadas, porque já estão na foz, como podem significar o futuro?

Para isso, é necessário imaginar-se dentro de uma embarcação que desce o rio. A fonte, que fica para trás, representa o passado. A foz, que está na frente, é o futuro. O tempo escoia como a água. A história é como a água que passa e não retorna. Como estamos na história, temos que nos imaginar na água, seguindo o seu curso.

Este exercício de compreensão da metáfora torna necessária a efetuação de uma abstração na qual o rio, ou melhor, o seu curso, aparece separado das águas. Importa o sentido para onde se direciona o seu leito. Isto implica na eliminação da circularidade das águas.

Lembremos que, segundo a interpretação de Perrault, a água evapora do mar e torna-se nuvem, transformando-se na chuva que alimenta a nascente dos córregos e rios. Elas originam-se no mar e, pela evaporação, inicia-se novamente o círculo autônomo do eterno retorno das águas. Assim, já dissemos, aprendemos de uma tradição científica, da

⁸¹ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 36.

⁸² MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 550.

⁸³ Idem, p.505.

“tampa da panela”, desde a escola elementar. Ali treinamos a separar a água do rio. A água aparece como um elemento em si, com comportamento regular em qualquer parte do planeta, como objeto submetido às leis da física. O curso do rio, não passa do recipiente onde a água perfaz, apenas, uma parte de seu círculo, canalizando-a, das nascentes até o mar.

Podemos dizer que a história linear acontece nesta linguagem que separa o rio e a água. O rio equivale ao destino e o curso das águas à história. A água é enunciada enquanto elemento que efetua um movimento linear. Mas devemos lembrar que, mesmo os enunciados científicos de Perrault acontecem nas antigas tradições da circularidade da água.

Segundo a hipótese de Plínio “o oceano penetrava em grutas das rochas e percorria um vasto sistema de passagens subterrâneas, onde se transformava em água doce antes de voltar à “superfície”⁸⁴. Pode-se dizer que Perrault mantinha a figura do círculo, na mecânica das águas, porque se o curso do rio é uma linha, a água que corre nele perfaz um círculo quando evapora na foz, que é o mar e retorna à montanha, que é a nascente.

É necessário considerar estas questões porque, a tradição do rio como artéria da nação fundamenta-se na figura do círculo, de onde vem o termo circulação sanguínea. Como aponta Schama, desde a Antigüidade se comparava o fluxo dos rios à circulação do sangue. “Platão acreditava que o círculo era a forma perfeita e pensava que a natureza e nossos corpos foram construídos segundo a mesma misteriosa lei universal da circulação,

⁸⁴ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 253.

que governava todas as formas de vitalidade”⁸⁵. Daí, a analogia entre o rio e as veias da nação, uma tradição bem mais antiga que o estado moderno.

Entretanto, o esquema circular da mecânica das águas, proposto por Pierre Perrault, não se dava pelo subterrâneo e sim por via aérea. Se na hipótese de Plínio, o Velho, em alguma parte de seu percurso a água desaparecia debaixo da terra, na proposta de Perrault, ela desaparece no ar. A figura do círculo das águas não aparece em toda a sua visibilidade. Manifesta, no entanto, o percurso linear, da foz à nascente e dela à foz. A inversão da figura circular proposta por Perrault não alterou em nada a antiga tradição que associava o rio, parte visível do círculo das águas, à história, considerada a parte visível do círculo de vida.

Se o rio constitui a metáfora da história e sua imagem representa o recipiente do curso das águas que deve representar o ciclo da vida, o leito do rio significa a direção para onde a vida da humanidade deve caminhar. A imagem da história se torna inerte, pois se baseia em uma representação estática do rio, ou melhor, do seu curso. Trata-se de uma representação construída nos moldes da cientificidade ocidental.

Ao analisarmos o rio-fronteira, Rio Paraná, a partir do horizonte cientificista, se apresenta a nossos olhos a figura inerte do acidente geográfico, a água separada do rio. Mais ou menos na metade dele, deve passar uma linha imaginária, que não vemos, que “separa dois povos” e que se move ao sabor das leis políticas ou das leis econômicas. Parece ser este o horizonte moderno de interpretação da fronteira. Uma linha sobreposta à outra, como uma cerca ancestral, onde as estacas são os marcos da fronteira. Mas um “acidente geográfico” que também serve de marco é o próprio rio, um marco colocado pela

⁸⁵ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 253.

natureza. As marcas descritas sobre a terra, as irregularidades do terreno constituem um dos fundamentos perceptivos da teoria da fronteira natural.

Diz Aldo Janotti que,

A teoria da fronteira natural tem sua origem na Europa. Já era uma idéia familiar aos antigos, tomou consistência no século XVI com o grande esforço cartográfico que se realizou no sentido de fixar a figura da Terra... Nos seus fundamentos a teoria é simples: os países, visando maior segurança, devem, preferentemente aos políticos, levar seus limites até as fronteiras naturais como por exemplo, o mar, o rio, a montanha.⁸⁶

A discussão de Janotti torna-se particularmente interessante por vários motivos. O primeiro deles é que, ou trata-se de um descompasso entre as fontes citadas e a condução da sua reflexão, o que parece improvável, ou, deve-se tratar de um caso flagrante de história feital, senão vejamos. A crítica de Janotti dirige-se expressamente a alguns historiadores brasileiros, todos unânimes em afirmar que a teoria da fronteira natural foi a “idéia determinante da política de D. João VI na região do Prata”⁸⁷. Em outras palavras, o autor declara que para estes historiadores a causa determinante da invasão do Uruguai, ou banda oriental do Prata, em 1816, e da anexação deste território ao Brasil, em 1821, por D. João VI, foi a teoria da fronteira natural. Acrescenta que a análise feita por estes autores é equivocada.

O autor apresenta algumas citações extraídas de Oliveira Lima, Tasso Fragoso, Fernando Nobre, L.F. Veiga, Calógera, Souza Docca, Lima Figueiredo, Macedo Soares, Jônata Serrano, Joaquim Silva, Vicente Tapajós e um autor mais recente, Teixeira Soares. Apoiando-se na leitura de Lucien Febvre e criticando, pertinentemente, a interpretação feita por Docca, introduz a discussão sobre a fronteira concebida na forma de linha que separa os

⁸⁶ JANOTTI, Aldo. **Historiografia brasileira e a teoria da fronteira natural**. Revista de História, n. 101, 1975. p. 245-246.

⁸⁷ Idem. p. 240.

povos. No entanto, nenhum dos autores arrolados nas citações apresentadas, afirma que a fronteira separa. Febvre, concluiu de seus estudos que as fronteiras naturais não separam mas unem os povos.

O texto apresentado por Janotti que mais se aproxima ao conceito de fronteira-separação é o de Souza Docca: “o objetivo da invasão da Banda Oriental, em 1816, era, como já ficou dito: fixar na margem esquerda do Prata nossos limites meridionais”⁸⁸ e, transcrevendo ainda o texto, assinala que a

*região, como ninguém ignora, está ligada ao Brasil sem nenhum dos acidentes geográficos que, em regra, marcam as raias dos países confinantes e sim, por um território contínuo, motivo porque nenhuma diferença se nota ao transpor a atual fronteira política entre o Brasil e o Uruguai, determinada, em grande extensão, por uma linha seca*⁸⁹

Das partes citadas, como indiquei anteriormente, infere-se, como certo, que tais textos decorrem do pressuposto de que a tentativa de fazer coincidir a linha da fronteira com um “acidente geográfico” foi a causa da ocupação e anexação da Província Cisplatina. Nisto não se observa nenhum descompasso na reflexão efetuada por Janotti. Entretanto, fica em suspenso como o autor inferiu a idéia de que os historiadores por ele criticados acreditavam que a fronteira natural separa os homens. Talvez seja da alusão a Souza Docca, que, ao se referir à fronteira entre o Brasil e o Uruguai, apontou que esta consistia em “um território contínuo, motivo porque nenhuma diferença se nota ao transpor a atual fronteira”.

Do texto de Docca Souza depreende-se sim que, em regra, os acidentes geográficos marcam as raias dos países confinantes. A fronteira entre o Brasil e o Uruguai, no entanto é determinada por uma linha seca. Este constitui o motivo porque nenhuma diferença se nota ao transpor a fronteira, ali.

⁸⁸JANOTTI, Aldo. Op. cit. p. 243.

⁸⁹Idem. p 243.

Janotti inferiu que a diferença a ser notada seria a identidade dos dois países, dos dois povos. No entanto, o texto não se refere exatamente a esta diferença, mas utiliza-se de um termo genérico. Indica que não se nota nenhuma diferença. Em outras palavras, tudo é igual, tanto de um lado como de outro. Temos então uma expressão que se refere ao geral. A diferença entre os povos pode ser apenas uma parte deste todo. Docca poderia estar referindo-se à diferença de relevo, da qualidade dos solos, da vegetação ou da fauna. Janotti, no entanto, concluiu que se trata da diferença entre os povos, já que utilizou o escrito de Souza como uma prova de que os autores por ele citados acreditavam que a fronteira natural separa os povos.

O texto de Janotti constitui uma prova irrefutável de que é possível inferir a fronteira separante a partir do texto de Docca Souza. Afinal, o autor estava tematizando a fronteira entre dois países. De que outra diferença poderia estar falando? No entanto, para que o raciocínio possa ser logicamente conclusivo, faz-se necessário efetuar a equivalência entre país e os homens que nele habitam, ou seja, o povo. Assim, cada país terá sua própria identidade que será prontamente decodificada na passagem da fronteira. A linha dos limites, como a linguagem, pertence, então, à classe dos instrumentos separantes conforme a tradição platônico-aristotélica. Se a fronteira natural, constituída por um “acidente geográfico”, separa os povos, representa uma ferramenta apropriada para a construção da identidade nacional e vice-versa.

No entanto, o texto de Docca transcrito por Janotti não se refere aos habitantes dos dois países e às diferenças que poderiam existir entre eles. Daí resulta que, se o texto de Docca pertencia à tradição na qual a linha da fronteira natural separa os homens contribuindo desta forma para a constituição da identidade das nações, isto não está expresso. Pelo menos isto não fica evidente na parte recortada por Janotti. Se, por outro

lado, Docca não compartilha desta opinião, mesmo assim efetuou-se uma compreensão. Isto significa que, de alguma forma, pelo menos um dos autores compartilha da tradição de que a fronteira separa os homens. Se a tradição da fronteira que separa não tivesse chegado até este autor, ele não poderia compreendê-la. Se não pudesse compreendê-la, não poderia efetuar a crítica. Se Janotti afirma que não pertence à mesma tradição que Docca é obrigado a aceitar, por força da lógica, que ele pertence à tradição da fronteira separante, pois do contrário não poderia compreender a linguagem da fronteira que separa. Pode então dizer que não quer mais concordar com esta opinião, após ter lido as reflexões de Febvre.

Contudo, agora é indiferente se os autores afirmando que a determinação da política de D. João VI era a teoria da fronteira natural, realmente, partiam ou não do pressuposto de que a fronteira natural separa os homens. Importa que o horizonte interpretativo do autor tornou-se o lugar da inferência, espécie de fonte óbvia, no sentido forte, ou seja, que não carece de demonstração. Concorre para este mecanismo interpretativo a suposição de que os possíveis leitores de Janotti compartilhem do mesmo horizonte, isto é, tenham como dado que todo autor, ao apresentar a teoria da fronteira natural como causa da ocupação e anexação da Banda Oriental, também parta do pressuposto de que a fronteira separa os homens, ou seja, parta da linguagem da fronteira separante.

Deve ficar bem expresso que não se trata de condenar, ou menosprezar o texto de Janotti, ao modo da crítica historiográfica e da hermenêutica romântica. Parece que um dos efeitos pouco controláveis deste método, tão amplamente aplicado, consiste exatamente nisto. Ao demonstrar que algum dos pressupostos do texto conduz a uma contradição, cria-se a imagem de que todos os outros são contraditórios ou falsos, ou, pelo menos, frágeis.

Embora o texto de Janotti não trate da fronteira entre Brasil e Paraguai, constitui uma fonte de grande importância para a discussão da linguagem da fronteira. Discute a

fronteira natural, que no Estado do Paraná é representada por um rio, enquanto que os limites entre o Brasil e Uruguai se dão, em boa parte, “por uma linha seca”. Evidentemente, por referência ao lugar onde a fronteira não se relaciona a um “acidente geográfico”, tematizava-se o significado dele, a sua importância e a sua função. O rio é, aí, considerado um instrumento separante e ensinante tal como a linguagem na tradição lingüística ocidental. Este e outros “acidentes geográficos” separam os povos e, assim separados, os povos podem aprender a se tornar cada vez mais idênticos a si mesmos.

A tradição da fronteira natural se dá, pois, no campo da semântica tradicional do naturalismo platônico.

Platão compara a linguagem a um instrumento. mas não um instrumento qualquer, um instrumento separante: quando digo, por exemplo, a palavra elefante separo, distingo a classe de coisas que são designadas com este nome de todas as outras. Os nomes distinguem, separam as essências... quando é exato, um nome apreende todas as coisas, entre as diversas, que tem a mesma essência e por isto ele serve para ensinar.⁹⁰

A fronteira natural é entendida como instrumento que serve para distinguir um país em relação a outro. Conforme esta tradição, se a fronteira natural do Brasil for bem definida ele será distinto de todas os outros países. Ele terá uma essência. Quando o nome é exato, ou seja, quando as fronteiras estiverem definidas com exatidão, o povo brasileiro poderá aprender quem é, e qual sua identidade.

O desembargador Soares estudava as raízes das palavras e a morfologia lingüística dos idiomas espanhol e português, ou seja, os dois lados da “fronteira natural” entre Brasil e Paraguai: o Rio Paraná. Estudou o guarani, língua comum a oferecer os nomes, tanto na

⁹⁰ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Op. cit. p. 20.

escrita espanhola, de um lado. quanto na portuguesa, do outro. Afirmava que cada país deve escrever os nomes de seus acidentes geográficos na sua própria língua⁹¹.

Uma primeira dedução que se infere consiste em supor que De Macedo constatava que o “acidente geográfico”. Rio Paraná, não se constitui em obstáculo suficiente para “separar as línguas”. Elas misturam-se e trançam-se em meio à “confusão” dos sons que as diferentes vogais e consoantes provocam, ao tentarem fixar a terceira língua, a guaraníca. A “fronteira natural” não separava, quando, na cidade de Curitiba, há mais de 600 quilômetros da linha da fronteira, se escrevia *jaguar* com ‘y’, porque o ‘y’ português não é consoante, como no espanhol. Então, a fronteira se verga e se contorce como uma serpente, pelo ato da escrita. Não separa..., mas, também não seria próprio concluir que une.

Podemos julgar, igualmente, que um dos pressupostos do desembargador consistia em que a fronteira entre países tenha como função precípua separar os povos. Pode-se inferir isto, de sua proposta que consiste em fixar a grafia correta, própria de cada povo. Portanto, trata-se de definir a essência de um povo pelo modo sob o qual este povo escreve.

A fronteira territorial definia-se pelo alcance da escrita que separa. Ela se colocava no lugar onde a palavra cessava, ou seja, no lugar onde se começava a falar uma outra língua. Um acidente geográfico como fronteira representava uma boa estratégia, política. Evitaria a mistura das línguas. Quanto mais difícil de ser transposto, tanto melhor para evitar o contato. Conforme esta concepção de fronteira, a língua aprendida pelo ouvido, deve evitar os sons do outro lado. Definir a forma correta da língua tem a função de precisar as fronteiras do país. Quanto mais definida a língua, mais demarcada a fronteira.

⁹¹ Ver SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 96.

A grafia correta, como decorrência do correto ouvir, era considerada instrumento criador do contraste entre o modo como se escreve de um e de outro lado da linha imaginária. A fronteira praticada como linha que separa os povos, opera-se a partir da lógica da diferença, tendo o 'contraste' como uma de suas categorias operacionais básicas. No outro lado, fala-se uma língua exótica e estranha.

A diferença comporta a sutileza das entonações, como exemplifica o estudo de Aluizio de Almeida, sobre a região do Paranapanema. Desenham-se ali, as fronteiras lingüísticas internas do Brasil em relação aos indígenas. O autor toma por base o conceito de raça. Propõe que "a raça (...) naturalmente tomando a palavra no sentido de povos falando a mesma língua e com certos traços culturais diversos de outros, a raça tupi-guarani, dominadora dos grandes rios sul-americanos provém de um tronco comum"⁹².

O autor utiliza-se da metáfora da árvore, também utilizada na geografia do paraíso, onde todos os rios aparecem vinculados a um tronco comum. Na procura do tempo anterior à "diáspora da Babel sul-americana", Almeida estabelece um ponto remoto no tempo. Ali, as línguas indígenas separaram-se. O ponto não é datado, mas a figura da árvore é bastante antiga.

Karen Lisboa apresenta uma ilustração do uso desta figura, empregada, por alguns naturalistas do século XIX, na classificação das raças humanas. A inferência ocorre a partir de seu estudo sobre as descrições implementadas por Spix e Martius sobre o indígena americano. A autora diz que, para os dois naturalistas, "a 'raça americana' nada mais é que

⁹² ALMEIDA, Aluizio de. O vale do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, p. 237-238, out. /dez. 1959.

um ‘ramo atrofiado, no tronco da humanidade’, cujas ‘altas flores e frutos’ são incapazes de produzir”.⁹³

Aponta que Martius “acreditava num ‘crescimento histórico, necessário, lento, contínuo’, (...) que envolvia o tempo, mil fatores de integração, o lento enraizamento dos costumes e das tradições, até que esboçassem os germes de um futuro Estado Nacional”⁹⁴.

A figura da árvore aparece, aqui, de uma forma completa. Se na geografia sagrada apareciam somente o tronco e os ramos, na descrição do Brasil efetuada pelos dois naturalistas, a humanidade representa o tronco e a raça americana ou os indígenas, constituem um ramo da árvore; um ramo atrofiado. Mas, ao referir-se ao Brasil como um futuro Estado Nacional, Martius fala de enraizamento. A árvore adquire raízes. Refere-se também aos germes, ou seja, às sementes. A figura da árvore se completa, mas não aparecem as folhas. Talvez, para Martius, O Brasil estaria em estado de dormência.

Aluizio Azevedo utilizou-se, igualmente, da velha figura. Nesta aplicação, as raças indígenas do Brasil possuíam um tronco comum, tupi-guarani. O tronco se dividia em três ramos: “a primeira raça abrange o Amazonas, a segunda o Prata e uma terceira, intermediária, prepondera na costa marítima atlântica”.⁹⁵ O ramo que Martius considerava atrofiado aparece no texto de Azevedo sob a forma de uma árvore, porque tem um tronco, não se encontra ligado ao tronco europeu.

Note-se que a cada povo corresponde um “rio-ramo”, se considerarmos o oceano um rio como era considerado pelos gregos. A raça litorânea era representada pelo Atlântico.

⁹³ LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza a civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC. 1997. p. 164.

⁹⁴ *Idem*, p. 178.

⁹⁵ ALMEIDA, Aluizio de. *Op. cit.* p. 238.

O Amazonas representa o povo tupi e o Prata, o guarani. Os dois rios representavam as fronteiras do Império de D. Pedro II.

A árvore, os rios e o império. Figuras de uma linguagem separante que oferece a plasticidade para a classificação e a ordenação hierárquica dos rios e das raças do Brasil. Na velha tradição ocidental, que relacionava cada ramo da humanidade a um rio, desenrolava-se a linguagem sobre as fronteiras do país.

Para que a linguagem sobre as línguas do Brasil fosse precisa fazia-se necessário estabelecer uma configuração das raças, dos povos indígenas, mesmo que basilar. Partia-se do princípio que não existe povo sem uma língua e nem uma língua sem um povo que a tenha falado, e como não existe povo sem um território, já que mesmo o povo nômade pode ter seu território definido pelo itinerário por ele percorrido, a tarefa consistia em definir o território dos povos indígenas do Brasil.

Almeida esboçou as linhas imaginárias desta configuração da ancestralidade racial brasileira, a partir da geometria.

Traçando uma linha reta entre Iquitos, do rio Maranhão, no Peru e a cidade de São Paulo, teremos ao sul a raça guarani, que preferiu a zona temperada, e ao norte, a raça tupi, que preferiu a zona tórrida. Entre ambas, debaixo de suas influências lingüísticas, desenvolveu-se a raça marítima falando a língua geral. Língua-ponte, cujos limites podem ser traçados, sempre aproximadamente, na linha histórica de Tordesilhas entre Belém do Pará e Cananéia⁹⁶.

O desenho dos limites da língua ancestral comportava as coordenadas em forma de linhas precisas e retas. Entretanto, o autor cuidou de suavizar-lhe os contornos, afirmando que os limites devem ser traçados “sempre aproximadamente”.

⁹⁶ ALMEIDA, Aluizio de. Op. cit. p.238.

Explicita que “o tupi falava o *nhengatu*, o guarani, o *abanhenga* e, os marítimos, a língua geral, gramatizada pelos jesuitas, e que desapareceu, ficando-nos o dicionário de frei Prazeres. Montoya fez um dicionário guarani, influenciado pelo tupi da fronteira, em Guaira”⁹⁷

O autor apontava a região de Guaira, como lugar da articulação das línguas ancestrais. O ponto máximo da curvatura. Ali, as duas grandes nações ancestrais encontravam-se, no passado. Ao oriente, os tupis. Os guaranis, no ocidente. E Almeida ainda vai além, aventando a hipótese sobre as duas línguas em conflito, conjecturou que “a tupi, talvez mais velha, é o guarani”⁹⁸, ou seja, propôs que tanto o *nhengatu* do tupi, quanto o *abanhenga*, do *guarani*, representavam os ramos de uma língua tronco comum, a antiga língua tupi.

Segundo Almeida, a língua geral desapareceu. Tratava-se de uma “língua-ponte”, ou seja, uma língua postiça, que fazia a ligação entre os dois ramos: o tupi e o guarani. Mas ao tratar do dicionário guarani elaborado por Montoya, opina que este foi influenciado pelo tupi da fronteira, em Guaira. A linha traçada entre São Paulo e o rio Marañon, no Peru, passa muito longe de Guaira. Mas segundo o texto, ela se verga e tem que ser “traçada sempre aproximadamente”. Então, pela própria construção textual de Azevedo, os tupis forçavam as suas fronteiras até Guaira. Desde tempos remotos e sua presença ali, deveria ter sido tão forte que chegou a influenciar a língua guaranítica, falada no tempo de Montoya. A fronteira se dá sob a forma de um arco retesado desde antes da entrada dos bandeirantes.

⁹⁷ ALMEIDA, Aluizio de. Op. cit. p. 238.

⁹⁸ Idem. p.238.

A separação entre tupi e guarani, tendo como marco de fronteira a região do Guairá, recorrência constante na historiografia bandeirante, prescinde de demonstrações. Os paulistas, caçadores de escravos, apoiados por indígenas cativos ou mestiços ou, então, inimigos dos guaranis, atacaram e destruíram as reduções guairenhas, ao final do século XVI. Pela escrita da história e o estudo da língua, a luta destes dois povos precede a organização política das repúblicas criadas às margens do Paraná e do Prata.

Almeida afirma que, “alguns brasileiros, no vocábulo Guaira, acentuam o i, os argentinos retrocedem o ictus ao primeiro a, e os paraguaios fazem oxitona a palavra”.⁹⁹

A separação da fronteira - linguagem aprofundava-se como um corte cada vez mais preciso. Não se trata somente da grafia correta enquanto procedimento definidor da fronteira. O autor perscrutava as diferenças de entonação. A palavra Guaira origina-se do guarani, ou talvez, tupi. Entretanto, possui três entonações diferentes. Seria plausível que a pronúncia portuguesa fosse diferente, acentuando a letra “i” como se faz hoje, ao pronunciar-se o nome da cidade fronteira que recebeu este nome. Por outro lado, fica difícil explicar que argentinos e paraguaios sendo usuários de uma língua comum, possuíam uma diferença tão notável de entonação.

A diferença, entretanto, somente poderia ser enunciada. Não havia outra forma de fixá-la demonstrativamente no papel. O som possui esta espécie de independência em relação à escrita. Ele constituía uma espécie de documento comprobatório bastante particular no que se refere à linha da fronteira. Não podia ser trazido para o texto senão na forma descritiva. Não era um documento letra. Somente podia ser capturado e reproduzido depois da invenção do gravador, da fita magnética. Mas, como nos referimos anteriormente,

⁹⁹ ALMEIDA, Aluizio de. Op. cit. p.238.

havia uma tradição de falar do rio a partir de sua sonoridade. As línguas que se falava de um lado e outro da fronteira também eram percebidas e descritas pela sonoridade.

Com efeito, pode-se notar diferenças de entonações ou características regionais no uso de uma mesma língua, mas convém considerar que, talvez aqui, a configuração política das três fronteiras, tal como a apresentava Azevedo e Arthur Franco, tenham “falado mais alto” do que o próprio som das palavras.

Pode-se supor a existência de muitas outras formas de articulação dos sons da palavra Guaira no marco das nações fronteiriças, a começar pela pronúncia guaranítica mesmo. A articulação dos sons feita pelo povo que emprestou a palavra para a construção de Almeida, nem ao menos, foi aventada. Não fazia parte de suas conjecturas, obviamente, porque o horizonte do autor não comportava a figura de uma nação guarani, contemporânea a ele.

Na construção da “árvore das nações indígenas”, encetada pelo autor, a língua guaranítica não passa de um ramo atrofiado, que embora atrofiado, tem suas utilidades para a construção da fronteira. As lendas da fronteira possuem a característica de estarem vinculadas ao território fronteiriço, à paisagem ou ao povo que habitava a região. Algumas delas relacionam-se com a tradição clássica como é o caso de *Qua y rã*.

2.4 HÉRCULES: UNE E SEPARA OS MUNDOS

Conforme Aloísio de Almeida, a palavra Guaira, “antes de ser topônimo foi antropônimo de um cacique”, o Guairacá. Soares contesta a explicação etimológica do

nome da cidade fronteira. Seu argumento remete-se aos costumes dos indígenas, pois, conforme assegura, “os índios não tinham por uso (uso comum ao nosso) dar os seus nomes aos lugares; ao contrário, os seus próprios apelidos os derivavam de qualidades morais ou físicas, de algum acidente geográfico, e quase sempre de coisas pertencentes a animais, plantas ou lugares”.¹⁰⁰ O argumento do autor tem a sua pertinência. Entretanto, para que seja verdadeiro, faz-se necessário aceitar que estaria suposto na explicação a afirmação de que os indígenas deram o nome à cidade. Isto não está explícito no texto da Almeida.

Ademais, em relação ao ato de nomear os membros de seu povo, Nimuendaju apresenta uma particularidade interessante dos guaranis. Trata-se de uma descrição do cerimonial de nomeação dos membros do grupo Apopocuva, subgrupo guarani, habitante da região do baixo *Iguatemi*, no Mato Grosso do Sul. Ao que parece, o grupo não foi submetido ao domínio dos jesuítas nas reduções. Ele afirma que,

ao nascer uma criança. poucos dias depois o bando se reúne em maior número possível. e o pajé encarregado dá início à cerimônia para determinar 'que alma veio ter conosco'... Ele faz dirigindo-se às diversas potências celestiais mediante cantos apropriados a cada uma delas. indagando-lhes da procedência da alma e o seu nome. Isto exige sempre um tremendo esforço da parte do pajé. até que consiga entrar em contato com os seres celestes. coisa aliás que só é possível em estado de transe¹⁰¹.

O pajé canta a noite inteira. Ora acompanhado, ora sozinho, e, após algumas cerimônias, ao amanhecer do dia, a criança recebe seu nome.

O autor assegura que,

o nome determinado deste modo tem para o guarani uma significação muito superior ao simples agregado sonoro usado para chamar seu possuidor ... e por este motivo que pais cautelosos, especialmente quando vivem com seu filho entre estranhos, guardam segredo sobre o verdadeiro nome da criança. atribuindo a esta um apelido qualquer ... Não conferem a mínima importância. porém a seus nomes cristãos. trocando com frequência aquele recebido no batismo católico.¹⁰²

¹⁰⁰ HUNKEL, Kurt Nimuendaju. Op. cit. p. 30.

¹⁰¹ Idem, p.31.

¹⁰² Idem, p. 88.

Aceitando-se este preceito como algo mais ou menos geral na cultura guaranítica, é de se supor que o verdadeiro nome de seus chefes fosse oculto ao estrangeiro, especificamente porque “o fato de malbaratar o nome pode prejudicar gravemente seu portador”.¹⁰³ Mas, enfim, Guairacá poderia ser o apelido do chefe-herói, cujo verdadeiro nome não se sabe. Importante perceber é que, para os fins da construção do herói local, o exposto acima não passa de um detalhe sem importância. O herói fundador tem um nome e seu nome funda o lugar.

O velho cacique representa uma destas criaturas das fronteiras, nem paraguaio e nem brasileiro. Pode-se dizer, assim, pertencente ao mundo anterior à organização dos estados. Se nos primórdios ele lutou contra os portugueses, segue, por força da lógica, que pertencia ao outro lado da fronteira.

Diante destas questões, a hipótese levantada por Soares torna-se surpreendente.

*Ademais (e esta parece decisiva), se Guayra era, e não há dúvida que era, o famoso Salto das Sete Quedas, está aí uma circunstância capaz de por si só justificar plenamente o nome da cidade que tão perto demorava. Cidade do Guayra e Salto do Guayrá eram lugares assinalados pela majestosa catarata do Paraná, essa cachoeira intransitável, além da qual, ao longo, não era dado passar. Como nos rochedos de Gibraltar haviam os romanos gravados o célebre distico *Nec plus ultra* ‘nem um passo além do Mediterrâneo!’ assim os nossos íncolas haviam assinalado a catadupa das Sete Quedas com legenda análoga: *quá y rã!* ‘não passarás adiante.’¹⁰⁴*

As colunas de Hércules foram transportadas para o velho Paraná. Se na “porta do Mediterrâneo” representava uma advertência aos navegantes, no Salto das Sete Quedas deve ser um aviso aos caminhantes. Faz-se necessário, então, pensar as terras paraguaias e

¹⁰³ HUNKEL, Kurt Nimuendaju. Op. cit. p 30.

¹⁰⁴ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 193

paranaenses sob a forma de mares. De um lado o Atlântico e, de outro, o Mediterrâneo. De um lado, encontra-se o “*mar ignotus*” e, de outro, o mar navegável. Evidentemente, que sendo o autor brasileiro, o mar desconhecido e por desbravar, representava o Paraguai, pois seria “*non sense*” declarar-se um desconhecedor de sua própria terra.

O Gibraltar sul americano, como as ancestrais colunas de Hércules, pode representar o ponto de proibição, limite do mundo conhecido, obstáculo a ser vencido, lugar único de passagem. E aqui está, talvez, a maior particularidade sobre esta construção, pois o Rio Paraná poderia ser atravessado com relativa facilidade em quase toda a sua extensão, menos na região das Sete Quedas. Justamente ali foi comparado ao Gibraltar, lugar de passagem ao Atlântico, via marítima.

Lembremos a antiga narrativa.

*Conforme a lenda, o Oceano e o Mediterrâneo não se comunicavam: duas montanhas, Ábila ao sul e Calpe ao norte, formavam entre esses mares uma barreira que separava suas águas. Hércules, passando por aquele local, separou os montes com um golpe de suas espáduas, e os dois mares se reuniram. O canal de comunicação é hoje o Estreito de Gibraltar; as montanhas situadas de um lado e do outro, têm o nome de Colunas de Hércules*¹⁰⁵.

Como podemos perceber, nesta versão, as colunas não significam um lugar intransitável, mas, antes, uma obstrução à comunicação dos mares. Hércules estava passando por aquele lugar em busca dos bois de Gerião. Ao contrário de fechar ainda mais a passagem, o herói grego abriu o caminho e tornou os mares comunicáveis entre si, e quebrou a linha da fronteira “intransponível”. Nesta perspectiva, a fronteira unifica e não se lhe atribui o sentido de separação, ou melhor, o que antes separava passa a unir. O estreito

¹⁰⁵ SPALDING, T. O. Op. cit., p. 64.

representa o lugar da passagem. Hércules inaugurava a travessia do estreito, do Mediterrâneo para o Atlântico, usando como navio o “grande taça dourada do sol”. Mal apenas havia retornado, recebeu a tarefa de colher os pomos de ouro do jardim das Hesperíades, localizado, tal como os campos de Gerião, nos confins do ocidente. A lenda fundava a navegação pelo estreito, lugar de trânsito do herói. O “*qua y rã*”, inversamente, apresentava-se como uma “cachoeira intransitável”.

Com efeito, Hércules não era uma pessoa qualquer. Tratava-se de um herói, um semideus, gerado pelo deus supremo do Olimpo para eliminar vários monstros que atormentavam a humanidade. Ultrapassando o Estreito de Gibraltar, realizou a façanha das colunas.

Em outra versão, o herói construiu as colunas, suas homônimas e isto, remete a outra compressão da fronteira. A primeira delas, apresentamos anteriormente – ele as fez separando os montes Ábila e Calpes, com um golpe de suas espáduas. Trata-se da versão apresentada por Spalding. A outra, apresentada por Meunier, diz que chegando ao estreito que separa a Europa da África ergueu duas colunas, uma sobre cada continente, para comemorar sua passagem. Foram chamadas mais tarde, as colunas de Hércules.

Na primeira versão, ao unir os mares, separam-se os continentes. Conforme a segunda, os continentes estavam separados desde sempre. O herói apenas venceu as dificuldades de cruzar o estreito e então ergueu as colunas em comemoração à sua passagem. Evidentemente, os contextos de narrativa são diferenciados. Entretanto, em relação à necessidade dramática do personagem, fica evidente que o feito heróico do primeiro consiste em tornar os dois mares comunicáveis, ou seja, construir a passagem, e, isto, constitui a sua fortuna. Por outro lado, a resolução do drama, no segundo caso, se dá

pelo fato dele percorrer a passagem já existente. Porém, nas duas versões da lenda, o herói conseguiu seu intento transitando na fronteira.

A cosmogonia¹⁰⁶ rege a primeira narrativa, já que as colunas são representações de montanhas. O que explica a existência delas, é a ação do herói, tal como os *guaranis* explicavam a existência das Sete Quedas, recorrendo ao mito da morte da serpente pelo deus sol¹⁰⁷. Na segunda versão do feito heróico, o estreito fronteira não aparece sob a forma de um lugar intransitável, uma vez que o herói passou por ele e abriu o obstáculo. Percorreu o caminho. Heroicamente, cruzou a fronteira e ergueu duas colunas simbolizando a sua façanha. Nestes pilares, marcos da fronteira, colocou o escrito “*Nec plus ultra*”.

Ao analisar a lenda, a partir da Divina Comédia de Dante, na parte do texto que contém o relato de Ulisses, Guillermo Giucci assevera que,

*Após um discurso no qual infunde coragem e firmeza em seus companheiros para seguir viagem, a nau cruza os pilares de Hércules, emblemáticas colunas plantadas por um semideus para que nenhum ser humano se atreva a ultrapassá-las. Os pilares de Hércules eram, desde a Antigüidade, inscrições topográficas que representavam o limite do mundo conhecido e um símbolo da proibição divina diante da insensata curiosidade humana. Além deles se estende um mar sem limites, tenebroso, o verde mar da escuridão*¹⁰⁸.

Utilizando-se da segunda versão da lenda, Giucci representa a fronteira sob a forma do limite, do intransitável. Claro está que, para o autor, trata-se da cosmovisão medieval representada na obra de Dante. No entanto, parece temerário recuar tanto no tempo, assegurando que “os pilares de Hércules, eram, desde a Antigüidade, inscrições topográficas que representavam o limite do mundo conhecido e um símbolo da proibição divina diante da insensata curiosidade humana”¹⁰⁹. Sem dúvida, a representação das

¹⁰⁶ Narrativa das origens do cosmos.

¹⁰⁷ Na cosmogonia *guarani* o sol mata a serpente Mbóia com uma bola de fogo após descobrir o roubo de sua filha pelo réptil. No lugar da morte da divindade surgiu a cachoeira da Sete Quedas.

¹⁰⁸ GIUCCI, Guillermo. Op. cit., p. 23

¹⁰⁹ Idem. *ibidem*.

colunas de Hércules enquanto limite do mundo conhecido deve ser muito antiga, mas, a linguagem que trata do limite como proibição divina ao ato de conhecer parece ser bem mais recente, mais própria da Idade Média, talvez.

O que importa efetivamente para este estudo diz respeito à lenda das colunas de Hércules do Rio Paraná, lenda do século XX. A versão que chamei de tardia oferece a base para a sua construção, porque tem como fulcro o *Nec plus ultra*, ou seja, a categoria de fronteira dura, da intransitabilidade, ou, ainda, da linha que separa. Reaparece, então, o horizonte hermenêutico do autor e por intermédio dele, o de Giucci, quando estende a visão de mundo presente em Dante, até a Antigüidade.

Há ainda uma outra questão que importa explicitar. Sabemos que os guaranis não tinham escrita. A existência de uma inscrição topográfica, *Nec plus ultra*, em uma coluna localizada na Europa, lugar da escrita, nos parece perfeitamente plausível. Não gera em si nenhuma falha de sentido, e mais, ainda, porque sabemos tratar-se de uma lenda. No caso das colunas de *qua y rã* deveria aparecer o efeito derreístico porque a informação de que não existia a escrita entre os indígenas parece bastante disseminada. Trata-se de uma tradição oral interceptada numa cultura da escrita, pois ninguém, jamais, descreveu, documentou ou guardou em museu, as pedras contendo a frase na língua guarani.

Deve tratar-se de uma tradição oral européia, dentro da cultura oral dos guaranis, supostamente enxertada, naquele contexto, pelo próprio Soares, pois o autor move-se na tradição poética ocidental. Ele realiza uma fusão de horizontes, o europeu e o indígena, na compreensão da fronteira. Assim, dentro da tradição romântica poderíamos exilar as colunas de Guaira no país da mitologia, das palavras incríveis e dar a história por encerrada.

A construção do desembargador, no entanto, aparece sob uma forma primorosa no sentido de evitar os escolhos, fazendo lembrar as águas que desciam as cachoeiras, às quais ele se refere. “Como nos rochedos de Gibraltar haviam os romanos gravado o célebre distico ‘*Nec plus ultra*’ ‘nem um passo além do Mediterrâneo!’ Assim os nossos íncolas haviam assinalado a catadupa das Sete Quedas com legenda análoga: *qua y rã*: não passarás adiante”.¹¹⁰

Os romanos escreveram um dístico na pedra, ou pelos menos podiam fazê-lo. Os guaranis, por sua vez, não usavam a escrita e, por isto, haviam “assinalado” a “catadupa” com uma “legenda”. Assinalar não é o mesmo que escrever. O índio, não alfabetizado, podia assinalar. Mas, ainda assim, o sentido é aberto, pois é possível assinalar com uma frase. No entanto, a escrita pressupõe um suporte. Para os romanos, as pedras do Estreito de Gibraltar. O guarani assinalou na catadupa, na cachoeira. Aqui, a paisagem, em si, serve de suporte para a “escrita indígena”. A fronteira mesmo se escreve nas águas.

Ainda assim, de uma forma geral, associamos as cachoeiras às pedras, ou melhor dizendo, torna-se bastante difícil imaginar uma queda d’água natural onde não existem pedras. Logo, em princípio, na cachoeira haveria suporte material para a escrita da frase. O autor, então, substitui dístico por legenda, palavra que tanto pode significar texto explicativo ou um dizer qualquer.

A narrativa de Soares obriga-se a uma elaboração bastante frouxa na escrita, como se pode perceber. Isoladamente, seu sentido torna-se bastante vago, admitindo muitas interrogações. Os indígenas escreveram na cachoeira. A objeção principal diz respeito à inexistência da escrita entre os guaranis. O autor utiliza então o artifício da hermenêutica

¹¹⁰ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op. cit. p. 193.

figural. Recorre à lenda das colunas de Hércules a fim de completar o sentido de sua proposição. A primeira parte de sua sentença compõe a figura: “Como no rochedo de Gibraltar haviam os romanos gravados o célebre dístico *nec plus ultra*. Esta parte não somente significa a si mesma. Também confere sentido à parte seguinte: “assim os nossos incolas haviam assinalado a catadupa das Sete Quedas com a legenda análoga *qua y rã*”. O salto das Sete Quedas tornava-se o lendário estreito entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

As palavras escolhidas por Soares podem ser compreendidas como uma estratégia para diminuir o efeito derreístico de seu escrito. Os leitores para os quais o texto poderia dirigir-se talvez tivessem a informação de que o povo guarani não possuía escrita. Logo, afirmar que os guaranis escreveram nas pedras tornaria o texto incrível.

Ao por em caso a ontologia dos personagens de ficção, Umberto Eco propõe que se deve discutir sim a posição do leitor. Ele afirma que “... é o mesmo tipo de problema colocado pelo lobo em ‘Chapeuzinho Vermelho’. Como leitores empíricos sabemos muito bem que lobo não fala, mas como leitores-modelo temos de concordar em viver num mundo em que lobos falam”¹¹¹. Da mesma forma, teríamos de viver no mundo em que os guaranis possuíam escrita, se o texto de Soares fosse um romance histórico. No entanto, trata-se de um estudo lingüístico.

Mas Eco aponta que “... um dos acordos ficcionais básicos de todo romance histórico é o seguinte: a história pode ter um sem número de personagens imaginários, porém, o restante deve corresponder mais ou menos ao que aconteceu naquela época no mundo real”.¹¹² Os termos “havia assinalado a catadupa”, em substituição à “havia

¹¹¹ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 113.

¹¹² Idem. p. 112.

escrito na pedra” e “legenda”, em lugar de “dístico” parecem ser o resultado da aplicação da regra apontada por Eco. Os personagens e a paisagem também eram “mais ou menos o que existia naquela época, no mundo real”: os *guaranis*, aqui, e os romanos, lá, o Estreito de Gibraltar, lá, e a Sete Quedas, aqui. O restante, pode-se dizer, era imaginário. Desde que os personagens fossem mais ou menos reais o restante poderia ser mais ou menos fictício. Talvez, para os estudiosos da língua do Brasil do início do século XX, desde que as fronteiras fossem reais o país poderia ser fictício ou vice e versa.

Apontamos anteriormente que na perspectiva do caminhante, o Paraguai podia ser lido como o país-mar, Mediterrâneo. Sabe-se o que a imagem daquele país, como terra isolada do mar, tornou-se uma explicação recorrente para o seu estágio de desenvolvimento econômico. Também, constitui uma das causas explicativas para suas políticas internas e externas, principalmente quando se refere à chamada da guerra do Paraguai: Lopes buscava estender o seu país até o mar. A linguagem da Cachoeira-Estreito tornava-se uma tradição para a escrita da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A imagem do mediterrâneo - país é ainda recorrente na historiografia da década de 90. Ao estudar as representações humorísticas veiculadas durante a “Guerra do Paraguai”, Mauro Cezar Silveira aponta que,

*a situação geográfica, na verdade, é a primeira característica que deve ser considerada ao se referir a suposta originalidade paraguaia. Não como minúscula nódoa no mapa do continente sul-americano. Mas, como um país, que desde seus primórdios apostou no Rio Paraguai, navegável em toda a sua extensão e em qualquer época do ano, para superar sua incômoda condição mediterrânea*¹¹³.

Nota-se que não se trata de uma imagem veiculada pela imprensa da época da guerra. É o próprio texto que segue a antiga tradição do Paraguai visto como Mar

¹¹³ SILVEIRA, Mauro Cezar. **A batalha do papel**. Porto Alegre: L & PM, 1996. p. 56.

Mediterrâneo. Se na historiografia europeia o Mediterrâneo pode ser arrolado como causa do desenvolvimento econômico do velho continente, na escrita da fronteira ele representa a causa explicativa do “atraso”.

A figura do herói grego tem ainda outras formas de aplicação. Na literatura denunciativa da aliança Brasil-Argentina-Uruguai, da qual Eduardo Galeano e Júlio José Chiavenato podem ser considerados expoentes máximos, Francisco Solano Lopes representa o Hércules sul-americano, pois deseja atravessar a fronteira intransponível. Entretanto, lembremos que o herói paraguaio fracassa. Não chega a “cruzar o estreito” nem menos a “eliminar a barreira que separava os mares”. Paraguai – Mediterrâneo, Brasil – Oceano. A metáfora aparece invertida na oposição entre o mar conhecido e o ignoto, e, no entanto, aplica-se tranqüilamente à interpretação da fronteira, já que não aparece em toda a sua extensão. A operação se faz por meio de recortes.

Na perspectiva do navegante, para aquele que subia ou descia a bacia do Prata pelo Rio Paraná, o Salto das Sete Quedas representava também o intransitável, o “estreito intransponível” do rio-mar. Desta forma, o Alto Paraná representaria o Mediterrâneo, enquanto o Baixo Paraná, o Atlântico. E, neste caso, a metáfora aparece novamente invertida porque a parte interior (mediterrânea) do continente, por suposto, deve ser considerada menos conhecida que a litorânea. Digo invertida porque para o europeu o Oceano era o desconhecido e não o Mediterrâneo.

O Estreito-Cachoeira teve ainda outros Hércules. Desta vez, a travessia heróica tem como protagonista uma empresa exploradora de erva-mate, a Companhia Mate-Laranjeira SA. Suas atividades se estenderam entre os anos de 1909 a 1965, na margem esquerda do Rio Paraná, entre as atuais cidades de Guaira e Marechal Cândido Rondon. A erva in natura

teria o custo bastante diminuído se o transporte fosse feito pelo rio. No meio do trajeto, entretanto, havia o salto, separando o Alto do Baixo Paraná.

Para resolver o impasse a Companhia adquiriu 45 km de trilhos do sistema Decauville dos ingleses (Porto Britânia) e instalou-se até o Porto São João, abaixo das Sete Quedas. Mas, ao sul do Porto de São João o Rio Paraná, possuía um pequeno salto denominado Salto Carapanan, de difícil transposição, tendo causado diversos afundamentos de chatas carregadas de erva-mate, não deixando nenhum sobrevivente. Frente a este problema a diretoria da Mate-Laranja decidiu prolongar os trilhos Decauville, completando um total de 60 km de estrada de ferro até o porto, que denominaram Porto Mendes Gonsalves. (Homenagem ao Capitão Heitor Mendes Gonsalves, um dos primeiros sócios da Companhia), ligando o Alto Paraná ao Baixo Paraná, transpondo desta maneira a obstrução da navegação pelo Salto das Sete Quedas e Salto Carapanan¹¹⁴.

O Salto *Carapan* ou *Carapai*, também foi descrito pelo demarcador de terras Arthur Martins Franco, no relato da sua segunda viagem ao Oeste paranaense, em 1913. Ele assegura que “o salto Carapai não é mais do que um ‘cordão’ de pedras que atravessa o leito do rio de lado a lado e que aflora à superfície da corrente, em águas médias, formando um pequeno salto, que, nas enchentes, desaparece da superfície, facilitando a passagem de pequenas embarcações, embora com perigo”.¹¹⁵

O salto localizava-se entre o Porto Azarra e o São João. Conforme Franco, a erva era conduzida por um cabo aéreo até as embarcações que ficavam abaixo do *Carapai*. A descrição da navegação deste trecho do Rio Paraná feita por Franco, merece destaque; trata-se de uma das tantas formas do rio fronteira se dar.

Ele narra que, “chegamos próximo ao salto, e seguimos a pé, pela margem esquerda por cima dos blocos de basalto, para apanharmos, acima, a outra lancha que nos deveria conduzir até o improvisado ‘porto São João’...”¹¹⁶ A narrativa lembra a geografia

¹¹⁴ SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1984. p. 29.

¹¹⁵ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 56.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

seiscentista da “Costa Oeste”, segundo a qual podia-se passar do Prata ao Amazonas percorrendo um pequeno trecho a pé.

O autor passa então a descrever as águas. “Do salto Carapan para cima, até o ‘porto’ São João, a corrente do Paraná é mais violenta e agitada. Há momentos em que a lancha que nos conduz, apesar de toda força das máquinas, não consegue, vencer a resistência da correnteza e a lancha é levada pelas águas, até o instante em que pode vencer o redemoinho, tangenciando-o”¹¹⁷.



Rio Paraná. Foto de Helmut Herich Wagner.

A subida é descrita na forma de um feito quase heróico. O rio aparece como uma entidade violenta. “Os borbotões e redemoinhos que rebentam à superfície, são de tal

¹¹⁷ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 57.

violência que se tem à impressão de navegar em mar agitado, pois a lancha é sacudida violentamente pela correnteza nos seus desordenados movimentos e os vagalhões vem rebentar contra o costado da lancha”.¹¹⁸

Se o Rio da Prata foi representado como o quarto rio do Paraíso, o Paraná, neste trecho, é descrito como algo mais próximo aos rios da geografia do inferno de Dante. O poeta, ao chegar ao sétimo círculo de inferno, onde os violentos sofrem o castigo, foi ajudado por Quirón, chefe dos Centauros, para realizar a travessia do Fleguetontes, o terceiro rio do inferno. Neste rio corre sangue fervente. Virgílio, o mestre que acompanhava Dante, diz:

*“Ma ficca li occhi a valle, chi s’approccia
la riviera del sangue, in la qual bolle
qual che per violenza in altrui nocchia”*¹¹⁹.

Na geografia do inferno descrita por Dante, os rios têm sua origem na montanha Ida, na Ilha de Creta. Nascem ao pé de uma estátua, e não da árvore da vida como os rios do Paraíso. Das fendas da estátua do tempo vertem as lágrimas que formam os rios do inferno. Os dois primeiros, o Aqueronte e o Estigue têm as águas fétidas e lamacentas. O Fleguetontes e o Cucito têm águas correntes e ferventes. A água do primeiro é sangue e a do segundo é água vermelha.

As descrições do rio Paraná, por vezes, assemelham-se, em alguns aspectos, aos dois últimos rios do inferno. Quando se trata de descrever a região próxima as Sete Quedas há, constantemente, uma alusão ao rio fervente. Utiliza-se termos como borbotões, vapor, caldeirão, fervura e outros. O rio aparece como lugar desconhecido, misterioso, indômito,

¹¹⁸ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 56.

¹¹⁹ ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**: Inferno. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 93.

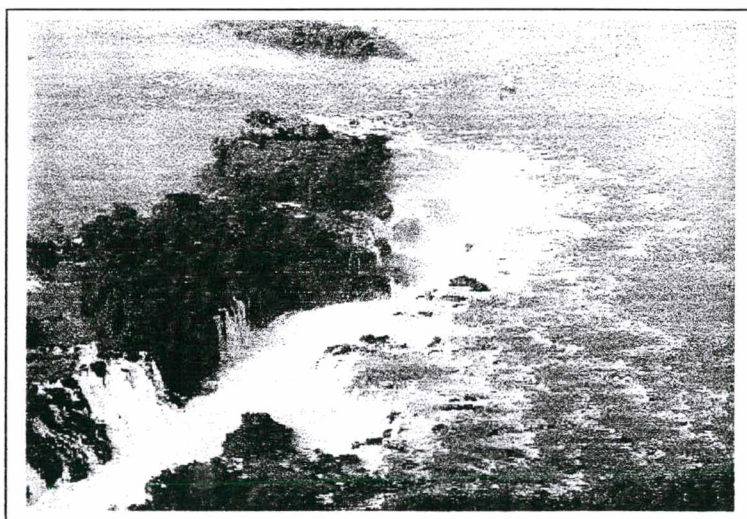
ameaçador, causador da morte onde somente a custas de grande heroísmo se pode sobreviver. Heroísmo e esperteza.

Arthur conta que lhe chama a atenção, a atitude do piloto da lancha na travessia entre o *Carapai* e as Sete Quedas. Diz ele que,

Ouvimos do comandante da lancha a recomendação de não cruzarmos em frente ao piloto. Observei a fisionomia deste e vi que ele expressava grande emoção e que a atenção do piloto se concentrava na corrente do rio. Perguntei, então, ao Sr. Alfredo Alves se o piloto era novato ali; respondeu-me ele que há três anos ali trabalhava! É que o rapaz, moço e robusto, conhecia bem o perigo que todos nós corriamos, pois, bastava que se rompesse um elo da corrente do leme para ficarmos à mercê da violência das águas.¹²⁰

O piloto lembra Hércules dentro da taça do sol, atravessando o Gibraltar, e por seu semblante rígido, parece lembrar o velho Caronte.

*“Caron dimonio, com occhi di bragia
loro accennando, tutte le raccoglie;
batte col remo qualunque s’adaggio”¹²¹*



Sete Quedas. Foto de Helmut Herich Wagner.

A “travessia” do Estreito-Cachoeira, apresentada por Arthur, possui características quase épicas. A narrativa de Saatkamp também. Segundo a autora, houve uma primeira

¹²⁰ FRANCO, Arthur Martins. Op. cit. p. 57.

tentativa, a construção de uma via férrea com o percurso de 45 km, mas ali havia outro salto, o *Carapai*. Várias barcaças, conhecidas com o nome de chatas, carregadas de erva-mate, afundaram ali. A tripulação de cada uma delas foi morta pelas águas, não restando nenhum sobrevivente. A segunda tentativa estendeu a estrada de ferro por mais 15 km. E, finalmente, as duas partes do rio grande como o mar estavam ligadas. Hércules ligava o “Atlântico” ao “Mediterrâneo”.

Não se trata do único caso em que filho de Alcmena enredava-se como personagem nas histórias de origem e das fronteiras do Brasil. Há uma tradição que vincula o herói grego aos primórdios do Brasil e à fronteira ancestral com os guaranis, que talvez, tenha sua expressão máxima nos textos de Peregrino Vidal. Conforme este autor,

*o legendário herói teria sido um dos principais chefes e povoadores da América pré-histórica, segundo os que admitem haver sido nosso continente posseado e civilizado por tribos da Ásia Menor e da Grécia, via África e Atlântida. Pelo livro América Pré-histórica e Hércules – exumado da filosofia suméria, de Peregrino Vidal, teria sido a seguinte a atuação mítica de Hércules na América: pisou as terras americanas pelo menos três vezes, talvez quatro.*¹²²

A cada viagem Hércules trazia um grupo de povoadores, entre eles, um grupo de sumérios. O filólogo Peregrino Vidal assegura que, “com o sumério conseguimos soletrar e analisar os numerosos topônimos que salpicam o mapa americano, intraduzível com o tupi... a língua suméria antiga era a mãe de todas as línguas americanas, o naua, o othomi, e outras; os primitivos americanos falavam sumério, que deixaram gravado nos topônimos”.¹²³ Os primeiros colonizadores trazidos por Hércules, conforme esta narrativa, falavam o idioma do povo mesopotâmico.

¹²¹ ALIGHIERI, Dante. Op. cit. p. 41.

¹²² DONATO, Hernani. **Dicionário de Mitologia**. São Paulo: Cultrix, s.d. p. 120.

¹²³ VIDAL, Peregrino. A América pré-histórica e Hércules escumados da filologia suméria *apud* DONATO, op. cit. p. 227.

Os últimos trabalhos de Hércules-Profeta, no continente americano aconteceram no Brasil, conforme Vidal. “O Profeta, pois, continuou a peregrinar, aparecendo, então, no Brasil com o nome de Xu-mé. Aqui se demorou por aproximadamente 40 anos, e realizou seus últimos trabalhos de monta (todos aqueles que a tradição indígena atribui a Sumé)”.¹²⁴

A lenda do Zumé, que para Sérgio Buarque de Holanda, é o único mito geográfico de origem portuguesa encontrado na América, está associada ao caminho do Peabiru. A velha estrada indígena que cruzaria todo o Estado do Paraná interceptando a fronteira na região do Guairá, também é conhecida, na historiografia paranaense, como caminho de São Tomé.

Nos textos de Romário Martins a história narrativa do caminho de São Tomé torna-se linguagem da fronteira, porque diz respeito aos limites do Estado, na direção leste-oeste, do oceano ao Rio Paraná.

Martins narra que,

*por onde São Tomé foi passando, do mar ao Tibaxiba, do Ivaí ao Piquiri, em rumo ao ocidente, onde desapareceu como o sol, nas águas tumultuárias do Paraná, os caminhos se iam abrindo, na relva, na floresta e nas serranias e, nunca mais se fecharam ... os sinais dos seus passos se fixaram no granito das penhas e indelévels marcarão, eternamente, a passagem do Santo.*¹²⁵

Ao contrário do Hércules de Peregrino, que retornou à Europa, o Tomé de Romário Martins desapareceu nas águas do Rio Paraná, no lugar onde termina, ou inicia, conforme o caso, o território paranaense. Ele não atravessou o estreito, tornando os mares comunicáveis, como acontece na narrativa de Saatkamp.

¹²⁴ DONATO, Hernani. Op. cit. p. 122.

¹²⁵ SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 197.

Em todo caso, como se depreende do texto de Saatkamp, havia, um espaço, cerca de 60 km, onde o rio-mar não se prestava para a navegação. As embarcações destinadas a alcançar as regiões interiores do Brasil teriam que enveredar pelo Rio Paraguai, e assim, a navegação pela bacia do Prata tornava-se um percurso complicado, exigindo uma série de acordos diplomáticos entre os quatro países da bacia platina. Isto porque, como se sabe, pelos acordos internacionais de navegação uma embarcação estrangeira não pode adentrar em um rio pertencente a um outro país, sem que haja a anuência dele. Sem a licença, considera-se o ato uma invasão do espaço nacional. Desta forma, para que uma embarcação sob a bandeira brasileira chegasse à região do Mato Grosso, deveria obter a licença da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Porque havia um salto no meio do caminho.

O salto das Sete Quedas ou Sete Caídas, constituía a divisa entre o Baixo e o Alto Paraná. Ernest Mann descreveu aquela paisagem, dizendo que “quando o Rio Paraná, no seu caminho para o sul, alcança a cidade de Guaíra ... forma uma bacia com a largura de aproximadamente 5.000 m, para depois dividir-se em numerosos braços, vencendo a barreira natural formada pelo prolongamento da Serra do Maracaju, aparecendo no leito do Rio com as ilhas das Sete Quedas”¹²⁶.

Sua localização era o leito do Rio Paraná, formando um desnível de 115 metros, a 24°47' de latitude Sul e 54°11' de longitude Oeste. Constituíam-se de 22 quedas de água, todas submersas pela represa da hidroelétrica de Itaipu, desde 30 de maio de 1984.

Existem pelo menos duas versões sobre as origens do nome Sete Quedas. Mas, antes, faz-se necessário recordar que Sete Quedas, como a escrita indica, é um nome na língua portuguesa. Haveria também outros em português. Parece que o nome espanhol deve

¹²⁶ MANN, Ernest. **História de Guaíra**. Mimeo. p. 38.

ser Salto Del Guayrá, embora se deva levar em consideração que uma palavra na língua espanhola pode ser traduzida para o português e tornar-se Salto Guaira. Percebe-se aqui, nitidamente, as várias separações e articulações entre uma língua e a outra, na constituição destes pontos de fronteira.

Pode-se tomar estas versões do nome da cachoeira como relatos de fundação, e, então, aparece o lugar para o qual Michel de Certeau chama a atenção. O autor diz que, “no relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um ‘entre dois’- ‘um espaço entre dois’... lugar terceiro, jogo de interações e de entrevistas, a fronteira é como um vácuo, símbolo narrativo de intercâmbios e encontros”.¹²⁷



Colunas de vapor nas sete Quedas. Foto de Wagner.

¹²⁷DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 213-214.

Os nomes dados à cachoeira se entrecruzam, se traduzem, de forma que já não existe uma linha divisória separando as línguas, como se fosse uma operação perpetrada por intermédio de um caduceu.¹²⁸

O relato de Mann pode ser compreendido nesta perspectiva. Atesta que Aleixo Garcia, em sua viagem rumo ao Peru, teria avistado sete colunas de vapor sobre a cachoeira. A segunda versão, diz o autor, consiste em assegurar que o número sete, atribuído à cachoeira composta de 22 quedas, tem a ver com os atributos místicos do número na cultura ocidental e não se relaciona com nada a Aleixo Garcia¹²⁹.

Garcia aparece, em geral, sob uma forma também controversa.

Não se sabe quem ele era, nem onde ou quando nasceu. Sabe-se que era português e que devia ser um sujeito tremendamente arrojado... Aleixo Garcia arregimentou um exército formado por dois mil índios flecheiros (carijós em sua maioria) e partiu para sua assombrosa jornada em direção ao Peru e às fabulosas riquezas do Império Inca... chegou a uma trilha indígena bem demarcada... chamada pelos Tupi-guarani de Peabiru ... atacou com ardor os vilarejos localizados nos arredores de Sucre e Potosi ... Após encher cestos com taças de prata, peitorais de ouro e objetos de estanho o grupo de guerrilheiros bateu em retirada... mas ao chegar às margens do rio Paraguai, a tropa foi atacada pelos terríveis Payaguá – índios extremamente ferozes ... entre as centenas de mortes estava o próprio Aleixo Garcia¹³⁰

¹²⁸ Símbolo do comércio, de antigos parlamentares e dos arautos, vara delgada colocada, entre duas serpentes, portanto, entidade de fronteira.

¹²⁹ Ver MANN, Ernest. Op. cit..

¹³⁰ BUENO, Eduardo. Op. cit., p. 140-145

O homem que avistou sete colunas de fumaça sobre a cachoeira não tinha uma identidade definida, porém, e isto parece o mais importante, tinha uma nacionalidade, a portuguesa, definida por sua pertença a uma expedição. Fazia parte da tripulação de Juan Dias de Solis, talvez cidadão de Portugal, naturalizado castelhano, e que comandou a expedição ao Rio do Prata, de 1515, a mando de D. Fernando de Castela. Solis morreu nos arredores da ilha de Martin Garcia, próximo à foz do Uruguai. A tripulação restante retornava à Espanha, quando uma das naus afundou, perto da Ilha de Santa Catarina, no local próximo à atual praia de Naufragados.

Entre os sobreviventes estava Aleixo Garcia. Como ele haveria de morrer no Paraguai, dali a 10 anos, os sobreviventes do ataque dos payaguá narrariam a sua aventura para Henrique Montes e Melchior Ramirez, que se diziam também náufragos sobreviventes do navio de Solis. Estes contavam suas histórias e lendas do Prata a outros navegantes, como Sebastião Caboto.

Aqui aparece como cada personagem oferece um fragmento da tecitura da escrita. Apresentam-se sob a forma de textos móveis que estabelecem percursos fragmentários. Quando morre o personagem, há sempre o sobrevivente para contar a história, formando os elos da cadeia narrativa, como se representassem uma maratona de revezamento, em que o bastão é sempre passado adiante.

Mais tarde, as histórias narradas sobre estes personagens tornam-se peças rudimentares na constituição da história contada em cada país da bacia do Prata, e na constituição de suas fronteiras; na história de seus rios e suas cachoeiras. Algumas vezes, seus nomes aparecem associados a estes lugares, à revelia de qualquer documentação como

é o caso do texto escrito por Mann, pois fazem parte da tradição. O leitor ideal¹³¹ deve saber minimamente, de antemão, que os “pais fundadores” andaram por aquela região realizando seus feitos pioneiros.

Pode-se dizer que sua importância deriva da função que, oportunamente, se lhes imputa: completar o círculo do sentido da narrativa histórica. Neste caso, eles constituem fragmentos de sentido, língua fixada pela escrita da história. Embora fixos, mantêm uma considerável elasticidade, porque seus passos não foram registrados propositadamente para a constituição da escrita.

Os fragmentos de sentido, ao final, adquirem a positividade da escrita da história sob a forma do que poderíamos chamar como um “dado suspenso”. Supõe-se que quando aparecem, ali estão para oferecer a completude do significado. Geralmente, fica explícito, no texto, que se trata de uma versão, ou de uma lenda, ou de uma história que se conta, lembrando uma legenda a advertir o leitor de que tal coisa deve ser assim considerada. E, no final, o sentido se completa, o nome torna-se história.

Aleixo Garcia deu o nome de Sete Quedas à cachoeira do Rio Paraná (isto é uma versão) diz Mann. Mas, a versão já constitui um sentido, faz parte, agora, da história deste ponto da fronteira.

Também Ernest Mann foi um destes viajantes do tempo. Nasceu em Kratzen, na Tchecoslováquia, no ano de 1921, e morreu em Cascavel, em 28 de outubro de 1991. Migrou para o Brasil em 1953, e estabeleceu-se na cidade de São Paulo, depois em Rolândia, e Maringá, onde foi comerciante. Era arquiteto de formação.

¹³¹ Sobre o leitor ideal ver a obra de Umberto Eco *Seis passeios pelos bosques da ficção*. O autor diz que cada obra é escrita tendo em vista um leitor ideal, ou seja, um determinado grupo de pessoas que deve dominar um certo número de informações para que o texto seja compreensível.

No ano de 1961, conheceu a Cachoeira do Rio Paraná e decidiu mudar-se para aquela região. Adquiriu terras e montou uma pequena casa de comércio, voltada para o turismo. A partir de então, iniciou a divulgação da beleza natural das Sete Quedas, enviando correspondências, fotografias, escrevendo artigos para revistas, enfim, correspondendo-se com várias pessoas e entidades do Brasil e da Europa, principalmente da Alemanha e da Áustria.

Definia-se como um homem obstinado pelo conhecimento. “Nasci curioso, nada me convenceu enquanto não tive provas e cada lenda que escutei e cada livro de aventuras que li, submeti as mais severas pesquisas para saber o que era verdade e o que era simplesmente enfeite para atrair o leitor”¹³². Mann constatava a riqueza e a diversidade da tradição oral existente na região da fronteira. Sua inquietude, no entanto, consistia na busca de provas documentais que lhe permitissem encontrar a “verdadeira história”. Seguiu asseverando que, “assim também procedi, quando pela primeira vez tropecei em minhas andanças na região de Guaíra, em lendas, contos e narrações sobre índios, jesuítas, espanhóis e portugueses, tudo tão incerto e turvo, sem nenhuma prova de veracidade, que resolvi integrar-me de corpo e alma ao estudo da história da região”¹³³.

O trabalho executado, comparado pelo autor, à atividade de “um colecionador de moedas ou selos”, contudo, somente foi possível, devido ao seu contato com a oralidade, com as antigas tradições – “as lendas, os contos e narrações”. Fez-se necessário conhecê-las, reuni-las sob a forma de uma espécie de “corpo delito” e somente então, estabelecer o

¹³² MANN, Ernest. *Guaíra, ontem hoje e amanhã*. Mimeo. p. 7.

¹³³ Idem, *ibidem*.

juízo, o “*veredictus*”, sobre a veracidade de cada uma delas. O resultado prescinde de demonstrações. A oralidade não teria a menor chance – a sentença estava dada aprioristicamente. “Fui cada vez mais convencido do que eu ouvi e li tinha fundamentos históricos e somente pela má orientação dos que contaram, as narrações pareceram inverídicas e controvertidas”.¹³⁴

A fronteira entre ficção e história parecia tornar-se bastante definida para Mann. A diferença não se encontraria no conteúdo, na matéria. Tratava-se de uma diferença formal. Para ele, aquelas “lendas contos e narrações... tudo tão incerto e turvo... têm um fundamento histórico”. Não constituíam, portanto, uma mentira ou uma farsa. As histórias narradas de geração em geração, sobre indígenas, jesuítas, espanhóis e portugueses, as velhas lendas do rio, os antigos contos, tinham um fundo de verdade.

O autor propunha que tais histórias fossem examinadas, classificadas e separadas a fim de tornar transparente o que antes era “turvo”, como as águas de um rio: no fundo das águas turvas do rio que transborda, encontra-se a verdade regular de seu leito.

O encaminhamento teórico-metodológico de Mann não constituía nenhuma novidade. Tratava-se, em linhas gerais, da velha orientação da ciência positiva. Todavia, ao examinarmos não o resultado de seu trabalho enquanto produto final, mas sim a atividade, desde o contato com as narrativas até à reunião do material que lhe serviu de fonte e as leituras consideradas por ele como verdadeiras, podemos perceber todo o movimento hermenêutico realizado. Além disto, de suas pesquisas restou também uma coletânea das lendas e das histórias narradas na região. Elas ofereceram parte do horizonte do autor, e, isto, exige uma explicitação, porque o efeito residual se faz óbvio no encaminhamento da

¹³⁴ MANN, Ernest. Op. cit. p 7.

escrita. Ele afirma que estas histórias contadas referem-se a “índios, jesuítas, portugueses e espanhóis”. Ora, todos sabemos que a história da região de Guaira comporta muitas outras categorias de personagens, como ingleses, argentinos, paraguaios, mestiços, negros, mulheres, crianças, soldados, enfim, o rol de categorias deve ser imenso.

O autor, por exemplo, silencia sobre os paraguaios e os brasileiros, ou, de outro modo, os substitui por espanhóis e portugueses. As histórias do lugar são povoadas por índios e jesuítas. Histórias como a da igreja do perdão, no bairro Guaira velha, segundo a tradição oral, construída pelos jesuítas no tempo das reduções guaraníticas. Na versão oficial, a capela foi inaugurada em 1934, pelo Bispo de Apucarana, sendo utilizado material proveniente das ruínas da antiga Ciudad Real Del Guayra. Como se percebe, na tradição oral, os tempos aparecem mesclados. Não há a separação dos períodos segundo a linearidade cronológica. Jesuítas e indígenas reduzidos podem perfeitamente ser localizados na metade do século XX. Para Mann, isto constitui a turgidez das narrativas, a incerteza “e a má orientação dos que contaram”.

Partindo deste pressuposto, propunha-se a contar a história adequada à “boa orientação”. Ao buscar a origem do nome da cidade, assegura que “parece-nos mais correto Guaira: cascata intransponível ou intransitável ‘pois’ essa região era de fato a dos grandes saltos paranaenses: Salto das Sete Quedas”.¹³⁵ O autor reitera a proposta de Soares e o salto torna-se, novamente, o *Nec plus ultra* sul-americano, o lugar intransponível, o lugar que separa, neste caso, a nação tupi, habitante do Brasil e a nação guarani, situada por Mann, no Paraguai. Segundo Mann, a versão de que Guaira significa lobo selvagem... “esta derivação

¹³⁵ MANN, Ernest. *Histórico de Guaira*. Mimeo. p.1.

tão aceita não passa de mera etimologia popular”.¹³⁶ Como a etimologia popular não merece o status de verdade, porque é turva e incerta, o autor se move conforme a tradição do *Nec plus ultra*. Entrega-se à construção de uma grade cronológica baseada em personagens consagrados pela historiografia oficial. Ela constituía “um instrumento para a devida gênese do nome”. Mann apontava que, no ano de

*1525 Aleixo Garcia descobre em suas viagens para o Peru às cataratas do Rio Iguazu e as do Rio Paraná – Sete Quedas... 1552 o governador de Assunción, Domingues Martinez Irala em sua passagem por Guaira manda fundar o Pueblo Ontiveros, modificando o nome dos Saltos de Canendiyu para Salto Del Guairá... 1872 – Sete Quedas – este nome apareceu pela primeira vez no Tratado de Limites entre Brasil e Paraguai, assinado em 1872 pelo Barão e Cotegipe (Brasil) e Carlos Loizaga (Paraguai)*¹³⁷.

Outra vez, trata-se de uma construção engenhosa. Aleixo Garcia descobriu as Sete Quedas, mas também é o herói nacional descobridor do Paraguai. Havia, para o autor, um problema delicado a resolver: um estrangeiro não deve ser o herói fundador do local. Mann recorta, arranja, joga com as palavras, com os personagens, com o tempo.

Aleixo Garcia, que talvez fosse português, faz o papel de descobridor do lugar com o nome de Sete Quedas. Irala desempenha o lugar do personagem que faz o batismo espanhol de Salto Del Guayra. Contudo, o nome original era Canendiyu. Então o nome do lugar vem do guarani-Hércules, do apóstolo Tomé, do Hércules-Zumê, o herói fundador do território paranaense, conforme a narrativa de Martins

Ernest Mann trabalhava na fronteira, tematizava a região a partir das lendas, das narrativas, dos contos populares. Separava pacientemente a imaginação e a “realidade”, os “fatos” e os “ditos”, a “história” e a “ficção”. Na linha dos limites entre Brasil e o Paraguai, construía a fronteira entre o histórico e o lendário, a letra e a palavra. Se pensarmos o seu

¹³⁶ MANN, Ernest. *Histórico de Guaira*. Op. cit. p. 1.

¹³⁷ *Idem*, p. 2.

trabalho na perspectiva da invenção da mitologia ele é um entre nós, que quando buscamos a verdade histórica, construímos o mundo das ficções, definindo-lhes os limites.

Escrevendo durante as décadas de 70 e 80, o autor não fala a partir do mundo acadêmico. Pode ser mais bem classificado como um pesquisador devotado ao comércio e à propaganda turística. Mesmo assim, percebe-se claramente a sua pertença à tradição acadêmica da história factual e documental: a história que deve narrar a verdade e afastar o que não é verídico. Mas, para isto, fez-se necessário o contato com o lendário, para reuni-lo, conhecê-lo e classificá-lo. Trata-se do dilema das teologias e teorias de salvação: não há resgate do ser encarnado sem a encarnação. Não há como salvar um corpo sem o contato físico com ele. Zeus não pode ajudar a humanidade sem o contato físico com Alcmena, do qual nasceu Hércules. O historiador não pode contar a “história verdadeira” sem o contato com a “falsa”. Para que a verdade histórica, ou a “história verdade” apareça, é necessário isolar as invenções, as ficções, as narrativas e as lendas.

Isolando as lendas, Mann supunha encontrar a história verdadeira, mas entrevistava-se com Hércules - Zumé, nas margens do Rio Paraná. Escrevia sua história verdadeira dentro de uma tradição lendária tanto quanto as que classificava como mera etimologia popular. No entanto, parece que este “historiador - turista”, no seu trabalho empírico, fazia uma constatação básica para a escrita da história da fronteira. Dizia que todas estas histórias possuíam um fundo de verdade, e que o problema estava na má orientação de quem as narrava. Ou seja, o problema está no modo de narrar. Hércules deve ser mais acreditável que Aleixo Garcia, cuja nacionalidade era duvidosa, e Guairacá, sem definição partidária muito precisa. Como diz Certeau, trata-se de relacionar a um começo.

Vimos, neste capítulo, as formas pelas quais a fronteira se dá à compreensão. O modo como a escrita das palavras nos coloca no jogo da fronteira no momento mesmo da

produção escrita. Procuramos dar visibilidade as tradições nas quais interpretamos a fronteira aprendidas desde os bancos escolares e que remontam a antigas tradições ocidentais, sobre os rios, as águas, as fronteiras e os heróis. A nossa compreensão da linguagem enquanto instrumento separante pode vincular-se ao entendimento da fronteira como linha que separa os países. Vimos que, no caso da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, recorreu-se a uma linguagem muito antiga a da mitologia clássica, onde Hércules encontra-se associado ao Salto das Sete Quedas e aos caminhos primitivos do Paraná.

A seguir, trataremos dos deuses da fronteira, da nomeação dos rios, da linguagem que apresenta o Prata e o Amazonas como uma costa de água doce no Oeste do Brasil. Trata-se de uma linguagem transmitida de geração a geração e que chega a nós, por exemplo, em forma de projetos econômicos para esta região.

CAPÍTULO III

O RIO, O MACHADO E A ARANHA MONSTRUOSA.

É a mais antiga construção da cidade, esta fonte velha ou de cima, jusante do Campo Grande e da moderna Usina Elétrica, vendo passar, melancolicamente, sobre os seus paredões de pedra viva, o tempo inexorável, que tudo consome e modifica. Teve sua origem no manancial o olho d'água, que vinha de tempos imemoriais, servindo a Taba Carijó – assente, na planície arenosa, enxuta, que hoje é a Praça Pires Padrinho...

Vicente Nascimento Junior.

3. 1 A HIDROFRONTEIRA

A carta do capitão de granadeiros Cândido Xavier dando conta da descoberta do *Igurei* não serviu para a definição da fronteira. Ela representava uma escrita “ficcional” no sentido de referir-se a um objeto inexistente ou dado como tal. Mas, servia como documento, no sentido preciso que lhe seja conferido pelos sócios do IHGB, ainda no século XIX, quando Januário da Cunha lhês solicitava que enviassem “cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna”.

Se a carta não servia para desempatar a questão da fronteira, tinha sua utilidade garantida no âmbito da história documental. Como parte da narrativa dos acontecimentos relacionados à definição das fronteiras, tornava-se um documento “interessantíssimo”. Tornava-se uma evidência inegável das coisas que aconteceram, ou seja, do tradicionalmente histórico. Servia para mostrar, como se propôs Hélio Vianna, que a extensão do território nacional representa uma conquista militar, administrativa e

diplomática. Era considerada útil como parte de uma narrativa pedagógica, cuja função seria fazer com que as gerações mais jovens soubessem honrar os feitos dos antepassados. Podia ser adjudicada à memória nacional lá onde, conforme Tasso Fragoso, encontra-se uma instituição “granjeando precioso tesouro de informações históricas e velando zelosamente pelo seu aumento e conservação, a fim de transmiti-lo às gerações vindouras”.

O instituto representava, no texto de Fragoso, o nascedouro de onde emana uma tradição sobre as fronteiras do Brasil. Uma tradição que narra a história a partir dos acontecimentos dos quais os documentos escritos representam os vestígios incontestáveis. Deste modo, a linha da fronteira, enquanto objeto de narrativa, encontra os seus vestígios nas letras e não nos acidentes geográficos ou nos marcos colocados pelas equipes responsáveis pela demarcação.

Assim, a fronteira se dava nas letras. Elas podiam definir os contornos do território. Os textos escritos prestam-se mais a esta função porque a letra sobre o território pode significar a posse sobre ele sem a necessidade da presença efetiva do corpo do proprietário. Entretanto, é necessário que a letra se vincule a um território considerado efetivamente existente, para que a interpretação possa ser considerada consensualmente válida.

O que torna válido o documento, neste caso, é a sua ligação efetiva com o objeto que está sendo dito. É a diferença básica entre a Carta de Cândido Xavier e a de Pero Vaz de Caminha. Se a Carta de Caminha versasse sobre um território considerado inexistente,

teria apenas o valor de reconstrução narrativa sobre os descobrimentos, mas, como ela pode ser associada a um território que existia ou, que passou a existir, tornou-se o “primeiro documento sobre o Brasil”.¹

A carta de Caminha, paradoxalmente, pode causar maior perplexidade do que a parábola de Galeano, pois o escrivão real afirma que a terra, diante dos seus olhos, “dar-se-á nela tudo por causa da água que tem”. A primeira parte do dístico, como bem observou Eni Pucinelli Orlandi, tornou-se, com o passar dos tempos, uma das imagens recorrentes constituintes da “imagem brasileira”, “terra em que se plantando, tudo dá”.

Eni Pucinelli Orlandi explicita que “esse enunciado ressoa... em muitos outros, repercutindo sentidos variados no sentimento de brasilidade, terra pródiga. Gigante pela própria natureza, mas, mal administrada, pilhada há séculos e que, embora seja explorada continuamente, não se esgota. Aí já se produziu um discurso sobre o Brasil, a partir de um enunciado fundador”.²

Podemos considerar irrefutável a proposição da autora e, mais do que isto é indicativa de um eixo metodológico fundamental para o estudo das imagens sobre o Brasil, ou seja, o horizonte de onde se nomeia, delimita e governa o seu sentido³. A imagem da terra pródiga e mal administrada poderia ser aplicada tanto pelos portugueses, em relação aos indígenas de 1500, quanto para os governantes de hoje. Porém, a rigor, poderia ser aplicada a qualquer outra situação semelhante, em qualquer tempo. O mais considerável, para a hermenêutica romântica, por exemplo, deve ser o impacto causado pela sua

¹ A referência à carta de Pero Vaz de Caminha como o primeiro documento sobre o Brasil pode ser encontrada no texto Discurso fundador de Eni Pucinelli Orlandi.

² ORLANDI, Eni Pucinelli. Op. cit. p. 14.

³ Idem. p. 16.

aplicação, que dependerá de cada conjuntura, de quem diz e para quem se diz, com que objetivo, e assim por diante.

A segunda parte da frase expressa por Caminha, contudo, pode passar despercebida: “por causa da água que tem”. Salvo alguma prova em contrário, este complemento não tem despertado o interesse de muitos historiadores, mesmo se tratando de um componente da “primeira fotografia do Brasil”. Podemos apresentar nos quadros da hermenêutica romântica, fatores concorrentes para que uma parte de um “discurso” seja ressaltada, em detrimento de outra. Metodologicamente poderíamos mapear o contexto de onde fala o autor que privilegia apenas esta parte do dito, e, então, arrolar os pontos determinantes da sua opção, os dados constituintes de seu contexto. Neste caso, trata-se de uma aplicação ao modo da crítica historiográfica ou da interpretação contextual.

Tentando ir além da hermenêutica romântica e considerando as duas partes do dito de Caminha, tal como aparecem, ocorre-nos um sentimento de incompreensão diante da imputação causal⁴ para a magnitude da terra por ele descrita. “Querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem”.⁵ Concorre para isto a constatação de que nesta parte da carta, de modo particular, parece ocorrer uma espécie de aceleração na velocidade da descrição.

Caminha refere-se aos metais preciosos apontando que “... nela até agora, não

⁴ Trata-se da atribuição de uma causa explicativa para a coisa que esta sendo explicitada.

⁵ GASMAN, Lydineia. **Documentos históricos do Brasil**. Rio de Janeiro : FENAME, 1976.

pudemos saber se há ouro, nem prata nem coisa alguma de metal ou ferro, nem o vimos”.⁶

A frase seguinte condensa a descrição do clima: “Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de entre Doiro e Minho, porque nesse tempo de agora os achamos como os de lá”.⁷ Em uma frase mais concisa ainda, descreve as águas. Assegura que “as águas são muitas, infinitas”. Aparentando aumentar ainda a velocidade da descrição, segue com a principal frase da qual nos ocupamos: “Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem”.⁸ E fecha com a assertiva, tanto quanto veloz: “Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente”.⁹

Evidentemente, todos podemos concordar que o dito “dar-se-á nela tudo”, remete a uma terra de abundância. A justificativa apresentada por Caminha, representa uma certa dificuldade na compreensão. Ele diz que a causa da abundância é “a água que tem”. Estranha maneira de explicar a “grandeza” de um território. Leva-nos a pensar que os marinheiros portugueses buscavam antes a água do que a terra. Mais exótico ainda parece o vínculo estabelecido pelo autor entre todas as coisas que aquela terra pode oferecer ao reino português e as águas que ali se encontram.

A partir da interpretação psicológica, que nos parece ser a dominante, por meio da qual se procura compreender a intenção do autor, apresentam-se as seguintes palavras, na ordem textual, “porém o melhor fruto que dela se pode tirar...”. Resulta daí uma fusão de horizontes.

⁶ GASMAN, Lydineia. Op. cit. p. 23.

⁷ Idem *ibidem*.

⁸ Idem *ibidem*.

⁹ Idem *ibidem*.

O sentido se completa e resta que o “dar-se-á tudo” refere-se a fruto. Como os frutos podem remeter, num primeiro sentido, às plantas, conclui-se que o autor deveria estar pensando em plantações, agricultura, colonização e outras “peças” similares, na cadeia dos sentidos¹⁰. Nota-se que a palavra fruto recebeu, neste caso, um sentido explícito, estranho ao texto, dado pelo intérprete. Isolando-se a frase: “Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente”, obtém-se que o sentido de “fruto”, ali, refere-se ao proveito, ao resultado que se pode ter.

Pode-se dizer que a “tradição” interpretativa psicológica foi proposta por Schleiermacher. A arte da compreensão dos textos pode ser considerada tão antiga como o uso da escrita. Mas, ao tratar da história da hermenêutica, Gadamer assinala o século XVIII como o período em que a tradição interpretativa sofreu algumas alterações. Tais modificações vinculam-se ao grande “cisma” do cristianismo europeu, que tem como marco histórico tradicional à “publicação” das teses de Martinho Lutero, no ano de 1517. A Igreja Católica propunha que as verdades reveladas por Deus se encontravam-na Bíblia e na tradição. A tradição significava a forma como os antigos homens da Igreja interpretaram a revelação divina.

As teses de Lutero questionavam a posição da hierarquia católica, que se autoconsiderava como o *depositum fidei*¹¹. “El punto de vista de Lutero es más o menos el seguinte: la Sagrada Escritura es sui ipsus interpres”¹². Portanto, segundo a proposta

¹⁰ Sobre a cadeia de sentidos ver Umberto Eco, A estrutura ausente.

¹¹ Significa depósito da fé. A tradição teológica católica considerava que os bispos da igreja eram os guardiões da verdade revelada.

¹² GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 226-227. O termo *sui ipsus interpres* representava uma proposta de organização eclesial baseada no princípio de que, sendo a Bíblia interpretável a partir de si mesma, não haveria necessidade de intérpretes autorizados para a sua compreensão.

hermenêutica de Lutero, não se faz necessário recorrer a nenhuma tradição para interpretar as verdades da fé porque os textos bíblicos são partes do todo, que é a mensagem bíblica. O que não pode ser compreendido como parte, encontra sentido no todo da Bíblia. Esta regra do compreender não era nada nova. “Lutero y sus seguidores trasladaron esta imagen de la retórica clásica al procedimiento de la comprensión.”¹³ Gadamer diz que neste período, “el arte del comprender es honrado con una atención teórica de principio y con un cultivo universal porque no existe ya un consenso ni bíblico ni fundamentado racionalmente que guie dogmáticamente la comprensión de cualquier texto.”¹⁴ Este período de incertezas quanto ao fazer interpretativo conduziu ao surgimento de novos métodos de interpretação de textos.

Schleiermacher elevou a hermenêutica ao nível de método. Seu trabalho se dava em torno de encontrar um princípio metodológico que evitasse os mal entendidos. O autor propunha que, diante de um texto,

lo que se trata de comprender no es la literalidad de las palabras y su sentido objetivo, sino también la individualidad del hablante o del autor ... retrocediendo hasta la genesis misma de las ideas ... Esa mejor comprensión que caracteriza al interprete frente al autor no se refiere, por exemplo, a la comprensión de las cosas de las que habla el texto, sino meramente a la comprensión del texto esto es, de lo que el autor tuvo em mente y a lo que dio expresión¹⁵

¹³ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 227.

¹⁴ Idem. p. 227.

¹⁵ Idem. p. 239 e 247.

Pode-se dizer que a interpretação dominante¹⁶ da Carta de Caminha, mediante a qual se associa fruto e lavoura, correlaciona-se à tendência explicativa psicológica sobre o encontro entre europeus e americanos na época das navegações. A análise feita por Guillermo Giucci sobre a segunda expedição de Cristóvão Colombo à América ilustra exemplarmente este modo explicativo. Ele afirma que

*Pressuposta a legitimidade da posse castelhana das Índias, assoma, junto ao desejo de acumulação de metais preciosos e especiarias, a noção de lucro a partir da alteração do contexto natural... A natureza americana torna-se meio para um fim, objeto de rendimento para um agente transformador: árvores altas e fortes convertem-se num futuro império de naus espanholas; frutos e ervas são avaliados em relação a seu valor mercantil; montes estêreis metamorfoseiam-se imaginariamente em colinas aradas por bois; de terras ignotas se fabricam planícies semeadas e vales povoados*¹⁷.

Os grandes debates sobre as intenções dos europeus em relação à América durante suas primeiras expedições, em geral, comportam um traço hermenêutico residual bastante evidente – o sentido de colonização, da pilhagem, enfim, de interesses muitas vezes considerados escusos. Tenta-se adivinhar o que os europeus tinham em mente na época dos descobrimentos. Estende-se a intenção dos descobridores para o autor da carta Pero Vaz de Caminha, já que ele se encontrava na frota da expedição descobridora.

¹⁶ Varnhagen utiliza-se da hermenêutica psicológica para explicar os descobrimentos do Brasil e da América. Diz que: “os interesses do comércio, mais que a curiosidade natural ao homem e que a sede de conquista, tem sido em geral a causa da facilidade do trato e comunicação dos indivíduos da espécie humana entre si. Foi ao das especiarias do Oriente que originalmente se deveu o grande acontecimento que denominamos Descobrimto do Novo Continente”. V. VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Op. cit. p.59. Conforme esta tradição bastante difundida por meio da historiografia tradicional, o interesse comercial, o desejo de enriquecimento, a intenção de adquirir riquezas explica acontecimentos históricos como a expansão européia da época dos descobrimentos. Trata-se da aplicação da hermenêutica psicológica porque a causa histórica encontra-se na psique dos sujeitos. Os textos nos quais a explicação remete as causas dos acontecimentos ao contexto econômico, social ou político, aplicam-se conforme a hermenêutica romântica.

¹⁷ GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992. p. 125-126

No exemplo de Giucci a intenção dos europeus que chegavam à América é caracterizada a partir de uma vontade caracterizada como o “desejo de acumulação de metais preciosos e especiarias e a noção de lucro”.¹⁸ A intenção dos descobridores constitui o todo, no qual as falas e as atitudes de Colombo e de Caminha se integram, formando uma totalidade de sentido. Nesta forma de interpretação, é explicado o acontecer histórico a partir da intenção dos personagens. Diante dos textos tratados como fontes, procura-se “adivinhar” o que seus autores tinham em mente. A dificuldade em relação à aplicabilidade deste método é que o intérprete jamais pode oferecer a certeza de que as coisas que ele supõe se encontravam na mente do autor ou dos personagens.

A hermenêutica filosófica não trata de, finalmente, desvendar se os objetivos destes personagens relacionavam-se aos aspectos econômicos, políticos ou religiosos, questões, de resto, paradigmáticas. A tarefa que se propõe consiste em perceber as tradições nas quais os textos se dão. A carta de Caminha, comparada à de Xavier, presta-se sobremaneira a este exercício, uma vez que passa rapidamente dos minerais às águas, aos frutos e, daí, à evangelização. Mais que isto, não se trata de uma imagem qualquer, como diz Orlandi. É a “primeira fotografia do Brasil” e, portanto, imagem recorrente, matéria de muitas interpretações. O horizonte europeu tocava o americano.

Caminha discorria sobre o fruto que a terra poderia oferecer por causa da água que tinha. O próprio texto impõe imediatamente descartar a hipótese de que o autor se referia à atividade pesqueira, ou, que os navegantes buscavam água ao invés de terras, porque não faz muito sentido cruzar o oceano para encontrar peixe na terra. Mas, a indagação sobre

¹⁸ GIUCCI, Guillermo. Op. cit. p. 125.

imputar à água a causa de todos os frutos que a terra pode “dar” persiste e aponta para um mundo que parece estranho ao nosso. A frase imediatamente anterior ao dito em foco referia-se aos metais que poderia haver na terra (ouro, prata, ferro) também conhecidos como frutos da terra, enfim, coisas que a terra pode “dar”. Deve-se considerar como hipótese remota que a salvação do gentio se dava por meio do ritual do batismo, do mergulho ou da ablução com água.

O que dizia o estrangeiro, que chegava, falando uma língua tão estranha, tão rápida? Parece que ainda hoje não se sabe ao certo. Parece ser uma questão que o historiador refaz, repetindo o gesto de incompreensão dos indígenas do “primeiro contato”. Se tudo quanto o “escrevente real” vislumbrava tem sua origem-causa nas águas, parece razoável investigar os múltiplos significados, as antigas tradições, as funções reputadas ao elemento água, que chegam até nós, pela tradição escrita. Isto se torna, sobremaneira, pertinente ao estudo da fronteira entre o Paraguai e o Brasil, pois se trata de uma fronteira de águas: o Rio Paraná.

A questão das águas do Brasil chamou a atenção de Gilberto Freyre. Em 1954, ele propunha que

*um estudo a fazer-se no Brasil é o que venha a fixar sob o critério ao mesmo tempo psicológico-social, histórico-sociológico e econômico-ecológico, ou antes, sob o critério interrelacionista, o que têm sido as relações dos homens e dos seus conjuntos de edifícios rurais, terras cultivadas e animais domesticados ou especializados em trabalhos agrários, com as águas: lagoas, rios, mares em regiões agrárias ou potencialmente agropastoris. Principalmente com os rios de tais regiões.*¹⁹

Pode-se estabelecer uma certa relação entre a carta de Caminha e a proposta freireana. Podemos supor que se trata de uma tradição que compreende o estado da terra e

¹⁹ FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1959. p. 210.

dos homens que nela habitam a partir da relação com a “água que tem”. Trata-se de uma linguagem sobre as águas e aqui já nos interessa, porque a fronteira das águas se dá na e pela linguagem.

A digressão sobre esta linguagem tem por função estabelecer o movimento hermenêutico e descortinar nosso próprio horizonte presente a partir de tradições, que possibilitam afirmar que a riqueza da terra, a sua fertilidade, depende da água.

Nossa compreensão científicista reputa as causas da fertilidade da terra a muitos outros elementos, tais como aos micronutrientes, à camada de húmus, à concentração de certos minerais e à relação entre a acidez e a alcalinidade. Parece, realmente, de difícil compreensão alguém afirmar que a causa da fertilidade do solo seja a água. Como, então, compreender a afirmação de Caminha?

“Caminha não era agrônomo”,²⁰ afirma Bento Munhoz da Rocha Neto. “Espiou a terra sem a mínima noção de geografia e de clima, e escreveu”.²¹

O historiador paranaense explicou a frase de Caminha de uma forma simples e evidente a partir do contexto científico, ou melhor, da história das idéias. O contexto das idéias daquela época explica de forma “suficiente” o texto do escrevente real, que afirmou tais coisas por falta de conhecimentos científicos, ou seja, devido à falta de idéias adequadas sobre as plantas e as águas.

Esta explicação é suficiente quando nos movemos no horizonte da história das idéias, com Bento Munhoz, uma vez que sabemos que na época de Pero Vaz de Caminha

²⁰ ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná, ensaios**. Curitiba : Coleção Farol do Saber, 1995. p. 129.

²¹ Idem, *ibidem*.

não existia ainda este saber autorizado sobre o mundo das coisas agrárias, tal como a agronomia, a química orgânica e outros.

Podemos, como ilustração, ampliar o contexto para o texto de Caminha. Sabe-se que o cultivo de vegetais estava entre as várias ocupações da humanidade desde períodos muito remotos. Entretanto, o conhecimento metódico sobre a nutrição vegetal pode ser considerado bastante recente. D. E. H. Frear afirma que “durante muchos siglos el concepto de la nutrición de los vegetales estuvo envuelto en la obscuridad e influido por puntos de vista místicos o casi místicos”²²

Frear diz que entre as idéias mais comuns sobre a nutrição vegetal desenvolvida, por pensadores que se ocupavam deste assunto, na Grécia antiga, era a de que havia uma estreita ligação entre a alimentação das plantas, a dos animais e a dos homens.

*Así se consideró que el alimento de los vegetales se producía en el suelo, de onde era absorbido como un juego nutritivo que les servía de alimento. La función de las hojas en el proceso de la fotosíntesis no se comprendió hasta hace aproximadamente siglo y medio. Otra idéia antigua, que há persistido durante largo tiempo, es la de que el agua era el alimento de los vegetales*²³

O retorno ao mundo grego não acontece por acaso, nesta narrativa. A Grécia é considerada o berço das idéias, o lugar onde nasceu o pensamento ocidental. Como bem se percebe, trata-se da história das idéias agrárias.

Conforme a narrativa de Frear, a teoria de que a água constituía um dos alimentos básicos das plantas, senão a única, foi defendida até mesmo durante o período do surgimento das ciências experimentais, na Europa do século XVII. Um dos grandes

²² FREAR, D.E.H. **Tratado de química agrícola**. Barcelona : Salvat, 1956. Tomo 1, p. 31

²³ Idem. p. 312.

criadores e defensores dos métodos experimentais para as ciências foi Francis Bacon, e “...sostuvo en 1627 que el agua era el alimento principal de los vegetales.”

Um dos experimentos narrados por Frear pode indicar a importância que a história das idéias pode conferir à água na sua relação com a vida vegetal.

Hace 1620, Van Helmont realizó un experimento famoso: Plantó una estaca de sauce en 100 kilogramos de tierra. El sauce, al comenzar el ensayo pesaba 2.5 kilogramos. A los cinco años, el árbol pesaba 135 kilogramos, y la tierra 100 kilogramos menos 60 gramos. Para la época, el experimento era notable. Van Helmont dedujo la conclusión – como otros antes que el lo habían hecho sin prueba experimental – de que los vegetales provienen principalmente del agua, es decir que el agua constituía el llamado principio de la vegetación.²⁴

Várias experiências e estudos foram efetivados para que se chegasse à idéia da importância dos micronutrientes. Woodward, em 1699, cultivou menta em água de várias procedências, incluindo do Tâmis, com adição de terra, ou sem ela. Concluiu que os vegetais necessitam de certas matérias particulares para seu desenvolvimento completo. Entretanto, a chamada lista clássica dos dez elementos necessários para a nutrição das plantas tornou-se conhecida somente em meados do século XIX. A lista sofre, ainda hoje, várias alterações.

O contexto, assim apresentado, conduz naturalmente à conclusão de que Caminha conjeturava sobre a fertilidade da terra e se encontrava projetando a sua colonização. A hermenêutica psicológica e a romântica juntam-se e o sentido se completa. Então, Caminha não era agrônomo e por isto dizia coisas que hoje sabemos serem incorretas. Pelo artifício da reconstrução contextual chega-se à convicção de que, hoje, conhecemos o mundo melhor do que Caminha. No entanto, o culto ao progresso do saber científico, desta escrita

²⁴ FREAR, D.E.H. Op. cit. p 312.

que tem como tarefa básica afirmar-se a si mesma, não constitui o principal problema da hermenêutica romântica.

O problema básico e que representa uma certa ingenuidade do historicismo romântico é imaginar que se pode captar o horizonte do autor a partir de um contexto objetivo, como uma etapa do passado já encerrada em si mesma. O embaraço consiste em supor a possibilidade de interpretar o mundo de Pero Vaz de Caminha de uma forma objetiva sem que nada do horizonte de Bento Munhoz esteja no horizonte de Caminha, afetando-o sempre que ocorre a compreensão e sem que nada do nosso horizonte de intérpretes esteja no horizonte de Caminha e de Bento Munhoz.

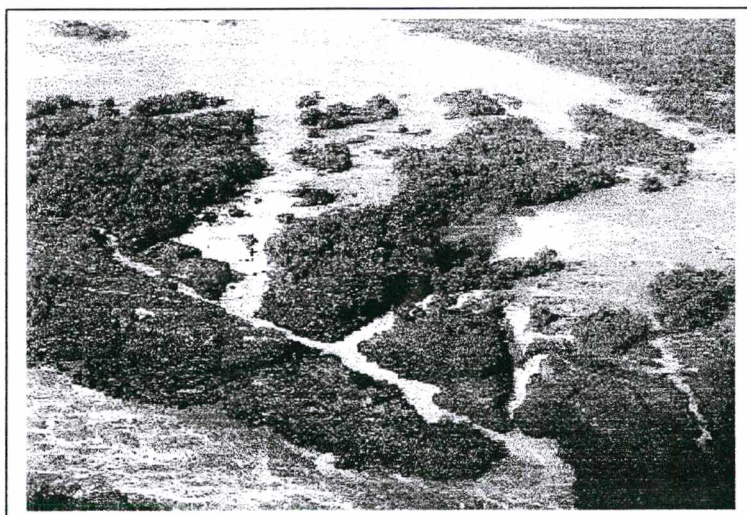
Munhoz, o romântico, supunha compreender Caminha porque imaginava viver num mundo diferente do autor da carta. Um mundo onde os discursos estavam ainda fora do lugar de autoridade, já que Caminha falava como agrônomo sem o ser. A interpretação de Munhoz, no entanto, consiste na junção do seu horizonte cientificista ao horizonte de Caminha.

A este acontecer da linguagem, como já sabemos, Gadamer chama de fusão de horizontes. Ao invés de se separarem, o horizonte do autor e o do intérprete fundem-se, resultando disto uma totalidade de sentido. A carta de Caminha é interpretada por Munhoz como a parte de um todo que é o contexto do progresso da ciência, contudo, este contexto representa uma figura de sentido construída na linguagem da história das idéias e utilizada pelo intérprete.

Como a hermenêutica romântica ignora este fenômeno, encerra por aí sua tarefa, na incansável construção e reconstrução de contextos lógicos. A consequência maior que se tira é que, hoje, sabemos mais do que ontem. Não se questiona a historicidade do compreender, já que a interpretação se resume a um ato de afirmação do saber.

Caminha não era agrônomo. Uma definição pela negativa e basta. Como na parábola de Galeano, a carta que conta e delata encontra-se embaixo da pedra. Podemos comer os melões tranquilamente, entretanto, a carta tagarela diz que a terra é fértil por causa da água que tem, assim como os tratados de limites entre Portugal e Espanha e Brasil e Paraguai expressam que, no meio do Rio Paraná corre uma linha que divide suas posses. A carta fala da água como origem. Bento Muñoz, o interprete, evoca a autoridade do agrônomo e não do hidrólogo ou do geógrafo. A escolha do personagem que representa a antítese de Caminha deriva da tradição interpretativa que destaca o interesse colonizador dos portugueses. Isto faz voltar os olhos para a terra e desviá-los das águas.

Desta forma, a hermenêutica do contexto e a psicológica conduzem-nos a ignorar as tradições sobre as águas, mesmo que elas existem, não há dúvidas. Se não existissem não poderíamos compreender os textos sobre as águas, nem sobre uma fronteira aquática.



Salto das Sete Quedas. Foto de Helmut Herich Wagner.

Pode-se dizer que a água, lagos, rios e mares encontram-se imbricados em todas as culturas. Evidentemente, em escalas e modulações diferentes. A Europa, lugar reconhecido como berço da cientificidade, pode ser considerado um dos pontos dos quais se difunde a

linguagem associada ao elemento água. Simon Schama diz que “práticas semipagãs de propiciação e sacrifício persistiam nos rios de toda a Europa até os fins da Idade Média”.²⁵

Examinando o que têm em comum as narrativas dos viajantes que peregrinavam até os rios Jordão e Nilo, após o declínio das cruzadas, o autor diz que se trata da convicção de que as águas do Nilo jorravam do paraíso.

Para nós, que pertencemos à tradição cientificista, torna-se difícil imaginar que uma crença como a existência do paraíso terrestre possa resistir ao que conhecemos sob o nome de revolução copernicana. Tudo se passa como se uma época fosse encerrada e, com ela sucumbisse tudo o que foi transmitido pelas gerações anteriores. É como se a dialética operasse na linguagem e o velho sistema morresse para surgir o novo. A história das idéias, presente. Parece-nos difícil aceitar que, por exemplo, o discurso científico sobre a esfericidade da terra possa ter convivido com a defesa da existência de um paraíso terrestre.

Pensamos, muitas vezes, que, a partir da inauguração de uma nova época, ou um novo período da história, as idéias que parecem erradas naquele contexto de saber são abandonadas automaticamente. Trata-se do conceito iluminista de revolução. Mas, como diz Gadamer, nas revoluções conserva-se muito mais do que ousamos pensar. A tradição romântica nos conduz a isto: compreender os tempos, os períodos e as idades como etapas fechadas, encerradas em si.

Edmundo O’Gorman assegura que na época de Colombo “se havia abandonado definitivamente a noção patristica da Terra como superfície plana.”²⁶ Isto pode ser válido no que concerne às concepções dos navegantes, marinheiros, estudiosos e empresários ligados às artes da navegação. Convém considerar, no entanto, que a idéia da esfericidade

²⁵ SCHAMA, Simon. Op. cit., p. 270.

da terra mantinha-se estranha em amplas camadas da sociedade ocidental, naquela época. Além disto, não é possível sustentar que se tenha abandonado a linguagem sobre a terra de superfície plana. As linhas deste parágrafo, bem como o texto de O’Gorman, são provas incontestáveis disto.

Por outro lado, o abandono da teoria do geoplano não implicava, necessariamente, a rejeição completa da geografia sagrada. Percebe-se que a crença na existência do paraíso terrestre era ainda recorrente nesta época, como o próprio autor demonstra, ao analisar as cartas de Colombo escritas durante a sua quarta viagem.

A tradição geográfico-teológica nos interessa particularmente porque nos “introduz no rio” e nos faz conhecer as tradições sobre ele. Pode-se dizer que o olhar cientificista captou, das antigas cosmovisões, mais os aspectos relacionados às teorias da terra plana e da esfericidade da terra, uma vez que, conforme a hermenêutica de contexto, estas teorias constituíam fatores explicativos básicos para a explicitação da empreitada de busca do oriente pelo ocidente. Desta forma, os estudos sobre a época das grandes navegações, geralmente, referem-se mais às grandes elaborações teóricas do que à percepção de simples elementos do cotidiano, tais como a água, o rio e outros. Estas formas de compreender, no entanto, devem ser consideradas fundamentais quando constituem a linguagem que chega até nós, enquanto fronteira. Nesta linguagem as águas do Brasil acontecem e nestas águas, a fronteira vem a ser.

As grandes elaborações teóricas, contudo, merecem referência, pois, sendo mais divulgadas e porque foram transformadas em textos, fazem ouvir a voz da tradição e nelas nos movemos. Além disto, nelas estão inscritas as velhas tradições sobre as águas.

²⁶ O, GORMAN, Edmundo. *Op. cit.*. p. 73

Luiz Carlos Soares diz que na Europa da Idade Média existiam duas “visões básicas de mundo”. De um lado, a tradição cristã, que “reinterpretou não somente os mitos e tradições antigos do paganismo greco-romano, como também retomou a tradição filosófica essencialista de Platão”²⁷. Na concepção teológico-cosmológica cristã, a terra teria o formato de uma caixa retangular semelhante a uma arca. Comas de Alexandria propunha que ao norte do geoplano existia uma montanha em torno da qual girava o sol. O movimento do astro em torno da montanha gerava o fenômeno do dia e da noite.

A figura representava toda a terra habitável, sendo que os etíopes viviam no Sul, os citas no Norte, os celtas no Ocidente e os hindus no Oriente. Ali se encontrava o paraíso terrestre, único lugar da terra inacessível aos humanos, vedado por uma alta muralha de fogo.

No centro deste território encontrava-se a árvore do paraíso. De suas raízes brotava um grande rio, fonte de todos os outros, existentes no mundo. Ao sair do paraíso, o rio dividia-se em quatro, representando os principais rios do universo: o Indo, o Nilo, o Tigre e o Eufrates.

A tradição greco-romana, de tendência aristotélica, por sua vez, concebia a terra como uma esfera sustentada nos ombros de Atlas, ao redor da qual giravam os astros do céu. Na parte inferior do globo terrestre moravam os seres antípodas²⁸. No século V, Macróbio e Capela acrescentaram a isto a teoria das cinco zonas climáticas.²⁹ Segundo eles,

²⁷ SOARES, Luiz Carlos. Op. cit. p. 15

²⁸ Aqueles que se encontram no lugar contrário onde estão os pés, ou seja, os habitantes da parte inferior da terra.

²⁹ Sobre Macróbio e Capela ver SOARES, op. cit., p. 15 e ss.

a terra teria as zonas polares de frio perpétuo e um calor incessante impossibilitava a vida na zona tórrida - a maior delas. A vida só era possível nas duas zonas temperadas e, em pequenas áreas tórridas. A zona temperada do Norte, habitada pelos gregos, romanos e bárbaros, correspondia a zona temperada do Sul, habitada pelos antípodas.

As duas tradições, com muitas variações, acréscimos e exclusões, eram contrárias somente em alguns pontos. Por exemplo, a tradição cristã aceitava a imagem da esfericidade da terra como demonstrou Isidoro de Sevilha, no século XII. Contudo, a proposição da existência de uma zona tórrida, que tornasse os habitantes da terra incomunicáveis, e o discurso sobre a inexistência do paraíso terrestre, desmontavam as bases teológicas do cristianismo, já que se não há paraíso terrestre, como está expresso, literalmente, no livro sagrado, não houve Adão. Se não houve Adão, não houve criação, nem pecado original, logo, não há necessidade da salvação e, portanto, se não houve um Deus para criar, não haverá Cristo para salvar. Do mesmo modo, se há uma zona tórrida, que separa a humanidade desde sempre, não pode haver uma origem comum em Adão, então, não há Deus criador, e o livro sagrado torna-se uma mentira.

Não é necessário explorar a forma como a teologia cristã resolveu o problema da inexistência do paraíso, pois se descobriu que a “zona tórrida” era transponível e habitável.

Basta dizer que a resolução da teologia geográfica do paraíso terrestre se deu pela exegese e pela hermenêutica teológica, quando o Velho Testamento passou a ser compreendido como figura do novo. Como tal, se lhe conferia menor importância porque sua função consistia apenas em anunciar ou prefigurar o novo. Aquela parte das Escrituras fundamentava a antiga cosmologia cristã, e pode ser paulatinamente contestada e reinterpretada. Entretanto, a existência de um paraíso terrestre sobreviveu como tradição,

quer pensemos nas utopias coletivas, nos sonhos individuais; quer pensemos na história residual, mesmo no meio científico.

Esta forma de dizer o mundo conforme antigas tradições ocorria em uma linguagem segundo a qual todos os grandes rios do planeta uniam-se ao rio primordial, em algum lugar e ali se encontraria o portal do paraíso terrestre. Lugar da abundância, da inocência e da árvore do conhecimento, pois foi comendo da fruta desta árvore que os seres humanos conheceram a nudez, o que resultou na sua exclusão do território originário. Este constituía o lugar da origem das quatro raças humanas, formadas a partir dos filhos de Noé. Também representava o espaço original dos quatro rios sagrados, descritos no livro do Gênesis³⁰. O grande rio primordial que brota na base da árvore da vida, ao deixar o paraíso, divide-se em quatro braços. “O nome do primeiro rio é o Fison, e é aquele que torneia todo o país de Evilat, onde se encontra o ouro, e o ouro deste país é ótimo. Ali também se acha o bdélio e a pedra ônix. O nome do segundo rio é Geon; este é aquele que torneia toda a terra da Etiópia. O nome, porém, do terceiro é Tigre que corre para a banda dos Assírios. E o quarto rio é o Eufrates”³¹.

Podemos destacar desta antiga tradição algumas bases fundamentais para a linguagem das águas e das fronteiras. Em primeiro lugar os rios são definidos por nomes. No entanto, os nomes não são consensuais. Dois deles eram rios conhecidos, o Tigre e o Eufrates, os rios da Mesopotâmia. O Geon e o Fison, ao contrário, eram rios desconhecidos. Pode-se dizer que isto decorre da lógica da construção da geografia sagrada. Se o paraíso encontrava-se em um lugar desconhecido, os rios que brotavam dele também necessitavam

³⁰ BÍBLIA. V. T. Gênesis. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas. 1973.. p.33.

³¹ *Idem*. p 33.

estar encobertos pelo mistério. Se eles fossem localizáveis, bastaria seguir-lhes o seu curso e encontrar o paraíso.

O segundo ponto a ressaltar é que os rios da geografia sagrada aparecem ligados a algum território. À exceção do Eufrates, todos têm uma localização que se torna menos precisa quanto mais próxima do paraíso. O terceiro rio corre para a banda dos assírios. O segundo tornea a Etiópia. Como o antigo nome do continente africano era este, associava-se o Geon ao Nilo. O Fison, porém, tornea Evilat. Um território não localizável, desconhecido, envolto em mistérios. Um nome sem rio, um rio sem território localizável. Mais tarde, o Fison foi associado ao Ganges. Cada rio podia ser associado a um povo, a uma raça humana descendente dos filhos de Noé. Finalmente, os dois primeiros rios torneiam ou contornam os territórios ao qual estão associados. Portanto, o rio representa a fronteira dos países.

O “texto sagrado” não é construído em vista da compreensão, mas sim, da adesão, da sua aceitação tácita enquanto letra que pode ser aplicada. É constituído em vista da fé o ato anti-hermenêutico por excelência: acreditar sem compreender nada. Aceitar o mistério e aderir a ele. Acreditar, por exemplo, no dito incompreensível que há três pessoas em uma só – pai, filho e espírito. Ali todo esforço de compreensão se torna inútil, resta a adesão livre.

A geografia sagrada, no entanto, não representava o núcleo central da doutrina cristã. Podia tornar-se objeto de compreensão. Poderia ser conduzida ao campo dos significados, onde as palavras perdem a aura do mistério, girando no círculo da compreensão, da parte ao todo e do todo à parte. Um rio representa a parte de um todo que é um território. Ele não corre no espaço puro e, portanto, a percepção de um rio se dá na

associação com outros objetos: as margens, as curvas, as quedas, a nascente, a foz, os afluentes, os povos que habitam as suas margens. Mas, o contrário vale igualmente.

Nesta antiga tradição da geografia sagrada acontece a compreensão da Bacia do Prata, do Rio Paraná e, por conseguinte, da fronteira do Brasil com o Paraguai, porque cada grande rio associa-se a um país platino, a começar pelo seu nome.

Quando escrevemos a história da fronteira ou de algum município fronteiriço, fazemos com que a fronteira venha à compreensão por meio de uma linguagem que pode ser muito estranha e nos parece sempre familiar. Por isto, não relegamos ao esquecimento o dito de Caminha sobre as águas do Brasil. Também consideramos muito pobre a interpretação que justifica o dito pela ignorância agrônômica do autor da carta do descobrimento do Brasil. O estudo das tradições das águas põe a descoberto o nosso próprio horizonte de interpretação e a forma como a fronteira se dá, se afirma e se confirma pela e na linguagem.

3. 2 DEUSES E RIOS

Por mais que cuidemos para que a nossa escrita da fronteira alcance a “pureza da cientificidade”, as antigas tradições encontram-se presentes e podem ser detectadas. Venilda Saatkamp afirma que “o Rio Paraná estabelece os limites do município de Marechal Cândido Rondon com a República do Paraguai, numa extensão de 35,5 km,

destacando-se como primeira via de penetração através da navegação, da pesca e do potencial hidrelétrico”³²

O Rio Paraná pode ser considerado uma das primeiras vias de acesso à região Centro-sul do Brasil. No texto de Venilda, sobre a história deste município, fundado em julho de 1960, o rio sob a forma de caminho de acesso é uma referência clara à construção da origem do espaço. Responde à pergunta sobre a origem do local. De onde ou a partir de que se originou este local? A partir do Rio Paraná, é a resposta. Mas, nos interessa, no momento, a primeira afirmação quando a autora diz algo evidente e surpreendente: o Rio Paraná estabelece os limites...

Como um rio pode estabelecer algo? Gramaticalmente, sabe-se que o sujeito da oração, no caso o rio, é aquele que age ou que sofre a ação. E neste sentido, não há problema com a frase. Os objetos animados agem e sofrem ações enquanto que os inanimados, em princípio, não podem agir. Nesta qualidade lingüística, neste modo de se dar o mundo a conhecer, a tradição lingüística e antropológica colocam a fronteira entre o mundo mítico e o real. Como exemplifica Georges Gusdorf,

*o canaca, quando deseja um objeto, dirá: 'este objeto me puxa' Ocorre, de resto, nesta circunstância, o mesmo que com a criança, que reencontra este comportamento arcaico quando ela bate num móvel contra o qual se chocou. O gesto da criança, em sua espontaneidade, realiza a afirmação: 'este objeto me machucou'... a consciência mítica decifra diretamente a natureza, desenha a paisagem em sua presença mais imediata.*³³

Este quadro geral, muitas vezes, serve para separar a linguagem considerada científica e a chamada mítica.

³² SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas** : história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel : Assoeste, 1984. p. 69

³³ GUSDORF, Georges. **Mito e metafísica**. São Paulo : Convívio, 1979. p. 28-29

Segundo a tradição platônico-aristotélica, a linguagem é o instrumento, o meio pelo qual o espírito ou o intelecto comunica o que viu. Assim, se o intelecto viu corretamente que uma carta não possui a faculdade de ver, a linguagem deve, também, comunicar corretamente, afirmando que uma carta não pode ver. Isto seria uma visão adequada do mundo dividido entre a classe dos seres animados e a dos seres inanimados. Nesta tradição considera-se mítica uma linguagem que não segue este padrão porque ela comunica uma visão inadequada do mundo, uma linguagem descolada do real.

Todavia, há uma exceção. Alguns seres inanimados agem por sua própria natureza, é o caso, por exemplo, da água, que molha. O fogo queima. O sol ilumina. Além disto, os animais se movem, alimentam-se e procriam. A linguagem como instrumento designaria o ser como ele é. Então, uma linguagem seria considerada apropriada. Quando se trata do ser humano, ela deve exprimir o que é propriamente humano. Então, quem estabelece o lugar onde se encontra a fronteira são os homens, através das disputas, dos acordos, dos tratados e das guerras.

Há, contudo, algumas concessões, que são as figuras de linguagem, de construção e de pensamento. Por meio delas, especificamente a personificação, permite-se à linguagem representar os seres inanimados e irracionais agindo e sentindo como seres humanos. É a concessão que a linguagem racional faz ao poeta. Uma fonte de águas pode cantar. Uma

cidade pode vigiar, como se expressa no hino da cidade de Guaira³⁴, nos versos do poeta J. Reneerkens. “Filho de Guaira eu sou/Sentinela avançada da fronteira/minha palavra de honra eu dou/não existe cidade mais brasileira”.³⁵

Daí, a brasilidade da cidade fronteiriça pode definir os limites. O rio pode estabelecer a fronteira. Há um tom poético nesta linguagem. Todavia, a ação de estabelecer possui muitos significados e, entre eles, equivale a dar estabilidade a alguma coisa, tornar estável ou firme.

Podemos considerar que não se trata de uma figuração qualquer, porque o rio, enquanto acidente geográfico, torna a fronteira estável. A velha tradição da fronteira natural oferece o campo para o dito de que o rio estabelece a fronteira. Se ele mudar de curso, a fronteira muda com ele, já que na letra dos tratados de limites a linha da fronteira segue o curso do rio. Então considera-se-lhe como um ser vivo, que carrega a fronteira no seu curso

³⁴ HINO DE GUAÍRA: Guaira tens o nome na história/ Desde o alvorecer da Pátria amada/ És do Paraná florão de glória/ E dos teus filhos terra abençoada/ És Guaira maravilha singular/ Aquarela de belezas mil/Nada existe que possa/ Este recanto feliz do meu Brasil.

Das reduções missionárias imortais/ Na marcha rumo a nossa integração/ dos civismos dos mais nobres ideais/ És testemunha meu adorado rincão/ Guaira pujante alvissareira/ Sentinela vigilante da fronteira.

Tuas Sete Quedas verdadeiro esplendor/ É entre todos o maior encantamento/ tu és Guaira um jardim de flor/ Onde a natureza ergue um monumento/ Guaira pujante alvissareira/ Sentinela vigilante da fronteira.

Nosso respeito ao heróico pioneiro/ Que desbravou nossa estrada de sucesso/ Pois foi a fibra do homem brasileiro/ Que nos legou esta senda de progresso/ Guaira pujante alvissareira/ Sentinela vigilante da fronteira.

³⁵ RENEERKENS, J. *Poesias de J. Reneerkens*. Toledo : Sul Gráfica, 1978. p. 5.

e, desta forma, guarda e fixa os limites do país. Não podemos eliminar o peso da figura ao compreender o rio como fronteira.

Costuma-se dizer que os romanos tinham uma divindade para cada função da vida. *Terminus*³⁶ era a divindade responsável por tornar estável, fixar e proteger as fronteiras do império romano. Como podemos perceber, daí não vem somente a palavra limites, o conceito de fronteira e as teorias diplomáticas; vem uma tradição que se presentifica e que torna compreensível, óbvio, legítimo e quase inquestionável, sentenças como esta: O Rio Paraná estabelece a fronteira.

Assim, a fronteira se dá na compreensão. O rio personificado assume o lugar do deus *Terminus*. A figura dos rios deuses e dos rios sagrados nos conduzem, como que em suas águas, a antigas tradições, linguagens sobre o mundo, tais como a divisão entre o verbo do Nilo – o rio do paganismo e do Jordão, que fala a linguagem cristã. Schama afirma que “enquanto os padres da Igreja se esforçavam para enfatizar a diferença entre as visões de mundo cristã e pagã, os *antiquaries* do início da Renascença as misturavam. E embora se tivesse explorado intensamente o mito pagão em busca de motivos que pareciam prefigurar mistérios cristãos, muitas vezes ele consegue escapar e afirmar sua autoridade e coerência”.³⁷

³⁶ Antiga divindade romana cujo templo encontrava-se no interior do templo de Júpiter. Trata-se de uma divindade agrária relacionada aos marcos dos campos. Significava essencialmente o atributo das coisas imutáveis. Era representado por uma estaca as vezes com cabeça humana. A ausência de pernas e braços representava o caráter da inamovibilidade. Narrava-se que durante a construção do templo de Júpiter Optimus Máximus, no capitólio, as numerosas divindades das capelas que encontravam-se naquele lugar aceitaram retirar-se para ceder lugar ao senhor dos deuses. Somente Terminus recusou-se a deixar o lugar e foi necessário integrar o seu santuário no interior do templo. V. GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

³⁷ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 272.

Pode-se dizer, por isto, de modo bastante simples, que os padres da Idade Média tematizavam o Jordão; enquanto os eruditos renascentistas empenhavam-se no estudo do Nilo. Dois rios místicos demarcavam, ali, a disputa pelas fronteiras entre a tradição cristã e a pagã.

A divisão das temáticas em torno do Jordão e do Nilo, proposta por Schama, expressa bem a unidade contextual conhecida como período do renascimento. Trata-se de uma linguagem relacionada ao literário, artístico e filosófico vinculada à Europa dos séculos XIV e XVI. Como se sabe, consiste em certo retorno aos valores da época clássica, da civilização greco-romana, considerada a idade de ouro da humanidade. Pode-se dizer que, em parte, os renascentistas se opunham a alguns dogmas do cristianismo medieval.

A tradição cristã vinculava-se ao Rio Jordão, lugar considerado como a fonte de origem do cristianismo, ou melhor, onde se originou o povo cristão. O Nilo representava o mundo pagão, porque foi nas suas margens que o “povo escolhido” tornou-se escravo. No movimento de valorização da cultura pagã, o Nilo entrava como o anti-Jordão. Como se percebe, a discussão se dá conforme a tradição do rio origem. Origem da história, da religião e do local, tal como aparece no texto de Saatkamp.

A recuperação das antigas tradições sobre as águas pagãs ocorre conforme uma linguagem que, aos poucos, tornou-se familiar e, em conjunto com as tradições indígenas e científicas, oferecem a palavra segundo as quais compreendemos o rio, a fronteira e as águas. Palavras simples e usuais como, por exemplo, fonte, que leva a uma compreensão imediata, são vinculadas a estas tradições. A fonte remete à origem, ao antes de tudo, ao começo da história e ao começo da explicação. Antes da origem está o que não interessa para a narrativa. A fonte representa uma figura retórica porque não é necessário ir além dela para demonstrar o desenvolvimento do tema, ou do objeto da fala. Esta figura também se

aplica à hermenêutica do rio da fronteira porque, o início (fonte), o meio (curso) e o fim (foz) são partes que conferem o sentido ao todo, “logos” (rio).

O texto de Venilda apresenta o Rio Paraná enquanto primeira via de acesso. Não se faz necessário demonstrar o quanto é explorada historiograficamente a figura dos rios como as vias por onde a história se desenvolve. Pode-se dizer que isto se dá, principalmente, quando se tematiza a ocupação de um território e o seu desenvolvimento econômico. Evidentemente, se fez necessário que o lugar seja banhado por pelo menos um rio e de preferência que seja navegável. Nestes casos, o rio freqüentemente está associado às origens históricas da região. Assim como ele tem uma fonte que lhe dá origem, a história destes lugares fronteiriços teria sua origem no rio. Portanto, pode-se dizer também que há uma tradição lingüística sobre a fonte-origem na qual rio-fronteira-Paraná vem ao ser.

Schama ressalta que nesta “exótica” e “familiar” cosmologia a literatura fluvial européia, “de fins do século XV e início do XVI era obcecada para mistificar a Fonte”.³⁸ Tal como a origem dos rios se encontra no paraíso, lá também se acha a origem da vida, a “fonte da sabedoria”, descrita por Filojudeu – “a união de bondade, beleza e sabedoria misticamente revelada, a coisa mais próxima dos segredos da Criação que se poderia apreender, mesmo por meio da metafísica”.³⁹ Isto nos remete à carta de Pero Vaz de Caminha e aos antigos saberes sobre as águas e as fontes.

Caminha escreve para um rei cristão, como sabemos, ligado diretamente ao pontificado romano. Os papas romanos, desde 1453, encontravam-se envolvidos num programa de reformas, que comportava a hidráulica clássica e a cristianização das águas da

³⁸ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 272.

³⁹ Idem. p. 272.

cidade de Roma.⁴⁰ Nicolau V, naquele mesmo ano, inaugurou as obras de reforma dos onze aquedutos, dando a um deles o nome de *Acqua Virgo*, água da virgem. O nome do aqueduto relaciona-se a antigas tradições que associam a mulher à água.

É o que se pode perceber no livro “o Sonho de Polífilo”, publicado no ano de 1499, na cidade de Veneza. Suas páginas contêm “as antigas associações de vida, morte e sabedoria transcendental que os mitos egípcios transmitiram ao ocidente”.⁴¹ Numa das histórias, acompanhada de gravuras, o autor apresenta uma ninfa adormecida. Um jato de água brota-lhe de cada seio, indo irrigar um prado vicejante. Assim, o corpo feminino representa a fonte da vida verdejante.

Mais tarde, na primeira metade do século XIX, Michelet, de quem Duvignaud afirmou “ele é realmente historiador, no sentido em que a história, para o homem que a escreve, é uma maneira de se fazer destino e não uma ciência”, associava, também, a mulher à água. Michelet, diz Barthes, “seguidamente falou do mundo-peixe e sempre o associava ao mundo-mulher. Estes dois mundos são para ele os da geração espontânea (na qual acreditava firmemente) e da partenogênese. Entenda-se que a água é o arquiteto de todas as ligações, e que aqui o homogêneo se dissolve, produz a vida: a água engendra a pele, trata-se no fundo do mesmo lençol.”⁴²

Podemos estabelecer uma estreita relação de princípio entre as proposições de Michelet e as de Nicolau V. A “*Acqua Virgo*” relaciona-se a uma disciplina teológica, chamada Mariologia, ainda existente hoje em alguns cursos de Teologia. Maria apresenta-se, ali, como a mãe de Deus, mãe do Cristo, aquele que originou a vida cristã. Ele é

⁴⁰ Ver SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 230

⁴¹ Idem. p. 272.

⁴² BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Op. cit. p. 31.

considerado o evento fundador de uma “vida nova”. O culto mariano foi considerado, durante muito tempo, uma *dulolalia*,⁴³ espécie de heresia tolerável pela teologia oficial. Tem origem na piedade popular, nas tradições orais e pode estar ligado à água-mulher-origem.

São tradições que persistem no tempo, em várias modulações, de antigas histórias, perpassando mitologias, teologias e ciências, narradas de pais para filhos, e na forma de textos circulando entre as camadas populares e as elites intelectuais. Elites como os intelectuais do Vaticano, do final do século XV, a nobreza europeia dos séculos XVI e XVII, os dois imperadores do Brasil, no século XIX, e as histórias narradas pelas camadas populares, tematizando o rio, as águas, a criação, a mulher, as religiões, enfim, a vida.

Podemos dizer que enquanto a fonte está associada à mulher e à feminilidade, nesta linguagem, o rio, mais freqüentemente, encontra-se associado ao elemento masculino. Na própria tradição teológica a que nomeamos de pastoral hidráulica, isto deverá tornar-se bem evidente. Podemos apontar aqui esta característica exógena ligada à figura masculina do deus cristão, porque a heresia mariana constitui um sintoma da linguagem do rio conforme o gênero masculino.

Nicolau V restaurou o *Acqua Trajana* e deu-lhe o nome de *Acqua Paola* (água de Paulo). Nele se representava Josué no Jordão, Araão e Moisés no Monte Horeb. Os sucessores de Nicolau seguiram a mesma “pastoral hidráulica”. Os mesmos papas que assinavam as bulas concedendo às nações ibéricas o direito de explorar e instituir as Américas, criavam a “hidráulica cristã”, fundindo “a lembrança cristianizada do Nilo e seu

⁴³ Culto aos santos. devoção popular.

culto da fertilidade vital, a mística da Fonte da Criação, que a prodigiosa mecânica da Escola de Alexandria tornou visível; a renovatio da tradição romana das águas correntes”.⁴⁴

Cristo tornava-se a fonte original. A árvore da vida do paraíso tornava-se o símbolo da cruz. Da sua raiz, corre o rio-origem e, dele, todos os outros. A fonte da criação torna-se a fonte da vida, o próprio Cristo e a sua Igreja, onde todas as nações irão beber. O rio-fonte representava o “ponto de encontro das nações, crentes e descrentes”.⁴⁵ Do mesmo modo que os rios de fronteira correm, separando e unindo nações, assim também o Nilo e o Jordão corriam entre os mundos pagão e cristão.

A tradição da água como causa de tudo o que pode se originar na terra do Novo Mundo parece, agora, bem mais compreensível. A partir deste horizonte que se nos apresenta sob a forma do exótico, compreendemos que a narrativa de Caminhã podia mesmo ser veloz. E, mais que isto. Antes de representar a ignorância geográfica, climática e agrônômica do escrivão real, comportava o horizonte hermenêutico da fronteira. Linguagem que nos parece estranha e que associava frutas, metal, evangelho e água, conforme a “alquimia” da compreensão.

Estranha para o indígena, estranha para nós, a linguagem européia das águas redesenhava os limites da América. Os antigos “mitos”, as tradições orais, a hidromitologia, a geografia teológica, a hidráulica cristã, a metafísica e o esoterismo concorrem para o estabelecimento destas fronteiras. Nesta linguagem o Rio da Prata se dá.

⁴⁴ SCHAMA. Simon. Op. cit., p. 232.

⁴⁵ Idem p. 296.

Uma das obras da hidráulica sacra, se bem que bastante posterior a Caminha, destaca-se de imediato. No dizer de Schama “... ela é também o lugar em que todas as correntes da mitologia fluvial-oriental e ocidental, egípcia e romana, pagã e cristã – convergem na direção de um único rio sagrado”. A Fonte dos Quatro Rios, na *Piazza Novana*, encomendada pelo papa Inocêncio X, para o ano santo de 1650, nos interessa particularmente, uma vez que acrescenta, pela primeira vez, o Rio da Prata à geografia sagrada dos quatro rios do paraíso. Por esta aplicação da hermenêutica figural, o novo Rio da Prata integrava-se à tradição cristã e greco-romana.



Fonte das quatro águas. SCHAMA, op. cit., p. 309.

Plastificava-se nas pedras a “estranha” linguagem européia sobre o quarto rio do paraíso. Schama assegura que a Fonte das Quatro Águas, projetada pelo artista plástico Bernini, subverteu as concepções tradicionais de fontes aquáticas. No lugar do esguicho tradicional, que jorra para cima, o artista colocou um “poste” de pedra, o obelisco de Domiciano, como se fosse um jato imóvel. Seu simbolismo associa-se a tradições ainda

mais antigas. “O obelisco imutável, o raio de sol, sol *invictus*, à divindade Amon-Ra, o pai Osiris, a fonte de toda tradição egípcio-romano-cristã”.⁴⁶ A rocha simboliza a Igreja, pois, “tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”; simboliza a verdade eterna, o evangelho.

Ao redor da “rocha” encontram-se as figuras dos quatro rios, representando quatro continentes: “os quatro rios do paraíso que dividiam o mundo, retornam à sua nascente única e misteriosa: a rocha da Criação”.⁴⁷ A fonte reúne as nações, o rio que separa, também reúne. O círculo hermenêutico se completa.

O Rio da Prata deságua no Paraná, diz a geografia, mas, como saber o exato lugar onde um rio termina? Podemos dizer que se trata de um saber meio intuitivo, para o qual não existe metodologia bem definida. Um saber prático, vivencial, mais ou menos comparável à classificação de uma árvore, se perguntarmos onde termina o tronco e onde iniciam os ramos. O tronco pode ser considerado a parte principal, a parte mais volumosa. Não há uma regra explícita para classificar. Sabe-se que os ramos iniciam no tronco e que este termina onde começam os ramos. Trata-se de um conceito prático, aplicável, mas de difícil definição.

Parece acontecer à mesma aplicação deste “método” para a nomeação dos rios. Os afluentes, também conhecidos como braços de rio, aparecem seguindo critérios semelhantes ao da árvore e dos ramos. A lógica parece ser a do maior volume de água. A parte maior não pode estar contida na menor, parece ser o princípio lógico para definir estas questões.

⁴⁶ SCHAMA. Simon. Op. cit. p. 302

⁴⁷ Idem *ibidem*.

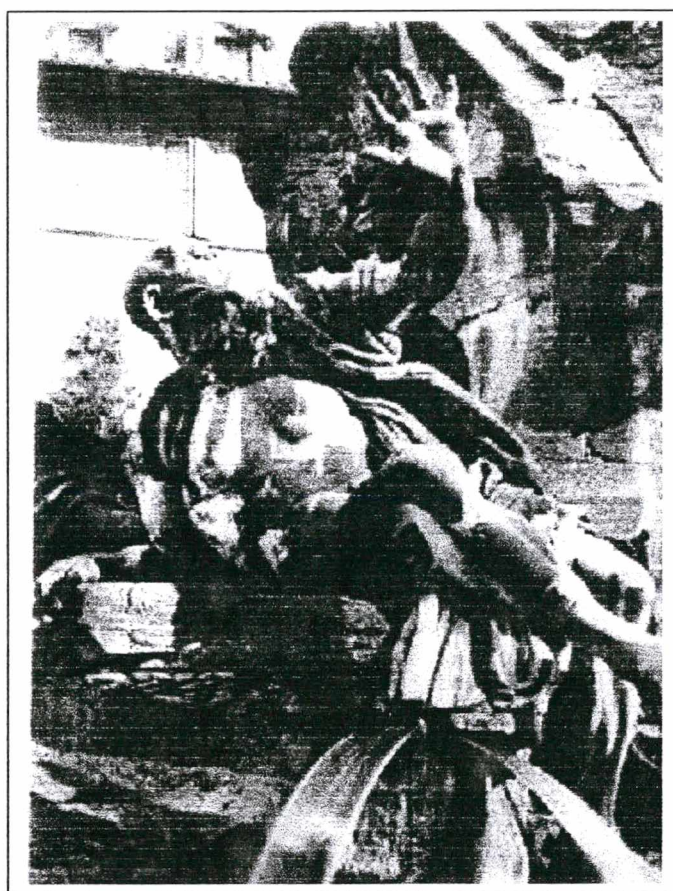
Assim, na bacia do Prata ocorre uma característica interessante: o Rio da Prata termina onde iniciam o Rio Paraná e o Uruguai. Neste caso, estamos estabelecendo seu início onde ele deságua, que é o Oceano Atlântico. Poderíamos dizer o inverso, afirmando que o Prata começa onde termina o Paraná e o Uruguai. Não é um rio que tenha a sua nascente no lugar mais longínquo de seus afluentes, como se pode dizer do Nilo, do Amazonas e até mesmo do Paraná e do Uruguai.

Dizem que, por isto, o Prata não é um rio. Talvez isto seja um diletantismo geográfico ou apenas uma dificuldade prática oriunda de um conceito igualmente prático. Seja como for, se seguissemos a lógica do tronco mais volumoso, o Prata e o Paraná poderiam ser considerados o mesmo rio. Entretanto, o delta através do qual o Rio Paraná desemboca no Prata, talvez, tenha contribuído para a forma como eles foram nomeados. Para os europeus, nomeadores de rios, poderia ser um dado inquestionável que delta significasse fim de rio. A linguagem do Nilo podia oferecer o modelo.

Para os guaranis, entretanto, não havia dois rios, mas sim, uma só grande água. Retomaremos esta questão adiante. Importa, por ora, perceber como o Rio da Prata, ou, se quisermos, este curso de água formado pelas águas do Paraná e do Uruguai, além de outros afluentes menores, acontece na tradição da hidráulica sacra.

No exótico mapa-múndi “escrito” na pedra, o planeta inteiro vem representado através dos rios, personificados em figuras clássicas de homens adultos *seminus*. Na Fonte das Quatro Águas, o Danúbio representa a Europa; o Nilo remete à África; o Ganges simboliza a Ásia; o Prata prefigura a América. A representação dos rios através de figuras clássicas evidencia uma das características do movimento renascentista. A valorização das figuras pagãs dos homens rios não possuía aqui a conotação antieclesiástica que contrapunha o Nilo ao Jordão. As tradições se juntam e a tematização dos mitos pagãos

torna-se incentivada pela própria hierarquia católica. Na figura do obelisco de pedra, o símbolo da Igreja encontra-se expressa numa hierarquia de poderes. A instituição eclesiástica domina os outros símbolos, pois se sobrepõe a eles. Na arquitetura da fonte, o obelisco domina as estátuas, que representam os rios que significam os continentes e seus povos. Trata-se de uma linguagem de domínio, ou seja, da missão que a Igreja se propunha ao se espalhar pelo mundo inteiro.



Rio da Prata. SCHAMA, op. cit., p. 307.

Além disto, a fonte das quatro águas representa uma forma de demarcar os limites, ou a extensão do território que a igreja considerava sob seu domínio. Os quatro continentes localizáveis pelos quatro rios. A fonte de Bernine pode ser considerada um mapa de pedra. Uma forma de saber que expressa o território, os seus limites, as suas fronteiras.

As figuras humanas dos rios não aparecem com a cabeça reclinada, como eram tradicionalmente representados os rios-homens. Na Fonte das Águas, as estátuas “respondiam, dramaticamente, à fonte original da criação”, à origem comum da história humana. Estão voltadas para o obelisco. O Rio da Prata tornavam-se pedra em um mundo distante e, juntamente com o Danúbio, representava, na visão de Bernine, as duas águas que melhor respondiam ao estupor da conversão, ao “brilho da luz civilizadora do evangelho”.

O Prata deixava de pertencer exclusivamente à cultura oral dos indígenas e adentrava a cultura escrita, o mundo do papel e da pedra entalhada. O rio do continente americano adquiria uma origem. Sua fonte encontrava-se no “pé da Igreja Católica” e, por isto, vinculava-se ao território cristão. Tratava-se de um ritual de batismo do rio para que ele deixasse a sua identidade indígena – pagã. Faria, agora, parte das descrições e das narrativas escritas, dos mapas e das cartas de navegação, dos tratados científicos e dos projetos de exploração. Como o novo rio não possuía uma história escrita, as tradições da Europa fundiam-se com as antigas tradições nativas para completarem o círculo da hermenêutica. O rio, que separa e une tradições, povos e nações, em breve passaria a representar o traço da fronteira, num de seus muitos braços: o Rio Paraná. Separava e unia Portugal e Espanha em alguns de seus trechos e, mais tarde, Brasil e Paraguai.

A linguagem das quatro águas do paraíso era falada na constituição das fronteiras dos países platinos. No monumento de Bernine, cada rio correspondia a um continente e na geografia da região do Prata, cada país toma o nome de um dos seus grandes rios. O Rio da Prata vincula-se a Argentina, palavra que pode ser traduzida como terra da Prata. Os rios Paraguai e Uruguai oferecem os nomes aos países, seus homônimos. O Rio Paraná confere seu nome ao Estado do Paraná. A fronteira entre estes países acontece na linguagem da pastoral hidráulica e dos quatro rios do paraíso.

3. 3 EL MAR DE ÁGUA *DULCE*: O ABRAÇO DOS ANCIÃOS

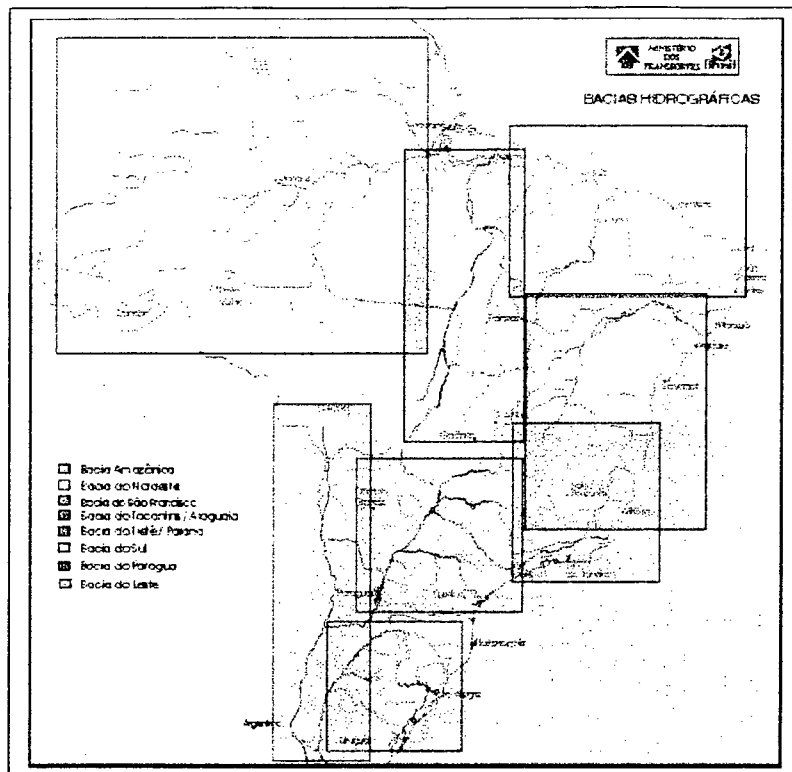
A bacia do Prata tem uma extensão aproximada de 4.000.000 quilômetros quadrados. Localiza-se entre 16° e 34° de latitude sul. Abrange parte do Brasil, Bolívia, a totalidade do Paraguai e grande parte da Argentina e do Uruguai. “Em nossos dias, capitais de diversos países sul-americanos, como Buenos Aires, Montevideu, Assunção, Sucre, Brasília, além de outras que podem ser incluídas na zona de influência, como Santiago e La Paz, encontram-se dentro do complexo hidrográfico do Prata”.⁴⁸ Região de maior concentração populacional da América do Sul, é considerada a bacia hidrográfica do Mercosul. Costuma-se afirmar que seus rios cortam as terras mais férteis do continente sul-americano, o que pode ser atribuído como referência ao manejo da pecuária e ao cultivo de certas plantas, como, por exemplo, a soja e o trigo.

A forma de ordenar os rios de uma bacia tão complexa quanto a do Prata depende, evidentemente, de quem faz a ordenação. Pode ser comparada a uma viagem de navegação. Uma expedição exploratória, que segue da foz até a nascente.

Quando se chega à confluência de dois rios, faz-se necessário escolher qual o caminho a seguir. Se o objetivo for à busca da nascente, o melhor caminho deve ser a escolha do rio mais caudaloso. No caso, a idéia básica consiste em que cada bacia

⁴⁸ CAMARGO, Fernando Silva. **Britânicos no Prata** : caminhos da experiência. Passo Fundo : Universitária, 1996. p. 28

hidrográfica possui um rio principal e nele deságuam os seus afluentes.



Bacias hidrográficas. Fonte: www.transportes.gov.br/denys/Atest26

Apontar qual o “rio-príncipe” da bacia do Prata comporta uma série de implicações, embora se possa afirmar que o Rio da Prata ofereça o nome para toda a bacia. Pode-se assinalar o mais longo, o mais caudaloso ou o mais navegável, entretanto, a uma primeira aproximação, algo se ressalta.

Como foi apontado anteriormente, cada um dos seus maiores rios, exceto o Paraná, é homônimo, pelo menos na raiz latina, de um dos países por ele banhado. Percebe-se, aí, o modo pelo qual a antiga tradição da pastoral hidráulica, dos “mapas de pedra”, dos rios estátuas se presentifica na definição das fronteiras entres os países do cone sul da América. A sua presentificação torna-se usual de tal maneira que, ao escrevermos a história destes

lugares, incorporamos as tradições e, muitas vezes, sem ao menos nos darmos conta destas coisas. Trata-se da forma como o passado visita o presente e imprime nele a sua marca.

Deve-se acrescentar, a esta representação “hidromítica”, o Rio Pilcomaio, que tem suas nascentes no planalto boliviano, junto às cidades de Sucre e Potosi, indo juntar-se ao Rio Paraguai, nas proximidades de Assunção. O Rio Salado nasce no monte Ojos Del Salado. Desce em direção a Sudoeste, atravessa o pampa argentino para fazer confluência com o Paraná. Eles não oferecem seus nomes aos países que banham.

O Rio Uruguai tem seu nascedouro na Serra do Mar. Corre a Oeste e depois ao Sul, até desaguar, quando inicia o Rio da Prata. O Rio Paraguai nasce nos limites meridionais da floresta equatorial úmida, cortando o pantanal mato-grossense até unir-se com o Pilcomaio e desaguar no Paraná, que é considerado por muitos o rio principal da bacia platina, o mais caudaloso, nasce da confluência dos rios Grande, cuja fonte é próxima a Belo Horizonte, e Paranaíba, que nasce nas proximidades de Brasília. É regado pelos rios Paranapanema, Tietê, Iguaçu, Paraguai-Pilcomaio e Salado. O “rio-príncipe”, segundo a tradição, recebeu seu nome dos indígenas. Centenero afirma que, “el rio Argentino o rio del Plata es llamado por los indios Paraná que quiere dizer mar por su grandeza”⁴⁹

Segundo o que se depreende da fala de Centenero, os indígenas da bacia do Prata não faziam diferença entre o Prata e o Paraná. Isto nos remete a refletir que os rios não recebem o nome da natureza ou das divindades. Como um personagem, cada rio nomeado recebe um nome que é escolhido em algum momento. Nem podemos supor que o nome foi dado por um sujeito, cujo espírito tenha lhe contemplado a essência e a tenha comunicado aos outros, de uma forma adequada.

⁴⁹ CAMARGO, Fernando. Op. cit. p. 28

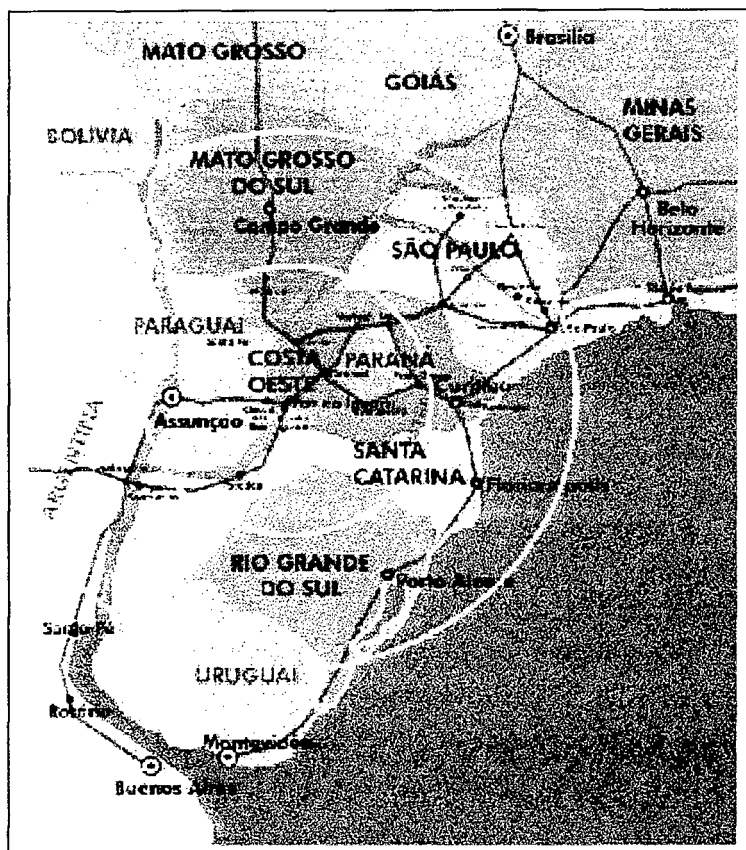
Esta parece ser a suposição fundamental quando buscamos a razão dos nomes no “sentido oculto da palavra”. A investigação etimológica, a busca do significado do termo conduz a este tipo de explicação suficiente. Por exemplo, no próprio texto de Centenero observa-se este recurso. “Paraná que quiere decir mar por su grandeza”. O escrito é uma resposta à pergunta: por que o Paraná tem este nome? Porque na língua indígena esta palavra significa grande como o mar.

Suponhamos que o rio em questão fosse considerado pequeno. Haveria uma quebra do sentido, uma falha na compreensão. Surgiria, imediatamente, uma outra pergunta. Por que os indígenas consideravam um rio tão pequeno, grande como o mar? Como participamos do mesmo horizonte que os indígenas e Centenero, consideramos o Paraná um grande rio. Então, a compreensão acontece, efetua-se o sentido e o rio grande como o mar vem ao ser, ou seja, ele se torna presente e a compreensão se efetua. Mesmo para uma pessoa que não conhece a grandeza do curso de suas águas, nem por tê-lo avistado “pessoalmente”, por meio de figuras, ou por intermédio de mapas? E que nem mesmo possa tê-lo mensurado por meio de outro sentido? Para que ocorra compreensão, há que se confiar na palavra-testemunho dos indígenas e de Centenero, na tecnologia do etimólogo e na percepção dos indígenas.

Assim, na fusão dos horizontes, o rio se dá a conhecer. Ele se presentifica por uma tradição que classifica os rios pela linguagem. É como se fosse uma espécie de marketing, onde o Paraná aparece como grande. Isto significa dizer que não é pela sua própria essência que o atributo de grandeza aparece na linguagem, mas, que o qualificativo é construído na e pela linguagem.

A investigação sobre o caráter acontecimental de compreender o rio fronteira, portanto, se coloca na oposição do romantismo historicista, que preconiza uma recuperação

da língua original, valorizando, por exemplo, os nomes de origem nativa. O Rio da Prata e o Rio Paraná aparecem sob a figura de uma grande quantidade de águas, na tradição guaranítica.



Costa Oeste. Fonte: www.pr.gov.br.

A figura de um “mar de água doce” atribuída a “estes dois rios” não deve ser simplesmente reputada à suposta ignorância geográfica dos indígenas, à insuficiência de seus sistemas de classificação ou a primitividade de sua língua. Não deve, simplesmente, submeter-se a um chavão do tipo ‘os indígenas não eram geógrafos’ porque não sabiam classificar corretamente o que é um rio e separá-lo do mar. Além de podermos permitir a eles o direito de se expressarem por metáforas, podemos perceber que se trata de uma língua utilizada pelos primeiros europeus que aqui chegaram; depois, mais recentemente,

na linguagem apresentada na década de 70, sobre o Lago de Itaipu⁵⁰ e, atualmente, torna-se “quase oficial” a partir do Projeto Costa Oeste.⁵¹

Podemos dizer “quase oficial” no sentido de que a expressão Costa Oeste acontece numa tradição. E isto não se deve ao fato de haver um sentido correto de aplicação da palavra costa. No entanto, podemos fazer uma aplicação inversa a fim de testar nossa linguagem, propondo que o litoral paranaense se localiza à margem (direita ou esquerda?) do Oceano Atlântico. Evidente que isto pode ser expresso, mas, podemos concordar que uma expressão deste tipo é logo considerada como linguagem inadequada. Parece não haver uma tradição lingüística que dê conta de abarcar as “margens” de um oceano, nem, tampouco, o Rio Paraná é chamado de oceano doce. Um mar constitui-se como algo menor, mais facilmente visualizado em suas costas e em seus limites.

⁵⁰ O Lago de Itaipu muitas vezes é comparado a um mar de água doce. Tem uma extensão de 1.355 quilômetros quadrados e 2.919 km de orla. Dentro do lago, encontra-se o arquipélago de Ilha Grande com cerca de 260 ilhas.

⁵¹ O Projeto Costa Oeste é gerenciado pelo Serviço Social Autônomo ECO PARANÁ, instituído pela lei 12.215, de 10 de julho de 1998, vinculado à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo do Paraná. O projeto visa a expandir o fluxo em torno do Lago de Itaipu e com isso aumentar a permanência do turista na região a partir de um roteiro de ocupação que vai de Foz do Iguaçu a Guaíra, em que o transporte náutico será o principal elo de ligação. O Estado do Paraná, a partir do governo Jaime Lerner (1995-98, reeleito para mais quatro anos) iniciou a implantação de diversos distritos turísticos em locais estratégicos ao longo do lago. A Idéia é transformar a região em um pólo turístico planejado e de grande porte, com ações de parceria entre os governos do Brasil, Paraguai e Paraná, os municípios limítrofes, a Itaipu Binacional e a iniciativa privada. Todo e qualquer iniciativa nesta área obedecerá a um plano diretor que estabelecerá os parâmetros de ocupação. V. p. da Internet www.prcoeste@pr.gov.br

Falar, portanto, da Costa Oeste remete a uma longa tradição lingüística na qual se tematiza os mares, as grandes águas. O Rio Paraná presentifica-se nesta linguagem dos mares, das águas e dos rios, que se ligam, que se comunicam entre si, como se fossem personagens em diálogo. Nesta tradição, o Prata e o Amazonas representam dois idosos de mãos dadas.

Sérgio Buarque de Holanda refere-se a este acontecer da linguagem. “Sua origem remota estaria no caso referido aos homens de Sebastian de Benalcazar, quando este empreendeu em 1533 a conquista de Quito, de um chefe indígena de certo lugar ao Norte, o qual se banhava, todas às manhãs, numa lagoa, depois de coberto o corpo nu de pó de ouro”.⁵² Para o autor, a fábula do Eldorado está na origem desta tradição, que une o Prata e o Amazonas, formando uma costa de águas doce, no Oeste do Brasil.

Conforme Holanda, há um mito na origem. Do ponto de vista da hermenêutica filosófica, considera-se a abordagem feita por Holanda indiscutivelmente muito rica, pela quantidade enorme de informações sobre as tradições que constituem a linguagem sobre o Brasil. Quando se trata de compreender a fronteira constituída por um rio, os chamados “mitos geográficos” constituem uma importante fonte de informações.

Com efeito, Holanda adverte que, como observou Lucien Febvre, podemos distinguir a nossa mentalidade, da quinhentista, na qual aqueles homens buscavam terras ignotas, se bem que alheios a este senso do impossível. Afirma também, e nisto concordamos, que “nem por isto mostravam grande afã em perseguir quimeras”.⁵³ O autor argumenta que o “senso do impossível”, no entanto, era mais aguçado entre os

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do paraíso*. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1997. p.

⁵³ Idem. p. 5

portugueses⁵⁴. Por isto, apenas um dos “mitos geográficos relativos à América Latina”, por ele levantados, é considerado de origem portuguesa. Trata-se do Pai Tomé⁵⁵, comentado anteriormente.

O texto *Visão do Paraíso*, em seus primeiros capítulos, persegue as várias narrativas, as várias crenças, as filosofias, geografias da época, as narrativas populares e a forma como elas, em certa medida, atuaram na produção de um conhecimento contextual sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, interferiram na forma de desenvolvimento do país, direcionando as rotas de entrada, os caminhos fundadores e as próprias ciências sobre o país.

Nossa pesquisa não segue esta direção, como já deve ter-se tornado claro. Não estamos tratando da linguagem sobre o Brasil, senão da fronteira. Isto por si coloca um marco diferencial. Se aceitarmos a tese de que os portugueses eram mais céticos, mais realistas, pragmáticos, empíricos ou, menos dados à crença nas tradições do que os espanhóis, deve-se concluir que na fronteira entre estes dois povos as atitudes perante o mundo se entrecruzavam. Assim, a fronteira deve constituir este lugar mais propício para o acontecer das tradições.

Dentre as narrativas quinhentistas e do seiscentos levantadas por Holanda, nos interessa particularmente aquela que aparece em vários mapas da época, “as águas do Amazonas e as do Prata unidas no nascedouro através de uma grande lagoa central”. Não para desvendar o que de verdade havia nelas e, nem mesmo para desvendar as origens discursivas que conduziram a elas, e sim, para perceber o seu acontecimento.

⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 5-14

⁵⁵ Narrativa sobre o apóstolo Thomé, o andarilho que haveria catequizado o continente americano antes da chegada dos portugueses. É associado por historiadores paranaenses ao caminho do Peabiru.

Holanda liga esta tradição à procura do Eldorado que, na América, teria se efetuado pela primeira vez em Nova Granada; o lugar encantado que recebeu o nome de *Manoa*. No Brasil haveria a crença também na existência de uma lagoa dourada. *Paraupava*, ou seu equivalente mais conhecido *Eupana*, lago que já vinha assinalado nos mapas dos cartógrafos desde antes de 1560.⁵⁶

É também deste período a crença de que se poderia atingir regiões andinas pelas águas do Rio São Francisco. Diz Holanda que o *Paraupava*

*é expressamente nomeado pelo padre Domingos de Araújo numas notícias obtidas por este jesuíta do sertanista Domingos sobre o trajeto de uma bandeira de que participava, saída de São Paulo pelo ano 1613. Diz-se neste documento, de certo espanhol, que, foragido do Peru, onde se vira condenado à morte, embarcou naquela famosa lagoa chamada de Paraupava (donde nascem vários e formosos rios) e navegando depois ao som da corrente foi dar no mar largo. O rio onde, ao sabor das águas, viajou o referido espanhol, era, segundo a citada relação, o Grã-Pará, que do nome do fugitivo teria tomado depois o de Maranhão.*⁵⁷

A partir desta fonte documental, a respeito de uma lenda, Holanda tirou a sua conclusão:

*Ainda que destituída de fundamento histórico, a anedota ilustra, no entanto, a noção então corrente de que o Amazonas tirava as suas águas de uma esplêndida e descomunal lagoa existente no interior do continente. E não só o Amazonas, mas outros vários e fermosos rios... tão persistente mostrou-se à noção da existência deste lago central – berço de todas as principais correntes fluviais que fenecem na costa atlântica do Brasil e túmulo dos que nascendo nas alturas dos Andes, se precipitam pelas vertentes orientais -, que ainda em 1648 encontrava ele guarida no sábio e austero tratado do naturalista Jorge Marcgrave de Liebstad. Entre os muitos braços que a maneira de aranha monstruosa, lançava este lago em todas as direções, deveria incluir forçosamente o Rio da Prata.*⁵⁸

Holanda desenha, assim, a cartografia deste período sobre as águas do Brasil. A figura à qual o autor recorre oferece grande plasticidade à sua descrição. Os membros do

⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 40.

⁵⁷ Idem, p. 59-60.

⁵⁸ Idem, p. 60

aracnideo da parte ocidental projetam-se para o centro do continente, os da parte oriental, para o mar. E, além de conferir a plasticidade, ela também realiza uma fusão de horizontes onde se pode perceber a história efetual. É porque nos movemos no horizonte de uma linguagem sobre o mundo imaginário, onde a geografia em questão é considerada, por Holanda, circunscrita ao “senso do impossível”, que ele pode aplicar à figura da aranha monstruosa.

Na hermenêutica figural, segundo Auerbach, se estabelece uma relação entre dois acontecimentos ou duas pessoas. Um deles significa não somente e si mesmo, mas, também, significa o outro. Este comporta e completa o anterior.⁵⁹ Com isto, entende-se que a figura do monstro, no texto de Holanda, não é uma metáfora qualquer. Ela impõe o sentido textual de “*mirabilia*” ou credence, à projeção cartográfica do “sábio e austero” Marcgrave de Liebstad e, com isto, pode-se dizer, à noção então corrente do lago original. Deste ponto de vista, o texto de Holanda não foge a um certo toque iluminista e da interpretação contextual.

O autor relata, ainda, a forma como as características do Rio São Francisco e, de certo modo, do Rio Paraguai, contribuíram para a construção da idéia de que o Brasil teria uma costa de água doce. O fato de o rio apresentar períodos de cheias, enquanto os outros se encontravam com menor volume de água devido às estiagens, e a existência da cachoeira de Paulo Afonso, levou cartógrafos como João de Laet e Nieuhof a pensarem que ele poderia ser um dos braços do Nilo. Isto seria possível, porque, como vimos anteriormente, segundo a tradição cristã, todos os rios se originavam no paraíso. Além disto, reforçaria a idéia do lago central a suposição de que os rios que se alagavam no verão assim se

⁵⁹ Sobre o conceito de interpretação figural de Auerbach ver GIUCCI, op. cit., p. 31.

“comportavam” porque recebiam grande quantidade de água do degelo das montanhas andinas. Então, percebemos os rios da América do Sul acontecerem conforme as antigas tradições do Nilo e da geografia sagrada.

Sobre a geografia do paraíso há ainda uma característica destacável. No capítulo LV da *Ymago Mundi*, de Pedro Aliaco, encontra-se, segundo Holanda, uma descrição de sua localização. “Os jardins de Éden se situavam a tais altitudes que o próprio dilúvio universal não os alcançara. Mostra como, desempenhando-se daquelas alturas – e fazia tamanho ribombo no despenhar-se que os habitantes das vizinhanças chegavam a nascer surdos”.⁶⁰

O adelantado Cabeza de Vaca também narra que o barulho que as águas da cachoeira de Foz de Iguaçu faziam era ensurdecedor. A narrativa dos sons das águas, conforme o texto de Henry Miller, é a seguinte:

*Os nativos que encontraram por perto informaram que o Rio Iguaçu entra no Paraná que, por sua vez, entra no Prata e que, nestes rios morreram muitos índios e portugueses que Martin Afonso de Souza enviou para descobrirem aquela terras. Foram mortos pelos índios da margem do Rio Paraná, quando atravessavam o rio em canoas. Assim, para prevenir de ataques, o governador decidiu seguir por dois caminhos. Iria ele com uma parte do pessoal em canoas. Rio Iguaçu abaixo, até encontrarem Rio Paraná. O restante do pessoal e os cavalos iriam por terra e se colocariam à margem do rio para proteger a passagem das canoas. Assim foi feito... Mas ao irem Rio Iguaçu abaixo, era tão forte a correnteza que as canoas corriam com muita fúria. Logo adiante do ponto onde haviam embarcado, o rio dá uns saltos por uns penhascos enormes e a água golpeia a terra com tanta força que de muito longe se ouve o ruído.*⁶¹

Os relatos sobre os sons produzidos pelos saltos das Sete Quedas, antes de serem encobertos pelas águas do Lago de Itaipu, são comuns ainda hoje na região. Os ruídos das águas caindo são lembradas com uma tonalidade saudosista. Como lembra Inês Nascimento

⁶⁰ HOLANDA. Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 63.

⁶¹ MILLER, Henry. *Cabeza de Vaca: naufrágios e comentários*. Porto Alegre: LP&M, 1987.

Campos, “principalmente quando o tempo estava pra chuva, a gente ouvia ronco, assim uó, uó... longe, longe. Hoje, não se escuta mais nada...”⁶²

Não se deduz daí que Cabeza de Vaca e Inês, separados um do outro por quatro séculos, acreditam na existência do paraíso terrestre, mas, que há uma tradição que tematiza o rio a partir de sua sonoridade, do seu movimento, do efeito que a sua magnitude causa sobre os sentidos. Fala também do rio que fixa a fronteira, que circunda o país, que oferece identidade da fronteira, ou seja, o seu acontecer. A linguagem do rio que circunda os territórios está vinculada à antiga tradição da Costa Oeste.

A figura do Amazonas de mãos dadas com o Prata era questionada já em meados do século XVII por Simão de Vasconcelos, como demonstra Taunay. Conforme o texto de Vasconcelos, os indígenas falavam de uma grande lagoa existente no interior do Brasil, e que dela se formam os braços daqueles grossos corpos; o direito, ao dos Amazonas para a banda do Norte; o esquerdo, ao do Prata, para a banda do Sul, que, com estes, abarcam e torneiam o Brasil; e com o mais grosso do peito, pescoço e boca, presidem ao mar. Verdade é que, com mais larga volta, se avistam mais ao interior da terra encontrando-se não águas com águas, mas, avistando-o tanto ao porto, que distem somente duas pequenas léguas; donde com facilidade os que navegam corrente acima de um destes rios, levando as canoas às costas, aquela distância entreposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro; e esta é à volta com que abarcam estes dois grandes rios 2000 léguas de circuito.⁶³

⁶² Ver depoimento de Ines Nascimento Campos, colhido em maio de 1999.

⁶³ TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Monstros e monstrengos do Brasil**. PRIORE, Mary del (Org.) São Paulo : Cia. das Letras, 1998. p. 121

O texto de Vasconcelos, decalcado por Taunay, constitui um exemplo fundamental no acontecer da tradição sobre a fronteira das águas. Em primeiro lugar, devemos ter em consideração que se Vasconcelos fala com propriedade sobre a tradição da “aranha gigante”. Isto acontece porque ele a compreendeu, ou seja, houve uma compreensão. Se houve compreensão, ela aconteceu, porque o autor juntou o seu horizonte ao da tradição. Digamos o mesmo de Taunay e de nós.

Podemos, então, compreender como acontecia a tradição da fronteira de águas porque também ela chega até nós através da linguagem, principalmente dos textos, e isto não carece de outra demonstração. Ora, o texto de Vasconcelos tem uma pretensão de verdade. E parece que, à primeira vista, ele é um texto que nega a tradição, pois, afirma um saber novo em relação ao tradicional. O saber da tradição que chega até Vasconcelos é o da existência de um lago interior que liga o Amazonas e o Prata. Trata-se de um lago dourado, encantado, fonte de muitas riquezas. O “novo saber” vem enunciado no texto de forma não contundente, “verdade é que com mais larga volta, se avistem mais ao interior da terra encontrando-se não águas com águas, mas avistando-se tanto ao ponto, que distam somente duas pequenas léguas”.

Nega-se a existência da lagoa dourada. Não existe *Paraupava*. Podemos afirmar isto a partir de nosso horizonte científico que não conhece o lago central, ou, melhor dizendo, que conhece a geografia da região central da América do Sul e ali não encontramos nenhum lago dourado, e nem menos um lago de onde se originam todos os rios do Brasil. Assim pensaríamos ter encerrado a crença nele. Poderíamos concluir que houve uma ruptura na tradição e que Vasconcelos, apesar de tudo, apesar do mundo fantástico onde vivia, possuía a ciência do correto, do que realmente é. Ele sabia ligar a palavra ao território.

O problema da existência ou não do lago não esgota certamente o texto, pois, se assim o fosse, não haveria necessidade do autor acrescentar outro comentário: “os que navegam corrente acima de um destes rios, levando as canoas às costas aquela distância entreposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro”⁶⁴. Deste modo, o cronista afirma a tradição, ao contrário do que se pode inferir, como se infere a partir dos horizontes iluminista e romântico. Vasconcelos afirma que não há lago ligando o rio Amazonas e o Prata. Porém, afirma, também, que é possível navegar do Prata ao Amazonas, isto é, pela “Costa Oeste” do Brasil, de Norte a Sul, apenas levando a canoa nas costas por duas léguas.

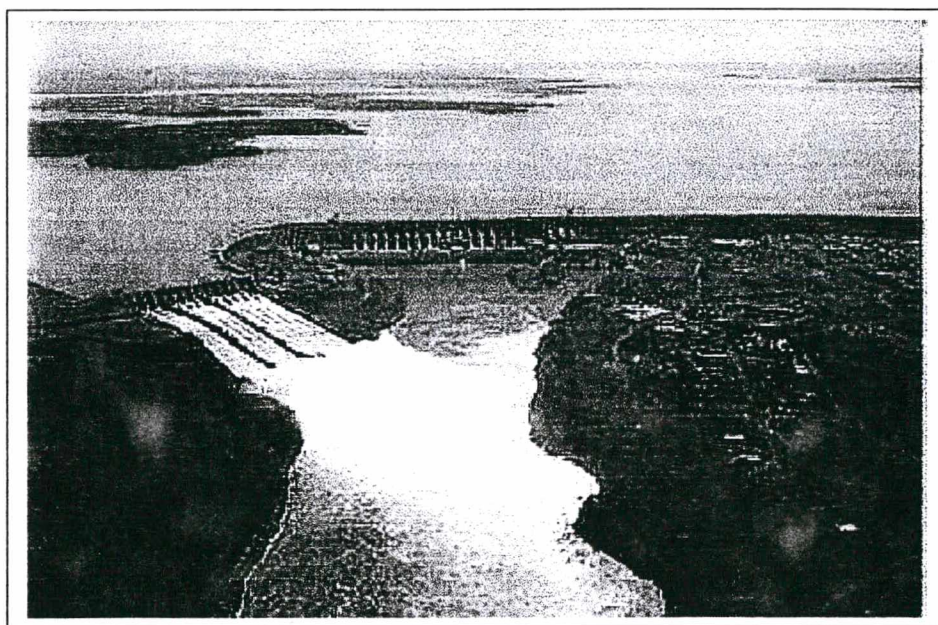
Deste ponto de vista nos parece que não há como estabelecer uma ruptura entre a linguagem da “grande aranha” e a de Simão de Vasconcelos sem a inclusão do horizonte interpretativo iluminista. A vontade de verdade, diria Foucault, o desejo de afirmar o saber científico como saber válido sobre os outros, conduziu, neste caso, à sobrevalorização do tema do lago Eldorado. A parte parece ter sido tomada pelo todo. Ignorou-se a tradição pelo elemento do que parecia a novidade. Deste modo, podemos dizer que a pergunta para a qual o texto de Taunay quer ser uma resposta deve ser: o que há de verdade e de “invencionice” nas narrativas sobre o Brasil? A de Simão de Vasconcelos não é, com certeza, se o lago central existe ou é invenção. Trata-se de saber como se faz à travessia do Rio da Prata ao Amazonas apesar da inexistência do lago. A resposta: “verdade é que... com facilidade os que navegam corrente acima de um destes rios, levando as canoas às costas aquela distância entreposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro”⁶⁵. A figura da fonte que se localiza nas alturas encontra-se presente. Uma parte é a subida, a outra a descida. A navegação que

⁶⁴ TAUNAY, Afonso d’Escagnolle. *Monstros e monstregos do Brasil*. Op. cit. p121.

⁶⁵ Idem *ididem*.

ocorre no litoral, no Atlântico, pode ocorrer no interior. Nossos rios são mares de água doce.

Destarte, isto não é tudo, pois, o autor projeta até mesmo à distância do itinerário. “É à volta com que abarcam estes dois grandes rios 2.000 mil léguas de percurso”. Isto confirma que o texto não trata propriamente do lago. Aí podemos perceber a questão da entrada para o interior do país. Mais tarde, na década de 70, a tradição presentifica-se nos projetos de construção do Lago de Itaipu, nos projetos da “Costa Oeste”, e da “Hidrovia Paraná-Paraguai”.⁶⁶



Barragem de Itaipu.

⁶⁶ Projetos de navegação do rio Paraná e Paraguai. No ano de 1987, realizou-se na Bolívia a 17ª reunião de ministros de relações exteriores dos países da bacia do Prata. Nesta ocasião, foi promulgada a resolução de número 210, na qual os cinco países declararam sua intenção de promover a navegação pela hidrovia como assunto prioritário. O projeto consiste na ampliação e aprofundamento do canal navegável dos rios Paraná e Paraguai em um percurso de 3.442 km, desde Porto Cáceres até Vila Palmira, no Uruguai para a navegação permanente de barcos e barcaças. O custo estimado para a execução das obras é de 1.3 milhões de dólares. Ver /internet/netescape/program/hidrovia.

A figura da aranha gigante, do Prata de mãos dadas com o Amazonas, da costa de água doce ou da fronteira de águas tornava-se uma espécie de categoria de análise no início da década de 1940. Numa conferência proferida na cidade de Porto Alegre, Gilberto Freyre assim se expressava:

*É que no Brasil o fenômeno sociológico e cultural como que repetiu o geográfico: sociológica e culturalmente desenvolvemo-nos em ilhas e estas em arquipélagos ou numa enorme ilha-continente. Ilha-continente semelhante à física, destacada por Oliveira Lima no seu prefácio à Geografia do professor Delgado de Carvalho, ao reparar que as cabeceiras do sistema fluvial amazônico vão quase entestar no interior com as do sistema fluvial platino. Ilha e continente ao mesmo tempo. Ou ilhas e continente. Um arquipélago sociológico ou cultural de proporções continentais.*⁶⁷

Segundo Freyre, o sentido de arquipélago, ilha e continente que tanto marca a psicologia, a cultura e a organização social brasileira decorre “... da política econômica de Portugal e que se vêm desdobrando entre nós em motivos, sugestões e condições para uma política social e cultural, até hoje nunca definida nem mesmo esboçada por ninguém, mas praticada inconscientemente por quase todos os brasileiros.”⁶⁸ Isto pode, segundo Freyre, oferecer uma explicação satisfatória sobre o Brasil, porque criou um espírito, “... sem o qual não haveria o vasto Brasil de hoje”.⁶⁹

O conceito de ilha continente, de acordo com Freyre, constituiria um fundo explicativo para a história da expansão do território, a definição das fronteiras. “De modo que se seguirmos a tentativa, talvez, um tanto louca, mas em todo caso honesta, de filosofia da História brasileira aqui esboçada, o sentido de continente é que seria para nós um limite, embora saudável e útil”.⁷⁰

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. **Problema brasileiros de antropologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 145.

⁶⁸ Idem. p. 149.

⁶⁹ Idem. p. 149.

⁷⁰ Idem. p. 151.

Contra os discursos nacionalistas que apresentavam o Brasil como um continente – ilha, encerrado em si mesmo pela “mística nacionalizante”, referendados pelo aperto de mãos do Velho Prata e do Amazonas, Freyre apontava a saída política de um continente formado de ilhas, reunindo regionalismo e continentalismo, lusitanismo e universalismo “...condições essenciais ao desenvolvimento harmônico em cultura há um tempo regional e universal, personalista e pluralista, americana nos seus ideais e nas suas condições geográficas, econômicas e psicológicas e euro-africana nas suas raízes sociais e étnicas mais profundas”.⁷¹

Na proposta de uma filosofia da história brasileira efetuada por Freyre, o rio não aparece mais como o cenário onde acontece a luta dos heróis fundadores da fronteira. Os indígenas não constituem os personagens originários e nem menos os diplomatas portugueses e seus descendentes. Na raiz da nação, toda torneada pelos rios Amazonas e Prata, encontra-se um povo euro-africano. Trata-se, em parte, de um retorno a Varnhagen que apresentava algum lugar da costa mediterrânea da África ou Europa como o território de origem dos tupis, o povo considerado, por ele, a raça original do povo brasileiro.

Ao tratar do pensamento dos intelectuais brasileiros ocupados com a definição da cultura brasileira, Carlos Guilherme Motta vincula a obra máxima de Freyre ao período designado como redescobrimto do Brasil, que vai de 1933 a 1937. A palestra de Freyre realizada no Rio Grande do Sul pode ser localizada neste período, já que, o seguinte, na contagem de Motta, inicia em 1948. O contexto apresentado pelo autor diz respeito à produção historiográfica posterior à Revolução de 1930, que

... abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana da Arte Moderna, de um lado, e com

⁷¹ FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 151.

*a fundação do Partido Comunista. de outro. Assim como no plano da política. na seara historiográfica novos estilos surgiram. contrapondo às explicações autorizadas de Varnhagen. Euclides da Cunha. Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna.*⁷²

Motta classifica o texto de Freyre e de outros autores, entre eles, Sérgio Buarque de Holanda, como trabalhos que não tratam "... apenas da reconstrução do passado, ou do possível avanço positivo da ciência histórica; está-se mais do que isso, em presença de textos de crise, de documentos que registram a trepidação da ordem social em que as oligarquias pontificavam nas diferentes regiões".⁷³

Podemos, no entanto, perceber que mesmo nos contextos de trepidação política, onde se inventava "novas formas de explicações sobre o Brasil novo", a velha linguagem do rio da fronteira se encontrava a visitar o presente, como no caso da conferência de Freyre. Falam-se as mesmas coisas sobre objetos considerados diferentes.

3.4 A ESFINGE DO PRATA

Há uma linguagem específica sobre o Rio da Prata. Nela, e por ela, o rio acontece. Podemos iniciar pelo seu próprio nome, ou, então, pelas disputas em torno dos personagens considerados como sendo os seus descobridores.

A descoberta do Rio da Prata pode ser considerada mais que um simples enigma da História. Na metáfora da corrida marítima, quem chegava primeiro venciam a disputa, ou

⁷² MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. 8.ed. São Paulo : Ática, 1994. p. 28-29.

⁷³ Idem. p. 63.

seja, o descobridor tomava posse em nome de seu rei, ampliando assim as fronteiras do reino.

Facilmente se infere que não havia um juiz neutro, registrando o primeiro a chegar. Seria também muito fácil modificar as datas de chegada a um determinado lugar, especialmente em períodos nos quais os tratados oficiais, que estabeleciam as fronteiras, sacramentadas publicamente entre os reis europeus, eram facilmente desrespeitados lá mesmo, e no outro lado do oceano. Parece haver uma tendência entre os historiadores luso-brasileiros em apresentarem os portugueses como os descobridores do Prata. Os responsáveis pela descoberta, realizada em julho de 1514, seriam os capitães João de Lisboa e Estevão Fróis. Diz Eduardo Bueno que “a viagem de Fróis e Lisboa foi a única missão exploratória enviada pelos portugueses ao Brasil entre 1503 e 1514 da qual se tem notícia. Mas, como ela só ficou conhecida por uma casualidade, é possível que tenha havido outras”.⁷⁴

O escrito de Bueno remonta, nesta parte, à questão das fronteiras, porque narra uma expedição ao Rio da Prata, com quem o Brasil não faz limites, no momento em que ele escreve, em 1998. Mesmo assim, seu tema anuncia apenas as expedições a este país. A escrita da história parece apresentar aqui o efeito da “mimesis”, pois, sendo a fronteira movediça, ondulante, avançando e recuando, ela realiza um movimento similar. Talvez seja um dos seus efeitos mais fascinantes a revivescência do tempo.

Além disto, há um outro aspecto relevante em sua proposição: se Fróis e Lisboa “descobriram o Prata em 1514, considerando-se, portanto, os senhores fundadores do rio, e

⁷⁴ BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados* : as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro : Objetiva. 1998. p. 115.

se é possível que tenha havido outras expedições, pode-se também concluir daí que pela presença-descoberta os portugueses eram os senhores do Prata antes de qualquer espanhol.

A “tradição historiográfica” hispano-americana da região do Prata, por sua vez, parece privilegiar os expedicionários espanhóis como os primeiros brancos a vislumbrarem o quarto rio do “Paraíso Terrestre”.

Alguns livros didáticos paraguaios apresentam a seguinte versão da descoberta do Prata.

Ya en el año 1513, el hidalgo extremeño Vasco Nuñez de Balboa ... cruzó el istmo de Panamá por el Darién y descubrió otro oceano al que llamó mar del Sur ... Descubrierto el Mar del Sur, España buscó un paso que unise los dos océanos, para lo cual em 1515, envió al piloto mayor Juan Diaz de Solís. Llegado éste al Rio de la Plata, al que llamó Mar Dulce, desembarco en la costa oriental y fue muerto por los indios charrúas. Al regresar la flotilla de Solís a Espanha, una de las naves naufragó en Santa Catalina, quedando once sobrevivientes entre los indios guaraníes, quienes les recibieron cordialmente. Ya corría el año 1516 y uno de los náufragos era Alejo Garcia, futuro descubridor del Paraguai.⁷⁵

A questão sobre quem foi o “verdadeiro descobridor” do Prata não se resolve de maneira simples. Se, no caso do Rio *Igurei* temos um nome sem rio, desta vez, falta documento ao nome.

El cronista Antônio Herrera Creyo que Juan Dias de Solís y Vicente Yáñez Pizón llegaron a sus costas em el año 1508. Gonzalo Fernandes de Oviedo y Lopes Gómara afirmaron que Solís lo halló en un viaje de 1512. Manuel Ricardo Trelles sostuvo que el descubridor fue, en este mismo año, Diego Garcia de Mogueer. Eduardo Madero y Jose Toribio Medina afirmaram que el descubrimiento se hizo en 1516. Esta interpretacion es la que se enseña en la Argentina. Investigadores modernos prueban que Americo Vespucci fue el primer hombre que passo frente a su estuario en 1501⁷⁶.

⁷⁵ VVAA. **História do Paraguai**. Assunção : Edisa, 1973. p. 18

⁷⁶ GANDIA, Henrique. Los enigmas del descubrimiento del Rio de la Plata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 321, p. 237, out./nov. 1978.

Enfim, Gandia propõe que “el descubrimiento del Rio de la Plata es uno de los tantos enigmas de la historia americana”⁷⁷. Pode-se dizer que, do ponto de vista hermenêutico, o enigma significa um lugar onde aparece uma ruptura do sentido, pois ele se completa por uma espécie de suspensão. Sob este aspecto, o Rio da Prata nasce no lugar do obscuro e, conduzindo o raciocínio até a hidromitologia, poderia ser uma alusão aos quatro rios do inferno, apresentados na Divina Comédia, de Dante Alighieri. Em relação aos discursos sobre o descobridor, o rio não nasce no esplendor do paraíso, mas na obscuridade do inferno, do subterrâneo. Nasce das fendas existentes nos pés da estátua do tempo, da sua parte composta de terra cota, a idade mais frágil, conforme história fundada no documento. Ali, não há documento suficiente para comprovar o dito. O rio, considerado fronteira, aparecia como enigma.

Sobre a questão dos enigmas, Nicola Abbagnano propõe que, no final do século XIX, atribuía-se o nome de enigma aos problemas que eram considerados insolúveis por parte da ciência.

*Em 1880 o fisiologista alemão E. Du Bois-Reymond enumerava Sete Enigmas do mundo: 1º - a origem da matéria e da força; 2º - a origem do movimento; 3º - o surgimento da vida; 4º - a ordem finalista da natureza; 5º - o surgimento da sensibilidade e da consciência; 6º - a origem do pensamento racional e da linguagem; 7º - a liberdade da vontade... Alguns anos depois, o biólogo Ernest Haeckel, numa obra de enorme difusão, intitulada Os Enigmas do Mundo (1899), proclamava que aqueles enigmas tinham sido resolvidos pelo materialismo evolucionista.*⁷⁸

Dos sete enigmas, cinco se relacionavam à origem das coisas. O enigma do Rio da Prata também se refere ao seu surgimento. A ciência histórica, entendida na perspectiva do desenvolvimento temporal, como sabemos, tende à busca da origem, à gênese das coisas.

⁷⁷ GANDIA, Henrique. Op. cit. p 237.

⁷⁸ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo : Martins Fontes, 1998. p. 333

Pode-se dizer que o enigma encontra-se no limite da explicação racional. Com efeito, adotando-se os preceitos do racionalismo, apresenta-se na fronteira do humano, já que, nestes moldes, a razão define o homem e, se ela pode tudo explicar, o inexplicável torna-se a negação do homem. Neste aspecto, o enigma se reporta a uma antiga tradição representada por Sófocles, no Édipo Rei, “foste tu quem, ao chegar à cidade de Cadmo, nos libertou do tributo que pagávamos à cruel Esfinge”.⁷⁹ A esfinge era um

*monstro com rosto de mulher e corpo de leão alado. Estava no Monte Citero e perguntava aos viandantes qual era o animal que tinha quatro pés de manhã, dois de tarde e três à noite. Quem não decifrava o enigma, era devorado pela Esfinge. Édipo adivinhou que se tratava do homem: na infância, na idade viril e na velhice: o monstro, desesperado, matou-se.*⁸⁰

O enigma constitui-se sob a forma de um ser da fronteira. Ou ele é destruído pelo ser racional, ou o ser racional é destruído por ele.

A história que se ocupa da gênese do descobrimento do Prata deixa o corpo de Clio e ocupa o da Esfinge do Monte Citero. Somente uma parte de seu corpo pode ser reconhecida cientificamente: o rosto, cuja identidade é definida, como as palavras que saem de sua boca. O restante de seu corpo de leão alado é como as palavras das culturas orais. Uma vez pronunciadas, migram para outros lugares, pois não estão fixas ao papel, nem a um território que lhes confira os efeitos de verdade.

Ao discorrer sobre o “descobrimento do Rio da Prata”, Gandia oferece um exemplo bastante ilustrativo para a história das fronteiras. Nele tornam-se visíveis as aporias resultantes do cientificismo da história racionalista ou documental. Após uma análise bastante rápida, mas convincente, de vários estudiosos do tema,

⁷⁹ SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Santiago : Lord Cochrane, 1988. p. 12

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

hemos llegado a una conclusión. Laguarda Trias há demostrado que Rodrigo Alvarez y Esteban Froes legaron al Rio de la Plata em 1512. Es posible que en este mismo año, como atestiguan Oviedo y Lopes de Gómara, que trataran a Solis, este navegante también haya alcanzado el Rio de la Plata (...) Sea lo que fuera, el hecho terminante es que, antes que se conociera el mapa de Schöner, que dibujaba um estrecho en la América del Sud, el 24 de noviembre de 1514, el rey de España firmo una capitulación com Solis para un viaje 'a las espaldas de Castilla del Oro', es decir al Oceano hoy llamado Pacifico (...) Solis partió en 1515 y a comiezos de 1516 entró en la boca del Rio de la Plata y fue muerto y comido por los indios del Delta, guaranies, en la costa del Uruguay.⁸¹

Como se pode ver, tratava-se de encontrar o documento ao qual a palavra pudesse ser vinculada. No caso a “capitulación” que o rei assinou com Solis, comprova que o contrato foi assinado. Nada confirma a data da chegada de Solis à América. Se este é o primeiro documento, o que aconteceu antes pertence ao outro lado da fronteira, ao “reino da suposição”. A história inicia onde começa a documentação. O documento escrito funda a história, assim como a história geral do Ocidente, figura hermenêutica que dá sentido a esta aplicação iluminista, inicia com o aparecimento da escrita.

Se o historiador decifra o enigma, a esfinge morre, ou seja, as interrogações cessam e o vôo incontrolável e desordenado das palavras não escritas toma um curso e adquire um ritmo. O discurso pode começar. Contudo, o estudo de Gandia deixa entrever que, onde terminam os documentos escritos, iniciam as tradições orais sobre o Prata. Trata-se, também, do estabelecimento de uma fronteira entre as duas formas narrativas, duas formas de linguagem, mas a fronteira não constitui um marco que separa as coisas, os seres e os lugares. As funções separante e diferencial das fronteiras inserem-se numa expectativa de sentido, ou seja, na forma como se espera que ela funcione.

Esperava-se do deus *Terminus* que guardasse os contornos do Império Romano contra os invasores, que conservasse a essência do império na sua pureza distintiva,

⁸¹ GANDIA, Henrique. Op. cit. p. 241.

separado dos outros povos, da “barbárie” que também migra, como as palavras porque não têm território fixo, ou fronteira definida. A expectativa de sentido, no entanto, pode falhar. Os deuses são temperamentais em seus desígnios e, a todo o momento, o que separa pode unir. As palavras aladas invadem o mundo da escrita. Mais que isto, a falta de documentos escritos cria a necessidade da recorrência às coisas ditas para que o sentido se complete. Assim, a linguagem do enigma concorre para que o Rio da Prata aconteça. A tradição não cessa no final do século XIX, com o surgimento do materialismo evolucionista conforme seria possível supor a partir do ditame do mestre Haechel.

Quando as antigas tradições orais são incorporadas a textos escritos, de tipo científico, geralmente, se toma o cuidado de enfatizar a diferença, demarcar o espaço, definir a fronteira, utilizando-se palavras relativas ao ato de falar. São verbos *discendi* bem específicos, tais como “dizem”, “diz-se”, “conta-se”, “costuma-se dizer”, “narra-se”, e assim por diante. São sinais da presença de tradições orais tornadas textos escritos. As chamadas lendas e mitos, histórias populares e fábulas, também fazem parte das tradições orais. Afinal, o que as caracteriza é a falta do texto escrito, como base de comprovação.

Aqui, de Certeau apresenta a história como ciência do limite e as razões pelas quais ela assumiu o lugar dos antigos mitos da sociedade ocidental. O autor diz que

*a história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem a sua elaboração. Sob a forma de um trabalho eminente ao desenvolvimento humano, assume o lugar dos mitos através dos quais uma sociedade representava as relações ambíguas com as suas origens e, através de uma história violenta dos começos, suas relações com ela mesma.*⁸²

⁸² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Op. cit. p. 56

A procura do começo conduz o historiador ao fim da escrita. Daquele ponto em diante há somente o dito. Ele torna-se texto, identificado como dito, para que o leitor saiba que não faz parte da “verdade escrita”.

Assim, as tradições orais são facilmente incorporadas aos textos escritos por mais que seus autores expressamente lhes neguem todo o crédito. Neste caso, elas têm a função de completar o círculo hermenêutico, constituem a linguagem que não se dialetiza. No caso do “descobrimento” da bacia do Prata, foi utilizado um artifício semelhante ao empregado na narrativa do “descobrimento” da América. Na falta de documentos suficientes para dar sentido à “descoberta da América” recorre-se a uma tradição oral, como aponta Edmundo O’Gorman.

A lenda do piloto anônimo, referida por Bartolomeu de las Casas. Diz que os primitivos colonos da ilha de Espanhola (Haiti começou a ser povoada por espanhóis em 1494), entre os quais havia alguns que acompanharam Colombo em sua primeira viagem, estavam convencidos de que o motivo que levou o almirante a fazer a travessia foi o desejo de mostrar a existência de umas terras desconhecidas, das quais tinha notícia por informações que lhe dera um piloto, cuja embarcação havia sido lançada às praias por uma tempestade.⁸³

Sobre a bacia do Prata há, também, uma lenda que serve para a explicação do nome do rio, a lenda do Machado de Prata. Eduardo Bueno diz que durante a expedição de Estevão Fróis e João Lisboa, financiada por D. Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, e que partiu de Portugal em 1514, houve um encontro; o primeiro, segundo o autor, entre índios charrua, dos pampas argentinos e o europeu.

No interior daquela região, garantiram os charrua, existiam ‘grandes montanhas onde a neve nunca desaparece’. Nos arredores delas vivia um povo serrano, que possuía muitíssimo ouro batido, usado à moda de armadura, na frente e no peito. A região toda era muito rica em prata, ouro, cobre e estanho. Para provar o que diziam, os charrua

⁸³ O’GORMAN, Edmundo. Op. cit. p. 28

*mostraram aos portugueses (e depois lhes venderam) um machado de prata, igual aos machados de pedra que eles carregavam.*⁸⁴

O rio que recebera o nome de Santa Maria, “passou a ser chamado de Rio da Prata”.

O machado foi devidamente “doado para o rei D. Manoel”.

A forma pela qual foram feitas todas estas deduções, explicitadas por Bueno, ilustra, particularmente, as articulações entre a oralidade e a escrita histórica sobre o rio. Trata-se da história de um documento, um panfleto do século XIV, escrito em alemão, considerado por muitos historiadores uma prova cabal e ponto final nas discussões sobre a “descoberta” do Prata.

*Em 1895, uma cópia manuscrita da Neue Zeytung aus Presilg foi encontrada nos arquivos dos príncipes e condes de Függer, em Augsburg, na Alemanha. Seu descobridor, o historiador Konrad Haebber, publicou-a imediatamente. Redigido em alfabeto gótico do século XVI, o folheto original tinha 45 cm por 20 cm e apenas quatro páginas. Mas, sua importância historiográfica foi enorme. Estudado, pouco depois por Francisco Varnhagem e por Alexander von Humboldt, o documento provou que o Rio da Prata havia sido descoberto pelos portugueses e não pela expedição espanhola comandada, em 1516, por Juan Diaz de Solis, como se julgara até então.*⁸⁵

O panfleto, conforme atesta o autor, foi parar na Alemanha por intermédio de um representante de negócios da família Függer, que se encontrava na Ilha da Madeira. No retorno da expedição de Fróis e Lisboa, da qual não se sabe bem o propósito, o capitão Lisboa teria aportado na Ilha da Madeira, onde “fez um relato sucinto da expedição, que foi transcrito pelo comerciante e, a seguir, enviado para a sede do império mercantil dos Függer, na Antuérpia”.⁸⁶

O documento, neste caso, exigia uma narrativa paralela a fim de adquirir o *status* de prova. Deve-se considerar que o escrito não está vinculado nem ao território do Prata, nem

⁸⁴ BUENO, Eduardo. Op. cit. p. 118.

⁸⁵ Idem., p. 119.

⁸⁶ Idem. idem.

a Portugal ou à Espanha, mas sim, à Ilha da Madeira e à Antuérpia. Estes lugares oferecem o efeito do real à lendária *Neue Zeitung*... Não se trata de negar a sua efetiva existência. O panfleto, no entanto, originou-se da oralidade porque se trata de um “relato” feito por um capitão navegante que, pode-se dizer, não possuía nenhum compromisso expresso com a história enquanto ciência, tal como se a entende na perspectiva moderna. Como afirma Luiz Carlos Soares, “estes homens dos descobrimentos eram considerados pelos eruditos como homens rudes e ignorantes do verdadeiro conhecimento, cujas realizações culturais não passavam de um saber inferior e desprezível”.⁸⁷ A constatação de Soares torna-se relevante não porque abre um precedente para confirmarmos que hoje sabemos mais do que os navegantes da época dos descobrimentos, mas, porque aponta que estes homens não pertenciam à elite da tradição escrita europeia.

A discussão sobre o panfleto de Antuérpia não visa a estabelecer uma crítica desta fonte que foi utilizada por Haeblaer, Humboldt e Varnhagem, demonstrando a sua fragilidade. Trata-se de perceber articulações entre o saber oral e o escrito, pois, boa parte do que Lisboa relatou ao escrevente depreendeu-se das conversas com os índios charrua, tal como las Casas, que ouvira a lenda do piloto desconhecido pela boca dos habitantes de Espanhola. Os índios dos pampas “garantiram” a existência de riquezas naquela região, diz Bueno.

Aqui se faz necessário imaginar o encontro entre dois povos de línguas diferentes, possuindo visões de mundo diferentes. Seguindo a lógica da narrativa, a expedição saiu de Portugal “nos primeiros meses de 1514”. Em outubro do mesmo ano, já se encontrava de “regresso na Ilha da Madeira”. Deduzindo-se seis meses para a viagem de ida e de volta,

⁸⁷ SOARES, Luiz Carlos. Op. cit. p. 77

sobram quatro meses para fazer-se compreender e abstrair conceitos como “eternidade do gelo”, “armadura de ouro”, “verdade e falsidade” (eles garantiam) e “crenças e certezas”.

Parece mais apropriado entender o relato de Lisboa, transcrito pelo comerciante, a partir da própria linguagem sobre o nome do rio. Ferramentas de ouro e prata, cravejadas de rubis e outras gemas, bem como armaduras de metais preciosos, são comuns nos contos populares e na literatura de viagem da Idade Média. Um dos exemplos muito citado é a viagem de São Brandão.

*Nascido em fins do século V na costa oeste da Irlanda, Brandão chegou a ser um abade famoso em sua vida. E suas navegações, embelezadas e exageradas ao longo dos séculos, propagaram-se pela tradição oral e por escrito. A sobrevivência de pelo menos 120 manuscritos latinos espalhados por toda a Europa demonstra, como sustenta Carl Selmer, que a Navegatio Sancti Brendoni Abbatis foi uma lenda extremamente popular na Idade Média.*⁸⁸

Na busca do paraíso terrestre, Brandão intercala “heranças greco-romanas e antigas sagas celtas, tais como o jardim das Hesperíades, ilhas bem-aventuradas e o paraíso de Avalon, com tradições cristãs.”⁸⁹ Em algumas versões das lendas de Avalon, Morgana prepara uma armadura de ouro para o filho, resultado de seu relacionamento incestuoso com o irmão Artur.

“O relato de viajante deve satisfazer as expectativas do leitor”,⁹⁰ diz Giucci, e Lisboa tinha em perspectiva leitores privilegiados: “a família mais rica da Europa, daquela época”.⁹¹ Brandão era considerado um santo. Difícil classificá-lo de mentiroso. Afirmava ter encontrado “abadias belas e ricas, colunas cristalinas incrustadas de rubis faiscantes, palácios construídos inteiramente de mármore e pedras preciosas, salões abundantes em

⁸⁸ GIUCCI, Guillermo. Op. cit. p. 36

⁸⁹ Idem. *ibidem*.

⁹⁰ Idem. *ibidem*.

alimentos, missais ornados com ametistas, ouro e pedras preciosas e incrustações de gemas, casulos de ouro puro com rubis, jaspes e topázios.”⁹² Afirmava ter chegado às portas do paraíso terrestre.

Tal foi também a convicção ou a suspeita de Cristóvão Colombo na região centro-americana do golfo de Paria, “y digo que si no procede del paraíso terrenal que viene este río y procede de tierra, infinita, pues el austro, de la cual fasta agora no se há habido noticia”⁹³.

A identificação da América com o lugar do paraíso pode nos parecer estranha. Muitas vezes associa-se o conceito de paraíso americano aos interesses econômicos dos exploradores marítimos do século XVI. Assim, o qualificativo teria referência nas possibilidades de enriquecimento que a “terra nova” ofereceria. Como podemos perceber, o alcance da figura projeta-se por um raio muito mais amplo. Comporta aspectos das concepções geográficas, das “mitologias” e teologias, ou seja, o conflito entre a antiga “tradição pagã” da “esfericidade da terra” e “velha tradição” cristã da “terra plana”, enfim, uma linguagem onde o rio-fronteira acontece.

Torna-se bastante plausível, desta forma, que João Lisboa tenha interpretado as “informações” colhidas junto aos charruas a partir deste horizonte. Isto, porém, não significa negar o conhecimento geográfico dos índios pampeanos sobre as montanhas dos Andes, mas sim, tentar perceber o horizonte histórico da interpretação e da construção do Rio da Prata, ponto de articulação de tantas fronteiras. Para os navegantes do século XVI, ele poderia muito bem ser um dos quatro rios do paraíso e nascer em uma montanha

⁹¹ BUENO, Eduardo. Op. cit. p. 119.

⁹² GIUCCI, Guillermo. Op. cit. p. 37

⁹³ Idem, p. 145

alimentos, missais ornados com ametistas, ouro e pedras preciosas e incrustações de gemas, casulos de ouro puro com rubis, jaspes e topázios.”⁹² Afirmava ter chegado às portas do paraíso terrestre.

Tal foi também a convicção ou a suspeita de Cristóvão Colombo na região centro-americana do golfo de Paria. “y digo que si no procede del paraíso terrenal que viene este rio y procede de tierra, infinita. pues el austro, de la cual fasta agora no se há habido noticia”⁹³.

A identificação da América com o lugar do paraíso pode nos parecer estranha. Muitas vezes associa-se o conceito de paraíso americano aos interesses econômicos dos exploradores marítimos do século XVI. Assim, o qualificativo teria referência nas possibilidades de enriquecimento que a “terra nova” ofereceria. Como podemos perceber, o alcance da figura projeta-se por um raio muito mais amplo. Comporta aspectos das concepções geográficas, das “mitologias” e teologias, ou seja, o conflito entre a antiga “tradição pagã” da “esfericidade da terra” e “velha tradição” cristã da “terra plana”, enfim, uma linguagem onde o rio-fronteira acontece.

Torna-se bastante plausível, desta forma, que João Lisboa tenha interpretado as “informações” colhidas junto aos charruas a partir deste horizonte. Isto, porém, não significa negar o conhecimento geográfico dos índios pampeanos sobre as montanhas dos Andes, mas sim, tentar perceber o horizonte histórico da interpretação e da construção do Rio da Prata, ponto de articulação de tantas fronteiras. Para os navegantes do século XVI, ele poderia muito bem ser um dos quatro rios do paraíso e nascer em uma montanha

⁹¹ BUENO, Eduardo. Op. cit. p. 119.

⁹² GIUCCI, Guillermo. Op. cit. p. 37

⁹³ Idem, p. 145

mística, coberta pelo gelo eterno, perto da qual poderia habitar um povo estranho, de costumes exóticos, possuidor de grandes riquezas, mas, afirma-se que havia outra prova irrefutável: um machado de prata, um documento de pedra.

Ouvi dos velhos, quando criança, muitas histórias de machados de prata, ouro e de relâmpagos. Os imigrantes açorianos, que se estabeleceram nas margens do Rio Itajaí-Açu, durante o século XVII, narravam antigas histórias sobre a ferramenta, tida como indispensável em sociedades anteriores ao fogão a gás e ao forno de microondas.

Uma delas chamou a atenção e ficou bem fixa na memória, pelas lembranças da plasticidade da imagem que projetava. Quando se falava de um machado de prata, imaginava a peça inteira feita com o metal e não somente a parte feita de ferro, como nos machados comuns, com os cabos geralmente feitos de madeira.

A história é a seguinte:

Um certo lenhador estava a trabalhar com seu machado, à beira de um rio. De repente, o machado escapou-lhe das mãos e caiu na água. Depois de procurá-lo em vão, o pobre homem sentou-se e pôs-se a chorar. Nisto, apareceu-lhe um gênio e perguntou-lhe o que acontecera. Ele contou o sucedido e lhe disse que chorava porque o machado era seu único “ganha-pão”. O gênio pediu para que ele não chorasse mais e, mergulhando a mão na água, retirou um machado de ouro, perguntando-lhe se era aquela a ferramenta procurada. O lenhador respondeu que não. Retirou, então, um machado de prata, fazendo a mesma pergunta, ao que o pobre homem respondeu negativamente. Então, o gênio das águas apanhou o velho machado pertencente ao lenhador e fez a costumeira pergunta, à qual, ele respondeu afirmativamente. O bom gênio, diante disto, doou-lhe os três machados, louvando sua honestidade. Sabendo do ocorrido, um vizinho do lenhador arquitetou um plano. Dirigiu-se até à margem do rio e atirou um velho machado nas águas e começou a

chorar. Prontamente o gênio apareceu e perguntou-lhe o que acontecera. O homem inventou a mesma história: que havia perdido seu machado na água. O gênio consolou-o e, introduzindo a mão na água retirou um machado de ouro. Perguntou-lhe, igualmente se era aquele. Então, o homem respondeu que sim. À resposta, prontamente o gênio atirou a ferramenta de volta ao rio e lhe disse: por tua ganância e mentiras, ficarás até mesmo sem teu velho e imprestável machado.

Pode-se deduzir várias lições morais da fábula, mas, antes de tudo, percebe-se que rios, machados de prata, gênios, fortunas e malogros são facilmente associados em antigas tradições orais. Sabe-se também que algumas pedras polidas, encontradas por lavradores, são denominadas pedras de raio. Acreditava-se que os relâmpagos eram pedras caídas do céu. Muitas delas podem ter sido utilizadas como machados pelas tribos indígenas que habitavam as regiões onde elas teriam sido encontradas. Se João Lisboa e Estevão Fróis adquiriram um machado de prata dos charruas, não deve ter sido outra coisa do que uma pedra polida ou semitrabalhada onde se detectava a presença de prata. Porque não dizer que se tratava de um machado de pedra onde se detectava a presença daquele metal. Pode ser que a tal ferramenta nem mesmo tenha existido, e isto não faz muita diferença, porque o nome está dado. Trata-se de um rio famoso pela presença de minérios nas suas cercanias. O termo machado de prata parece uma forma de chamar a atenção sobre o rio, um termo de efeito.

A partir da tradição oral, apesar da advertência do autor de que se tratava de uma peça igual àquelas que os índios costumavam usar, torna-se possível concluir que o machado inteiro fosse de prata, como sempre ocorria quando ouvia a fábula do lenhador. Jamais me inspirava a leve suspeita de que um gênio poderia se dar ao trabalho de fazer somente o machado de ouro com um cabo de madeira. Se o machado era de ouro, isto

incluía as duas partes, mesmo porque os contadores de história jamais se referiam a estes detalhes, de suma importância, que podemos chamar de vazio do círculo hermenêutico, os quais o leitor ou o ouvinte deve preencher para que o sentido seja completo.

Dizer que o Rio da Prata recebeu o nome devido a um machado de prata encontrado nas suas margens remete a pensar que o minério de prata existia ali em tal abundância que até os machados eram feitos do metal, ou seja, acontece numa linguagem onde os rios são fabulosos, onde, de certa forma, origina-se a fortuna. De um lado, parece ser este um dos objetivos da chamada literatura de viagem: provocar efeito nos leitores. Podemos imaginar, também, os efeitos de notícias como esta sobre investidores aventureiros e cobiçosos. Por outra via, a história do machado de prata nos remete às antigas tradições e ao efeito quase que imperceptível do fazer interpretativo. A constatação aponta para um lugar, onde, guardadas as devidas proporções, as diferenças entre Marco Polo, São Brandão e historiadores ciosos do documento como Varnhagem, não são tão grandes.

Na história do machado e do rio percebe-se a força da linguagem e da tradição no fazer interpretativo. Bueno fala de um machado de prata doado pelos charruas. A interpretação é livre: pode ser um machado de metal puro ou uma simples rocha com indícios da presença do metal utilizado para cortar ao modo dos machados. Cria-se, deste modo, uma expectativa de sentido. Supõe-se que poucas pessoas que ouvem a lenda do lenhador imaginem que os três machados fossem pedras polidas ou lascadas amarradas a um pedaço de madeira. Preenchemos o vazio de sentido a partir de nossa linguagem. Se a lenda fosse narrada para pessoas que não conhecessem outro que não o machado primitivo, não poderiam imaginar o machado moderno.

A leitura, porém, que fazemos de textos com detalhes de aparência irrelevante como um machado, não efetuamos, imediatamente, uma retrospectiva dos vários estágios pelos

quais passou a ferramenta. O sentido-imagem que utilizamos é a mais imediata: a ferramenta de metal fundido. Tudo isto representa uma série de detalhes sem nenhuma importância, contudo, trata-se da criação de um efeito de verdade, que se instaura numa tradição. A velha tradição que explica a expansão portuguesa e espanhola e a definição das fronteiras dos países platinos como resultado da procura de riquezas e da empresa colonizatória.

Importa, na história do machado do Rio da Prata, a percepção do nosso horizonte de interpretação. Bueno diz que os “descobridores” acreditavam na existência de metal em abundância na região do Prata. Mas, ele, por não haver questionado a qualidade da ferramenta, conduz a acreditar que o machado existia, ou seja, que as riquezas realmente existiam. Com efeito, há uma grande diferença entre um machado de prata fundida e uma pedra lascada ou polida em forma de machado, na qual se detecta a presença do minério. Se até os machados eram fundidos naquele metal, realmente podemos concluir que a abundância de metal havia. Quando não questionamos a constituição do “machado lendário”, nos movemos na mesma tradição que os descobridores, na qual se move Bueno. O autor afirma que os descobridores acreditavam na existência de grandes riquezas naquela região e que isto explica as expedições e a luta pelo seu domínio, mas, como o texto se refere ao machado de prata, ele também se revela como alguém que partilha da convicção dos descobridores. Em outras palavras, isto quer dizer que seu texto move-se na mesma tradição.

Muitas expedições foram feitas ao Rio da Prata. Muitas imagens foram construídas sobre suas riquezas, sua magnitude, seus perigos, suas lendas e as sobre os povos que habitavam as suas margens. Os estrangeiros subiam o rio. Narra-se também que, em 1516, a expedição de Juan Dias de Solis, a serviço de D. Fernando de Castela, chegava ao Prata. Ao

avistarem o rio, os tripulantes deram-lhe o nome de Mar Dulce. Solis e boa parte da tripulação foram mortos em confronto com os índios. O restante voltava para Espanha.

Eduardo Bueno afirma que “Estevão e João Lisboa batizaram aquele grande rio com o nome de Santa Maria. Mas, ao retornarem para Portugal, seus marinheiros trataram de espalhar as extraordinárias notícias dadas pelos charruas. E o grande rio das misteriosas latitudes meridionais passou a ser chamado de Rio da Prata – a estrada fluvial que conduziria a um reino fabulosamente rico”.⁹⁴ O autor, em sua expedição narrativa, chega ao local que é a origem do rio. Não à fonte de seu leito traçado no corpo da terra, mas à gênese da sua existência, ou seja, o lugar do tempo onde o rio recebe o nome. A metáfora do batismo do rio assume aqui um significado central.

Na tradição cristã batizar significa conferir uma nova vida pelo ritual do sacramento. Abandona-se a vida pagã para adquirir uma vida totalmente nova: a vida da graça, uma vida orientada segundo os preceitos cristãos. A narrativa sobre a gênese do Prata, feita por Bueno, parte deste acontecimento: o seu batismo. Trata-se de uma personificação, um rio que renasce, deixando para trás o mundo dos mistérios e do desconhecido. “O grande rio das misteriosas latitudes meridionais passou a ser chamado Rio da Prata”.

Mas quem deu a existência ao rio? Ora, sabemos que um rio não tem um pai e uma mãe, como os seres vivos. Atribuir vida animal ao rio significaria assumir uma linguagem poética ou mesmo “mitológica” na qual as coisas e as palavras não se encaixam segundo as fronteiras dos reinos mineral, vegetal e animal. Mas o rio, enquanto personagem, precisa receber um nome. Ele é “órfão por natureza”. No caso do Prata, os “padrinhos” fizeram a

⁹⁴ BUENO, Eduardo. Op. cit. p. 118.

escolha. Estevão Fróis e João Lisboa encarregam-se disto. Santa Maria será o nome do “menino”, seguimos o “bom costume português” de dar nomes de santos aos “acidentes geográficos”. Os marinheiros desta expedição também ficaram encantados com o “menino” e, logo, deram-lhe um nome mais popular, um apelido: o rio de onde vem o machado de prata. Rio da Prata é seu nome.

Nos textos que versam sobre os lugares até onde a cobiça conduziu portugueses e espanhóis, o Rio da Prata será um tema formidável. A narrativa do machado argênteo se dá conforme uma tradição. Quem confere o nome está vinculado à origem, estava lá no nascedouro, na fonte onde tudo começou. Foi o primeiro a descobrir. Portanto, pode-se considerar como pretendente à posse. Mas, isto não deve estar relacionado somente a uma lei qualquer, de uma época passada, onde os reis dividiam entre si a posse dos mares e das terras segundo o critério do achado. Quem provar que achou por primeiro é o dono. Pode ser considerada uma tradição que chega até nós, por exemplo, pela lei de patentes.

Por esta versão, o rio recebeu outros apelidos, também de marinheiros e, neste caso, espanhóis da expedição de Solís, realizada em 1516. Eles o chamaram de Mar Dulce. Esta informação, acrescentada ao texto de Bueno, somente vem a reforçar o argumento. Como o rio ainda hoje é considerado como Rio da Prata, a conclusão a que se chega é que foram os portugueses mesmo que deram o verdadeiro nome ao rio. Desta forma, não se trata de descobrir finalmente quem primeiro chegou ao Rio da Prata, senão de perceber como diversas tradições se juntam para dar conta do fenômeno que é a nomeação do rio, o seu batizado, a forma como o rio pode ser compreendido. Ele se dá como um personagem batizado pelos portugueses.

Se for, como afirma De Certeau, que a história é uma forma de combinar o pensável com uma origem, a linguagem da história enigma constitui uma espécie de história negativa

porque a origem é, ali, denegada, restando somente o pensável. Assim, podemos perceber na escrita da história da fronteira, uma linguagem onde o rio se dá como uma entidade sem história de fundação. Por outro lado, há uma narrativa de seu “batismo”, de sua nomeação. Esta narrativa ocorre conforme as antigas tradições dos rios-homens, porque o batismo do homem constitui a metáfora para a fundação da história do rio. No caso do Prata, esta linguagem refere-se a ferramentas e utensílios de metais preciosos que remetem à compreensão psicológica da história dos descobrimentos. Conforme esta interpretação, a intenção de encontrar riquezas em terras distantes, a cobiça dos homens daquela época explica, pelo menos em parte, a descoberta das Américas. Esta tradição explicativa tornou-se recorrente na escrita da história sobre a expansão das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai.

O Rio da Prata, devidamente nomeado, podia ser considerado a fronteira Sul do Brasil, no Segundo Império e antes da independência do Uruguai. Mas, conforme alguns etimólogos, na tradição lingüística dos guaranis ele não existe, como também inexistiu o Rio Paraná. Trata-se da mesma *grande água*. Todavia, os guaranis não definem a fronteira Sul do Brasil. Conforme a tradição, os tupis representam a nação ancestral. Daí, o Rio Paraná deverá ter a sua própria história.

3.5 O GOIOBANG⁹⁵ – RIO PARANÁ

Conforme a tradição historiográfica, seis anos depois do “batismo” do Prata, a expedição de Cristovão Jacques, a serviço do rei de Portugal, chegava a esta região,

⁹⁵ Nome do Rio Paraná na língua caingangue.

encontrando Francisco Del Puerto, um sobrevivente da expedição de Solis, que transmitiu para Jaques, a “tradição oral dos indígenas” sobre a “serra de prata”. Afirma-se, igualmente, que Puerto informou aos exploradores que o melhor caminho para chegar àquelas terras era o Rio Paraná. O Paraná, assim constituído, desemboca no Prata quase que ao mesmo tempo em que o faz o Uruguai. A diferença consiste em que, enquanto este



Alegoria do Rio Paraná. Fonte: www.123-rio.com/foto/b-000003e

apresenta um largo canal de confluência, aquele deságua por meio de um delta com 22 canais. Cristovão Jaques subiu o Paraná com dois barcos menores.

Eduardo Bueno, como que tomado pelos olhos de Jacques, assim descreve o que foi avistado. “Descobriu um território de extraordinárias riquezas naturais. O Rio Paraná era repleto de peixes, e suas margens, planas e recobertas de campos e matas, eram percorridas por uma infinidade de avestruzes, veados, jaguares, lobos, raposas e umas ovelhas

selvagens, parecidas com camelos”.⁹⁶ O Rio Paraná também se tornava imagem. Passava a fazer parte da cultura escrita. Mais tarde, ele, assim como o Rio da Prata, tornou-se imagem das fronteiras do Brasil-império.

O imperador do Brasil falava, então, a estranha linguagem da hidromitografia por meio de estátuas de homens-rios, para expressar as fronteiras do império. As velhas tradições plastificavam-se nas pedras esculpidas.

O imperador mandou representar os grandes rios das fronteiras imperiais. No monumento equestre a D. Pedro I, aparecem os quatro rios do Brasil. O Rio Paraná, nas fronteiras do Brasil, do Paraguai e da Argentina, foi representado de forma inusitada. Ao invés da estátua de um homem adulto, com rosto clássico, apresenta-se sob a forma de um casal de índios, sentado quase que de costas um para o outro.

A mulher segura um chocalho na mão esquerda. Ao seu lado, um flamingo e um papagaio. O homem segura um arco com a mão direita e pousa o pé esquerdo sobre uma anta. No seu lado direito, uma ema com a cabeça reclinada. A estátua do primeiro imperador do Brasil apresenta, em seu pedestal, na forma de octógono, o nome de todas as províncias imperiais. Estátua de bronze sobre uma base de granito, as armas do império e uma inscrição “A D. Pedro Primeiro, Gratidão dos Brasileiros”. O imperador, vestido de general e montado a cavalo, erguendo o braço direito, evoca o gesto da independência. A história, “*gesta maiorum*”, plastifica-se nas pedras e no bronze. Pelo gesto do imperador, todo o território do império coloca-se sob seus pés, ou seja, sob seu domínio.

Além do nome das províncias, há uma segunda alegoria representando o território brasileiro. Na parte inferior do monumento, construído em 1824, por sugestão do redator do

⁹⁶ BUENO, Eduardo. Op. cit. p. 137

jornal “Despertador Constitucional” e aprovado pelo Senado da Câmara em 11 de maio de 1825, encontram-se as estátuas dos grandes rios do império.

Pode-se dizer que os rios representam os limites do território: o Amazonas ao Norte; o São Francisco a Leste; o Madeira, no Oeste, e o Paraná, no Sul. Há uma evocação evidente da geografia sagrada, sobre os quatro rios nascidos no paraíso. Lembremos que eles têm origem “nos pés” da árvore da vida. Assim, o imperador representa-se como a origem da vida da nação, a fonte do território onde todas as províncias se encontram. Não há nenhuma novidade nisto, se lembrarmos que, igualmente, segundo antigas tradições, o rio é a metáfora da história. Assim sendo, sua fonte-nascente torna-se o nascedouro da história. Representa-se a proclamação da independência como a origem da história brasileira, como o ato fundador de um novo país, um novo território.

O projeto de João Maximiniano Mafra, executado pelo artista parisiense Louis Rochet, enfatiza o ato inaugural da história de um país novo, de uma nova nação; uma nova história. Parece ocorrer uma ruptura que se expressa na alegoria dos rios. Eles não são esculpidos sob a figura de seres humanos masculinos contendo as principais características das quatro raças do planeta, como nas Fontes das Águas de Bernine. A antiga tradição de representar os rios sob a forma de figuras humanas se mantém, mas, em seu lugar, aparecem as feições de indígenas brasileiros. Representa-se, assim, uma nova nação, com uma identidade própria, luso-indígena. Isto pode ser considerado uma expressão do romantismo.

A estatuária imperial sobre os rios do império, ou os rios da fronteira, constitui uma forma de linguagem na qual a fronteira se dá. Vimos que esta linguagem hidromítica pertence à tradição renascentista e que, no Brasil império adquire uma certa característica romântica por representar a figura dos rios nas formas de figuras indígenas e não sob a

figura clássica, tendência que se fazia presente desde os meados do século XVII, na obra de Bernini. Na fonte das Quatro Águas, como aponta Schama, “a cabeça do rio de la Plata é surpreendentemente distinta de qualquer outra já elaborada para estátuas de fontes...”⁹⁷ Ela assume “algumas feições negróides”, enquanto as outras mantêm sua aparência clássica, embora o Nilo tenha a cabeça recoberta para “ênfatisar o mistério de sua fonte e a origem do mundo”.⁹⁸

Schama aponta as relações entre a água e o império, a partir de linguagem que remonta ao império romano. Diz ele que,

*para um romano, contudo, a tradição hidráulica tinha especial importância... Se considerarmos com atenção o abundante fornecimento de água a edifícios públicos, banhos, piscinas, residências particulares, jardins e casas de campo situadas nas cercanias da cidade. Se considerarmos as distâncias que a água percorre para chegar a seu destino, a construção de arcos, de túneis através de montanhas e de vias planas em vales profundos, prontamente admitimos que nunca houve nada mais extraordinário em todo mundo... os engenheiros da renascença... a renovação da água pura e corrente... parte essencial do programa de reforma papal... Sisto estava decidido a conferir, pelo menos, uma expressão arquitetônica a seu intento de reavivar a tradição imperial.*⁹⁹

Pode-se dizer que, nesta mesma tradição renascentista católica de culto à figura do império-origem, as fronteiras do Brasil se davam no monumento ao imperador do Brasil. Trata-se de uma forma de enunciar a fronteira pela estatuária, a paisagística e a jardinagem.

Freyre nos dá notícia da política de demarcação do território brasileiro através da jardinagem. Aponta, como indício desta linguagem, um texto referindo-se às várias áreas econômicas brasileiras. Assim, “... o ilustre botânico e lúcido brasileiro Manuel de Arruda Câmara, que as desejava conciliadas com a extensão continental do Brasil por meio de

⁹⁷ SCHAMA, Simon. Op. cit. p. 306.

⁹⁸ Idem. p. 306.

⁹⁹ Idem. p. 290-291.

maior comunicação de umas províncias vegetais e animais com as outras...”,¹⁰⁰ no seu discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas províncias do Brasil oferecido ao príncipe regente, assegura que “... sendo o continente do Brasil, desde o Rio da Prata até o Orenoque, tão extenso e tão variado em climas e terras, e susceptível não só de nele se cultivarem as plantas da Europa, África e Ásia, mas de aí se naturalizarem as de umas em outras províncias.”¹⁰¹

Esta espécie de demarcação do território imperial rendeu a criação do Passeio Público de Curitiba, no ano de 1886. Como diz Benedito Nicolau dos Santos Filho, “o capricho apolíneo de Taunay teve, por felicidade, a propulsão do Presidente seguinte – o saudoso paranaense Dr. Joaquim de Oliveira Faria Sobrinho – a cujo visionamento administrativo magnífico, pelo menos, neste ponto, se deve em verdade a existência do belo logradouro”.¹⁰² Taunay foi presidente da província do Paraná, criada em 1853.

Entre as obras de jardinagem, construção de monumentos e de hidráulica realizadas durante o império na província do Paraná, encontra-se também o chafariz de Antônio Rebouças.

No ano de 1871, Antonio Rebouças Filho,

*... de volta de um passeio nos arredores da cidade, em companhia do Presidente da Província, passa pelos campos chamados de 'Cruz das Almas', também por 'Campo do Olho D'Água', onde hoje está situada a Praça Rui Barbosa e, vendo manancial, ali, existente, conhecido pelo nome de 'Olho D'Água dos Sapos' – propõe ao presidente, encanar essa água, para um chafariz, no Largo do Mercado – hoje praça Zacarias.*¹⁰³

¹⁰⁰ FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 146.

¹⁰¹ Idem. p. 146.

¹⁰² SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 37

¹⁰³ Idem. p. 52

A obra ficou pronta em seis meses. A tradição hidráulica do antigo império romano presentificava-se no império brasileiro, na cidade de Curitiba. Santos Filho empresta a letra de Euclides Bandeira para dizer que o lugar onde se instalou o Passeio Público “... fora repulsivo e inútil, paraíso, apenas, dos batráquios, ao coaxar infrene da saparia, se destacava despótico e imenso brejo, que o rio Belém fazia mais nauseante, trazendo-lhe, de rebojo, as fezes e os detritos da URBS.”¹⁰⁴

O império demarcava seu território no limite com os charcos dominados por batráquios. Os jardins, os chafarizes, os monumentos ao imperador, as estátuas dos rios constituem um modo de demarcar as fronteiras do império. No entanto, trata-se de uma linguagem diversa daquela utilizada pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou da história diplomática, ou da história das lendas ancestrais. Estes se representam por meio de textos escritos, aqueles não. Como não texto trata-se de uma linguagem que não foi elaborada tendo em vista a compreensão textual. Como obras de arte, pertencem à pretensão de verdade da arte e não do texto e, portanto, não se pode falar propriamente de contexto. A estátua do Rio Paraná, como parte do monumento equestre a D. Pedro I, tornava-se fronteira, em forma de obra de arte.

Os quatro rios-índios representavam a nação, no monumento equestre a D. Pedro I. Este somente foi inaugurado 30 anos após a sua abdicação, em 1861. A alegoria dos quatro rios pode ser também contextualizada na lógica da política interna e externa do império, na constituição da fronteira e para isto teremos que recorrer aos textos e contextos, ou, ao mundo das letras.

¹⁰⁴ SANTOS FILHO. Benedito Nicolau dos. Op. cit. p. 37

Após a proclamação da independência fazia-se necessário congregar as províncias ainda fiéis à metrópole, Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e a Cisplatina. Como se sabe todas, exceto a Cisplatina, incorporada ao Brasil em 1821, acabaram por aderir ao imperador.

Em outubro de 1825, o Congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata decretou a sua incorporação. O imperador declarou guerra às Províncias Unidas. O estado de guerra manteve-se por três anos, culminando com acordo de paz entre platinos e brasileiros. Criava-se um estado independente, a República Oriental do Uruguai. O Rio da Prata, *Mar Dulce*, Rio do Machado, ou Quarto Rio do Paraíso, deixava de ser a fronteira Sul do Brasil. Na geografia sagrada das fronteiras do império, o velho Prata foi substituído pelo Rio Paraná.

No “mapa de pedra do Império”, contudo, ele apareceria de uma forma surpreendente. Não era representado na forma tradicional, na figura de um homem velho com o rosto clássico grego.

A alegoria nos remete a tradições muito mais antigas, como é o caso do “mito” de Oceanos. Na mitologia grega, Oceanos e Tetis representam o casal ancestral, pai dos deuses, anteriores aos primeiros momentos da cosmogonia. Oceanos era um rio possante, de curso tumultuoso, não delimitado, num espaço onde não havia nem céu e nem terra. Era um ser masculino, dotado de vida, de sentimentos e de qualidades morais. Tetis era uma massa de água animada que não se podia distinguir do próprio Oceanos.¹⁰⁵

¹⁰⁵ DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e mares simbolismo e imaginário*. São Paulo : Hucitec, 1998. p. 135

O rio-casal possuía três mil filhos. Estas águas originais teriam gerado a terra e o céu. O rio-pai-primordial alimentava a todos os rios do planeta através de canais subterrâneos. Ele fertilizava a terra. Ao oeste de Oceanos, estava o jardim das Hesperíades, onde habitava Atlas, segurando o mundo às costas. No fundo do grande rio circular habitavam estranhos monstros, que obedeciam ao deus do mar Netuno, o provocador de terremotos.

O Rio Paraná podia muito bem ser representado pelo mito de Oceanos. Conforme os etimólogos, na língua guarani *pará* quer dizer mar, vasta quantidade de água. Como diz Soares, “com a partícula *nã*, assim deste modo, como isto, semelhante, parecido, parente, com o mesmo ar de família, temos o *paranan* que é o verdadeiro nome do rio e da província, e é como outrora se pronunciava e se escrevia: o grande rio, o rio mar”.¹⁰⁶ Além disto, sabe-se que desde muito tempo havia uma representação sobre as riquezas fabulosas existentes a oeste do rio, como no jardim das Hesperíades a começar pelo machado de prata; lembremos que a região fora habitada por povos considerados fabulosos, como os incas.

Apesar de sua rápida desagregação, no contato com os espanhóis, a civilização inca podia impressionar os europeus. Sua arquitetura, sua organização social, suas formas de cultivo da terra e a sua religião podiam ser consideradas peças que não se encaixavam na antiga cosmologia dos continentes. Afinal, a América era considerada o continente que não deu certo, a terra sem história.

Às margens do Rio Paraná vivia a igualmente fabulosa nação guarani. O sistema das reduções jesuíticas, iniciado em 1609, havia florescido, alcançando um desenvolvimento

¹⁰⁶ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Op.cit. p. 115.

inesperado, do ponto de vista daqueles que interpretavam o indígena americano como povo fadado à ruína. Dizia-se que antes do ataque dos bandeirantes, os padres haviam juntado e guardado tesouros extraordinários.

No entanto, a experiência de fronteira como obra de arte implica em um certo compreender. Como diz Gadamer "... la experiencia de la obra de arte implica un comprender, esto es, representa por si misma um fenómeno hermenéutico y desde luego no en el sentido de um método científico. Al contrario, el comprender forma parte del encuentro con la obra de arte, de manera que esta pertenencia sólo podrá ser iluminada partiendo del modo de ser de la obra de arte."¹⁰⁷

Mas, qual o modo de ser na qual a fronteira se dá, anterior e paralelamente ao trabalho dos homens que fixavam a fronteira a partir das letras? Gadamer utiliza o conceito de jogo para explicitar a sua hermenêutica da estética. Tal conceito serve para contrapor-se à estética kantiana e de Schleiermacher que compreendem a obra de arte pelo estado de ânimo ou o comportamento de sujeito que a cria ou a desfruta. Trata-se da chamada estética do gênio. A partir desta inserção teórica, para compreender a obra de arte seria necessário compreender o autor na sua interioridade, ou ao modo de Hegel, na forma como o gênio criador consegue captar o espírito de seu tempo, e daí, ao modo do historicismo romântico, captando o contexto de sua produção.

¹⁰⁷ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 37.

A obra de arte, diz Gadamer, “tiene su verdadero ser en el hecho de que se convierte en una experiència que modifica al que la experimenta”¹⁰⁸. Por isto se lhe compara ao jogo, não no sentido de aposta, mas no sentido que tem na língua alemã, de *Spiel*, que quer dizer tanto brincar, como apostar, dançar ou tocar um instrumento. O jogo possui uma dinâmica própria que independe da consciência daqueles que jogam. E por isto, “el sujeto del juego no son los jugadores, sino que através de ellos el juego simplemente accede a su manifestación”¹⁰⁹. Dai que o sujeito do jogo é o jogo mesmo, ou seja, quem joga é jogado. Gadamer diz, ainda, que os estudos de Huizinga levaram-no a “... reconocer, en la consciencia lúdica esa peculiar falta de decisión que hace praticamente imposible distinguir en ella el creer del no creer”¹¹⁰.

Trata-se de uma característica importante já que a crença caracteriza-se como o ato mais radicalmente anti-hermenêutico, porque o acreditar comporta uma adesão para além de toda a compreensão. A consciência lúdica situa-se na fronteira entre a fé e a razão compreensiva. Ali é o mundo da representação artística.

A estrutura ordenada do jogo, conforme Gadamer, permite que o jogador se abandone nele e livra-o do dever da iniciativa. Se o jogador, por iniciativa própria, sair da dinâmica do jogo, pára de jogar o jogo. O modo de ser do jogo está tão próximo do movimento próprio da natureza que “... es un juego siempre renovado, sin objetivo ni intención, sin esfuerzo, puede considerarse juntamente como modelo del arte.”¹¹¹

Como o modo de ser da obra de arte é o modo de ser do jogo, Gadamer retira daí as inferências metodológicas para uma hermenêutica da estética, e, a partir disto, podemos

¹⁰⁸ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 145.

¹⁰⁹ Idem *ibidem*.

interpretar as estátuas e jardins da fronteira do império. A primeira delas é que não se faz possível captar o sentido de uma obra de arte recorrendo à intenção de seu criador ou ao contexto onde ele a executou, como se procede a partir da estética kantiana. Jogar não é inventar o jogo a cada instante; jogar é ser jogado. A obra de arte não se esgota na intenção do autor ou de quem a encomendou. Apesar de suas intenções, ela as ultrapassa. Ultrapassa também o contexto, já porque não se trata de um texto, a não ser no caso particular das obras escritas.

A atração do jogo, “... la fascinacion que ejerce, consiste precisamente en que el juego se hace dueño de los jugadores”.¹¹² Daí que, quando Bernine e o pontífice romano executavam o monumento da fonte das Quatro Águas, operavam uma espécie de jogada: colocar a mitologia pagã abaixo da doutrina católica e demarcar o território da Igreja como domínio estendido ao planeta inteiro. Para efetuar a jogada, porém, para realizar o lance, eles não podiam prescindir da linguagem. Se a Igreja considerava o território a ser conquistado como pagão, a linguagem ali falada também seria pagã. No entanto, para mostrar o paganismo da linguagem não há outro caminho que não seja a linguagem mesmo. Assim, para negar, era necessário apresentar; de outra forma tornava-se impossível a compreensão do que estava sendo negado e, portanto, do que estava sendo dito.

Para negar os “antigos mitos”, as antigas linguagens, era necessário representá-los também, dar-lhes plasticidade, presentificá-los, retirá-los do anonimato do passado. O mesmo se aplica à estátua equestre a Dom Pedro I. Se a jogada consistia em representar que com o gesto da independência nascia uma nova nação, cujo território era demarcado pelos

¹¹⁰ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 147.

¹¹¹ Idem. p. 148.

¹¹² Idem. p. 149.

rios, o monumento teria que expressar a velha nação da qual surgia a nova, pois não se requer da obra de arte que lhe acompanhe um texto explicativo para que o espectador possa compreendê-la. O texto seria o certificado de que o artista malogrou na arte de expressar. A obra não teria significado em si e, portanto, não seria arte. Assim, o jogador é jogado.

O jogo, no limite, é um representar-se a si mesmo, é auto-representação. Jogar é representar. Toda representação, diz Gadamer, é por sua possibilidade, representação para alguém e, isto, é o peculiar do caráter lúdico da arte. O espectador também faz parte do jogo porque ele não o assiste para ver os jogadores quebrarem as regras e as instruções do jogo, nem para assistir uma encenação das regras, mas sim, para apreciar o quanto o jogador é tomado pelo jogo, pelas suas regras, pela dinâmica do jogo.

No jogo, o jogador experimenta a dinâmica como uma realidade que o supera porque é o jogo que age nele. E isto é mais efetivo, segundo Gadamer, quando o jogo se realiza como representação para um espectador. Jogadores e espectadores fazem parte do jogo, mas “... el que lo experimenta de maneira más autêntica, y aquél para quien el juego se representa verdaderamente conforme a su ‘intención’, no es el actor sino el espectador. En el es donde el juego se eleva al mismo tiempo hasta su própria idealidad”¹¹³. Daí, o jogo espetáculo realiza este giro onde o espectador ocupa o lugar do jogador, ou do ator. “El, y no el actor, es para quien se desarrolla el juego”¹¹⁴. O espectador possui uma primazia metodológica porque o jogo é feito para ele. Assim, o conteúdo do jogo é o mesmo para o jogador e para o espectador. Isto confere ao jogo seu caráter de receptibilidade, de transposição contextual e lhe convém o caráter de obra, mesmo lhe concedendo as características de improvisação.

A estátua equestre a Dom Pedro I, enquanto demarcadora da fronteira, podia ser experimentada na sua forma mais autêntica e se representava verdadeiramente conforme a sua intenção de jogo quando na presença dos espectadores. Ali se realizava o jogo da fronteira. O imperador do alto do pedestal, montado em seu cavalo, representa-se diante dos espectadores. Eles o olham. Mas, ao mesmo tempo são olhados pelo imperador, porque se encontram dentro das fronteiras de seu império. Os jogadores são jogados. O espectador é espetaculizado.

Diante dos espectadores a estátua equestre da fronteira desempenhava uma função estetizante: definir as fronteiras por meio da arte e levar o povo brasileiro a uma experiência estética da fronteira. Gadamer diz que,

*la verdadera experiencia de una poesia resulta desvirtualizada si se considera el asunto que contiene por exemplo por referència a su origem, y por la misma razón el espectador de un drama se aparta de la verdadera experiencia de éste quando empieza a reflexionar sobre la acepción que subyace a una determinada puesta en encena o sobre el trabajo de los que están representando.*¹¹⁵

O monumento a Dom Pedro I consiste em uma linguagem sobre a fronteira, mas não se trata de um texto a ser lido. Trata-se de uma representação que, como jogo, não requer a compreensão, e sim a adesão do espectador. Evidente que as imagens pertencentes à alegoria precisam ser decifradas, do contrário não haveria nenhuma interação. Era, portanto, necessário que, de algum modo, a linguagem de que o Brasil tem suas fronteiras demarcadas por grandes rios e que o imperador proclamou a independência do Brasil fizesse parte da linguagem do espectador. Assim, também, que os indígenas habitavam as

¹¹³ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit., p. 153.

¹¹⁴ Idem. p. 153.

¹¹⁵ Idem. p. 162.

margens dos grandes rios, de modo que as fronteiras do Brasil eram habitadas pelos indígenas e ainda que a nação Brasil nascia pelo gesto do imperador.

Deste modo, o mundo do espectador já fazia parte da obra de arte, do jogo, da pura representação da fronteira. Evidentemente, o espectador podia questionar, ou seja, compreender, e tomar uma atitude de não adesão, dizendo que um índio não é um rio, uma estátua não é um índio e nem um imperador, um rio não é fronteira, uma fronteira não é limite e, portanto, não há território, logo não há um povo brasileiro...

No caso, espectador jogador não estaria aceitando as regras do jogo, do jogo de representar. Se ele assim se pusesse a falar poderia ser considerado um rebelde, um insubmisso, alguém que não aderiu à representação. Neste sentido, a compreensão pode alcançar seu mais alto grau de politicidade, de crítica a um sistema que se dá no jogo da linguagem, porque mesmo negando o jogo houve uma compreensão. Não jogar um jogo não implica em rejeitar todos os jogos.

A linguagem do monumento eqüestre era ainda mais aberta. Os quatro rios que representavam as fronteiras do Império não coincidiam em quase nada com as linhas da fronteira imperial. As estátuas representavam o Amazonas, o São Francisco, o Madeira e o Paraná. Quanto ao Amazonas, não representava a linha Norte da fronteira já que, como aponta Vianna, os portugueses se ocupavam da expulsão de franceses, holandeses e ingleses da região de Cabo do Norte, hoje, Amapá, desde o início do século XVII. Com este fim, ocorreram as campanhas de 1623, 1628, 1631, até que o território do Amapá foi transformado em capitania hereditária em 1630. Portanto, o rio que representava o limite Norte não coincidia geograficamente com a linha norte da fronteira.

Da mesma forma, o Madeira não equivalia à linha Oeste, mas apenas uma parte dela. O Rio Paraná não se encontrava no Sul, mas no Oeste. E o São Francisco não se

relacionava em nada com as fronteiras, pois geograficamente situava-se no território considerado brasileiro em toda a sua extensão. A alegoria eqüestre das fronteiras do império não se caracterizava como um saber científico, uma linguagem vinculada ao “real”. Tratava-se de uma espécie de poética da fronteira. Um mapa confeccionado para a fruição, para a adesão pelo jogo e pela fé e não pela força da “verdade textual”, como os textos de história da fronteira baseados na letra vinculada ao lugar.

No entanto, se pensarmos nos termos da tradição o “texto de pedra” sobre o Rio Paraná não cria uma nova linguagem. Ele é mais uma fusão de horizontes. Já afirmamos anteriormente que as figuras do paraíso representavam as quatro raças humanas. Deste modo, mesmo que os homens-rios fossem representados nos padrões da estatuária clássica, eram lhes conferidas características corporais das raças que representavam.

A figura do Prata, na Fonte de Bernine, representa a raça americana. As estátuas dos quatro rios do Brasil representam as fronteiras e não as raças do Brasil. A figura dos rios, sob forma de representantes da raça indígena, não significa uma ruptura na tradição, mesmo porque, como afirma Gadamer, o romantismo não passa da radicalização do iluminismo. Ambos estão em pé de igualdade com relação à tradição, pois, “si para la ilustración es cosa firme que toda tradición que se revela ante la razón como imposible o absurdo sólo puede ser entendida como histórica, esto es, retrocediendo a las formas de comprensión del pasado, la consciência histórica que aparece com el romanticismo es en realidad una radicalización de la ilustración”¹¹⁶.

A estátua de D. Pedro I representa algo mais do que um produto de seu tempo no qual podemos entrar e compreender, como se pudéssemos fazê-lo com o “espírito puro”,

¹¹⁶ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 343.

livres de todos os “preconceitos”, como se o horizonte do passado se desse a conhecer por ele mesmo. É na tradição mesmo, na linguagem que chega até nós, sobre rios, fronteiras, representações, estátuas e indígenas do sertão, que compreendemos o monumento.

O “mapa de pedra” não é como o texto escrito que, por ser escrito, “tiene la estabilidad de una referencia, es como una pieza de demostración”.¹¹⁷ Nem por isto torna-se impossível de ser compreendido, ou seja, deixa de fazer falar a tradição e de possibilitar a fusão de horizontes. Se, como produto de seu tempo ele não define as fronteiras do Brasil tal qual elas se apresentavam naquele momento, nem por isto deve ser considerado como geografia frustrada ou incorreta. Nem menos devemos considerá-lo como uma linguagem mítica, como se a figura do imperador fosse a lagoa de *Paraupava*, a monstruosa aranha imperial de onde nascem os rios, ou melhor, os tentáculos do império.

O monumento faz chegar a nós as antigas tradições, a linguagem dos rios, das fronteiras, do poder, do Estado-Nação, dos territórios, da fonte do poder e muitos outros temas sem que exista uma hierarquia entre eles. É a forma como a tradição acontece no Brasil do século XIX, e também, no momento em que a interpretamos. É um lugar onde o rio se dá como rio da fronteira.

Ele aparece sob a figura de um casal. Poderíamos perguntar pela intenção do autor, dissecar o seu projeto. Isto não acrescentaria mais que uma definição do seu contexto ou um retorno à estética do gênio criador. Entretanto, a figura do homem e da mulher indígena, a partir da linguagem sobre os rios e sobre as fronteiras, nos remete a relações entre o rio da fronteira e as histórias de Oceanos e Tetis, os pais primeiros de todos os rios, da tradição geográfico-mítica greco-latina; do casal indígena Naipi e Tarobá, mortos para que nascesse

¹¹⁷ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 339

a cachoeira de Foz do Iguaçu; do deus *Terminus* que guarda a fronteira, que a estabelece. O rio deixou de ser um menino órfão. A tradição lhe conferiu os pais.

Por isto, a estátua do Rio Paraná representa mais que um produto do passado, um documento comprobatório do tempo pretérito, comprovando e guardando as fronteiras entre as etapas históricas do Brasil império – Brasil república. Não se trata, também, de um comprovante da fronteira que separa a mentalidade antiga e a nova, científica. Trata-se da representação da fronteira a partir destas tradições.

Não se trata de afirmar que seria impróprio perceber nas feições indígenas o movimento romântico. Uma tentativa de superar o *mithos* pelo *logos*, valorizando o indígena e a natureza. Perceber, aí, o produto de uma crença na “perfección de la consciência mítica” e no “estado originário paradisíaco anterior a la caída en el pecado del pensar”.¹¹⁸ Nem menos apropriado seria perceber, ali, uma valorização do elemento feminino na história do império. Seriam apenas fusões de horizontes: o monumento ao Rio Paraná a partir do horizonte romântico, ou a partir do feminismo. Haverá possibilidades infinitas de fusão. Isto somente comprova a presentificação do rio-fronteira, e a historicidade do compreender.

A tradição de representar as fronteiras pela estatuária foi transmitida de pai para filho, durante o período imperial no Brasil, assim como se transmitia o direito de governar. Alcino Sodr e aponta que se construiu um edifício, no largo do paço, por ocasião da coroação de Dom Pedro II. A obra arquitet nica

dividia-se em três partes: o templo no centro e os dois pavilhões nos lados, com as respectivas galerias que os comunicavam. O pavilhão em direção ao norte representava o Amazonas e o do sul, o Prata. Era a extensão do Império. No primeiro, via-se a estátua do Amazonas sentado e recostado sobre um jacaré, tendo na mão esquerda a p  e na direita

¹¹⁸ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 341.

*uma cornucópia com os frutos do Brasil. No segundo, a estátua do Prata com atributos semelhantes.*¹¹⁹

Conforme a descrição de Sodré percebe-se que as estátuas adquirem características mais vinculadas à tradição clássica. As estátuas dos rios retomam a sua posição de homens sentados ou recostados. Ali aparece a cornucópia, um símbolo associado ao mito do fim do reinado de Cronos, potência criadora e destruidora do tempo. Como se sabe, Cronos devorava seus próprios filhos. Réia, a mãe primitiva, quando deu a luz a Zeus, escondeu-o num vale e depois o confiou a uma ninfa para que fosse levado à ilha de Creta e lá criado em uma gruta. O menino-deus era alimentado pela cabra Amaltéia. Um certo dia, brincando com a cabra, Zeus quebrou-lhe um dos chifres. A ninfa Melissa curou o ferimento do animal e, em recompensa, Zeus lhe doou o chifre dotado de poderes mágicos. Ao simples desejo do possuidor, o chifre enchia-se de toda espécie de frutos¹²⁰.

A cornucópia na mão dos deuses dos rios-fronteira podia representar a abundância, a fartura e a estabilidade de uma nova era, que se pretendia inaugurada pelo império. Cronos que a tudo devora, seria destronado. Em seu lugar sentar-se-ia o menino Zeus, que deixaria o tempo fluir e auxiliaria a humanidade, desposando ninfas que gerariam uma casta de reis, heróis e sábios fundadores da civilização grega. Zeus representa o soberano a quem a terra e os céus mais obedeceram. As estátuas-rios, o Amazonas e o Prata evocavam a grandeza do soberano que estava para ser coroado no Brasil.

Vimos que a fronteira das águas se dá dentro de antigas tradições. Um rio de fronteira pode ser percebido para além de um simples acidente geográfico. Quando

¹¹⁹ SODRÉ, Alcino. A coroação de D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 176, p. 389, 1942.

¹²⁰ Sobre a história de Zeus ver MEUNIER, Mário. *Nova mitologia clássica*. 2.ed. São Paulo :

tematizamos o rio da fronteira o fazemos a partir de antigas tradições como as formas de representação dos deuses rios, as figuras de anciãos e de animais. A linguagem sobre a fronteira e o rio não cessa para que comecemos a falar uma linguagem totalmente nova. O ato de nomear um rio para que possamos narrar a sua história segue a antiga tradição de conferir personalidade aos rios, aos “acidentes geográficos”. Desta forma, escrever a história da fronteira que é um rio consiste em jogar com ao rio e a fronteira, ou seja, ser jogado na e pela linguagem, como os espectadores das estátuas dos rios do império brasileiro.

CONCLUSÃO

A fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no espaço que compreende o Estado do Paraná se dá na e pela linguagem. Tomando-se como recorte temporal o período delimitado entre o Brasil Império e a década de 1950, podemos destacar alguns enunciados nos quais e a partir dos quais a linha de limites entre estes dois países ocorre. Não se trata de um mapeamento completo algo muito possivelmente inexequível, por que a quantidade de vozes que tematizam a fronteira pode ser considerada muito vasta. Mas detectamos algumas tradições nas quais esta parte da fronteira vem à compreensão. Por vezes, a tradição toma características particulares, na medida em que vincula-se a um território, a um povo ou uma língua definidos por suas marcas específicas.

Ao concluir esta pesquisa evidencia-se a importância da compreensão da linguagem da fronteira porque, se a escrita sobre os limites constitui uma das formas de dizer a sua existência faz-se necessário explorar os modos sob os quais isto ocorre. Isto significa abordar a fronteira sob um olhar crítico no sentido de não se deixar conduzir pela linguagem, o que seria um procedimento alienante. Tornar as tradições evidentes é um modo de demonstrar a politicidade da linguagem, a força da tradição que nos conduz a conferir existência à fronteira. Em outras palavras, trata-se de perceber criticamente a fronteira que construímos no ato da

escrita e não aquela que os diplomatas, os militares, os administradores e escritores do passado construíram.

Uma das formas da linguagem da fronteira em estudo pode ser vinculada a uma longa tradição que procede da Europa setecentista, quando os estudiosos da linguagem vincularam a língua falada a um povo ancestral. Esta modificação no modo de lidar com as empiricidades, nomeada por Foucault de ruptura epistemológica, associou-se aos modos de delimitar as linhas que contornam os países. No caso do Brasil, o movimento se deu por meio da definição do povo ancestral e da língua primitiva do país. O povo fundador do território brasileiro foi identificado como pertencente à raça tupi que falava o *nhengatu*, também conhecida como língua tupi. Não por acaso, povo e língua recebem a mesma denominação.

Isto tem a ver com a fronteira porque, se o Brasil tem um povo definido na sua origem, a identificação foi efetuada a partir de diferenças e semelhanças relativas a outros povos. No caso, usou-se o termo *tapuia* que parece significar estrangeiro ou algo semelhante. Logo, colocava-se uma linha de limites entre os povos ancestrais. Sérgio Buarque de Holanda liga esta antiga linguagem sobre as fronteiras entre tupis e *tapuias* aos textos de Gandavo. Mas podemos perceber a transmissão deste saber sobre as origens da fronteira perpassando textos de autores bem mais tardios que Gandavo como Varnhagen e Capistrano de Abreu. Então, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá à compreender como uma linha que divide os tupis e os guaranis, porque há, uma outra tradição segundo a qual o povo ancestral do Paraguai era a tribo dos guaranis. A velha linguagem da ancestralidade guaranítica presentificava-se em livros didáticos do sistema de ensino paraguaio, na década de 1970.

No que concerne ao Estado do Paraná, a tradição da fronteira entre as tribos ancestrais adquire sua particularidade. Na década de 40, o historiador Romário Martins, membro destacado no movimento paranista, definia a tribo ancestral do território paranaense. Eram os caingangues, o povo que tomou o lugar dos guaranis depois que estes foram expulsos da região

da fronteira pelos bandeirantes paulistas. Desta forma, o povo ancestral do Paraná aparece como o definidor dos limites primevos. A fronteira acontece na linguagem como linha demarcadora do território pertencente aos povos ancestrais.

Nesta tradição, as lendas indígenas adquirem alta relevância porque trata-se de falar sobre um povo que não possuía a tecnologia da escrita. As lendas tornavam-se uma espécie de documento comprobatório a respeito da antiga fronteira, uma vez que tais narrativas podiam ser ligadas aos locais definidos como limites. A cosmogonia indígena foi utilizada para este fim. As narrativas de surgimento relacionadas a pontos geográficos como as Cataratas do Iguaçu e o Salto das Sete Quedas passaram a fazer parte da linguagem da fronteira. As tradições atribuídas aos indígenas puderam ser vinculadas à linguagem dos limites arcaicos do Brasil. O caso mais expressivo talvez seja a versão da lenda de Naipi e Tarobá 'escrita' por Romário Martins, na década de 1940. Ali, representa-se Naipi e sua gente como personagens pertencentes à raça dos *tapuias*. Tarobá, por sua vez, aparece como um representante do povo caingangue.

A linha da fronteira arcaica podia ser expandida para o oeste tendo as lendas indígenas como fundamento. Plínio Salgado partia da narrativa de origem do povo tupi e estendeu o território ancestral até o sopé das montanhas andinas, considerado-o o lugar de origem dos tupis. Nisto, sua narrativa difere dos escritos de Varnhagen que apresenta algum lugar da região próxima ao mar Mediterrâneo como a terra de origem dos ancestrais indígenas brasileiros. A linguagem das lendas ancestrais possui este aspecto nacionalizante como havia apontado Martius, e como evidencia-se nos escritos de uma das principais lideranças do movimento Integralista, Plínio Salgado. Plínio escolheu a região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai para o cenário do seu romance, escrito na década de trinta.

Conforme o folclorista Luis da Câmara Cascudo, a lenda encontra-se sempre vinculada a um lugar específico, o que não se verifica no mito que é desvinculado de um

território. As lendas locais representam a linguagem na qual a fronteira tornava-se compreensível. No entanto, as narrativas reconhecidamente pertencentes à tradição greco-romana podiam ser vinculadas à fronteira. Hércules tornou-se um personagem desta narrativa, no final do século XIX. As Colunas de *Qua y rã* evidenciam a tradição na qual a linha da fronteira acontece. Trata-se de relacionar um dito a um escrito. Os indígenas não possuíam tradição escrita e os textos transmitidos da Europa ofereciam um efeito de verdade à tradição oral dos povos ancestrais.

A linguagem do ciclo dos heróis presentifica-se em outros escritos sobre o Brasil como nos escritos de Vidal. Conforme esta narrativa, o filho de Zeus e Alcmena andou pelo Brasil, nos tempos primordiais, e recebeu dos indígenas o nome de pai Zumê. Como se sabe, esta é uma das denominações conferidas ao lendário apóstolo São Tomé a quem se atribui a fundação da antiga trilha indígena do Peabiru, que conforme a narrativa de Martins, recorta toda a extensão do Estado do Paraná até encontrar as águas do rio da fronteira.

No período estudado, a fronteira que se dá na relação com as lendas fundamenta-se na linguagem oral, na palavra falada pelos povos ancestrais. No entanto, há uma tradição na qual o documento escrito oferece a base para a linguagem. Trata-se da história diplomática e da história documental. Esta forma de enunciar a fronteira pode ser relacionada à chamada escola rankeana porque o texto escrito representa o único vestígio confiável do passado. Torna-se, portanto, uma prova irrefutável dos acontecimentos. A fronteira ocorre na forma de um acontecimento do passado que deve ser transmitido às gerações futuras.

Para Hélio Vianna, por exemplo, o traçado dos limites que o Brasil adquiriu, através dos tempos, representa uma dura conquista dos nossos antepassados, os diplomatas, os administradores e os militares. Não foi uma doação da coroa portuguesa nem um benefício adquirido sem esforço junto à cúria romana. Esta luta, segundo o autor, deve ser transmitida aos mais jovens para que possam orgulhar-se de seus antepassados. A história diplomática

assume o caráter de tradição no enunciado de que deve ser transmitida. Esta é, igualmente, a opinião de Tasso Fragoso. Este aponta que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileira é o lugar da tradição no que concerne à história da fronteira, porque, ali, estão guardados os documentos que as gerações futuras poderão consultar para conhecer a história do país.

Na tradição da história diplomática a fronteira aparece sob a forma de uma linha resultante de uma luta. Mas não se trata de um combate entre os povos ancestrais representados por guerreiros indígenas, tal como ocorre na linguagem das lendas. Os combatentes são representados por gente letrada e de armas, portugueses e espanhóis e seus descendentes. A fronteira se dá como letra encontrada nos tratados diplomáticos, como resultado de disputas políticas e de guerras, como é o caso da Guerra do Paraguai. Mais do que uma linha demarcada por “acidentes geográficos” considera-se a linha escrita no papel. As armas dos combatentes são compostas de letras quando não é o caso de guerra efetiva. A palavra fixada nos papéis fixa os limites porque prende as palavras fugazes da oralidade. A tecnologia da escrita permitia que os reis da Península Ibérica considerassem as terras por eles desconhecidas como seu domínio. Frago diz que esta foi uma das alterações que a cultura da escrita causou na relação com a propriedade, na Europa do século XVI. O escrito reproduz o território dominado e este pode ser transportado nas mãos. Em resumo, na tradição da história diplomática a fronteira entre o Brasil e Paraguai aparece como o resultado da luta diplomática, militar e administrativa, um saber que deve ser transmitido.

A escrita da fronteira baseada no documento escrito refaz o percurso da linha dos limites tal como aparecem nos documentos. No entanto, a linguagem ultrapassa os limites da escrita. Os escritores da fronteira ocupavam-se da língua falada, das palavras que não encontram-se vinculadas ao papel e sim aos lugares aos quais se referem. Macedo de Soares, executava um estudo sobre o “dialeto brasileiro” e fixava a forma como se deveria escrever as palavras derivadas da linguagem ancestral. A palavra *jaguar* deveria ser escrita com jota,

exatamente como acabei de fazer. Quem de nós escreve *jaguar* com *y*? Quem escreve com *y*, segundo Soares, encontra-se do outro lado da fronteira. Isto demonstra suficientemente que a fronteira se dá na linguagem e que a tradição chega até nós, ao nosso escrever sobre ela. Portanto, ela se dá como linha que divide as letras com as quais escrevemos hoje, porque, como aponta Soares, na Curitiba do século XIX, escrevia-se *yaguar*.

Na tradição da correta escrita a fronteira aparece na forma de uma linha definida pelos nomes conferidos aos animais, aos lugares, à flora e aos pontos marcantes da paisagem, segundo a língua dos povos ancestrais. A linha ocorre como uma barreira de dissonância, um mecanismo tradutor que filtra o trânsito do som das palavras. A “alfândega das letras” põe em jogo as três línguas da fronteira: o português, o espanhol e a língua ancestral. Define a forma, mas pode deixar escapar o sentido. O jaguar pode ter o mesmo significado no espanhol e no português. Tem um sentido bastante específico quando se trata do que foi levantado sobre a linguagem guarani. Trata-se de um animal relacionado ao universo religioso. A própria palavra é traduzida para o português e significa “aquele que nos devora”. O *jaguarivy* encontra-se deitado debaixo da rede de um dos gêmeos criadores do mundo. A rede encontra-se na fronteira entre o mundo dos vivos e o dos mortos. A tradição guarani presentifica-se na fronteira, o *jaguar* encontra-se no limite.

Também, o lobo *guará* tornava-se um saber transmitido sobre a linha da fronteira. O estudo etimológico do nome Guarapuava conduzia a denominar os campos próximos à fronteira entre o Brasil e o Paraguai como o lugar onde os lobos vão caçar. Em termos de figuras a linha dos limites se dá entre os animais da região, o jaguar e lobo. Podemos perceber a linguagem na qual a região fronteira caracteriza-se como local povoado por animais. O *jaguar* assume um lugar de destaque na narrativa de Arthur Franco. O autor inverte a figura do animal sagrado narrando um episódio onde a carne do *jaguar* serviu de alimento para os

membros da expedição às margens do rio Paraná, da qual participava, ocorrida em 1909. O povoador come a carne da fera e “toma posse” do território selvagem.

Conforme a narrativa de Franco, a região povoada de feras encontra-se às margens de um rio. O rio Paraná aparece como um veia aberta da nação, um lugar por onde escoam as riquezas do país. Trata-se de uma tradição milenar aprendida nos bancos escolares que remonta à História Antiga, ao rio do Egito e à civilização dos faraós. Conforme a história da civilização ocidental, o “comportamento” do Nilo explicava o desenvolvimento do Egito, a riqueza dos “construtores” de pirâmides. O saber arcaico do rio-veia vincula-se também à filosofia platônica segundo à qual o círculo constitui a figura perfeita. O movimento que o sangue percorre no corpo dos seres vivos ainda é compreendido com base nesta figura. Daí, vem o termo circulação. A água “circula” no rio da fronteira e a riqueza do país, também. Conforme Franco, no início do século XX, a riqueza do Brasil vertia para fora. A fronteira aparecia como veia rompida.

A figura da água que circula pode ser considerada como paralela à tradição do rio acidente geográfico. Trata-se, igualmente, de uma linguagem ensinada nos bancos escolares. Aprende-se a física dos líquidos e a forma como a água nasce nas montanhas corre pelos rios e evapora no mar, voltando às nascentes. O rio aparece, assim, como um acidente geográfico, como o percurso que as águas perfazem na terra. Como acidente, o rio serve para estabelecer a fronteira entre países, dizem os partidários da teoria da fronteira natural. Na linguagem da fronteira natural desenvolve-se a concepção de linha separante. Neste caso, a fronteira é equiparada à linguagem, porque na concepção platônico-aristotélica, a linguagem representa um instrumento separante e ensinante. Ela separa uma coisa das outras pela expressão da essência das coisas e serve para ensinar porque indica os seres na sua identidade própria. A linha da fronteira, conforme esta tradição, separa um país do outro e serve para que os países sejam conhecidos tais como são.

Como apontei, há pouco, o rio enquanto acidente geográfico serve para estabelecer a fronteira. Trata-se de um dito bastante comum e que liga-se a uma tradição também milenar, porque quem estabelece as fronteiras entre os países não são os rios. No *panteon* romano, havia o deus *Terminus* encarregado de velar pelas fronteiras do império. Ele era representado por uma figura contendo uma cabeça humana e o restante do corpo em forma de estaca. A inexistência de membros podia ser associada à sua inamovibilidade.

O rio que estabelece a fronteira pode ser associado ao sujeito da ação. Com efeito, os rios eram representados por intermédio de estátuas de anciãos. O rio da Prata, que conforme depoimentos antigos, era chamado de *Paraná* pelos guaranis, foi representado na forma de um homem com feições negróides, na alegoria de Bernini. O Prata representava o continente americano na Fonte das Quatro Águas, encomenda por Sixto V, para a comemoração do ano santo de 1650. A alegoria dos quatro rios dava-se na tradição da geografia do paraíso, conforme a linguagem dos quatro rios primordiais que brotam no “pé” da árvore da vida. Os rios que nascem no paraíso encontram-se associados a seus territórios e, por vezes, lhes servem de limites. Os países da bacia do Prata foram nomeados dentro desta antiga tradição; no Brasil, o Estado do Paraná é associado ao rio.

A geografia sagrada, no entanto, segue tradições ainda mais antigas como demonstrou Schama. A antiga prática de representar o rio por meio de estátuas é um de seus aspectos. Os dois imperadores do Brasil também representavam os rios fronteiras do país por meio de estátuas. No caso do rio Paraná a figura assume a plasticidade de um casal de indígenas que pode ser associado ao casal ancestral da mitologia grega, Tetis e Oceanos, os pais de todos os rios do planeta. Pode, também, ligar-se ao par fundador das Cataratas do Iguazu, Naipi e Tarobá. A linguagem dos rios-homens presentifica-se quando afirmamos, ainda que em sentido figurado, que o rio estabelece a fronteira. A geografia sagrada está presente no nome dos territórios situados ao longo da bacia do Prata.

A questão do nome, como podemos perceber, torna-se crucial para a definição da fronteira e para a escrita da história. Vimos o caso do rio *Igurei*. Para narrar a história deste rio somos conduzidos a dar-lhe um nome, a localizá-lo, a datá-lo, enfim, a conferir-lhe uma individualidade quase pessoal. O artifício de nomeá-lo de rio sem nome funciona apenas para evidenciar que sua existência era contestada e pode ainda ser considerada duvidosa. Mas a escrita que refaz o percurso da fronteira reproduz o rio, como uma representação reduplicada, diria Foucault. Tomar um partido na disputa significa, apenas, trocar o nome do rio e deixar-se conduzir pela politicidade da linguagem, dar razão a um dos contendores e como soe acontecer, romanticamente tomar a causa do mais fraco, afirmando a legitimidade da linha da fronteira. Evidentemente, negando o lugar demarcado.

Sob esta perspectiva a fronteira se dá sempre como fusão de horizontes. Escrever a história da fronteira a partir dos contextos do passado ou das intenções dos seus “produtores”, implica em desconsiderar os efeitos da linguagem e, de certa forma, localizar-se fora do seu acontecer.

A escrita da fronteira conduz a este tipo de aporia: escrever e dar-lhe existência material nas letras, ou negar a sua reprodução com o (.....)¹. O que se propôs, com este trabalho, foi escrever a história da fronteira na sua própria historicidade, no modo pelo qual ela vem a compreensão e acontece no ato de tematizá-la. Tratou-se de reconhecer que nos movemos sempre em tradições e isto talvez possa nos ajudar a compreender o jogo da fronteira.

¹ Grau zero da escrita. não escrever nada.

BIBLIOGRAFIA

ESPECÍFICA:

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial : 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília : Ed. UnB, 1982.
- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia : Inferno**. São Paulo : Ed. 34, 1998.
- BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados : as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro : Objetiva, 1998.
- BURMESTER, Ana Maria et al. O paranismo em questão. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**. São Paulo : Marco Zero, 1990.
- CAMARGO, Fernando Silva. **Britânicos no Prata : caminhos da experiência**. Passo Fundo : Universitária, 1996.
- CARDOSO, Efrain. **Los derechos del Paraguay sobre los saltos del Guará**. Asunción : Guaireña, 1965.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro : J.Olympio, 1978.
-
- Geografia dos mitos Brasileiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- DE CERTEAU, Michel . **A escrita da história**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.

_____ **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994. p. 213-214

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia.** Rio de Janeiro : J.Olympio, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e mares, simbolismo e imaginário.** São Paulo : Hucitec, 1998.

DONATO, Hernani. **Dicionário de Mitologia.** São Paulo : Cultrix, s.d.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção.** São Paulo : Cia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____ **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRAGO, Antônio Viñao. **A alfabetização na sociedade e na história.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

FRANCO, Arthur Martins. **Recordações de viagens ao Alto Paraná.** Curitiba : Imprensa do UFP, 1973.

FREAR, D.E.H. **Tratado de química agrícola.** Barcelona : Salvat, 1956. Tomo 1.

FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro : J.Olympio, 1959.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y metodo.** 5.ed. Salamanca : Ed. Sígueme, 1993.

GALEANO, Eduardo. **Memórias do fogo.** Porto Alegre : L & PM, 1996. v. 1.

GASMAN, Lydineia. **Documentos históricos do Brasil.** Rio de Janeiro : FENAME, 1976.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso.** São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

GUASCH, Antônio. **Diccionario castellano : guarani y guarani-castellano sintático, fraseológico, ideológico.** Assunción : Loyola, 1977.

GUSDORF, Georges. **mitos e metafísica.** São Paulo : Convívio, 1980.

HEGEL, G.W. F. **A razão na História.** São Paulo: Moraes, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visões do paraíso.** 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1997.

Raízes do Brasil. 7^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ILLICH, Ivan et al. **Educação e liberdade.** São Paulo : Imaginário, 1990.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova atlântida de Spix e Martius : natureza a civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo : HUCITEC, 1997.

MANN, Ernest. **História de Guaira.** Mimeo.

MANN, Ernest. **Guaira, ontem hoje e amanhã.** Mimeo.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba : Travessa dos Editores, 1995.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MEUNIER, Mário. **Nova mitologia clássica.** 2.ed. São Paulo: IBRASA, 1976.

MILLER, Henry. **Cabeza de Vaca: naufrágios e comentários.** Porto Alegre: LP&M, 1987.

MORAES, Antônio Carlos R. **Ideologias geográficas.** 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira.** 8.ed. São Paulo : Ática, 1994.

O, GORMAN, Edmundo. **A invenção da América.** São Paulo : Ed. USP, 1992.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüística pragmática.** São Paulo : Loyola, 1996. p. 20

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso fundador.** Campinas : Pontes, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São pPaulo: Martins Fontes, 1994.

RANCIÈRE, Jaques. **Os nomes da história.** São Paulo: Pontes, 1994

RANKE, Leopold von. **Leopold von Ranke : história.** HOLANDA, Sérgio Buarque de (org) São Paulo : Ática, 1979.

RENEERKENS, J. **Poesias de J. Reneerkens.** Toledo : Sul Gráfica, 1978.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná, ensaios.** Curitiba : Coleção Farol do Saber, 1995.

- RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil : historiografia colonial.** São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1979.
- SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon.** Cascavel : ASSOESTE, 1984.
- SALGADO, Plínio. **A voz do Oeste.** 5ª ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978.
- SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. **Mitos e heróis de folclore paranaense.** Curitiba : Imprensa Universitária, 1979.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **História, histórias : Brasil império e república.** São Paulo : FTD, 1992.
- SCHAMA. Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. **Letras de fundação : Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte.** São Paulo : USP, 1992. Dissertação (Mestrado).
- SCHMIDT, Afonso. **Estórias e lendas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.** Tomo I. São Paulo: Edigraf, 1962.
- SPALDING, Tassilo Orfeu. **Dicionário de mitologia grega latina.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história.** Curitiba: Lagarto, 1992.
- SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. **De Guairá ao Saltos do Iguaçu.** Curitiba : Fundação Cultural, 1995.
- SILVEIRA, Mauro Cezar. **A batalha do papel.** Porto Alegre : L & PM, 1996.
- SOARES, Luiz Carlos. **Do novo mundo ao universo heliocêntrico.** São Paulo : Hucitec, 1999.
- SÓFOCLES. **Édipo Rei.** Santiago : Lord Cochrane, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Monstros e monstregos do Brasil.** PRIORE, Mary del (Org.) São Paulo : Cia. das Letras, 1998.

A retirada de Laguna. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

UNKEL, Curt Nimuendaju. **As lendas da criação do mundo com fundamentos da religião dos apocucuva-guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Tomo I. 9ª ed. São Paulo : Melhoramentos, 1970.

VIANNA, Hélio. **História diplomática do Brasil**. São Paulo : Melhoramentos, 1948.

VV.AA. **História del Paraguay**. Assuncion : Editorial Dom Bosco, 1973.

VV AA. **Gêneros de fronteira – cruzamentos entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.

ARTIGOS DE REVISTAS:

ALMEIDA, Aluizio de. O vale do Paranapanema. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 245, p. 237-238, out./dez. 1959.

BARBOSA, Januário de Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo IV, 1842.

FERREIRA, Lúcio M. Vestígios da civilização : o I.H.G.B. e a construção da arqueologia Imperial. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 1999.

FRAGOSO, Augusto Tasso. A paz com o Paraguai depois da guerra da Tríplice Aliança. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 174, 1940.

GANDIA, Henrique. Los enigmas del descubrimiento del Rio de la Plata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 321, p. 237, out./nov. 1978.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n, 1, 1988.

JANOTTI, Aldo. **Historiografia brasileira e a teoria da fronteira natural**. Revista de História, n. 101, 1975.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 177, 1942.

SODRÉ, Alcino. A coroação de D. Pedro II. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 176, 1942.

Descrição diária dos progressos da expedição destinada da Capitania de São Paulo para a fronteira do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. In, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 202, jan/mar. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTIDES, Roger. **Brasil, terra de contrastes.** 10^a ed. Rio de Janeiro: Difel, s/d.

BERMANN, Marchal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHATELET, François. **Uma história da razão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CHACON, Vamireh. **Passado e futuro na historiografia brasileira.** In, *Revista de História*. N° 106, 1976.

CANABRAVA, A. P. **Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu.** In, *Revista de História*, N° 88, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamrion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos.** 7^a ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

CHILLING, Paulo R. **Itaipu, geopolítica e corrupção.** São Pulo: CEDI, 1991.

ELLMANN, Richard. **Ao longo do rio corrente: Ensaio literários e biográficos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DEL PRIORE, Mary Lucy M. **Melusinas, sereias e mulheres-serpentes na literatura sacra do século XVII.** In, *Cadernos Pagu*, N° 4, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIAS, Maria Odila Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea.** In, *Revista Projeto História* N° 0. São Paulo: EDUC, 1981.

- DOMINGUES, Heloisa Maria B. **Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional.** In, Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 87, outubro/dezembro, 1986.
- DONATO, Hernani. **Dicionário de Mitologia.** São Paulo : Cultrix, s.d.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERRY, Luc e RENAUT, Alain. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo.** São Paulo: Ensaio, 1988.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História.** Lisboa: Calouste, 1964.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. **História e sentido na linguagem.** São Paulo: Pontes, 1989.
- HEGEL, Georg W. F. **Como o senso comum compreende a filosofia.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral Lapa. **Historiografia latino-americana contemporânea.** In, Revista História, São Paulo: v. 1, 1992.
- LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído.** 2ª ed. Porto Alegre: L 7 PM, 1984.
- LEITE, Dante Moreira. **Romantismo e nacionalismo.** In, Anais do Museu Paulista. São Paulo: USP, v. 19,1965.
- LOIBL, Elizabeth. **Deuses animais.** São Paulo: Edicon, 1984.
- LÖWY, Michel. **Redenção e utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba, PR: J. Olympio, 1981.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.
- PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial: quando os cientistas se interrogam**. São Paulo: Edusp, 1993.
- PEIRRE, Lévy. **As tecnologias da inteligência**. São Pulo: Editora 34, 1990.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RORTY, Richard. **Ensaio sobre Heidegger e outros**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 1999.
- SOUZA, Laura de mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste, 1779-1853. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. São Paulo: EdUSP, 1978.
- SWAIN, Tânia Navarro. **História no plural**. Brasília: UnB, 1994.
- VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VAZQUES, Adolfo Sánchez. **As idéias estéticas de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- WACHOWICS, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Vicentina, 1977.
- WILSON, Edmund. **11 Ensaio: literatura, política, história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

OUTROS DOCUMENTOS :

BÍBLIA. VT. Gênesis. São Paulo: Paulinas, 1973.

Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba –Paraná: IOF,1992.

Cópia da Carta de Cândido Xavier. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 18, 1896

GOMES, José Laurentino. Guaira não esquece seu maior acidente e lembra lendas. Jornal, s/i. In, Arq. CEPEDAL. Doc. 7QUE-115-MANN. Pasta 03. Estante 03. Prateleira 12.